



Universidade Autónoma de Lisboa

«Luís de Camões»

Departamento de História, Artes e Humanidades

Mestrado em História, Arqueologia e Património

Gentes e Terras de Soure e Ega (1508).

Estudo de antroponímia e toponímia

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História, Arqueologia e
Património

Autor: Carlos Manuel Simões Varelas

Orientadora: Professora Doutora Maria Isabel Miguéns de Carvalho Homem

Número do candidato: 20150052

Lisboa

Julho de 2018

Agradecimentos

Tendo consciência plena de todos os auxílios obtidos, cuja importância basilar se revelou imprescindível.

É agora oportuno agradecer...

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Isabel Miguéns de Carvalho Homem, professora de grande saber, dona de uma infindável paciência e depositária de excepcional mestria na “arte” de bem ensinar.

A todo o corpo docente do Departamento de História, Artes e Humanidades, cuja contribuição foi essencial para o meu desenvolvimento académico e pessoal.

À Universidade Autónoma de Lisboa que possibilitou todo o meu percurso universitário.

Ao Pedro Pires, amigo de longa data, fiel ouvinte das minhas teorias e ideias no percurso deste trabalho.

Por fim à minha família...

À Anabela Varelas minha mulher, sempre fonte de incentivo, convicta de que mesmo nos piores momentos o “caminho” é seguir em frente, observando com satisfação palpável a minha evolução académica.

Aos meus filhos, Maria e Raúl que sempre foram compreendendo as minhas ausências.

À minha Mãe.

O autor não segue as normas do “acordo ortográfico” de 1990.

Resumo

Procedemos ao estudo das comendas de Ega e de Soure através da análise antroponímica e toponímica dos respectivos tombos da visitação manuelinos datados de 1508. Os nomes pessoais são um importante testemunho da época e da sociedade, revelando relações familiares, cargos, ofícios e particularidades de cada indivíduo nomeado; no mesmo sentido acrescenta-se a utilização de indicações toponímicas que fornecem informação variada sobre aglomerados populacionais, culturas, relevo e recursos hídricos. Ega e Soure foram pontos-chave na defesa de Coimbra no período da Reconquista que gradualmente perderam a sua importância militar em favor do crescimento económico. Soure possuía algumas características urbanas remanescentes do século XII, derivadas da sua importância defensiva e do facto de ter assumido a dignidade de sede da Ordem do Templo; Ega, de cariz mais rural, apresentava os seus bens de forma dispersa. A produção agrícola incidia maioritariamente no cultivo do cereal, sendo acompanhada pela vinha e a oliveira. Devido à sua importância económica e ao afrouxamento dos votos de pobreza e castidade impostos pela Ordem, a dignidade de Comendador oferecia a possibilidade de enriquecimento, de manter *status* social ou mesmo de ascender nessa hierarquia, sendo à época cargo (sem deixar de ser um encargo) cobiçado pela nobreza. As propriedades de Ega e de Soure situavam-se essencialmente no Vale do Mondego a sul de Coimbra, beneficiando desta posição, da fertilidade das suas terras e da abundante rede fluvial para o incremento da sua economia.

Palavras chave

Antroponímia, toponímia, Ordem de Cristo, comendas, Ega, Soure.

Abstract

This study concerns the tenancies of Ega and Soure through the anthroponymic and toponymic analysis of the respective visitation records dating from 1508 during the reign of D. Manuel I. Personal names are an important testimony of the time and society, revealing family relationships, positions, professions and particularities of each nominated individual; to achieve this aim, the study analysed the use of toponymic indications that provide varied information on population clusters, cultures, relief and water resources. Ega and Soure were bastions in the defence of Coimbra in the period of the Reconquest that gradually lost their military importance in favour of economic growth. Soure possessed some remnant urban features of the twelfth century, derived from its defensive importance and the fact that it became the headquarters for the Order of the Temple; Ega, more rural in nature, had more scattered properties. Agricultural production focused mainly on the cultivation of cereals, alongside vineyards and olive trees. Due to his economic importance and the loosening of the vows of poverty and chastity imposed by the Order, the social standing of Commander offered the possibility of enrichment, maintaining social status or even of ascending in that hierarchy, as the position at the time (without ceasing to be a financial burden) was coveted by the nobility. The properties of Ega and Soure were essentially in the Mondego Valley south of Coimbra, benefiting from the fertility of the lands and the abundant river network for the increase of their economy.

Key words

Anthroponymy, toponymy, Order of Christ, tenancies, Ega, Soure.

Índice

Agradecimentos.....	2
Resumo.....	3
Abstract	4
Índice de figuras	6
Índice de gráficos	6
Índice de Mapas	7
Índice de quadros	7
Introdução.....	9
1. A Ordem de Cristo e as comendas do Vale do Mondego.	12
1.1 A governança da Ordem de Cristo, dos finais do século XV aos princípios do século XVI.	15
1.2 As Comendas do Vale do Mondego, da estratégia geográfica à exploração económica.	23
2. As vilas e termos de Ega e de Soure segundo os Tombos das Comendas de 1508.	35
2.1. Perspectiva do espaço urbano (Soure).....	35
2.2. A composição do espaço rural.....	41
3. As gentes de Soure e de Ega. Percurso pela antroponímia.	44
3.1. Soure: Antroponímia masculina.....	48
3.2. Soure: Antroponímia feminina.....	91
3.3. Ega: Antroponímia masculina.....	96
3.4. Ega: Antroponímia feminina.....	136
4. Os dados da toponímia	139
4.1. Caracterização geográfica do espaço das comendas de Ega e de Soure em 1508.....	139
4.2. Dinâmica agrícola das comendas de Ega e de Soure.	141
4.3. A hidrografia da região e a sua importância na economia local.....	146
Conclusão.	151
Bibliografia.....	156
Anexos.....	168

Índice de figuras

Figura 1 – Vista parcial da vila de Soure.	36
Figura 2 Localização de Soure, Coimbra, Montemor-o-Velho e Leiria.	38
Figura 3 - Moinho situado a cerca de 25 metros a noroeste do castelo.....	39
Figura 4 - Casa de moinhos de 5 mós.	39
Figura 5 – Localizações referidas em 1508 identificadas na actualidade.	40
Figura 6 - Fragmento de documento	136

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Nomes próprios de Ega e Soure, os dez mais frequentes.....	46
Gráfico 2 – Ega. Os dez nomes próprios masculinos mais frequentes	47
Gráfico 3 – Soure. Os dez nomes próprios masculinos mais frequentes	47
Gráfico 4 – Soure. Os cinco nomes próprios mais frequentes	49
Gráfico 5 – Soure. Etimologia de nomes próprios por número total de indivíduos.....	50
Gráfico 6 – Soure. Etimologia dos nomes próprios por número total de nomes	51
Gráfico 7 – Soure. Nomes de origem cristã e outros	52
Gráfico 8 – Soure. Utilização do patronímico.....	53
Gráfico 9 – Soure. Etimologia dos patronímicos	54
Gráfico 10 – Soure. Número de indivíduos detentores de apelido.....	54
Gráfico 11 – Comparação entre patronímicos e apelidos por número total de indivíduos	55
Gráfico 12 – Comparação de patronímicos e apelidos por número total de nomes.....	55
Gráfico 13 – Soure. Ofícios e cargos	57
Gráfico 14 – Ega. Os cinco nomes próprios mais comuns.....	97
Gráfico 15 – Ega. Etimologia dos nomes por número total de indivíduos	98
Gráfico 16 – Ega, etimologia dos nomes por número total de nomes	99
Gráfico 17 – Ega. Nomes de origem cristã e outros.....	99
Gráfico 18 – Ega. Utilização de patronímico	100
Gráfico 19 – Ega. Etimologia dos patronímicos utilizados.....	100
Gráfico 20 – Ega. Utilização de apelido	101
Gráfico 21 – Ega. Comparação entre a utilização de patronímico e apelido por número total de indivíduos	102

Gráfico 22 – Ega. Comparação entre a utilização de patronímico e apelido por número total de nomes	102
Gráfico 23 – Ofícios e cargos mencionados no tombo de Ega	104

Índice de Mapas

Mapa 1 Mapa de localizações das comendas de Ega e de Soure dividido por secções.....	190
Mapa 2 - Soure (A).....	193
Mapa 3 - Soure (B).....	194
Mapa 4 - Ega (C).....	197
Mapa 5 - Ega (D).....	198
Mapa 6 - Ega (E)	199
Mapa 7 - Ega (F)	200
Mapa 8 - Ega (G).....	201

Índice de quadros

Quadro 1 - Rendas identificadas no Tombo.....	31
Quadro 2 - Produção estimada do Tombo.....	32
Quadro 3 – Rendas identificadas no tombo de Soure de 1508.....	32
Quadro 4 - Produção estimada do Tombo de Soure de 1508.....	33
Quadro 5 - Elementos constitutivos do nome	48
Quadro 6 - Nomes próprios menos utilizados na Comenda de Soure.....	50
Quadro 7 - Distâncias medidas entre Soure e algumas adjunções tópicas.....	56
Quadro 8 – Soure. Relações familiares	58
Quadro 9 – Soure. Alcnhas	60
Quadro 10 – Nomes masculinos mencionados no tombo da comenda de Soure de 1508	72
Quadro 11 – Nomes femininos mencionados no tombo da comenda de Soure de 1508	93
Quadro 12 – Elementos constitutivos do nome.....	96
Quadro 13 – Ega. Nomes próprios menos utilizados	97
Quadro 14 - Distâncias medidas entre Ega e algumas adjunções tópicas	103
Quadro 15 – Ega. Relações familiares	105
Quadro 16 – Alcnhas em Ega.....	107

Quadro 17 – Nomes masculinos mencionados no tombo da comenda de Ega de 1508	114
Quadro 18 – Nomes femininos mencionados no tombo da comenda de Ega de 1508	137
Quadro 19 – Ega e Soure. Reunião de topónimos actuais identificados em 1508	148
Quadro 20 – Ega. Referências geográficas e topónimos.....	169
Quadro 21 – Soure. Referências geográficas e topónimos.....	171
Quadro 22 – Ega. Casais, toponímia de 1508 e actual	173
Quadro 23 – Ega. Casais associados a nomes de indivíduos	173
Quadro 24 – Ega. Configurações agrícolas	175
Quadro 25 – Ega. Produção agrícola.....	178
Quadro 26 – Soure. Casais, toponímia de 1508 e actual.....	180
Quadro 27 – Soure. Tipologias agrícolas	180
Quadro 28 – Soure. Produção agrícola.....	181
Quadro 29 – Soure. Configurações agrícolas.....	183
Quadro 30 – Ega. Referências hidrográficas.....	186
Quadro 31 – Soure. Referências hidrográficas.....	187

Lista de Abreviaturas

A.N./T.T. – Arquivo Nacional/Torre do Tombo	POVI – Povoação importante
CAS – Casas	PTE – Ponte
D.H.P. – Dicionário de História de Portugal	REG – Região
ANTT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo	RIB – Ribeiro
IGR – Igreja	SC – Sede de Concelho
MTE – Monte	SD – Sede de Distrito
O.C. – Ordem de Cristo	SF – Sede de Freguesia
POV – Povoação	

Introdução.

O interesse pelo estudo da Antroponímia, largamente associada à Toponímia, ocorreu decisivamente, no decurso do seminário de História Local e Regional, leccionado no primeiro ano do Mestrado em História, Arqueologia e Património. O contacto com diversos trabalhos que têm vindo a ser publicados sobre as matérias em causa abriu perspectivas mais vastas, que permitiam um conhecimento abrangente de parcelas do nosso território, de um ponto de vista histórico e geográfico, a que se associava o da população que aí habitava ou estava relacionada. Como se vivia, onde se vivia, quem aí vivia, eram perguntas para as quais poderia tentar encontrar explicações e respostas, consciente de que alguns dos questionamentos referidos talvez ficassem em aberto.

Colocada também a questão da escolha da região a observar, a do Baixo Mondego, pareceu-nos do maior interesse fundar este trabalho em documentação já editada, tendo em atenção o facto de ser dificilmente cumprido o prazo estipulado para a elaboração da dissertação se houvesse que ler e transcrever documentos longos. A publicação dos *Tombos das Comendas do Baixo Mondego*, pertencentes à Ordem de Cristo e datados de 1508¹, correspondia ao que desejávamos e permitiria o seu estudo do ponto de vista que pretendemos e a documentação avulsa, que muitas vezes completou e esclareceu dados que no tombo recolhemos, foi preciosa e facilmente consultável.

No actual distrito de Coimbra, Soure e Ega conheceram percursos algo semelhantes em tempos medievais, ainda que tendo características diferenciadas, como procuraremos demonstrar neste trabalho: ambas foram terra de Templários (a sua doação data de 1128), passando a património da Ordem de Cristo (Ega 1319), ambas usufruíram dos benefícios concedidos pela hidrografia comum, ambas receberam foral novo pela mesma data (Soure em 1513 e Ega no ano seguinte). No que respeita ao estudo antroponímico efectuado sobre os nomes masculinos e femininos dos que habitavam nas terras da Ordem, recolhemos quinhentos e dezassete nomes, com preponderância para a vila de Soure, o que nos permite reconhecê-la como núcleo populacional de maior dimensão e geográfica. A toponímia, por sua vez, reflecte características locais, no que respeita à própria fisionomia do território. A ela aludimos com objectivos concretos de fazer a ligação à Antroponímia tentando assim efectuar um estudo regional mais amplo; a temática permite dar a conhecer através da leitura documental, aspectos geográficos regionais como o relevo, a hidrografia, configurações e produção agrícola, assim

¹ GONÇALVES, Iria - *Tombos da Ordem de Cristo: Comendas do Vale do Mondego*, vol. III. (2006).

como a identificação de lugares e povoações da época, observando-se em alguns casos a manutenção/relação da toponímia do século XVI na actualidade; recorrendo à interpretação toponímica pretendemos fornecer contributos acerca das características geográficas e do contexto das suas populações.

A antroponímia da região compreendida entre Tomar e Santarém, centrada em Torres Novas, foi estudada por M. Isabel Miguéns de Carvalho Homem². Obras houve que foram “companheiros” seguros como a incontornável *Antroponímia Portuguesa* de J. Leite de Vasconcelos publicada em 1928, obra indispensável para o estudo da antroponímia portuguesa medieval e moderna, e salientamos obras mais actuais, como sejam as de Iria Gonçalves, *Amostra de Antroponímia Alentejana dos finais do século XV* (1971), *Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média* (1972), *O uso do Patronímico na Baixa Idade Média Portuguesa* (1999), *Entre o masculino e o feminino, sistemas de identificação em finais do século XV* (2003), *O Corpo e o Nome – O Nome e o Gesto (notas de antroponímia medieval)* (2005) e *Maria, Catarina e tantas outras* (2013). Apercebemo-nos de que a Antroponímia medieval e tardo-medieval portuguesa é ainda um tema pouco aprofundado, assumindo-se como instrumento essencial na busca do conhecimento, na sua vertente histórico-social com este trabalho, nutrimos a esperança de acrescentar mais uma pequena parcela a esta temática.

Os documentos de base deste trabalho foram elaborados no ano de 1508 por vontade de D. Manuel I, e inserem-se num processo de inventariação das comendas da Ordem de Cristo, mais concisamente às comendas de Ega e de Soure, localizadas na região do Vale do Mondego, a sul de Coimbra e de Montemor-o-Velho, e a Norte de Pombal. Ambos os tombos consistem numa descrição exaustiva das propriedades pertencentes à Ordem, à qual estavam entregues, com a sua localização exacta, sendo uma importante fonte antroponímica pela nomeação de foreiros e de todos os que se situavam em terras confinantes; uma importante fonte toponímica na qual, pela imposição de facultar as localizações correctas dos bens enumerados, se faz alusão a um sem-número de particularidades geográficas.

O nosso trabalho aborda em primeiro lugar a importância fulcral da Ordem do Templo na formação de Portugal, identificando as vilas de Soure e de Ega como relevantes pontos defensivos na estratégia afonsina do século XII, de defesa à cidade de Coimbra, e o seu gradual abandono militar derivado da evolução das fronteiras portuguesas no contexto da Reconquista,

² HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho - *Antroponímia e Sociedade na Região do Médio-Tejo Português*. (2017).

observando-se consequentemente e em substituição o desenvolvimento socioeconómico da região.

Em conformidade com as linhas gerais que acima expusemos, prosseguimos:

O segundo capítulo centra-se na evolução das vilas de Ega e de Soure, vilas vizinhas em termos geográficos, mas com características distintas: Soure, de cariz mais urbano, em contraponto com a ruralidade de Ega. Nesse sentido analisamos os Tombos da Visitação Manuelinos de ambas as comendas, identificando nesta fonte o registo de particularidades respeitantes a ambas as vilas e seus termos.

Seguidamente, na região, “mergulhamos” no estudo da antroponímia da denominada “gente comum” mencionada nos documentos, procedendo ao estudo dos onomatos masculinos e femininos, à composição do nome, à relação entre patronímicos e apelidos, acerca da necessidade de associar a uma identificação individual outras especificidades, como o desempenho de um ofício, cargo ou, por outro lado, associando a alguns nomes adjunções tópicas, cujos objectivos seriam de diferenciação individual, de distinção social ou de proveniência, não esquecendo as alcunhas que, sendo fruto da imaginação popular, da troça e do “mal dizer”, distinguiam cada indivíduo apodando-o mediante características pessoais distintas do que seria comumente aceite. Estas abordavam aspectos físicos de tamanho, por deformidades mais ou menos visíveis, quer por traços de personalidade que por norma se evidenciavam pela negativa, servindo como um apelativo “isco” dos vizinhos mais imaginativos.

Utilizamos os dados da toponímia presentes no documento, para tentar delimitar a extensão e configuração de ambas as comendas, assim como localizar cidades, vilas e lugares; identificámos variadas culturas rasteiras, como as searas e vinhas, e arbóreas como os, os olivais e outras árvores de fruto, permitindo perceber a variedade da produção agrícola da região nos alvares do século XVI; recorrendo à toponímia inferimos a respeito da dimensão aquífera da região, identificando portos, levadas, canais e cursos de água desde pequenos regueiros até à imponência do maior rio totalmente português, o Mondego.

1. A Ordem de Cristo e as comendas do Vale do Mondego.

Na génese das Ordens monástico-militares encontra-se o combate aos Infiéis, “inimigos da Fé cristã”, objectivo expresso na sua dupla caracterização (religiosa e militar), que foi a da determinação em que se encontrava envolvida a Europa cristã, na sequência dos princípios consagrados por Gregório VII (1073-1085), que Urbano II (1088-1099) concretizou. Nesse contexto foi, pois, encontrada a justificação para a criação das Ordens militares, uma vez lançado o apelo à libertação de Jerusalém e de toda a *Terra Santa* do domínio turco aí instalado desde 1076³.

A Ordem do Templo primeiramente denominada *Militia Christi* e, à *posteriori* intitulada *Militia Templi*⁴, foi fundada em Jerusalém nos anos de 1118 ou 1119, por Hugues de Payens, Godefroy de Saint-Omer e outros cavaleiros⁵, com a protecção do rei desta cidade Balduíno II, sendo em 1128 confirmada pelo papa⁶.

Na Hispânia, Afonso I das Astúrias (739-757), uma vez consolidado o seu poder depois do bem-sucedido confronto com as incursões muçulmanas no Norte peninsular, pôde proceder ao alargamento do seu reino para além-Douro, e o movimento de expansão cristã, a “Reconquista”, haveria de prolongar-se até 1492, com o fim do reino nasrí de Granada.

A presença das ordens militares em território português nomeadamente as de Avis, do Hospital, de Santiago e do Templo⁷, futura Ordem de Cristo, que teve um papel fundamental na formação da nacionalidade, com participação activa na conquista de territórios, na sua defesa e colonização.

A influência cristã alcança a região de Coimbra na segunda metade do século IX, ainda que a conquista definitiva da cidade ocorra apenas em 1064⁸. Em 1129 o ainda infante Afonso Henriques, confirma a doação do castelo de Soure à Ordem do Templo⁹; a luta contra o Infiel,

³ Referimo-nos ao Concílio de Clermont (1095), presidido por Urbano II, como é sabido.

⁴ Designação que advém da doação do rei Balduíno II, de uma fracção da sua residência identificada com o antigo Templo de Salomão. GARCIA-GUIJARRO RAMOS - *Papado, Cruzadas y Órdenes Militares, siglos XI-XIII*, p. 36, cit. por FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa - *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. (2009), p. 49.

⁵ BARROCA, Mário Jorge - “A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do século XII.” (1996/1997), p. 172.

⁶ AZEVEDO, Carlos A. Moreira - *Dicionário de História Religiosa*, vol. J-P. (2000), p. 337.

⁷ FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa - *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. (2009), p. 70.

⁸ SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. (1990), p. 93.

⁹ Soure tinha já sido doada em 19 de Março de 1128 à Ordem dos Templários por D. Teresa. Esta é a primeira referência documental. (A.N./T.T. Ref. PT/TT/OCCT/A/005/0001/00001). (Ver por todos, GOMES, Saúl António - “A presença das ordens militares na região de Leiria (séculos XII-XV).” (1997), p. 145).

tal como os interesses expansionistas e económicos, concentram os esforços de D. Afonso Henriques na região coimbrã, pelo que, numa estratégia bem planeada, assente na doação de terras à Ordem do Templo, permite que esta defenda de forma efectiva a região do Vale do Mondego, concedendo maior segurança a Coimbra. E note-se que a doação do castelo de Soure abrangia também os seus termos, onde se incluíam as povoações de Ega, Redinha e Pombal, o que permitiu a defesa dos acessos a Sul de Coimbra, por onde passava a antiga, mas ainda importante, via romana *Olisipo-Bracara*¹⁰.

O castelo de Leiria, construído em 1135, e a progressão das linhas ofensivas da Reconquista mais para Sul¹¹, tornaram a região mais segura e propícia ao processo de colonização e de dinamização económica¹². Verifica-se na região do Vale do Mondego, centrada em Soure, uma importante actividade colonizadora que se concretizou no estabelecimento de casais, granjas, aldeias, igrejas e ermidas que indicavam a afirmação e difusão da Fé¹³.

Os séculos XII e XIII representam a estabilização das fronteiras nacionais, assim como a consolidação territorial e económica das ordens militares¹⁴. Em 1231, o foral outorgado pela Ordem do Templo à povoação de Ega revela já a principal preocupação da sua rentabilização em detrimento da atracção de novos moradores e demonstra menores preocupações defensivas, facto que se relaciona com a estabilidade alcançada e com a maior segurança da região, que já deixara de ser uma zona de fronteira¹⁵.

O primeiro quartel do século XIV é, no que respeita à Ordem do Templo, particularmente importante para o reino de Portugal: período que assinala a sua extinção¹⁶, foi este o da criação da Ordem de Cristo devida ao esforço de D. Dinis, que, esgrimindo argumentos acerca do importante desempenho dos Templários contra o Infiel em território nacional¹⁷,

¹⁰ BARROCA, Mário Jorge, *op. cit.* (1996/1997), p. 182. (ver por todos, ALARCÃO, Jorge de - *Portugal Romano*. (1973), pp. 83-95).

¹¹ No ano de 1147 Lisboa e Santarém são tomadas pelas forças cristãs levando as linhas de fronteira para junto do rio Tejo.

¹² SILVA, Isabel Morgado de Sousa e - *Soure: uma mui antiga terra da Estremadura*. (1996), p. 4.

¹³ GOMES, Saúl António - "As Ordens Militares e Coimbra Medieval: tópicos e documentos para um estudo." (1999), p. 49.

¹⁴ PEREIRA, Emanuel Cardoso - *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média...* (2013), p. 18.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 27.

¹⁶ A Ordem do Templo é extinta por deliberação do Concílio de Viena de 1311. SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI. (1990), p. 145. (Ver por todos - GOMES, Saúl António - A extinção da Ordem do Templo em Portugal. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Nº11 (2011), p. 75-116).

¹⁷ A argumentação de D. Dinis é apresentada por João Lourenço de Monsaraz e Pedro Peres, em que é abordado o contexto ibérico de proximidade dos mouros presentes no Norte de África e em Granada, assim como a ideia de cruzada defendida pelo papado. Pub. nos *Monumenta Henricina*, vol. I doc. 58, pp. 88-90, cit. por SILVA, Isabel Morgado de Sousa e - *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. (2002), p. 45.

consegue que o papa João XXII, em Março de 1319, através da bula *Ad ea exquibus*¹⁸, institua a Ordem de Cristo em Portugal, transferindo para esta os bens pertencentes à Ordem do Templo. Questão que se insere na política de centralização do poder, que pautou os seus quarenta e seis anos de reinado e fora já iniciada por seu pai Afonso III¹⁹. A extinção da Ordem do Templo não interrompeu a sua conexão com a monarquia, transferindo-a, sim, para a Ordem de Cristo, em gradual aproximação como comprova a decisiva presença dos infantes D. Henrique (1420/1460), D. Fernando (1461/1470) e D. Manuel Duque de Beja (1484/1521), que, como é sabido, uniu na mesma entidade a governação de Portugal e da Ordem de Cristo.

Na Época Moderna, a importância de pertencer a uma ordem militar, como a Ordem de Cristo, significava principalmente uma oportunidade de obter estatuto social, e também de ampliar o poder económico pessoal²⁰. Até à segunda metade do século XVI os principais interessados provinham da baixa e média aristocracia, facto que na segunda metade se alterou devido à possibilidade de este património poder ser transmitido por herança, factor de aliciamento para os estratos superiores da nobreza²¹.

Os domínios da Ordem estavam estabelecidos no início do século XVI²², na região do Mondego, organizados em comendas (como antes se verificara com a Ordem do Templo), comendas que eram a base da organização económica e administrativa dos seus domínios²³, como mais adiante referimos.

Localizavam-se as Comendas de Pinheiro de Ázere e de Santa Ovaia a nordeste de Coimbra, enquanto as de Ega, Soure, Redinha e Pombal se situavam a sudoeste da mesma cidade, sendo que apenas a Comenda de Pinheiro de Ázere estava situada a norte do Rio Mondego; Dornes surgia fora do contexto do Mondego, localizada a sudeste de Coimbra, próxima de Tomar e junto do rio Zêzere, estava afastada da dinâmica do Vale do Mondego;

¹⁸ SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. (1990), p. 236.

¹⁹ D. Dinis prosseguiu com a acção política paterna, dando-lhe mais consistência: constituiu um corpo de funcionários régios fiéis, fez distinção acentuada entre o poder monárquico e o senhorial entre outras. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Nova História de Portugal, Portugal em definição de Fronteiras (1096 – 1325). Do Condado Portucalense à crise do Século XIV*. (1996), pp. 123-163, cit. por SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 44.

²⁰ AZEVEDO, Carlos, *op. cit.* (2000), p. 336.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 336.

²² Os Tombos dos bens pertencentes às Comendas do Vale do Mondego foram redigidos em 1508. A.N./T.T., Ordem de Cristo/ Convento de Tomar, liv. 276, fl. 1; liv. 307, fl. 1; liv. 308, fl. 70, fl. 1, fl.136, fl. 32 (doravante indicaremos este fundo como *O.C./C.T.*).

²³ MONTEIRO, Eduardo Filipe. - *O Património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder*. (2014), p. 26.

assim, a justificação para a criação desta frutuosa Comenda no enquadramento de Coimbra, assentaria na influência de D. Fernando de Sousa (07/10/1504²⁴ e 06/03/1508²⁵), herdeiro de seu pai Fr. Gonçalo de Sousa²⁶ do cargo de comendador de Dornes²⁷.

1.1 A governança da Ordem de Cristo, dos finais do século XV aos princípios do século XVI.

Achámos pertinente iniciar este segundo capítulo, recuando ao primeiro quartel do século XIV, pois as características que envolveram a fundação da Ordem de Cristo, são precursoras da relação de proximidade entre esta e a monarquia, facto que se verificou de forma continuada até ao século XVI, podendo considerar-se a Ordem como uma instituição ao serviço da Coroa²⁸. Note-se que, na centúria de Trezentos, todos os mestres da milícia, de forma evidente, demonstraram uma conduta de concordância e apoio aos desígnios da monarquia. D. João Lourenço mestre da Ordem, coloca-se ao lado de D. Dinis opondo-se a D. Afonso filho do monarca²⁹, e, tendo renunciado mais tarde à dignidade mestral (com a subida ao trono de D. Afonso IV), para o seu lugar seria escolhido D. Martim Gonçalves que, entre 1336-1339, aquando da guerra com Castela³⁰, pretendeu defender a linha de fronteira do Guadiana e particularmente Castro Marim contra as hostes invasoras de D. Afonso XI³¹.

O assassinato de D. Inês de Castro e o subsequente conflito entre Afonso IV e o infante D. Pedro, levaram a Ordem de Cristo e o seu mestre D. Rodrigo Eanes (1344-1357) a posicionarem-se ao lado do Rei. É, pois, compreensível que, em 1357 aquando da subida ao trono de D. Pedro, D. Rodrigo Eanes tenha renunciado ao cargo, dando lugar a D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1373), homem de confiança do novo monarca, com a

²⁴ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 303, fl. 16 e fl. 50v; liv. 308, fl. 101.

²⁵ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 70.

²⁶ Fernando de Sousa assumiu a dignidade de comendador-mor da O.C, que pertencera a seu pai, em 1475. SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), nota 1687, p. 360.

²⁷ Fr. Gonçalo de Sousa, pai de Fernando de Sousa e filho de Gonçalo Eanes de Sousa, foi vedor do Infante D. Henrique, seu Alferes-Mor, Alcaide-Mor de Tomar e Comendador de Dornes - COSTA, Pe. António Carvalho da - *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica...*, tomo III. (1706-1712), p. 207.

²⁸ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e - "A Ordem de Jesus Cristo." *Oceanos*. Nº 17 (Março 1994), p. 21.

²⁹ 1319-1324 foram anos conturbados e de clima de guerra civil, que opuseram o monarca D. Dinis ao seu filho, o infante D. Afonso. MATTOSO, José - *Portugal Medieval: Novas Interpretações*. (1984), cit. por SILVA, Isabel Morgado de Sousa e - *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. (2002), p. 46.

³⁰ A crise de 1336-39 ocorre devido a problemas conjugais entre D. Maria, filha de Afonso IV, e D. Afonso XI, e ao casamento do herdeiro do trono de Portugal D. Pedro, com D. Constança Manuel, filha de D. João Manuel, poderoso senhor de Castela e opositor do monarca castelhano D. Afonso XI. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira - *Nova História de Portugal, Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV. (1987), p. 498-500.

³¹ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 48.

lealdade que manteve também para com D. Fernando participando ao lado do Rei nas “guerras fernandinas”³². Situação mais complexa surge no mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373-1417), quando em 1383 segue a norma instituída, defendendo a causa da rainha regente, D. Beatriz, mulher de D. João I de Castela, para num segundo momento (que se justifica pelos desenvolvimentos ocorridos no Reino), tornar-se partidário do Mestre de Avis, ocupando Ourém. Aprisionado pelos castelhanos em Torres Novas, a evolução dos acontecimentos leva em 1385 à libertação do mestre da Ordem. A actuação de D. Lopo Dias em prol de D. João I, viria a reforçar de forma evidente as relações entre a instituição e a dinastia de Avis.

O século seguinte segue a mesma tendência de cooperação entre as duas instituições, situação que se evidencia logo no início deste período, com a escolha de D. Henrique para mestre da Ordem de Cristo; a sua relação com a Ordem estava presente desde a sua infância, nas pessoas da ama de leite Mécia Lourenço, mulher de Vasco Gonçalves de Almeida, cavaleiro da Ordem, e do seu aio, Frei Fernando Álvares, sendo plausível a intervenção de D. Lopo Dias de Sousa na formação e educação do infante³³. Esta proximidade entre a Ordem e D. Henrique, projecta-se ainda aquando da dotação da casa patrimonial do infante em 7 de Abril de 1411: D. João I pretendia assim alcançar a estabilidade e a boa vizinhança num vasto território, que da parte do Infante se estendia por áreas de Viseu, Guarda e Lamego, património que fazia fronteira com o vasto senhorio da Ordem.

O ano de 1415, data do empreendimento de Ceuta, representa um marco de viragem para o Reino, quando Portugal sai da Península Ibérica para fazer a guerra ao Infiel; D. Lopo Dias de Sousa e a Ordem de Cristo vão marcar presença em Ceuta de forma relevante, tanto mais que a bula de cruzada de João XXIII³⁴, colocava as importantes forças da Ordem ao serviço de D. João I. Um ano depois, o Infante D. Henrique assume a responsabilidade de prover e defender a praça recém-conquistada, demonstrando provavelmente a intenção de seu pai, de confiar ao infante o empreendimento expansionista iniciado com a conquista de Ceuta.

Em 1420 o Infante D. Henrique assume o cargo de mestre da Ordem de Cristo, facto que associa indelevelmente esta ordem ao fecundo processo dos Descobrimentos Portugueses,

³² SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 49.

³³ NEMÉSIO, Vitorino - *Vida e Obra do Infante D. Henrique*. (1984), pp. 7-22, cit. por SILVA, Isabel Morgado de Sousa e - *A Ordem de Cristo...* (2002), p. 61.

³⁴ Notou João Luís Inglês Fontes (FONTES, J. L. Inglês, “Cruzada e Expansão. A bula *Sane Charissimus*”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 7, 1995) que, desconhecendo-se o texto da bula em que se fundou a tomada de Ceuta, foi ela confundida com a *Eximiae Devocionis* de João XXIII. A bula *Eximia Devocionis* (20-03-1411), permitia que as ordens militares participassem com D. João I na luta contra o infiel. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira - *Nova História de Portugal, Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV. (1987), p. 542.

realidade confirmada, nomeadamente pela confirmação dada pelo papa Calisto III (1456), no reinado de D. Afonso V, à concessão de 1455, pelo papa Nicolau V, que atribuía a jurisdição espiritual de todas as terras já adquiridas e as que viessem a adquirir desde os Cabo Bojador e Não até aos Índios³⁵.

A morte do Infante D. Henrique em 1460, deixou algumas dúvidas ao monarca D. Afonso V, no que respeita à atribuição do mestrado da Ordem, pois se por um lado o monarca sabia que o herdeiro legítimo do infante seria D. Fernando, por outro sabia também que na perspectiva de manter a cooperação e as fortes relações entre a milícia e a monarquia, deveria ele próprio assumir o cargo ou concedê-lo ao príncipe herdeiro; a atribuição do cargo a D. Afonso V em 25 de Janeiro, demonstra a expressa vontade de manter as boas relações em favor do Reino, mas em Julho do mesmo ano este é entregue ao infante D. Fernando ³⁶, simultaneamente mestre da Ordem de Cristo e da de Santiago.

A morte de D. Fernando originou uma situação atípica no mestrado da Ordem: seu filho D. Diogo, cujo mestrado lhe fora entregue em 1471³⁷, de forma vitalícia, por vontade de D. Afonso V, chega ao cargo ainda menor de idade; no entanto, a particularidade da situação residia nas suas pretensões à Coroa portuguesa, justificadas pela sua ascendência, levando-o a liderar a segunda conspiração contra D. João II, que, como é sobejamente conhecido, significou a morte do Duque de Viseu³⁸. Salienta-se assim que o mestrado de D. Diogo é marcado por uma rivalidade ao rei, fazendo perigar a vida do monarca, facto que seria contrário às leis instituídas na Ordem de Cristo.

É neste contexto que começa a evidenciar-se D. Manuel que, por vontade de D. João II, recebe todos os bens de seu irmão D. Diogo, adquirindo o título de Duque de Beja em detrimento do extinto título de Duque de Viseu, e a dignidade de aceder ao cargo de mestre da Ordem de Cristo.

O mestrado de D. Manuel inicia-se logo após a morte de D. Diogo (1484)³⁹, sendo que a sua governação até 1495 se pautou sempre de acordo com as indicações régias. A subida ao

³⁵ *Monumenta Henricina*, vol. XII, doc. 137 pp. 286-288, cit. por SILVA, Isabel - *A Ordem de Cristo (1417- 1521)*. (2002), p. 78.

³⁶ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 82.

³⁷ *Monumenta Henricina*, vol. XV, doc. 6 pp. 7-9, cit. por SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002). p. 86.

³⁸ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal, Portugal do Renascimento à crise dinástica*, vol. V. (1996), p. 703.

³⁹ Apesar de assumir a dignidade de mestre da Ordem de Cristo em 1484, só em 1493 seria estabelecido como procurador da Ordem. A.N./T.T., *O.C./C.T.*, Cód.235, 3ª pt., fl. 97-98; B.N.L., Fundo Geral, Cód. 737, a fl. 64v, cit. por SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 95.

trono de D. Manuel significou o culminar de um longo período de boas relações entre a Ordem de Cristo e a monarquia, e o ano de 1495 representa algo ainda mais próximo: a união de ambas as instituições sob a égide da mesma pessoa; com efeito, a morte prematura do príncipe Afonso, e a impossibilidade de D. Jorge, filho ilegítimo, suceder no trono português, viabilizaram a anteriormente improvável subida ao trono do duque de Beja, mestre da Ordem, que associava agora a Coroa portuguesa.

A actuação de D. Manuel logo a partir de 1495, demonstra objectivamente a intenção de organizar e centralizar o poder régio, situação que se estende à Ordem de Cristo. Nesse sentido encetou medidas como a reforma dos forais e das Ordenações do Reino, que passaram a denominar-se “Manuelinas”; D. Manuel tentou também reconciliar a nobreza que havia sido proscrita pelo seu antecessor⁴⁰. No que respeita à governação da Ordem de Cristo, o monarca apresenta à semelhança das medidas aplicadas à administração do Reino, uma tendência organizativa que visava os interesses da Instituição, o que possibilitou ao convento de Tomar uma maior independência económica, definiu a aplicação e recurso à justiça, regulamentou a prática religiosa e permitiu que os cavaleiros da Ordem contraíssem matrimónio⁴¹. Foi de sua vontade a celebração do Capítulo Geral de 1503⁴², onde foram implementadas normas de adaptação a estes tempos, como foram, por sua deliberação, criadas trinta tenças ou comendas de 10.000 reais, retirados da Mesa Mestral, para entregar a quem enfrentasse o infiel no Norte de África; com o mesmo objectivo, seria concedido o benefício de retirar vinte mil cruzados anuais das rendas dos mosteiros do Reino, para a formação de novas comendas, e mais cinquenta comendas do Padroado Régio, correspondendo à anexação de igual número de igrejas do respectivo padroado⁴³.

D. Manuel usou a Ordem de Cristo em benefício do Reino, e simultaneamente, beneficiou-a com a sua modernização e enriquecimento. Note-se, como exemplo, que nos trinta

⁴⁰ D. Manuel autoriza o regresso a Portugal dos filhos do duque de Bragança, D. Jaime e D. Dinis, restitui também títulos a esta casa. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal...*, vol. V, (1996), p. 713.

⁴¹ A bula *Romani pontificis sacri apostolatus* emitida pelo Papa Alexandre VI em 1496, tornava possível que os comendadores das Ordens de Avis e de Cristo pudessem contrair matrimónio. SOUSA, D. António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Atlântida Livraria Editora, Coimbra, 1946-1954, t. II, p. 326-328, cit. por VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de - Ser freire, ser comendador. As consequências sociais da ascensão institucional. (2012) p. 614.

⁴² O Capítulo Geral de 1503, realizado em Tomar, contou com a presença de D. Manuel, e neste se elaborou uma nova normativa onde eram regulamentados os benefícios, a eleição do Mestre e a aplicação da justiça, entre outras medidas. MONTEIRO, Eduardo Filipe, *op. cit.* (2014), p. 21.

⁴³ VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de - “Modelos e sociabilidades. Nobreza e Ordens Militares (séculos XIV e XVI).” (2012), pp. 15-17.

e sete anos de mestrado de D. Manuel, as comendas da Ordem de Cristo aumentaram de menos de uma centena, para um número superior às quatro centenas e meia⁴⁴. O elevado número de medidas aplicadas em benefício da Ordem de Cristo, leva-nos a aceitar sem reservas as intenções de D. Manuel I, que passariam pela incorporação da Ordem na própria monarquia, propósito confirmado em 1517 no testamento do monarca em que refere que: “o Mestrado de Christo nunca sahira da Coroa e do rey por quanto averiamos por couza muy prejudicial e de grande inconveniente para o Reyno e para o Rey”⁴⁵.

A composição da Ordem em termos humanos, constituía-se desde a sua criação por freires religiosos e freires cavaleiros, com responsabilidades marcadamente diferenciadas: aos freires religiosos era exigida dedicação à vida religiosa, enquanto para os segundos estavam reservadas as responsabilidades militares⁴⁶, mas todos estavam obrigados ao juramento dos três votos da Ordem: obediência, castidade e pobreza⁴⁷, que, no seu contexto inicial em época da Reconquista, serviram como exemplo sólido a seguir, mas perderam gradualmente a sua importância, tornando-se nos finais do século XV verdadeiros entraves à evolução da mesma. Atentos a esta realidade, vários Mestres da Ordem foram durante este século introduzindo medidas reformadoras, pelo que, em 1426, ficou estabelecido que os freires podiam deixar os seus bens em testamento, contrariando o voto de pobreza⁴⁸. Reiterando esta vontade vão surgindo sucessivamente medidas como a de 1443, através da bula *Estsi suscepti cura regiminis*, que permitiu ao Infante D. Henrique o ingresso na Ordem de Cristo mantendo o seu património. A questão foi apresentada nos Estatutos da Ordem em 1449, voltou a ser abordada em Tomar, no Capítulo da Ordem em 1492, sendo sancionada em 1495 pela bula *Hodie nobis*⁴⁹. Salienta-se que os vários momentos em que o tema foi exposto, teve sempre por princípio um afastamento do voto de pobreza em benefício da manutenção e transmissão do património que, sendo da Ordem, ficaria entregue aos comendadores e às suas linhagens.

⁴⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I (1469 – 1521)*. (2005), p. 138. (Isabel Morgado refere que seriam perto de 500. SILVA, Isabel Morgado de Sousa e Silva – “Comendas novas da Ordem de Cristo...” (2009), p.118).

⁴⁵ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 109. PT-TT-GAV-16-2-2- fl. 9, 9v. Datado de 7 de Abril desse ano de 1517, o original encontrava-se na *Casa da Coroa*, Gaveta 16; foi inserto no *Livro da Reforma dos Documentos das Gavetas* que consultámos em linha. Também o encontrámos integralmente transcrito nas *Provas da História Genealógica da Caza Real Portuguesa* (Tomo II, pp. 325-346) A vontade expressa por D. Manuel é reforçada pela sua exortação para que, relativamente “às cousas do mestrado de Cristo” haja sempre “grande lembrança e cuidado”.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 120.

⁴⁷ *Definicoens, Estatutos dos Cavaleiros e Freires da Ordem de Nosso Senhor Iesus Christo & principio dela*. (1746), p. 15, 16. A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 312.

⁴⁸ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 126.

⁴⁹ A.N./T.T., O.C./C.T., Livro 15, fls. 53-55v; O.C./C.T., Cód. 232, 2ª pt., fls. 185-186v; Gaveta VIII, maço 1, nº 12; B.N.L., Fundo Geral, Cód. 735, fls. 101-103v, cit. por SILVA, Isabel Morgado de Sousa e - *A Ordem de Cristo...* (2002), p. 128.

A castidade como voto a seguir pela comunidade da Ordem de Cristo, representava igualmente um sério problema no que concerne à adaptação e evolução da milícia; neste caso não se legislou no sentido de atenuar a regra, mas sabemos bem que não foi cumprida com rigor⁵⁰. D. Manuel, demonstrando preocupação em resolver esta questão moral, conseguiu em 1496, que o papa Alexandre VI, libertasse os membros da Ordem de Cristo deste voto, permitindo o seu casamento e obrigando-os ao voto de castidade conjugal⁵¹. O monarca consegue assim solucionar um problema de longa data e ao mesmo tempo, alargar potencial humano a ingressar na Ordem. Note-se que a actuação de D. Manuel no que respeita à reforma destes dois votos estruturais da Ordem de Cristo, significa por um lado a conclusão de assuntos que podiam facilmente abalar a moralidade da mesma e, por outro, reflectem as intenções do Rei de modernizar a instituição, tornando-a um instrumento útil para os seus projectos como monarca.

Ao olharmos para a organização interna da Ordem, deparamo-nos em primeiro lugar com a Mesa Mestral, que seria o órgão com poder organizativo tendo como superior o Mestre da instituição; a composição da Mesa Mestral possuía como objectivos o suprimento das necessidades dos mestres e, em caso de guerra ou crise, a possibilidade de intervenção eficaz, sem necessitar de recorrer à restante organização; neste sentido estava definido que os mestres da Ordem não podiam ceder as comendas da Mesa Mestral sem aprovação estabelecida em Capítulo Geral⁵².

As comendas constituíam a base organizativa da Ordem e forneciam igualmente uma relação do seu património. Hierarquicamente as comendas estavam todas subordinadas ao Mestre da Ordem.

Entenda-se também que as comendas seriam benefícios eclesiásticos, económicos e conferentes de “estatuto”, cuja atribuição foi utilizada pelos monarcas para recompensar clérigos regulares, seculares, e mesmo leigos por serviços prestados⁵³.

No que concerne à Ordem de Cristo, refira-se que esta utilizava as comendas como método de identificação e de administração do espaço que era património da Ordem. Na

⁵⁰ Vejam-se as diversas cartas como a carta régia de dispensação a D. Leonor de Sousa, filha de D. Lopo Dias, mestre da Ordem de Cristo, e de Catarina Teles, mulher solteira ao tempo do nascimento. Dada no Porto, 16 de Junho de 1432 (1394) - Chancelaria de D. João I (2º Lº). *Chancelarias portuguesas. D. João I*, Vol. II, tomo II. Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2005, p.62.

⁵¹ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 129.

⁵² *Definições e estatutos de cavalleiros, e freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo com a História da origem e principio della.* (1746), p. 94. A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 312.

⁵³ SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal...*, vol. II. (1990), p. 106.

verdade, a milícia necessitava de ter uma noção das suas propriedades e do seu espaço, que eram o alicerce, a estrutura base da organização da Ordem de Cristo.

A Ordem usufruía dos proveitos do seu património, por intermédio dos comendadores que, em nome do Mestre, administravam as comendas, às quais era atribuída a competência, a organização e exploração dos domínios; a organização comendatária retirava proveito dos seus recursos territoriais, jurisdicionais, acumulando ainda rendimentos de índole eclesiástica, sendo a autonomia das comendas e a sua organização, comparável a um senhorio⁵⁴.

Inicialmente, o acesso às ordens e ao cargo de comendador, podia ser dado a indivíduos que provinham das cidades, onde constavam filhos de mercadores, de cavaleiros e de proprietários urbanos ou mesmo de estratos mais baixos, como os cavaleiros-vilãos⁵⁵, mas a partir do final do século XIII esta realidade foi sendo lentamente alterada, encaminhando o acesso à categoria de freire-cavaleiro para indivíduos com um estatuto de nobreza⁵⁶. Aceder à dignidade de comendador era aceder a importantes fontes de rendimento, facto que permitia aos escolhidos ampliar ou manter o seu estatuto na hierarquia social, servindo também como solução em casos de declínio económico promovidos por uma deficiente gestão económica, ou ainda por motivos externo-familiares, como as frequentes crises que por exemplo durante o século XIV atingiram Portugal. A doação de comendas às principais linhagens do Reino, facultou à nobreza vastas áreas de território, a Sul do Douro e no Vale do Tejo, onde esta não detinha património significativo.

Durante a regência de D. João I e o princípio do reinado de D. Afonso V (1385-1450), observamos já um número significativo de indivíduos nas fileiras das ordens militares, cuja proveniência seria a nobreza. De facto, a subida ao trono da dinastia de Avis e a subsequente entrega da administração das ordens militares aos infantes⁵⁷, levou a nobreza a olhar para estas como forma de aceder a cargos e estatutos de primeira importância.

D. Manuel pôde usufruir de um património mais vasto, e também beneficiou com aqueles que, ao Reino prestassem bons serviços. Durante o seu reinado verificou-se um aumento do número de comendas transmitidas de uma geração para outra⁵⁸, para assim

⁵⁴ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 188.

⁵⁵ VASCONCELOS, António Pestana de - “Modelos e sociabilidades...” (2012), pp. 3-4.

⁵⁶ *Regra e Definições* de 1503, A.N./T.T., Série Preta, nº 1393, cap. VIII, fl. 18v, cit. por VASCONCELOS, António, Pestana de - “Modelos e Sociabilidades...” (2012), p. 4. (veja-se também *Definições e estatutos de cavaleiros, e freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo...*, (1746), p. 25. A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 312).

⁵⁷ VASCONCELOS, António Pestana de - “Modelos e Sociabilidades...” (2012) p. 7.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 18.

perpetuarem dentro da sua família as propriedades que administravam; no mesmo sentido, era também praticada uma política de casamentos com indivíduos pertencentes às ordens militares que, até 1496, estava condicionada apenas à Ordem de Santiago, mas posteriormente foi aplicada também às ordens de Cristo e de Avis⁵⁹.

Como se pode verificar, o interesse em ingressar nas Ordens e de perpetuar o seu domínio, por parte das linhagens ganha grande importância, sendo que o sucesso das suas estratégias vai aumentando o número de indivíduos a ingressar na milícia, situação que, no que concerne à Ordem de Cristo, é feita com a anuência do monarca, demonstrando as suas intenções de manter e aumentar um mais vasto número de nobres, colocando-os ao serviço da Coroa.

Aos freires cavaleiros estavam reservados os acessos a benefícios e a cargos, como o governo e a administração das terras das comendas. Perante tamanha responsabilidade, as Ordens sentiram a necessidade de criar regras para o acesso a estes benefícios, pelo que, relativamente à Ordem de Cristo, o acesso ao cargo de comendador dependia do Mestre, sendo a antiguidade um dos critérios a ter em conta para se alcançar essa dignidade. Em princípio, cada indivíduo podia ser apenas comendador de uma comenda, deveria nela residir e, se o benefício fosse de natureza militar, era obrigado a prestar menagem ao Mestre⁶⁰.

As famílias de melhor linhagem no Reino foram dando, por interesse próprio, cada vez mais importância à administração das comendas, que geriam como se fossem pertença sua, servindo mesmo em certos casos como dote em casamento⁶¹.

A ascensão de um freire cavaleiro ao cargo de comendador era tida como uma promoção ao nível da sua milícia, possibilitava novas fontes de rendimento, favorecia o acesso ou, pelo menos uma maior proximidade às fontes de decisão, à monarquia; estes factores eram fonte inequívoca de grande interesse, gerando manobras políticas, económicas e sociais.

⁵⁹ Após 20 de Junho de 1496, esta regra é aplicada às ordens de Avis e de Cristo, por via da Bula *Romani pontificis sacri apostolatus*. SOUSA, D. António Caetano de (1946-1954) - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Atlântida Livraria Editora, Coimbra, t. II, p. 326-328, cit. por VASCONCELOS, António Pestana de - “Modelos e Sociabilidades...” (2012), p. 21.

⁶⁰ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 46.

⁶¹ VASCONCELOS, António Pestana de - “Ser freire, ser comendador...” (2012), p. 609.

1.2 As Comendas do Vale do Mondego, da estratégia geográfica à exploração económica.

A presença de comunidades organizadas na região do Vale do Mondego, sejam os locais correspondentes a Soure ou a Condeixa, é atestada pela arqueologia, por exemplo na estação arqueológica de Forno de Cal que remonta ao Neolítico⁶², o que pode ser considerado como uma realidade extensível à região do Vale do Mondego, hipótese apoiada pela homogeneidade regional deste espaço territorial, que concilia a abundância de água com terrenos férteis propícios à actividade agrícola, resultante, em grande parte, dos sedimentos depositados pelas enchentes dos seus cursos de água⁶³.

A região de Coimbra e do Vale do Mondego situa-se no centro litoral do Portugal actual. Aquando da fundação da nacionalidade, a região do Mondego fora terra de fronteira entre cristãos e muçulmanos. Afonso Henriques, prosseguindo a estratégia iniciada por sua mãe em 1128, confirmou a sua doação, em 1129 ou 1130, do castelo de Soure e arredores, à Ordem dos Templários⁶⁴, englobando nesta concessão Ega, Pombal e Redinha. A intenção inseria-se no estabelecimento de uma linha defensiva que assentava sobre a antiga, mas ainda muito utilizada via romana proveniente de *Olisipo*⁶⁵, cabendo aqui a reconstrução do castelo de Soure⁶⁶ e duas outras fortificações: a pequena estrutura defensiva de Ega e o castelo de Pombal (1159)⁶⁷. A entrega deste território à Ordem do Templo coaduna-se também com o facto de esses freires-cavaleiros possuírem experiência e conhecimentos de índole militar, sendo considerados guerreiros especializados e mestres de arquitectura militar⁶⁸, factos que serviam os objectivos estratégicos de defesa e de expansão do território.

⁶² Foram também identificados na região escassos vestígios do Mesolítico, em locais como Tapéus (sítio da Dolina, Toca do Ladrão), no Zambujal (Abrigo 1 dos Covões), na freguesia do Furadouro no Concelho de Condeixa-a-Nova. FREITAS, Bruno Ricardo Bairrão de - *Paisagens do Baixo Mondego: Por um debate acerca de Ega, Arrifana e Picota*. (2015), pp. 8-11.

⁶³ As grandes enchentes pertencem ao principal rio da região, o Mondego, no entanto também se verificavam nos seus afluentes. RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. (1991), p. 53.

⁶⁴ BARROCA, Mário – “Os Castelos dos Templários em Portugal e a Organização da Defesa do Reino no século XII.” (2001), pp. 215-216.

⁶⁵ BARROCA, Mário Jorge – “Organização territorial e recrutamento militar (da Reconquista a D. Dinis)”, in *Nova História Militar de Portugal*, (séc. XI-XV), vol. I. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 69-94, cit. por PEREIRA, Emanuel Cardoso - *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média...* (2013), p. 14.

⁶⁶ O castelo de Soure havia sido incendiado (1116) perante a ameaça das hostes muçulmanas. BARROCA, Mário, *op. cit.* (2001), p. 217.

⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp. 217 e 220.

⁶⁸ BARROCA, Mário Jorge, *op. cit.* (1996-97), pp. 171-209.

Compreende-se que as comendas do Vale do Mondego, nos casos particulares de Soure, Ega e Pombal, assumem valor primordial na defesa da cidade de Coimbra, associando-se a esta estratégia a Comenda da Redinha, devido à sua localização.

Em 1508, a Comenda de Dornes era anexa à Comenda de Ega e também ela teve decisiva importância, dado que o seu posicionamento lhe permitia controlar uma razoável extensão do Zêzere⁶⁹, que é posterior à lógica defensiva de Soure, Ega, Redinha e Pombal. Dornes possuía já na época romana uma estrutura de vigia⁷⁰, reconstruída por Gualdim Pais⁷¹, Mestre da Ordem do Templo, cujas dimensões fazem supor funções não só de vigia, mas também de cariz defensivo.

A construção do castelo de Leiria, em 1135, e as conquistas de Lisboa e de Santarém, em 1147, deram à região do Vale do Mondego, uma maior segurança⁷² propícia ao desenvolvimento económico, que gradualmente vai emergindo na região, assumindo-se como factor preponderante nas respectivas comendas.

O declínio estratégico-militar da região do Vale do Mondego é amplamente comprovado nas visitas manuelinas do início do século XVI: o castelo de Soure, com as suas torres derrubadas incluindo a torre de menagem⁷³ e, um pouco mais a norte, em Ega, a sua pequena fortificação deu lugar ao Paço dos Comendadores-Mores⁷⁴; ambos os exemplos revelam inequivocamente a degradação das estruturas militares, mas também o seu reaproveitamento.

Abordada a questão estratégica da região, importa atender à sua importância económica, mais particularmente no respeitante às comendas da Ordem de Cristo situadas no Vale do Mondego.

A região tinha uma localização de fundamental importância em termos económicos, fazendo uso da centralidade das suas vias terrestres, por onde circulavam os produtos entre o Norte e o Sul de Portugal, e beneficiando de uma extensa rede fluvial constituída pelo Mondego

⁶⁹ BAIÃO, António - *A Vila e o Concelho de Ferreira do Zêzere. Apontamentos para a sua História Documentada*. Lisboa, fac-símile da edição da Imprensa Nacional, 1918, Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, 1990, p. 22, cit. por VICENTE, Maria da Graça Antunes Silvestre - *Entre Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (séculos XII-XIV)*, vol. I. (2013), p. 29-31.

⁷⁰ <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73796> - Consultado em 20-12-2016.

⁷¹ *Idem*.

⁷² SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Nova História de Portugal, Portugal em definição de Fronteiras (1096 – 1325)*... (1996), p. 29.

⁷³ Tombo da Comenda de Soure (1508). A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 1v e 2.

⁷⁴ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 70v.

e seus principais afluentes⁷⁵. A abundância de cursos de água servia também como importante instrumento de fertilização dos campos que, devido às características topográficas regionais, permitiam a formação de planícies de aluvião⁷⁶.

Estes três factores foram os pilares essenciais em que assentou a valia económica da região no início do século XVI e as comendas de Soure e de Ega usufruíram de excelentes capacidades de produção agrícola, assim como da facilidade de escoamento dos seus produtos.

No entanto, o aproveitamento ou, se quisermos, a majoração da produção agrícola destes territórios, necessitou do esforço e do engenho humanos, na secagem de pântanos e na abertura de canais, instrumentos para o regadio de culturas e força motriz para os moinhos hidráulicos que polvilhavam a região⁷⁷. Todo esse processo de drenagem, secagem e rentabilização dos terrenos agrícolas da região, recebeu apoio de vários monarcas, de senhorios particulares e religiosos.

A preocupação na secagem e drenagem de pântanos na região, é antiga, sendo que para o período pós-Reconquista⁷⁸, existem referências documentais que apontam o ano de 1198, como a data em que se demonstrou interesse em drenar o paul de Brunhelas⁷⁹: o presbítero de Maiorca fora encarregado de o romper, o que haveria de aumentar substancialmente as terras férteis, possibilitando a fundação de novas localidades; efectivamente, no século seguinte originaram-se diversas povoações como: Brunhós, Migalhó e Ulmar⁸⁰, lugares pertencentes ao actual concelho de Soure, cuja origem está directamente relacionada com a drenagem de águas paradas.

D. Dinis, em 1286, aforara aos habitantes de Santa Cristina dois pauis entre outros bens⁸¹, durante o século XIV assistiu-se ao envolvimento da monarquia na regularização dos

⁷⁵ Soure, Montemor e Verride constituem exemplos de antigos portos fluvio-marítimos. RIBEIRO, Orlando - *Introduções Geográficas à História de Portugal*. (2001), p. 97.

⁷⁶ RIBEIRO, Orlando, *op. cit.* (1991), p. 53.

⁷⁷ Acerca do esforço para aproveitamento da água encetado pelo Homem, falaremos mais à frente no capítulo “A hidrografia da região e a sua importância na economia local”.

⁷⁸ Note-se que já na época muçulmana existia o reconhecimento da fertilidade desta região. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal, das invasões germânicas à Reconquista*. (1993). pp. 154, 155.

⁷⁹ Seguimos a lição da Doutora Maria Helena Coelho quanto à denominação do local. COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. (1989) p. 47.

⁸⁰ Migalhó e Ulmar são actualmente denominadas por Gesteira e Urmar. *Idem, ibidem*, p. 59.

⁸¹ A.N./T.T. – *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fls. 177-177v cit. por COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego...* (1989), p. 62. Santa Cristina (pertence actualmente à freg. de Portunhos, conc. de Cantanhede).

curtos de água⁸² e também no século seguinte. Foi, pois, de duração secular este processo de elevado esforço monetário e humano, que obrigou ao envolvimento da monarquia.

É o incremento de novos colonos, gentes que saíam das suas terras de origem à procura de melhores condições de vida, que dá início ao processo de ampliação de terrenos cultiváveis. Por comparação com a margem direita do rio Mondego, a margem esquerda é colonizada mais tardiamente⁸³, enquanto a Sul se verificaram maiores vicissitudes relacionadas com o processo de Reconquista. É este o contexto que leva à formação de casais, unidades agrícolas a partir das quais se desbravavam e cultivavam novas terras, onde se preparavam e reparavam os instrumentos para estes trabalhos, onde se cuidava do gado e se provia as suas necessidades, sem escamotear os trabalhos domésticos⁸⁴. Com origem nas antigas *villae* romanas, o casal tornou-se o ideal de exploração camponesa medieval⁸⁵ a boa adaptação desta unidade agrícola ao meio, proporcionava, em primeiro lugar, o sustento da sua comunidade, produzindo ainda excedentes que serviam como moeda de troca, dinamizando a economia local; o casal era tido como uma unidade habitacional responsável pela colonização e desbravamento de novas terras, sendo factor estruturante e sustentador da família camponesa, cuja organização seria comparável a uma empresa de cariz familiar⁸⁶. A disseminação desta unidade agrícola é notória, dado seu elevado número nos tombos manuelinos de 1508 das comendas de Ega e de Soure⁸⁷.

Note-se, porém, que a colonização do espaço a Sul do Mondego não foi um processo contínuo de crescimento populacional ou de conquista de novas terras aráveis. Os maus anos agrícolas⁸⁸ alteraram esta continuidade, mas, de forma profunda, foi a peste que em muito contrariou esse processo: a peste bubónica que chegara à Europa no ano de 1347, progrediu rapidamente, atingindo em Maio de 1348 a Península Ibérica, e em Setembro desse mesmo ano chegou à região de Coimbra⁸⁹. O rápido progresso da pandemia e a elevada mortalidade, levaram a um decréscimo acentuado da população⁹⁰, provocaram igualmente o pânico e a

⁸² COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego...* (1989), p. 109.

⁸³ *Idem, ibidem*, p. 9.

⁸⁴ RIBEIRO, Orlando, *op. cit.* (1991), p. 119.

⁸⁵ CONDE, Manuel Sílvia Alves - *Uma Paisagem Humanizada*. (2000), p. 181.

⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 181.

⁸⁷ Contabilizamos aproximadamente 125 casais, 79 em Ega e 46 em Soure, sendo a temática abordada também no subcapítulo 4.2 deste trabalho “Dinâmica agrícola das comendas de Ega e de Soure”

⁸⁸ Os séculos XIV e XV, registaram um número elevado de crises alimentares, estas aconteceram em 1331, 1333, 1355-56, 1364-66, 1371-72, 1374-76, 1384-87, 1391-92, 1394, 1397-1400, 1403, 1412-14, 1418, 1422-27, 1436-41, 1445-46, 1452-55, 1459-61, 1467-68, 1472-73, 1475-78, 1484-88, 1490-91 e 1494-96. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal, Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV. (1987), p. 30.

⁸⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *op. cit.* (1989), pp. 22,23.

⁹⁰ Note-se que a peste não foi um acontecimento temporariamente isolado, esta dizimou em maior ou menor grau a população portuguesa nos anos de: 1348, 1356, 1361-63, 1374, 1383-85, 1389, 1400, 1414-16, 1423, 1429, 1432,

procura acentuada da salvação divina, de que resultou o aumento substancial das posses das ordens religiosas e das ordens militares⁹¹, pela doação de propriedades de pessoas afectadas pela doença. Aliás, logo em meados do século XIV, a área de cultivo diminui em consequência de não haver mão de obra⁹², interrompe-se o desbravamento de novas terras na região do Vale do Mondego e abandonam-se propriedades agrícolas anteriormente produtivas.

Apesar das crises mais ou menos sistemáticas que percorreram os séculos XIV, XV e XVI⁹³, verificou-se que o contexto de importância económica das comendas da Ordem de Cristo no Vale do Mondego se manteve em primeiro plano, evoluindo de forma positiva e consolidando o seu senhorio na região, em resultado da boa organização da Ordem na defesa e rentabilização do seu património e do interesse e da proximidade da Coroa.

Sabemos que a monarquia utilizou a Ordem de Cristo como um valioso instrumento, cujo uso se revelou por diversas vezes decisivo nos destinos do Reino; seria importante para a monarquia manter a proximidade, a força e lealdade desta Ordem, concedendo-lhe benefícios como a doação de territórios, a sua exploração, a atribuição de cargos e de títulos. Diga-se que a estreita relação entre as duas instituições foi para ambos os casos proveitosa, contribuindo de forma explícita para o enriquecimento das mesmas.

Inicialmente a exploração das terras das comendas era directa, ou seja, os seus custos de exploração estariam a cargo dos comendadores, que organizavam, preparavam e suportavam os custos necessários ao seu cultivo; no entanto, o trabalho e os custos despendidos pelos senhorios revelaram-se excessivos, originando gradualmente o aforamento das terras das comendas a terceiros, dispensando-se os comendadores deste ónus e obtendo em troca uma renda anual paga em moeda ou em géneros⁹⁴. Além dos rendimentos obtidos da exploração das terras, os comendadores obtinham também proventos ao nível jurisdicional de direitos reais como portagens, açougagem e jugada e direitos sobre a água, matos, pastos e caça⁹⁵.

1437,-39, 1448-52, 1456-58, 1464, 1472, 1477-81 e 1483-87. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal, Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV. (1987), p. 21.

⁹¹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *op. cit.* (1989), p. 535.

⁹² *Idem, ibidem*, p. 78.

⁹³ Já referenciámos as crises alimentares e da peste, falta aludir a crises militares, as quais podemos datar em: 1369-70, 1372-73, 1381-82, 1384 e 1385 (invasões castelhanas); as guerras civis do reinado de D. Dinis, 1321-22, 1323 e 1324, do reinado de D. Afonso IV, 1326-1355. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal, Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV. (1987), p. 30.

⁹⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz, *op. cit.* (1989), p. 282.

⁹⁵ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 203-204.

No que se refere à Comenda de Soure existiam impostos como a “portagem”, a “açougagem”, o “mordomado”, a renda do verde⁹⁶, as “conhecenças”⁹⁷, a dízima do pão, vinho, azeite, linho, gado, lã, queijos, manteigas, mel e legumes⁹⁸. Os senhorios possuíam ainda legitimidade para, em nome do Mestre, criar e aplicar leis, com objectivos claros de proteger e ampliar o seu património. Em Soure era permitido aos moradores possuírem nas suas habitações fornos de pão para sustento próprio, no entanto, era proibida à população a posse de tais fornos fora de suas casas, pois estes pertenciam à Ordem, estando prevista uma coima de 500 reais para os infractores; a mesma comenda obedecia a legislação que restringia a posse e construção de novos moinhos de água, impondo a exclusividade da Ordem na construção de novos moinhos nos rios Anços e Arunca⁹⁹. Nas comendas de Ega e de Soure era praticado o relego sobre o vinho¹⁰⁰ - para os prevaricadores estava prevista uma diversidade de penas, em função da gravidade dos delitos: em Ega estava estipulada para quem roubasse ou infringisse as posses e os direitos da Ordem, perda de bens¹⁰¹, em Soure uma coima de 500 reais¹⁰².

A análise dos pagamentos, rendas, foros e coimas revela que estas obrigações variavam em função das particularidades geográficas das comendas, que constituíam no seu todo a fonte de rendimentos que possibilitava o sustento e enriquecimento dos seus senhorios; por outro lado, e em oposição aos senhorios, verificava-se que um tão elevado número de obrigações e tributos resultavam em exploração dos senhorios sobre as populações, atingindo frequentemente níveis abusivos¹⁰³.

No início do século XVI, D. Manuel, que tinha sob o seu controle um vasto senhorio na Ordem de Cristo, necessitava de aprofundar o quão vasto este seria, precisava também de quantificar a riqueza da milícia, de saber acerca da eficiência da administração desta, para assim tentar rectificar situações irregulares no seio das comendas e ordenar possíveis melhorias como fossem a reparação de edifícios ou redistribuição de territórios abandonados.

⁹⁶ A “renda do verde”, era devida ao “rendeiro do verde” que, segundo Viterbo: “É propriamente o que arrenda as coimas, que se impõem aos que danificam as searas, hortas, palmares, sotos, olivais etc.” in VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases...* Vol. II. (1993) p. 531.

⁹⁷ “Conhecenças” são referidas no tombo de Soure como dízima pessoal. A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 26.

⁹⁸ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fls. 26 e 26v.

⁹⁹ A.N./T.T., O.C./C.T., liv., 303, fl. 27 cit. por SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 199.

¹⁰⁰ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fls. 26v e 97v.

¹⁰¹ Em Ega, no caso de desrespeito do relego, seria paga uma coima de 500 reais e a quem reincidisse seriam partidos os vasilhames: “que lhe talhem os arcos aa louça”. A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 97v.

¹⁰² Coimas aplicadas a quem desrespeitasse o relego, as restrições da cozedura do pão, da pesca e da caça, sendo que nos últimos dois casos além da coima eram apreendidos os utensílios dessas artes. A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fls. 26v e 27.

¹⁰³ SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, *op. cit.* (2002), p. 204. (Ver por todos, COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média.* (1989), pp. 338-366).

É nesta linha de pensamento que são ordenadas as Visitações, aprovadas no Capítulo Geral celebrado no convento de Tomar, em cinco de Dezembro de 1503, de que foram elaborados os tombos de Soure e de Ega, em oito e seis de Março de 1508, respectivamente.

Ambos os tombos constituem um inventário detalhado das posses das duas comendas, onde se descrevem as suas dimensões, cultivos, construções e contratos, são identificados os arrendatários e as características do contrato, as culturas praticadas e as rendas assumidas. Assinalam-se as terras abandonadas e os edifícios em mau estado. Como exemplos refira-se a descrição elaborada pelos visitantes ao castelo de Soure, aludindo à ruína da torre de menagem e a uma segunda torre¹⁰⁴, mas ao mesmo tempo tendo casas muito bem conservadas e reparadas¹⁰⁵; na mesma Comenda, nos arredores da vila, faz-se referência à ermida de São Tomé e a duas casas de lavradores que, por estarem em muito mau estado, são mandadas reparar¹⁰⁶; no tombo de Ega faz-se a descrição do edifício do Paço, referindo-se o mau estado da construção e ordenando-se ao comendador-mor, que se façam obras de melhoramento¹⁰⁷. Nas descrições de granjas, quintas, herdades, casais e terras verifica-se a preocupação na identificação do produto cultivado, a sua produtividade, a quem estava aforado e qual o foro a pagar, como na Comenda de Soure, onde se refere o aforamento de um terreno de juncal, no lugar da Várzea, que serve para cultivar cereal, a Pedro Álvares, estando estipulado que este teria de pagar o quinto e o dízimo, mais o pagamento de foro de dois alqueires de trigo por ano e uma galinha no Natal¹⁰⁸, ou na Comenda de Ega o aforamento a João Vaz morador em Tapéus, do casal do Claro, no termo da Redinha, e com a obrigação de pagar de foro um alqueire e meio de trigo mais um capão e dez ovos¹⁰⁹.

Consideramos de forma razoável que a dimensão económica das comendas de Ega e de Soure, aceitando variáveis de carácter geográfico, topográfico e geológico, representam uma amostra da dinâmica das comendas da Ordem de Cristo no Vale do Mondego. Assim, refira-se que a Comenda de Ega era, em 1508, um espaço essencialmente rural, organizado em casais e herdades, onde por norma se identificavam em maior detalhe espaços de produção agrícola como leiras, cortinhais, chousos, courelas, eiras, jeiras, talhões, folhas, latadas de vinha, olivais, soutos, várzeas, vinhas e quintais. Ao nível das edificações referenciadas no tombo, salienta-

¹⁰⁴ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 1v e 2.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, fl. 2.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, fl. 10 e 10v.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*, fl. 70v.

¹⁰⁸ *Idem, ibidem*, fl. 17v.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, fl. 79v.

se, com algumas excepções¹¹⁰, a sua maior incidência na vila de Ega, identificando-se uma adega, o Paço de Ega, a igreja de Santa Maria da Graça, diversas casas, celeiros, abrigos de gado, currais, palheiros, pardieiros, lagares de vinho e um pelame; destacam-se ainda outras propriedades na região de Coimbra, onde se identificam pequenos terrenos de cultura descritos como chão pequeno, cortinhais, seíçal pequeno, que coexistem com casais, leiras e jeiras. Existem na cidade de Coimbra edificações como casas, cavalaria, currais, armazém, celeiro e moinhos.

A produção agrícola da comenda é maioritariamente cerealífera¹¹¹, observando-se também uma importante cultura de vinha e do olival; em escala aparentemente menor surgem as árvores de fruto como figueiras, pereiras, laranjeiras, ameixeiras, a par da cultura de linhaça.

Para tentarmos alcançar um índice da dimensão económica da Comenda de Ega, atendemos às descrições do seu tombo que fazem referência aos foros devidos e à capacidade da sua produção cerealífera. As rendas dos aforamentos eram algumas vezes pagas em moeda, mas dava-se preferência ao pagamento em géneros diversificados, como fossem cereais, galinhas, frangos e capões, ovos, vinho e, mais escassamente, toucinho, pães alvos, carneiros; outra forma de pagamento apesar de aqui pouco comum, seria a oferta do jantar¹¹² aos que efectuam o trabalho.

Note-se que a nossa tentativa de quantificar a produção agrícola e dos pagamentos das rendas à Ordem não demonstra com rigor o desenvolvimento económico da Comenda, pois observa-se que o tombo de Ega não descreve com exactidão a sua produção, omitindo em muitos casos a cultura aí praticada ou a quantidade de produtos agrícolas produzidos, problema que se reflecte nas rendas e foros que recorrem frequentemente a pagamentos em partes como a dízima, meias, oitavas, quartas, sextas, ou a primícia, a eirádaga, as alças, a fogaça e as conhecenças; mesmo assim, pensamos que este “caminho” poderá sugerir o desenvolvimento do território, fornecendo pistas úteis e a possibilidade de comparação com outras comendas ou com outras fontes descritivas da economia da época.

¹¹⁰ Como exemplos de excepção refira-se uma casa de moinhos no termo de Ega, ou um casal em Vagos com duas casas de pedra e barro, ou uma casa na cidade de Coimbra.

¹¹¹ A análise do Tombo de Ega de 1508 revela por comparação com outras culturas, um maior detalhe nas descrições das culturas cerealíferas, sendo ainda perceptível no documento que, os pagamentos dos aforamentos eram maioritariamente efectuados em cereal. Factos que em nossa opinião indicam a cultura do cereal como base produtiva da Comenda.

¹¹² A.N./TT., O.C./C.T., liv. 308, fl. 81v e 92v.

Seguidamente apresentamos o quadro com as rendas devidas à Ordem de Cristo identificadas no Tombo de Ega, tentando assim estabelecer de forma relativa a dimensão económica da Comenda. Salienta-se que no referido tomo existem culturas das quais não se consegue quantificar a renda, ou porque não se faz referência ao pagamento, ou porque e como já foi dito, não estando quantificada a produção não se consegue descortinar o quinhão a pagar à Ordem. As vinhas e os olivais ocupam neste contexto lugar de destaque¹¹³, em lugar oposto encontra-se a cultura do cereal, que estando descrita com maior detalhe permite a sua melhor quantificação ainda que também neste caso existam algumas omissões¹¹⁴. O documento apresenta apenas três pagamentos em numerário, um de 320 reais, outro de 1000 reais e um último de 100 reais, sendo os dois primeiros pagos pelo tabelião Jorge Fernandes, morador em Coimbra, e o terceiro pagamento por Pêro de Figueiredo¹¹⁵, transmitindo neste caso a ideia de que na Comenda de Ega os aforamentos incidiam essencialmente em pagamento em géneros.

**Quadro 1 - Rendas identificadas no Tombo
de Ega de 1508**

Moios de cereal	12
Alqueires de cereal	492
Alqueires de pão meado	3
Alqueires de pão terçado	6
Pão alvo	5
Capões	127
Galinhas	9
Frangos	7
Ovos	830
Carneiros	2
Toucinho	1
Patos	5
Moeda	1320 reais

O quadro acima indica os géneros usados para pagamentos em que se destacam os cereais, os capões e os ovos. Salientamos os valores em numerário (1320 reais), porque foram

¹¹³ Como exemplo refira-se na Comenda da Ega um olival com 300 oliveiras emprazado a Fernando Afonso e paga dele o oitavo e o dízimo. A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 91.

¹¹⁴ Como exemplo refira-se uma herdade no lugar do Paul, Soure, onde se contabilizam 8 moios de cereal e onde não se faz referência a qualquer pagamento A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 10.

¹¹⁵ Jorge Fernandes tabelião, 320 e 1000 reais, A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fls. 93 e 95, Pêro de Figueiredo, 100 reais, A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 79v.

pagos apenas por dois indivíduos: o tabelião Jorge Fernandes e por Pedro de Figueiredo¹¹⁶. A seguir apresentamos um segundo quadro que faz referência à produção estimada e identificada da Comenda.

**Quadro 2 - Produção estimada do Tombo
de Ega de 1508**

Moios de Cereal	12
Alqueires de Cereal	1352
Alqueires de Linhaça	2

O quadro acima reforça a certeza das omissões do tombo, só se conseguindo contabilizar com relativa certeza a produção de cereal e de linhaça; das vinhas percebem-se em muitos casos as suas dimensões, sem nunca se fazer alusão à sua produção, situação idêntica no que concerne às oliveiras e outras árvores de fruto como figueiras, pereiras, laranjeiras. O documento descreve também alguns currais e pardieiros, deduzindo-se a existência de criação de animais, que se confirma aquando dos pagamentos de foros, nos quais se enumeram capões e outras aves de capoeira, ou de forma mais escassa carneiros, porcos e cavalos. Pensamos que a elaboração do tombo de Ega em 1508, serviu com algum rigor os seus objectivos, embora à luz de uma leitura actual o documento suscite dúvidas, que se justificam pelos séculos que, entretanto, decorreram. Os dois quadros seguintes, de características similares aos expostos anteriormente, correspondem à Comenda de Soure.

Quadro 3 – Rendas identificadas no tombo de Soure de 1508

Moios de cereal	44
Alqueires de cereal	690
Capões	57
Galinhas	31
Frangos	1
Ovos	498
Moeda	1840

¹¹⁶ Numa minuta de carta régia não datada, encontramos uma referência a Pêro de Figueiredo identificando-o como vereador do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A.N./T.T., PT/TT/FRA/03.02/00025.

Quadro 4 - Produção estimada do Tombo de Soure de 1508

Moios de Cereal	84
Alqueires de Cereal	1796

A comparação de todos os quadros de ambas as Comendas permite concluir que a produção e as rendas da Comenda de Soure são superiores às da Comenda de Ega, e que os géneros de pagamento são mais diversificados em Ega. Em Soure é utilizado de forma mais expressiva o pagamento em numerário, sendo também superior o número de contratos que recorrem a este meio de pagamento¹¹⁷. O Tombo de Ega descreve um maior número de aforamentos a particulares, situação não justificada pela produção, (superior em Soure), mas porque pertence à Mesa Mestral¹¹⁸ justificará a maior importância dada na Comenda à exploração directa, dado que o Mestre da Ordem era o beneficiário da sua exploração. Tal como em Ega, verifica-se na Comenda de Soure o uso de pagamentos em partes como o dízimo, o terço, quarto, quinto, oitavo, a primícia, as conhecenças e a maquia. O Tombo de Soure descreve, em comparação com o de Ega, um mais significativo número de edificações, concentradas na vila e também nos arredores em lugares e em povoações como em São Mateus, Granja do Ulmeiro, Granja da Caparota; identificam-se na Vila de Soure algumas ruas designadas por “ruas foreiras”¹¹⁹, o que em conjunto com outras edificações referenciadas no documento como as adegas, açougues, celeiros, fornos de pão, moendas de azeite, moinhos, pelames, casas e jardins, transmitem a ideia de que Soure teria, à data, uma feição mais “urbana” do que Ega, mais rural e de menor dimensão.

A Ordem de Cristo usufruía de instrumentos legais, cuja aplicação garantia o respeito e a manutenção da exploração económica dos seus domínios. Em ambas as comendas se estipula que todos os direitos reais pertencem às ditas comendas, assim como os direitos do vento¹²⁰ as conhecenças e o relego com uma duração de três meses¹²¹; no caso da Comenda de Soure acrescenta-se que a portagem, o mordomado e todos os direitos da alcaidaria pertencem à Ordem e são pagos conforme o foro de Coimbra¹²², sendo que o alcaide-mor é escolhido por

¹¹⁷ Identificam-se no Tombo de Soure sete pagamentos em numerário.

¹¹⁸ “Tombo da villa de Soure que aa mesa mestral pertence”. A.N./T.T., *O.C./ C.T.*, liv. 308, fl. 1.

¹¹⁹ A.N./T.T., *O.C./ C.T.*, liv. 308, fl. 4 e 4v.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, fl. 96v e 27v.

¹²¹ *Idem, ibidem*, fl. 97v e 26v.

¹²² *Idem, ibidem*, fl. 26v.

este senhorio; a milícia tem também o direito sobre as ofertas das portas das igrejas e ermidas¹²³. Num contexto ligeiramente diferente mas com objectivos idênticos, descrevem-se nos tombos as proibições que incidem sobre a construção de fornos de pão¹²⁴, de edificação de moinhos de água e de pesca, sobre extensas áreas da rede hidrográfica, e estabelecem-se coimas para os prevaricadores, que podem ser em numerário, como o caso do desrespeito do “relego” ou da construção de fornos, com coima prevista de 500 reais¹²⁵, ou do desrespeito dos limites de pesca com coima do mesmo valor e acrescentando-se a perda do material de pesca¹²⁶. Os exemplos descritos acima pertencem a um conjunto de medidas, que reflecte a tentativa de controlo do património com vista à rentabilização e exploração da economia em benefício dos senhorios e, por último, da Ordem de Cristo.

Salienta-se que os tombos de Ega e de Soure demonstram que, à época da sua elaboração, as principais preocupações recaíam sobre aspectos económicos, onde se enumeram detalhadamente produções e rendas e onde se faz um inventário patrimonial exaustivo, em contraponto com as inexistentes preocupações de cariz militar: refira-se o castelo de Soure, apresentava em mau estado ao nível da torres e não se demonstra vontade de as reparar¹²⁷, manifestando-se porém a preocupação em recuperar outras estruturas, como o Paço da Ega que, na época, tinha função habitacional, assim como casas de lavradores na Quinta de São Tomé, ou a respectiva ermida¹²⁸, localizando-se junto da ribeira com o mesmo nome a sul de Vila Nova de Anços.

A análise do contexto agrícola de ambas as comendas revela que a sua produção assentava essencialmente no cultivo do cereal, estimando-se que a produção global de Ega e de Soure estaria próximo dos nove mil alqueires; constatamos também a maior produção de cereal na Comenda de Soure, ultrapassando os 6000¹²⁹ alqueires, em comparação com os cerca de 2000 alqueires contabilizados na Comenda de Ega.

¹²³ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 26.

¹²⁴ No caso de Soure só se pode construir dentro de casa para uso próprio ou para sogra e nora... A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 27.

¹²⁵ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 27.

¹²⁶ *Idem, ibidem*, fl. 27.

¹²⁷ As visitas feitas por D. João Pereira e D. Diogo do Rego, entre 1507 e 1510, descrevem o castelo de Soure como muito bem reformado e sem necessidade de aí se efectuarem obras de recuperação, omitindo as torres derrubadas e entulhadas que são mencionadas no documento em análise; pensamos que esta omissão reforça também, a ideia de que na época os aspectos militares da região estavam longe de ser uma prioridade. DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510 Aspectos Artísticos*. (1979), p. 63.

¹²⁸ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fls. 70 e 10v.

¹²⁹ Os tombos das comendas utilizam duas medidas de cereal, o moio e o alqueire. Consideremos que 1 (um) moio equivaleria a 60 alqueires, (média entre 56 a 64 alqueires referidos no D.H.P.) - SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*, vol. V. (1992), p. 71.

No que concerne aos proveitos das comendas, percebe-se uma maior diversidade de produção, salientando-se em Soure o maior movimento de moeda; do total dos proveitos identificados nas comendas concluímos que o cereal ocuparia de forma distinta o pódio dos proveitos, podendo definir só por si a importância de uma Comenda¹³⁰.

2. As vilas e termos de Ega e de Soure segundo os Tombos das Comendas de 1508.

2.1. Perspectiva do espaço urbano (Soure).

A arqueologia sustenta que a origem da vila de Soure assenta numa fraca elevação¹³¹, situada a aproximadamente mil e duzentos metros a norte do castelo medieval, local onde foram identificados vestígios de um aglomerado populacional fortificado, designado por Crasto de Soure¹³².

No que respeita ao castelo de Soure, a proximidade dos cursos de água, Anços e Arunca, serviu de barreira natural e como complemento defensivo às suas muralhas, compensando a desvantagem da menor altitude, tanto mais que se verifica o crescimento de Soure no sentido norte do castelo¹³³ e a noroeste acompanhando o curso do rio Anços até junto do seu porto fluvial¹³⁴ e da antiga ponte romana¹³⁵. Soure foi, entre os séculos XI e XII, diversas vezes destruída¹³⁶, compreendendo-se a orientação do seu crescimento, em oposição à ameaça muçulmana que, por norma provinha do sul.

Actualmente consegue-se ainda perceber a configuração da medieval vila de Soure, identificando-se o seu crescimento para norte do castelo e a quase inexistência de construções a sul do mesmo; as imagens de satélite disponibilizadas *online*, evidenciam a distinção da vila “antiga” medieval, ou seja, atendendo à projecção dos arruamentos apercebemo-nos da assimetria no espaço que, iniciado a norte do castelo, se prolonga para norte da igreja de São Tiago, enquanto a noroeste acompanha a levada até à ponte de origem romana¹³⁷ e às

¹³⁰ Ideia que parece ser concordante com a opinião de António Maria Vieira de Mancelos Matoso. MATOSO, António Mancelos - *Subsídios para o estudo das comendas da Ordem de Cristo de Soure e Ega*. (1970).

¹³¹ A altura seria aproximadamente de 46 metros. FREITAS, Bruno Ricardo Bairrão de, *op. cit.* p. 110.

¹³² Segundo Manuel Sílvio Alves Conde, a origem dos centros urbanos medievais assentava em antigos castros. CONDE, Manuel Sílvio Alves, *op. cit.* (2000), pp. 353-355.

¹³³ Ver figura 1.

¹³⁴ Ver figura 5.

¹³⁵ Ver figura 5.

¹³⁶ A vila de Soure foi destruída nos anos de 1037, 1116/1118, e novamente conquistada pelos mouros em 1144. LEAL, Augusto Pinho - *Portugal antigo e moderno...*, vol. IX, (1880), pp. 431-432.

¹³⁷ Acerca da ponte de Soure encontramos na Torre do Tombo uma carta dos juizes e oficiais da vila, dirigida ao Rei D. Manuel, dando conta da queda da ponte que se encontrava encostada às casas, que ficara completamente

imediações do antigo porto fluvial; todo este espaço é pautado pela falta de ordenamento, por ruas estreitas e por edificações que se apresentam como que “amontoadas”. A nossa hipótese de delimitação da vila medieval possui semelhanças com a proposta de reabilitação urbana apresentada em 2015¹³⁸, cujo mapa apresentamos seguidamente e onde acrescentamos a nossa hipótese de delimitação da vila medieval.

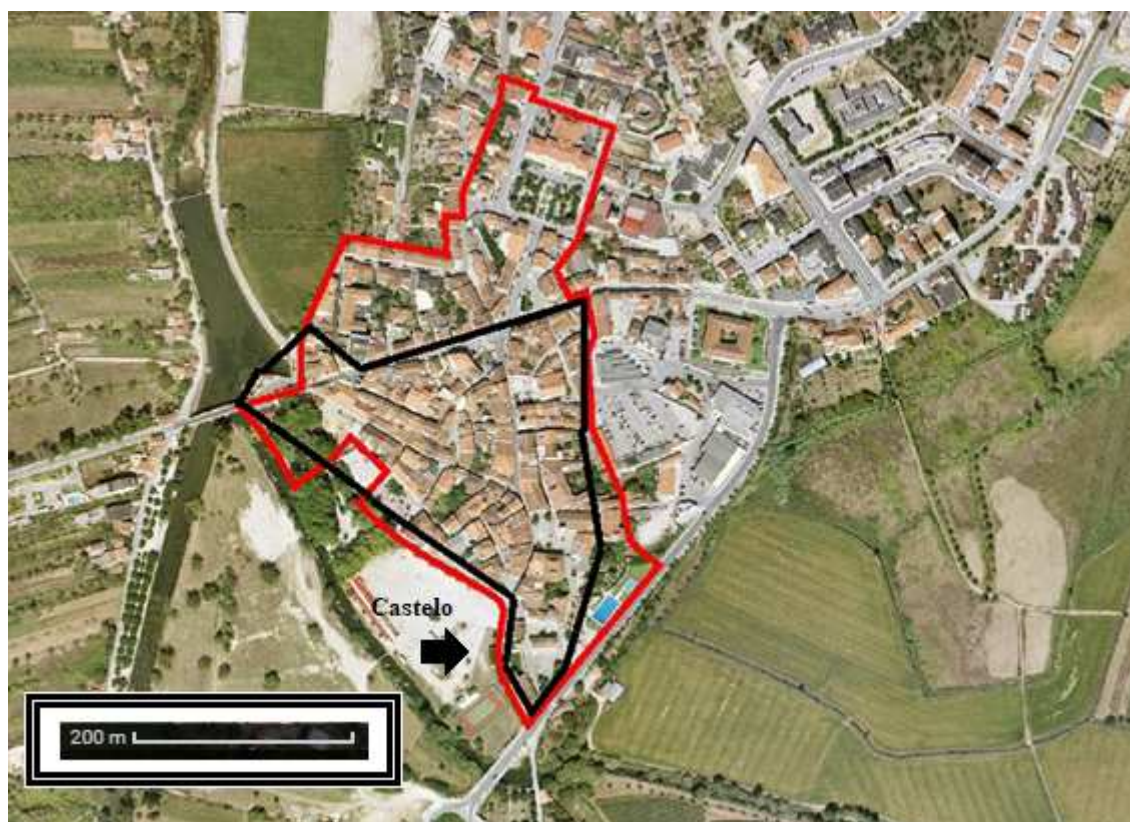


Figura 1 – Vista parcial da vila de Soure. (Imagem aérea Google).

Delimitação da área de reabilitação urbana (ARU 2015) —

Nossa proposta de delimitação da vila medieval —

O período áureo da vila de Soure terá ocorrido na primeira metade do século XII, quando a vila deteve fulcral importância na defesa da cidade de Coimbra, granjeando também o prestígio de se ter tornado a sede da Ordem do Templo em Portugal; no entanto, as conquistas de Santarém e de Lisboa no ano de 1147, em conjunto com a transferência da sede da Ordem para a cidade de Tomar em 1160, inverteram a linha de prosperidade sourense. Sílvia Conde

destruída, em 1512 (18 de Março), pedindo a sua reconstrução e isenção de pagamento da passagem pela ponte de Coimbra. A.N./T.T. - *Corpo Cronológico*. Parte I, mç. 11, nº 41. PT/TT/CC/1/11/41.

¹³⁸ Publicado em aviso nº 785/2015, no *Diário da República*, 2ª série – Nº 15 de 22 de Janeiro de 2015.

aborda a questão procedendo à comparação de lugares centrais da Estremadura; assim no século XIII, a vila de Soure é pouco inferior a povoações como Torres Novas e Torres Vedras, sendo mais importante do que as vilas de Óbidos, Alenquer, Penela, Lousã, Sacavém ou Sintra; refira-se ainda, pela sua proximidade, a maior importância de Pombal quando comparada com Soure¹³⁹. Pese embora a lacuna documental que nos permita vislumbrar a centúria de quatrocentos, o século XV revela alterações na hierarquia das povoações da Estremadura¹⁴⁰, verificando-se que Soure perde importância, descendo significativamente na referida hierarquia. O Numeramento de 1527-32 caracteriza Soure como *vila urbana II*¹⁴¹, contabilizando 190 fogos, valor pouco significativo quando comparado com os 351 fogos de Torres Novas, os 584 de Leiria, ou os 496 de Montemor; contudo dilui-se a diferença antes apontada para Pombal que à data contava apenas com 160 fogos.

Percebe-se assim que a evolução da vila de Soure, durante os séculos XII e XVI, foi pautada por um gradual declínio, perdendo importância hierárquica entre as povoações da Estremadura; enfraquecimento relacionado com o seu enquadramento geográfico, sujeitando a vila à influência de cidades como Coimbra e Leiria, ou da vila de Montemor, formando no seu conjunto um triângulo em torno desta vila; por último salienta-se o processo de assoreamento dos cursos de água, que terá impedindo o fácil escoamento de matérias-primas, dificultando o desenvolvimento da região¹⁴².

¹³⁹ CONDE, Manuel Sílvia Alves, *op. cit.* (2000), p. 113.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 115.

¹⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 454.

¹⁴² Em 1880 Augusto Soares de Azevedo Pinho Leal, menciona a navegabilidade do rio Soure (união dos rios Anços e Arunca) até perto da vila de Soure, referindo ainda que “Se houvesse mais atenção com as cousas verdadeiramente importantes d'esta terra, a navegação do rio Soure podia, sem grandes dificuldades, subir ainda além da villa, pelo Anços, até Palião, e pelo Carbuncas, até á villa de Pombal”. LEAL, Augusto Pinho - *Portugal Antigo e Moderno...*, vol. IX. (1880), p. 433.

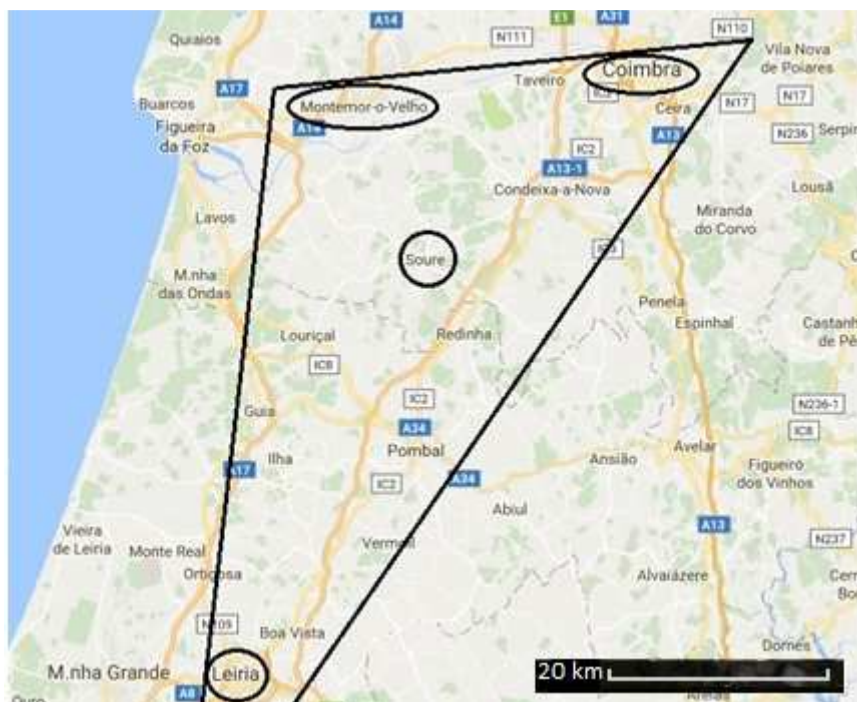


Figura 2 Localização de Soure, Coimbra, Montemor-o-Velho e Leiria. (Mapa Google).

O tombo da visitação da Comenda de Soure de 1508 revela vários aspectos da urbanidade da vila. Assim enumeramos diversas construções concentradas na povoação tais como a antiga igreja da Anunciação de Nossa Senhora¹⁴³ junto do castelo, a igreja de Santiago mandada erguer por D. Manuel¹⁴⁴, situada na actual Praça Miguel Bombarda, o castelo de Soure que abrigava diversas casas¹⁴⁵, um pardieiro próximo da igreja de Finisterra que em época anterior a 1508 fora celeiro da Ordem¹⁴⁶, um outro celeiro¹⁴⁷ e uma antiga estrebaria convertida em pardieiro¹⁴⁸, junto ao adro da igreja de Santa Maria (Finisterra) um antigo lagar de azeite convertido em estrebaria¹⁴⁹, uma adega¹⁵⁰, um celeiro de mais de um piso nomeado como “celeiro da escada de pedra”¹⁵¹, a casa de Catarina Botelha¹⁵², uma antiga cozinha da Ordem transformada em quatro casas dos pobres de São Mateus¹⁵³ e aí próximo uma referência aos

¹⁴³ Igreja actualmente em ruínas. A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 1v.

¹⁴⁴ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 1v.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, fl. 1v e 2.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, fl. 2.

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, fl. 2.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, fl. 2.

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, fl. 2v.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, fl. 2v.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, fl. 2v.

¹⁵² *Idem, ibidem*, fl. 2v.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, fl. 2v.

“paços”¹⁵⁴, dois açougues da Ordem junto a casas de Gil de Gante¹⁵⁵, duas moendas de azeite¹⁵⁶, dois pelames junto do adro da Igreja de Santa Maria, na rua do Pessegueiro uma casa e quintal dos herdeiros de Lopo Esteves¹⁵⁷, no largo das Amoreiras, aproveitando as águas da levada, encontramos uma casa de moinhos de farinha com cinco mós¹⁵⁸, tendo aí outras casas



Figura 3 (esquerda) - Moinho situado a cerca de 25 metros a noroeste do castelo. (Imagem aérea Google).
Figura 4 (direita) - Pensamos ter identificado a casa de moinhos de 5 mós, destacando-se as cinco saídas de água por baixo da edificação. (Foto do autor)

da Ordem e um pardieiro aforado a de Pêro Drago¹⁵⁹ e aí junto um forno. Descreve-se outro forno na rua em que morava Gonçalo Anes da Rosada¹⁶⁰, junto à casa de moinhos de farinha descrevem-se algumas casas de mais de um piso em fraco estado de conservação, pertencendo a estas alguns pardieiros e um quintal muito danificado¹⁶¹; existem diversas referências a ruas públicas nomeadamente as de Afonso Mateus, de Giraldo Afonso, das Cordeiras, da Rosada, da Olaria Velha e do Areal¹⁶².

A descrição anterior revela algumas particularidades que nos transmitem a sensação de antiguidade da povoação, O conjunto edificado formado pelo castelo medieval e a Igreja de

¹⁵⁴ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 2v.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, fl. 2v.

¹⁵⁶ *Idem, ibidem*, fl. 3.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, fl. 3.

¹⁵⁸ Pensamos que esta casa ainda existe na actualidade, veja-se a casa da fig. 3 por onde passa a água da levada e no seu lado poente podem ainda observar-se cinco saídas de água, supondo-se que cada uma corresponda a uma mó. *Idem, ibidem*, fl. 3.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*, fl. 3.

¹⁶⁰ *Idem, ibidem*, fl. 3v.

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, fl. 3v e 4.

¹⁶² *Idem, ibidem*, fl. 4v.

Nossa Senhora de Santa Maria, são disso o principal exemplo, sendo a sua criação anterior à fundação do Reino de Portugal; assim como a descrição de algumas edificações da Ordem, cuja antiguidade permitira, já em 1508, a sua reestruturação para fins diferentes, nomeadamente a conversão de um celeiro em pardieiro, um lagar de azeite convertido em estrebaria e a antiga cozinha da Ordem transformada em quatro casas dos pobres de S. Mateus. Seguidamente apresentamos na vila de Soure os rios, lugares e edificações mencionados no tombo que na actualidade ainda se evidenciam.



Figura 5 – Localizações referidas em 1508 identificadas na actualidade (Imagem aérea Google).

1-Igreja da anunciação da Nossa Senhora¹⁶³, aí próximo um pardieiro e dois pelames. 2-Igreja de Santiago. 3-Castelo de Soure albergando várias casas. 4-Adro da Igreja de Nossa Senhora, um celeiro grande, aí próximo um pardieiro da Ordem que foi estrebaria, um antigo lagar de azeite que serve de estrebaria. 5-Moinho de farinha com cinco mós, aí junto casas da Ordem aforadas ao vigário Fr. Gaspar, um pardieiro aforado a Pêro Drago e um forno da Ordem. 6-Levada. 7-Assentamento de casas com o seu quintal e pardieiros, aí junto a azinhaga de João Gonçalves da Giesteira, ruas públicas. 8-Rua das Cordeiras, onde está a casa dos fornos da Ordem. 9-Ruas foreiras (suposta zona), rua de Afonso Mateus, Rua de Giraldo Afonso, rua da Rosada, rua da Olaria Velha, rua do Areal. 10-Ponte romana e a nascente o porto fluvial. 11-Rio Arunca. 12 - Rio Anços.

¹⁶³ A igreja de Nossa Senhora era já tida como muito antiga no início do século XVI, tendo na época as paredes, telhado e portas em boas condições. DIAS, Pedro, *op. cit.* (1979), p. 61.

2.2. A composição do espaço rural.

Abordámos no capítulo antecedente a componente urbana da vila de Soure, concluindo por comparação com a Comenda de Ega¹⁶⁴ que Soure continha significativamente mais indícios comuns com os centros urbanos medievais, sendo que a Comenda de Ega, os revela de forma mais dispersa, ainda que apresentasse também alguns traços urbanos, assim como algum património inserido na cidade de Coimbra.

No que respeita ao “mundo rural”, a situação era notoriamente diferente, neste contexto ambas as comendas revelaram homogeneidade de culturas, registando, no entanto, algumas particularidades, devidas à morfologia dos territórios.

Destaca-se de forma evidente a cultura do cereal, cuja origem remonta à pré-história¹⁶⁵, identificando-se o trigo como a principal cultura pelo menos desde os séculos XIII e XIV¹⁶⁶; o cereal ocupava na época vastas áreas do território arável, sendo a sua dimensão justificada, quer pelo facto da baixa rentabilização da semente cultivada¹⁶⁷, e também devido à importância do pão na dieta alimentar da época¹⁶⁸. Os vinhedos e a oliveira surgiam como as culturas mais significativas em termos de área, logo a seguir à cultura do cereal; no período pré-romano a vinha estava limitada ao Sul da Península Ibérica, sendo esta largamente disseminada durante o período romano e o período muçulmano, não sendo portanto de estranhar, a presença importante da cultura da vinha, nos arredores de Coimbra no século XII¹⁶⁹, cultura que vai progredindo a partir desta data ao longo do curso do Mondego, admitindo-se que a sua importância foi ampliada na região de Ega e de Soure, a partir da segunda metade do século XIII¹⁷⁰, sendo os dois séculos seguintes épocas de contínua expansão desta cultura¹⁷¹. De origem mediterrânica, a oliveira é introduzida no Sul da Península Ibérica também antes da ocupação romana, atribuindo-se aos árabes a sua disseminação mais para Norte; note-se, mesmo assim, que no século XII, a presença do olival junto do Mondego não era ainda significativa¹⁷²; hierarquicamente mais abaixo em termos de ocupação do solo, coexistiam ainda pomares,

¹⁶⁴ Recorremos também à visualização de fotografias aéreas disponibilizadas pelo Google.

¹⁶⁵ CORTESÃO, Jaime – *Portugal a Terra e o Homem*. (1987), p. 14.

¹⁶⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, *op. cit.* (1989), p. 131.

¹⁶⁷ CONDE, Manuel Sílvia Alves, *op. cit.* (2000), p. 188.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 188.

¹⁶⁹ RIBEIRO, Orlando, *op. cit.* (1991), pp. 71, 72.

¹⁷⁰ COELHO, Maria Helena da Cruz, *op. cit.* (1989), p. 152.

¹⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 154.

¹⁷² RIBEIRO, Orlando, *op. cit.* (1991), pp. 69, 70.

hortas, quintais e árvores de fruto dispersas, como as figueiras, laranjeiras, ameixoeiras, entre outras.

Perante o exposto anteriormente, imaginemos uma hipotética vista aérea do espaço ocupado pelas comendas de Soure e de Ega. Assim, de forma contínua, quase monótona, observavam-se as vastas searas cerealíferas, de onde se destacavam dispersamente, algumas manchas verdes de olival e de pomares¹⁷³; a vinha, por ser cultura de grande exigência e atenção, mostra-se por norma mais próxima dos aglomerados populacionais¹⁷⁴, estes organizados em vilas, aldeias, casais, granjas que pontilhavam todo este extenso território; dependentes também desta proximidade, encontravam-se as hortas, almuinhas, quintais, cujos produtos tenros e facilmente degradáveis, necessitavam da atenção constante do agricultor¹⁷⁵.

O território moldado pelo homem, partilhava o espaço com terrenos mais selvagens, como as matas originais, as charnecas ou as panasqueiras menos adequadas às culturas e os prados que teimosamente iam resistindo ao engenho e necessidades humanas, no entanto até este espaço mais bravio do território, servia de suporte às comunidades, alimentando com os seus pastos, raízes, bagas, toda uma diversidade de animais de criação como o gado ovino e bovino¹⁷⁶.

Entre as duas comendas constata-se algumas particularidades, como a referência a diversos canais e a levadas localizadas na Comenda de Soure, sugerindo um território de irrigação abundante, pelos seus cursos fluviais naturais e também de forma artificial, através da construção de estruturas de condução deste precioso recurso¹⁷⁷, em contraposição com as poucas estruturas de irrigação construídas pelo Homem em Ega.

Assim como em Ega, onde as construções se apresentavam de forma dispersa¹⁷⁸, existiam outros aglomerados populacionais que marcavam os domínios de ambas as comendas, pequenas povoações nascidas em função da proximidade dos terrenos agrícolas, onde se encontrava a mão-de-obra essencial para a sua rentabilização, como Ameal, Campizes, Casével, Casmilo, Granja do Ulmeiro, Paleão, Quimbres e Vila Nova de Anços, cuja finalidade consistia

¹⁷³ Hipótese fundamentada na leitura e análise dos tombos da visita de Ega e de Soure.

¹⁷⁴ CONDE, Manuel Sílvia Alves, *op. cit.* (2000), p. 217.

¹⁷⁵ Refira-se que a proximidade aos povoados está também relacionada com a rápida degradação destes produtos.

¹⁷⁶ CONDE, Manuel Sílvia Alves, *op. cit.* (2000), pp. 251-259.

¹⁷⁷ Mencione-se como estruturas construídas pelo Homem presentes nas Comendas de Soure e de Ega, os canais e as levadas.

¹⁷⁸ Hipótese formulada através da observação destes aglomerados populacionais, em mapas actuais, e na descrição da vila de Ega de 1712, do padre António Carvalho da Costa onde refere que a freguesia de Ega possui 170 vizinhos espalhados por 14 lugares. COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portuguesa...*, tomo III. (1706-1712). p. 122.

essencialmente, na aproximação das culturas, à mão de obra essencial para o seu aproveitamento. Sobressaem ainda deste conjunto paisagístico rural, algumas edificações de cariz religioso, como as ermidas, igrejas ou construções manufactureiras como os moinhos movidos a água¹⁷⁹ e edifícios de armazenamento da produção agrícola, tais como os celeiros e palheiros. Na Comenda de Soure destaca-se ainda a existência de uma marinha de sal em Tavadre na foz do Mondego e um Paço com uma casa-torre nos arredores de Granja do Ulmeiro, sugerindo uma antiga habitação senhorial.

Para uma melhor percepção do que foi anteriormente descrito, tentámos elaborar um mapa, baseado nas descrições dos tombos das visitas de ambas as vilas, recorrendo a mapas actuais e visualizações aéreas, localizando sempre que possível, aglomerados populacionais, culturas, matos e todos os acidentes de relevo descritos nos tombos das comendas de 1508.

A observação do mapa nº 1 assinala, na Comenda de Ega, características de maior dispersão, quando comparada com a Comenda de Soure. Destaca-se em Ega como principal zona de influência, um aglomerado centrado na vila, prolongando-se para sul, até próximo da povoação de Tapéus e da Serra de Nossa Senhora do Círculo, a leste chega aos limites de ambas as Condeixas, a norte alcança os limites de Anobra e de Belide, sendo a oeste vizinha da Comenda de Soure; o segundo núcleo centra-se na cidade de Coimbra, estendendo-se para norte desta cidade até à povoação de Eiras e ao rio Fornos, sendo delimitada a leste pelo Casal do Lobo, pelo Espinhaço de Cão e São Paulo de Frades, a oeste ultrapassa o rio Mondego chegando próximo de Ribeira de Frades e a sul não alcançaria o rio Mondego; a oeste de Coimbra situam-se dois núcleos de menor dimensão, um a norte do Mondego no lugar de Quimbres, e outro situado no Ameal, a sul do dito rio; existiam mais dois núcleos na região, um em Miranda do Corvo e arredores, e outro próximo do Rabaçal; finalmente esta Comenda, possuía também benfeitorias mais distantes da vila de Ega, localizadas em Vagos no termo de Aveiro, no termo de Torres Novas, e por último no termo de Santarém.

Em contraste, compreende-se uma maior concentração, na localização dos bens da Comenda de Soure, onde definimos cinco aglomerados, estando o principal localizado em Soure e seu termo, cujos limites a Sul se aproximavam da povoação de Redinha, a Este confrontavam-se com as posses da Comenda de Ega, a Norte aproximavam-se de Vila Nova de Anços e de Brunhós, enquanto a Oeste, alcançavam os limites das povoações de Vale da Borra,

¹⁷⁹ Ambos os tombos referem moinhos cuja força motriz seria a água, note-se que pelo menos até ao século XV, os moinhos eólicos seriam ainda escassos. MARQUES, A. H. Oliveira - *Introdução à história da agricultura em Portugal*, (1978), pp. 195,196.

Carregosa e da Quinta da Milharada; a norte surge o segundo núcleo, localizado na povoação de Granja do Ulmeiro, estendendo-se até ao Mondego; a oeste do rio Arunca, próximo do rio Mondego, encontra-se o terceiro núcleo localizado em Vila Nova da Barca. A uma maior distância, na povoação de Benfeita, possuía a Ordem cinco courelas de vinha e por último, em Tavarede, situava-se um núcleo composto por uma marinha de sal e quinze canais.

Observa-se assim uma maior dispersão de benfeitorias na Comenda de Ega, sendo que esta possuía nove núcleos identificados, cujas localizações entre si, e em comparação com Soure, estariam a maiores distâncias. A Comenda de Soure possuía um núcleo principal, onde se observava grande concentração de propriedades, sendo os quatro núcleos restantes menos significativos, deduzindo-se assim, que a “força” desta Comenda, estaria centralizada no núcleo principal, ao contrário da realidade da Comenda de Ega, pressupondo-se que nesta, a produção não provinha um centro principal, estando sim, dividida por vários pontos de importância semelhante.

3. As gentes de Soure e de Ega. Percurso pela antroponímia.

Todos temos direito ao nome, este possui a primordial função de identificação de um indivíduo. O nome é e sempre foi, factor de distinção dos indivíduos; o seu estudo é abrangente, explica e permite conhecer aspectos da sociedade em que se inserem os seus portadores. Desta forma, devemos reconhecer a Antroponímia como um eficiente instrumento a utilizar na compreensão da época em estudo.

A arquitectura do nome na Alta Idade Média, compunha-se maioritariamente por um único onomato, o nome próprio, situação que terá sido suficiente devido à existência de um vasto leque de nomes. No entanto, a gradual condensação do repertório onomástico obrigou de forma progressiva à introdução de um segundo nome e/ou de um terceiro nome, sendo esta uma das soluções encontradas para os crescentes casos de homonímias: ao nome de “pia”, acrescentou-se o patronímico ou menos notoriamente o matronímico, resultantes dos nomes próprios dos progenitores, solução que perdurará até ao início do século XVI, evoluindo então para a utilização dos apelidos¹⁸⁰ que, conferiu uma maior importância ao nome de família em desfavor do nome próprio dos progenitores.

¹⁸⁰ No entanto verifica-se já esta tendência durante o último terço do século XV. GONÇALVES, Iria – “Do uso do patronímico na Baixa Idade Média Portuguesa”. (1999), p. 350.

Pela mesma necessidade de melhor identificação, assistiu-se ao aparecimento de onomatos relacionados com: toponímia, profissão e alcunha¹⁸¹, recursos utilizados na diferenciação de cada indivíduo. O “mundo” das alcunhas foi, na Idade Média, fértil e imaginativo, definindo a pessoa pela sua profissão, proveniência, pelos seus hábitos menos comuns, pelas particularidades físicas ou mesmo aludindo de forma indirecta a algumas doenças, cujas manifestações distinguiam o seu portador, tornando-se alvo preferencial da criatividade dos seus vizinhos¹⁸², dando lugar a apodos de teor mais ou menos jocoso, sendo que nos casos menos pejorativos, podiam ser transmitidos aos descendentes, assumindo-se como pioneiros no processo evolutivo dos apelidos de família¹⁸³.

Os tombos da visitação das comendas de Ega e de Soure sugerem numa análise menos atenta, uma limitação territorial circunscrita a uma pequena área do Baixo Mondego, mas o estudo dos documentos demonstra uma área muito mais vasta, conduzindo-nos para territórios mais longínquos, como Vagos, Santarém ou Torres Novas, onde se enumeram indivíduos cujos bens pertencem às citadas comendas.

As adjunções nominais que indicam profissão exercida são igualmente interessantes, na medida em que reportam e quantificam profissões existentes, demonstrando, por hipótese, a dinâmica económica de determinada região. Cingindo-nos conjuntamente à área das comendas de Soure e de Ega, assim como à época compreendida entre meados do século XV e o início do século XVI¹⁸⁴, refira-se que do universo de 47 nomes, “João”, terá sido nitidamente o nome próprio masculino mais comum, seguindo-se Pedro e, ocupando o terceiro lugar, surge o nome Afonso. Apresentamos seguidamente para melhor esclarecimento, os gráficos quantitativos dedicados a este tópico e a ambas as comendas.

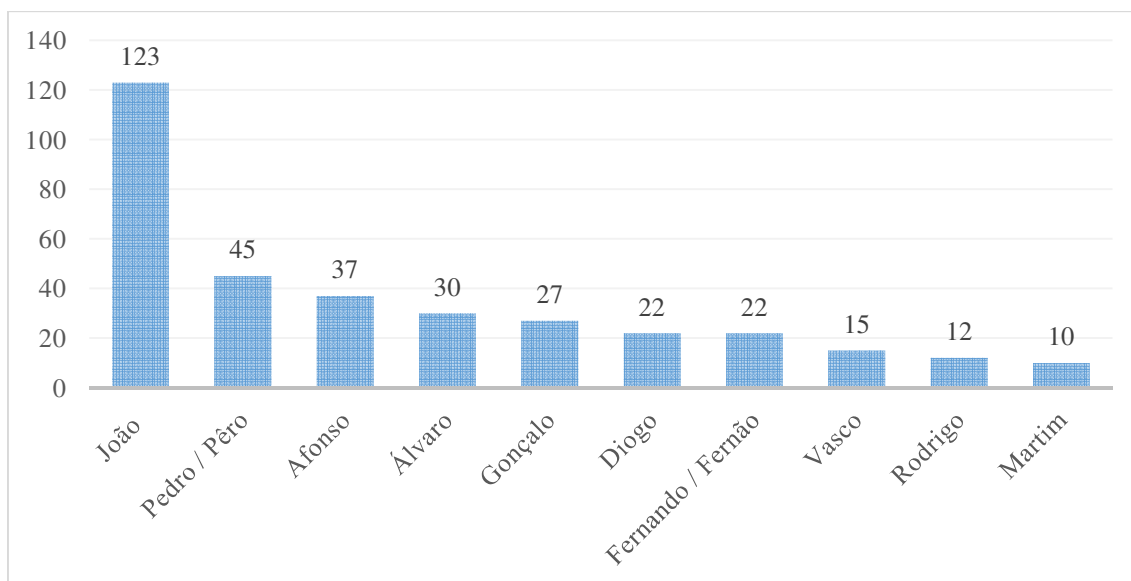
¹⁸¹ HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho – *Antroponímia e Sociedade...*, (2017), p. 69.

¹⁸² GONÇALVES, Iria – “O Corpo e o Nome - o Nome e o Gesto, (notas de antroponímia medieval)”. (2006), pp. 41, 43.

¹⁸³ *Idem, ibidem*, p. 41.

¹⁸⁴ Apesar dos Tombos de Ega e de Soure serem datados de 6 e 8 de Março de 1508, nestes são descritos indivíduos cuja vida ocorreu entre a segunda metade do século XV e os primeiros anos do século seguinte.

Gráfico 1 – Nomes próprios de Ega e Soure, os dez mais frequentes



Numa visão comparativa, as comendas de Soure e de Ega, revelam algumas alterações significativas; no entanto o nome de “João”, mantém a hegemonia em ambas as comendas. Para os restantes nomes próprios verifica-se a troca de posições entre estes, como os casos de “Afonso”, “Gonçalo” e de “Fernando”, que em Ega ocupavam as segunda, quarta e sexta posições, descendo em Soure para a quinta, sexta e oitava posições; em sentido inverso os nomes de: “Pedro”, “Álvaro”, “Diogo”, “Vasco”, que ocupavam em Ega as terceira, quinta, sétima e décima posição, sobem respectivamente para as segunda, quarta, terceira e sétima posições, conforme se pode verificar nos gráficos seguintes.

Gráfico 2 – Ega. Os dez nomes próprios masculinos mais frequentes

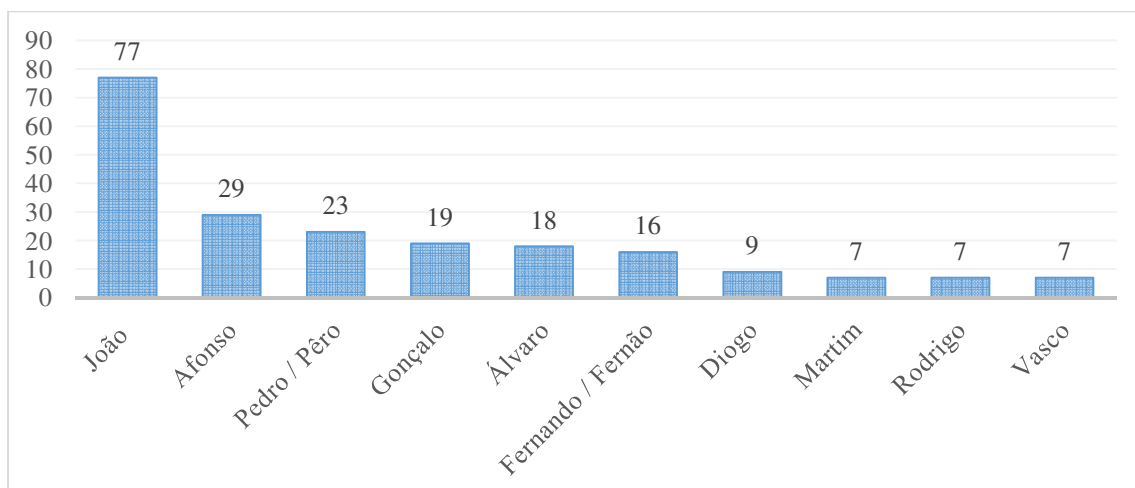
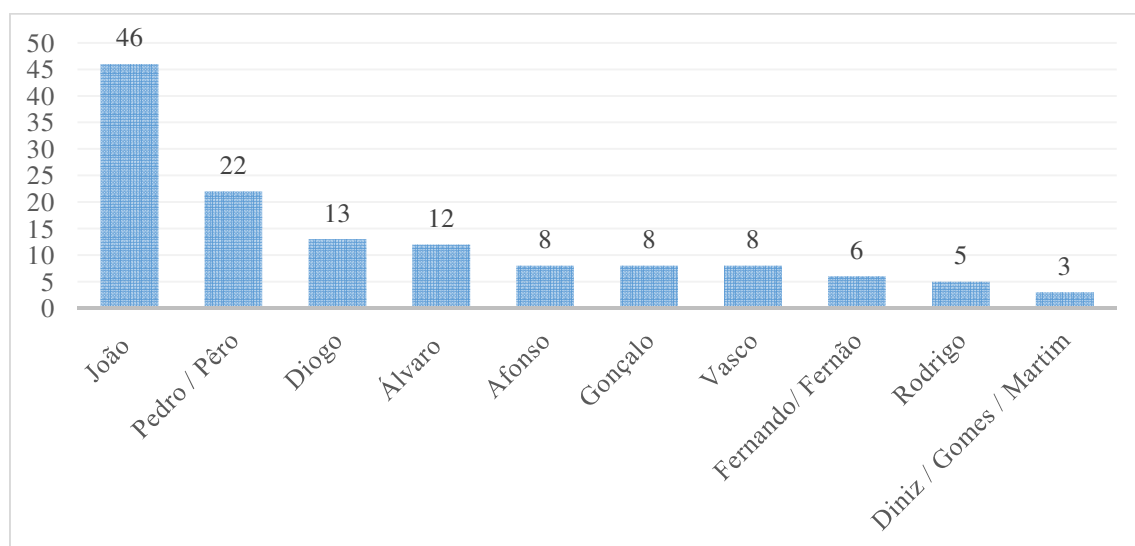


Gráfico 3 – Soure. Os dez nomes próprios masculinos mais frequentes



Em comum surge o nome de “Rodrigo” que nas comendas ocupa o nono lugar, sendo igualmente de salientar que nos dez onomatos mais importantes, existem apenas dois que não são comuns entre as duas comendas, “Diniz” e “Rui” ambos na décima posição em Soure. Admitimos que esta última constatação, indicia de alguma forma, a condensação onomástica aqui já referida¹⁸⁵. Para uma análise mais detalhada, pensamos que é chegada a altura de separar este estudo antroponímico, abordando cada uma das comendas de forma individual. Desde já é de salientar a constância destes onomatos, já comprovada noutras regiões do País na mesma época¹⁸⁶.

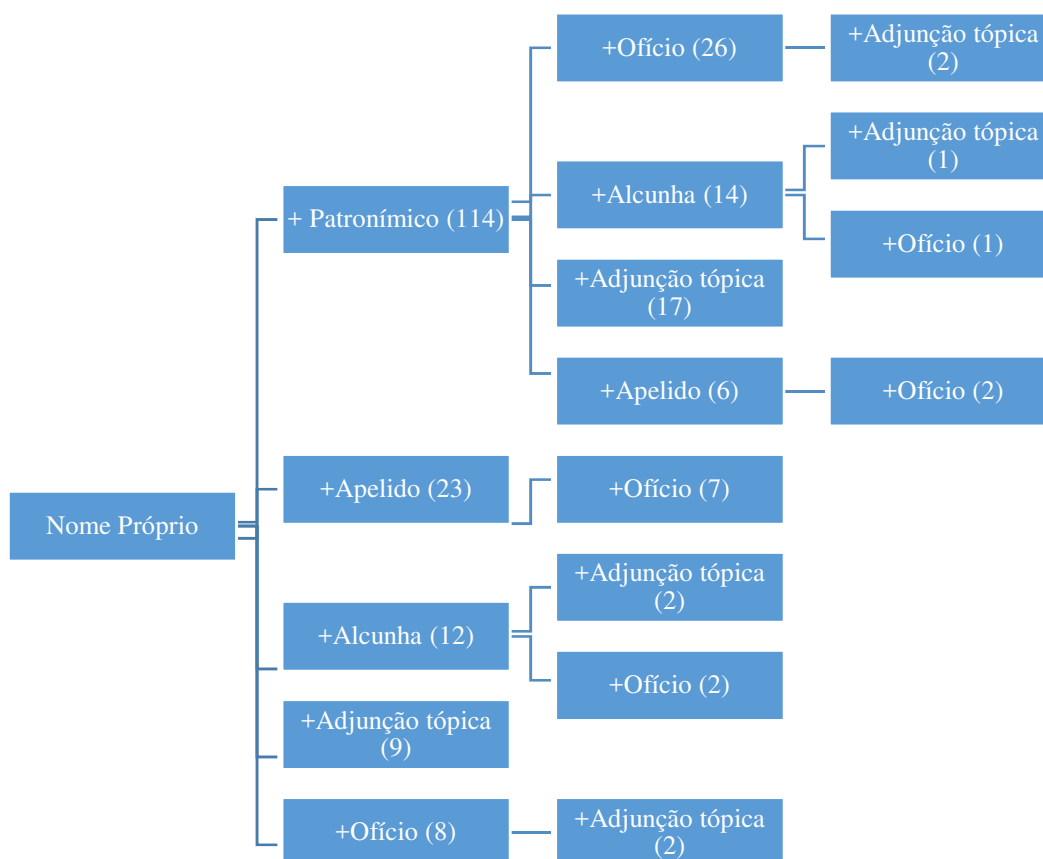
¹⁸⁵ O facto de nos dez nomes próprios mais usados nas comendas de Ega e de Soure, apenas dois não serem comuns, revela a concentração do reportório onomástico, indiciando a sua condensação na região.

¹⁸⁶ Como o estudo desenvolvido por Maria Isabel M. de Carvalho Homem na região do Médio-Tejo. HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho – *Antroponímia e Sociedade na região do Médio-Tejo português*. (2017).

3.1. Soure: Antroponímia masculina.

A estrutura dos nomes compostos analisados na Comenda de Soure é diversificada. Na identificação do indivíduo nota-se a omnipresença do nome de “pia”¹⁸⁷, a que se acrescentam as conjugações de patronímico, apelido, alcunha, apelativo toponímico e de profissão, cujo organigrama apresentamos seguidamente.

Quadro 5 - Elementos constitutivos do nome



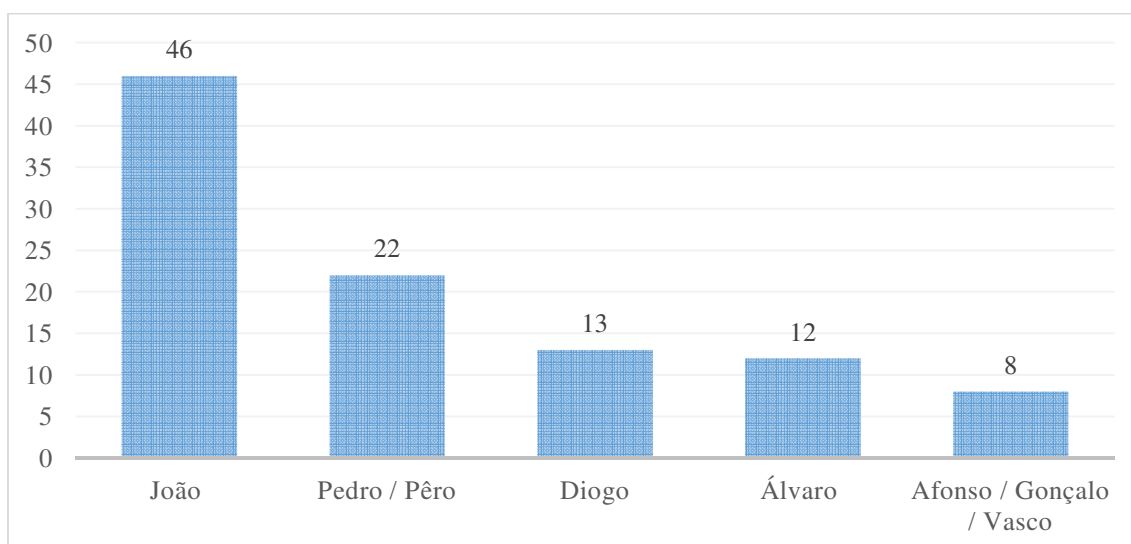
A conjugação de nome próprio e patronímico granjeia a maior fatia (114 nomes), menos notoriamente identificam-se as conjugações com: apelido (23), alcunha (12), adjunção tópica (9) e ofício (8). O grau de complexidade dos nomes alarga-se em três e quatro nomes, tendo a última linha expressão ténue de apenas seis nomes. Se considerarmos os nomes por grau de complexidade relativo ao seu número, poderemos concluir que, na medida em que este grau vai aumentando, o número de nomes vai diminuindo, assim temos na conjugação de dois onomatos,

¹⁸⁷ Existem cinco indivíduos no tombo da Comenda de Soure que não são identificados pelo nome próprio, são eles: o filho do *Gaiteiro*, o *Vinagre*, o contador de Pombal, o cavaleiro e o sapateiro de Paleão.

166 nomes, na conjugação de três onomatos, 76 nomes e na conjugação de quatro onomatos apenas 6 nomes; pensamos que a anterior constatação, associa a necessidade de “alongar” os nomes de indivíduos, com a intenção de desfazer homonímias, ou seja, se um indivíduo com dois nomes numa determinada região fosse correctamente identificado, não haveria necessidade de acrescentar um terceiro nome, caso contrário seria de considerar a nomeação de um terceiro e mesmo um quarto onomato.

A antroponímia que encontramos referida no tombo da Comenda de Soure, reúne algumas vezes três gerações, avós, pais e netos, facto que pode permitir apreender a evolução intergeracional dos nomes próprios, dos patronímicos e dos apelidos. Assim, contabilizamos na referida Comenda um universo de 166 indivíduos e de 34 nomes próprios, confirmando também na Comenda de Soure a condensação onomástica de nomes próprios e dos quais apresentamos seguidamente os cinco mais frequentes.

Gráfico 4 – Soure. Os cinco nomes próprios mais frequentes



João (46) é, sem surpresa, o nome mais representado, resultado coincidente com outros estudos já realizados para regiões portuguesas como: Santo Tirso 1432-1515¹⁸⁸, Alcobaça 1430-1460¹⁸⁹, Évora 1475¹⁹⁰ e Torres Novas 1502-1515¹⁹¹. Seguem-se Pedro¹⁹² (22), Diogo (13) e Álvaro (12), por último no quinto lugar surgem os nomes de Afonso, Gonçalo e Vasco (8).

¹⁸⁸ FRANCO, Isabel M. A. Pedrosa - *O Couto de Santo Tirso...* (1995), p. 16.

¹⁸⁹ GONÇALVES, Iria - “Antroponímia das terras Alcobacenses...” (1998), p. 107.

¹⁹⁰ GONÇALVES, Iria - “Amostra de Antroponímia Alentejana...” (1998), p. 73.

¹⁹¹ HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho, *op. cit.* (2017), p. 68.

¹⁹² Saliente-se que o onomato Pedro, consta igualmente entre os cinco nomes próprios mais utilizados nos estudos já referidos: Santo Tirso 1432-1515 (4º), Alcobaça 1430-1460 (3º), Évora 1475 (5º) e Torres Novas (2º).

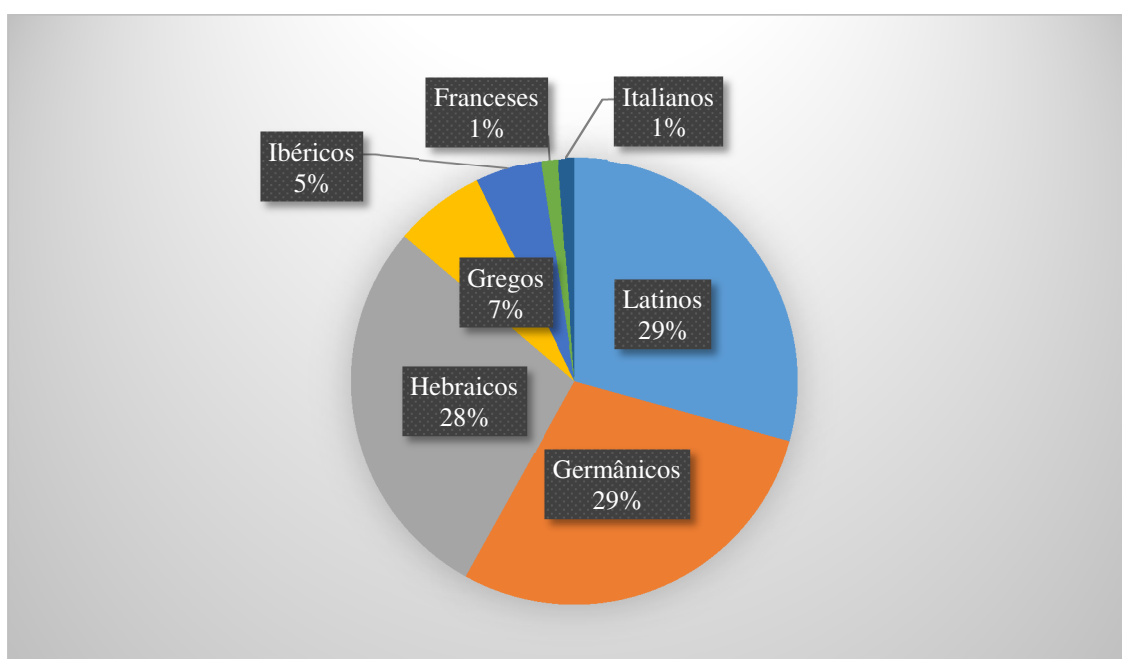
Menos utilizados nesta comenda, surge um razoável repertório de onomatos, que apresentamos seguidamente.

QUADRO 6 - NOMES PRÓPRIOS MENOS UTILIZADOS NA COMENDA DE SOURE

6 Fernando / Fernão	2 Gil	1 Antão	1 Lucas
5 Rodrigo	2 Lopo	1 Braz	1 Manuel
3 Diniz	2 Lourenço	1 Damião	1 Mateus
3 Gomes	2 Luís	1 Gaspar	1 Miguel
3 Martim	2 Rui	1 Giraldo	1 Paio
2 Estevão	1 Aires	1 Jorge	1 Tomé
2 Francisco	1 André	1 Lionel	

Atendendo ao número de indivíduos adultos em 1508 e classificando os seus onomatos quanto à sua etimologia, observamos em termos percentuais que, os nomes de origem germânica e latina alcançam os 29%, em terceiro lugar, surgem com valor semelhantes os nomes de origem hebraica 28%, dividindo-se os restantes 14% entre os de origem grega 7%, ibérica 5%, italiana 1% e francesa 1%.

Gráfico 5 – Soure. Etimologia de nomes próprios por número total de indivíduos

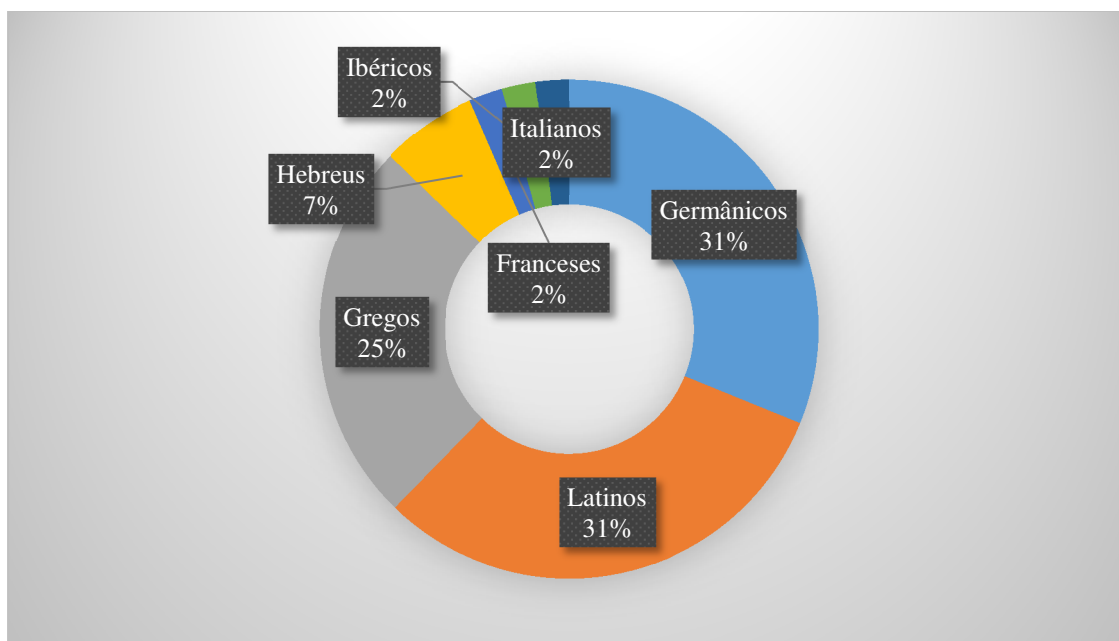


Refira-se que a relevância dos nomes de origem hebraica fundamenta-se no nome de “João” com 98% do total desta fonte, facto semelhante aos onomatos de origem latina, destacando-se na mesma forma “Pedro” com 47%, no topo dos nomes germânicos surge de forma menos acentuada “Álvaro” com 25%; no que respeita às restantes fontes onomásticas, salientam-se o fundo ibérico que no contexto da Comenda de Soure, apresenta apenas o nome

de “Vasco”, o fundo grego de onde se destaca levemente o nome de “Diniz”, por último os nomes de origem italiana e francesa que possuem significado pouco relevante.

Consideramos ainda pertinente apresentar os resultados relativos à diversidade de nomes, reflectindo em termos percentuais as preferências na escolha de nomes próprios da Comenda de Soure no último quartel do século XV, que apresentamos seguidamente:

Gráfico 6 – Soure. Etimologia dos nomes próprios por número total de nomes

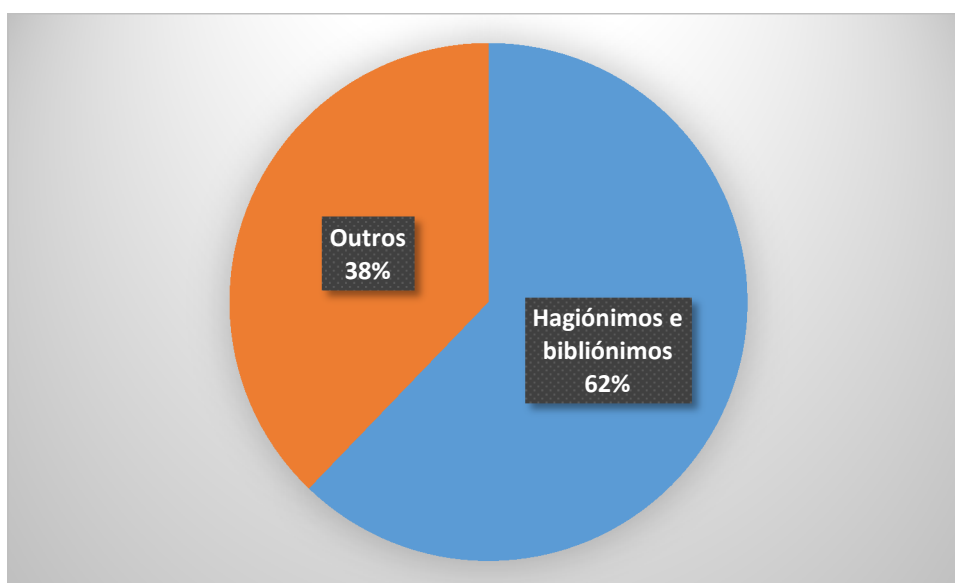


Atendendo à diversidade dos nomes verifica-se que os nomes de origem germânica e latina alcançam os 31%, seguidos dos nomes gregos 25%, seguindo-se os hebraicos com 7%, por último com resultados abaixo dos 3% os nomes ibéricos, franceses e italianos.

Da comparação dos dois contextos anteriores, sobressai a grande “queda” dos nomes hebraicos de 28%, na enumeração de nomes por indivíduo, para 7% quando atendemos à sua diversidade, facto que reforça também a importância do nome, “João”. Seguindo a mesma ordem comparativa, salienta-se a subida de 7% para 25% dos nomes gregos, indicando a sua diversidade, mas também o seu reduzido uso, sendo a evolução dos restantes fundos pouco significativa, latinos 31% para 29%, germânicos 31% para 29%, ibéricos de 2% para 5%, sendo os restantes pouco significativos. Referimo-nos à sua etimologia, mas não descortinamos justificação óbvia para a divergência que apenas é relevante para os nomes de origem grega (latinizados).

Por último no que concerne à proveniência dos nomes próprios, aluda-se ao registo de uma significativa maioria de onomatos cristãos, correspondendo ao domínio da implantação da religião de Cristo em território português, quer bibliónimos, quer hagiónimos que foram entrando no quotidiano e na aceitação dos crentes, como apresentamos graficamente.

Gráfico 7 – Soure. Nomes de origem cristã e outros



A leitura do gráfico acima, confirma a tendência já referida da utilização de nomes cristãos, bibliónimos e hagiónimos com 62%, deixando 38% para onomatos de outras proveniências.

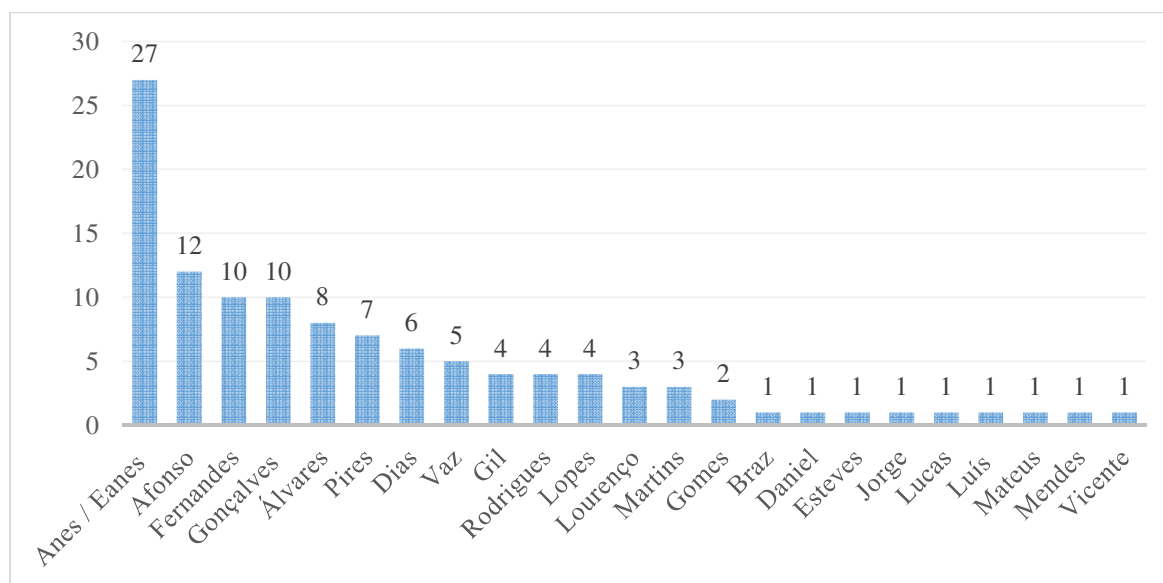
Já neste estudo foi referida a utilização do patronímico como solução para as homonímias, mas acrescente-se que este onomato serviu como prolongamento do nome paterno identificando a sua descendência. Entendemos esta necessidade de identificação familiar como um dos factores que deram origem à conversão do patronímico em apelido, atribuindo ao nome de um indivíduo uma identificação que se estende para além da figura paterna, alcançando dimensões familiares de mais de duas gerações.

Iria Gonçalves menciona que, ao contrário do ambiente urbano, o ambiente rural foi mais avesso a alterações na composição antroponímica, pelo que a tendência para o uso de onomatos que perdem o carácter de patronímicos para se constituírem como apelidos nos meios urbanos, começa a fazer-se sentir em meados do século XV, e mais tardiamente no meio rural,

verificando-se de forma tímida mas mais significativa o seu desuso no final deste século¹⁹³, época em que o uso do patronímico em ambos os meios alcançou valores semelhantes.

Já anteriormente aludimos à existência de características urbanas na Comenda de Soure. Será plausível aceitar neste espaço o maior desuso dos patronímicos e o incremento dos apelidos? Também com essa intenção procedemos à recolha de patronímicos que expomos seguidamente, extraídos do tombo da visitação da Comenda de Soure no ano 1508.

Gráfico 8 – Soure. Utilização do patronímico



A comparação entre patronímicos e nomes próprios reflecte principalmente a predominância do nome “João”, na geração antecessora, assim como a menos significativa popularidade do nome “Pedro”. Com menor destaque salienta-se o decréscimo do nome “Diogo”, sendo ainda de assinalar em sentido ascendente os nomes de “Afonso”, “Fernando” e “Gonçalo” que, aparentemente, na Comenda de Soure seriam mais populares na geração antecessora. Aludindo à sua etimologia enumeramos vinte e três¹⁹⁴ patronímicos diferentes nomeando um total de cento e catorze, destacando-se a predominância dos onomatos de origem germânica (39%), revelando a preferência desta fonte na utilização dos patronímicos e o seu declínio quando comparada com a utilização de nomes próprios (29%)¹⁹⁵, verificando-se o equilíbrio com os onomatos de etimologia hebraica (25%) e latina (23%), ambos latinizados,

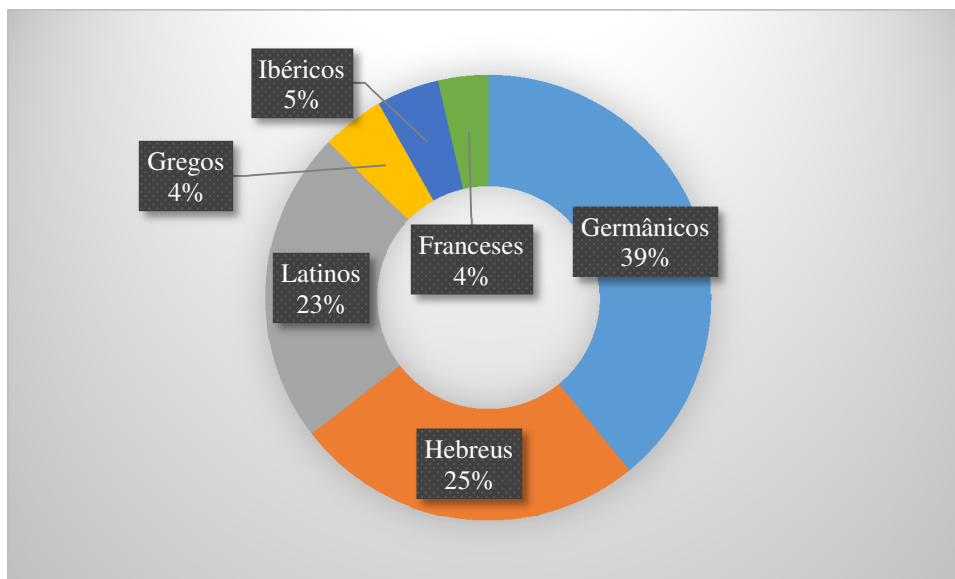
¹⁹³ Iria Gonçalves assinalou valores abaixo dos 80% no final do século XV. GONÇALVES, Iria, *op. cit.* (1999), p. 349.

¹⁹⁴ Consideramos os onomatos “Anes” e “Eanes” como um só patronímico.

¹⁹⁵ Ver gráfico nº 5 - Soure. Etimologia de nomes próprios por número total de indivíduos.

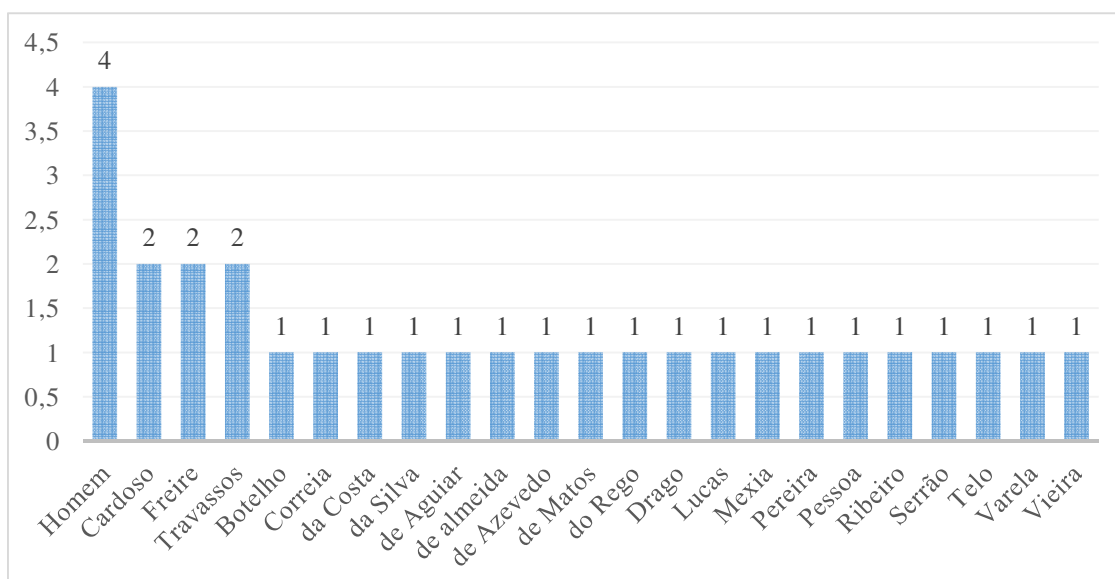
situando-se o conjunto das restantes etimologias abaixo dos 15%. Seguidamente apresentamos graficamente a etimologia dos patronímicos da Comenda de Soure.

Gráfico 9 – Soure. Etimologia dos patronímicos



Identifica-se no tombo da Comenda de Soure, um leque de vinte e dois apelidos de um total de vinte e oito indivíduos que os usavam, número bastante inferior aos indivíduos detentores de patronímico (114). No entanto, atendendo à sua diversidade, constatamos a aproximação dos apelidos (22) aos patronímicos (23); dados que apresentamos de forma mais detalhada nos gráficos seguintes.

Gráfico 10 – Soure. Número de indivíduos detentores de apelido



A análise do gráfico acima apresentado, demonstra um número elevado de apelidos que são unicamente usados por um indivíduo (19), sobressaindo no topo do gráfico o apelido “Homem” com quatro ocorrências, o dobro do registado nos apelidos “Cardoso”, “Freire” e “Travassos” cada um com duas ocorrências¹⁹⁶.

Os gráficos seguintes revelam em nossa opinião, uma tímida evolução na Comenda de Soure acerca do processo de substituição dos patronímicos pelos apelidos. Segundo Iria Gonçalves, foi a partir do século XIV que o uso do patronímico começou a decrescer, de forma tímida e gradual, só atingindo valores próximos dos 80% na aproximação ao ano de 1500¹⁹⁷; tendência, em que a Comenda de Soure confirma, apresentando no ano da elaboração do tombo, 80% de indivíduos que utilizavam o patronímico, ou seja um valor semelhante ao referido por Iria Gonçalves¹⁹⁸.

Gráfico 11 – Comparação entre patronímicos e apelidos por número total de indivíduos

Gráfico 12 – Comparação de patronímicos e apelidos por número total de nomes



No entanto, ao abordarmos no gráfico nº 12 a comparação entre apelidos (50%) e patronímicos (50%) pela sua diversidade, observamos o nítido acréscimo de importância na utilização dos primeiros, admitimos que tal facto seja indicador da gradual evolução dos apelidos.

¹⁹⁶ Diga-se que os apelidos mencionados em adendas, assinalados no quadro nº 8 com (*) não foram por nós contabilizados.

¹⁹⁷ Gonçalves, Iria, *op. cit.* (1999), p. 349

¹⁹⁸ Contudo será de mencionar que valores de 80% estão ainda muito próximos dos 100%, sendo difícil de avaliar o decréscimo dos patronímicos.

Os indivíduos referidos no tombo da Comenda de Soure apresentam-se como residentes, ou com actividades circunscritas a essa delimitação territorial; no entanto, existem diversas indicações toponímicas apostas a nome sugerindo deslocações/migrações que, em algum momento interagiram ou se fixaram neste espaço, exemplos como: Álvaro Pires *de Buarcos*, Francisco *de Azambuja*, Gil *de Gante*, João o Moço *de Azambuja*, João *de Ansião*, João *de Lisboa* e Martim *da Covilhã*, sugerem que num dado momento, saíram da sua terra natal para se fixarem na região sourense¹⁹⁹. Para uma melhor compreensão do exposto apresentamos o esquema seguinte.

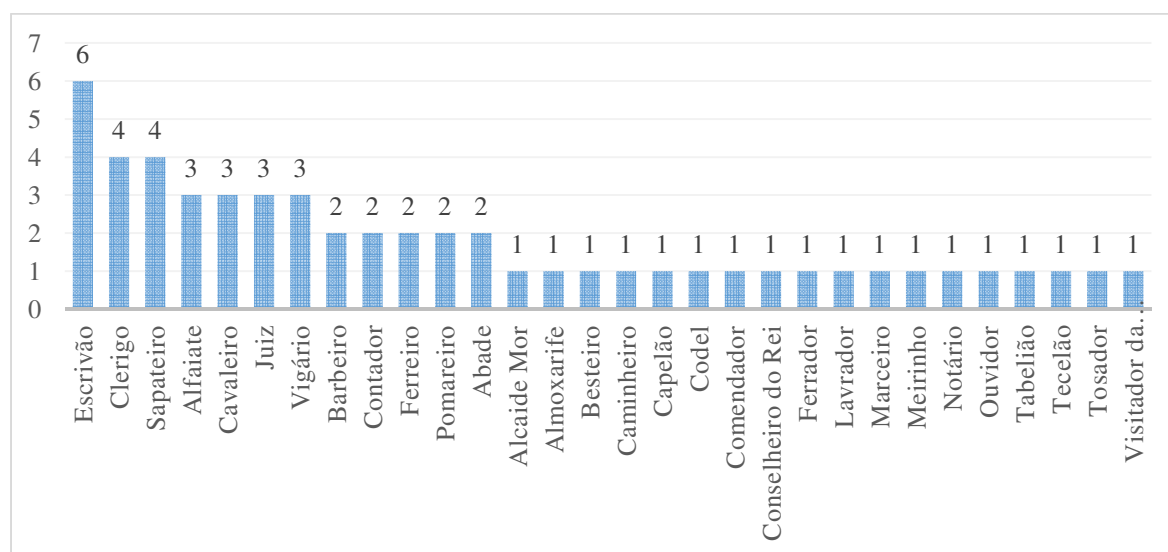
Quadro 7 - Distâncias medidas entre Soure e algumas adjunções tópicas

A análise da representação gráfica anterior revela dois “círculos” de migração nacional, um primeiro que se estende até aos 50 km e outro entre os 100 e os 200 km, por último de dimensão internacional surge o caso de Gante na actual Bélgica, no entanto ressaltamos que esta informação é apenas indicadora, sugerindo migrações ocorridas na época, mas insuficiente para caracterizar com rigor estas movimentações populacionais²⁰⁰. O nome Gante está entre nós desde o séc. XIV, pelo menos.

¹⁹⁹ Excluímos deste conjunto: Aires de Almada, juiz dos feitos do Rei, que consta no tombo como tendo passado uma carta selada com o selo da chancelaria da corte; João Coelho, tabelião de Viseu, consta como tendo feito alvará de condenação e Pêro de Gouveia consta como tendo assinado sentença ao alcaide-mor Manuel da Silva; por entendermos que as referências no tombo a estes três indivíduos não comprovam a sua fixação na região.

No que respeita às indicações de profissão associadas ao nome dos indivíduos referidos no tomo, afiguram-se significativamente mais utilizadas quando comparadas com as referências toponímicas, contabilizando-se neste último caso 29 indivíduos, contra 48 pessoas que foram identificadas pela profissão²⁰¹, sugerindo na nossa perspectiva que, para a identificação das pessoas, seria atribuída maior importância aos ofícios exercidos do que aos seus locais de origem. Constatamos de forma algo surpreendente a reduzida ocorrência de profissões ligadas à lavoura, apenas um lavrador e dois pomareiros, número manifestamente insuficiente para uma comenda que apesar de possuir algumas características urbanas, não esconde a sua vasta dimensão agrícola; avançando com uma possível justificação do facto, pensamos que o reduzido número de indivíduos ligados à agricultura e ao pastoreio esteja relacionado com sua irrelevância no que respeitava à sua identificação imediata, subsistindo como assalariados sazonais com pequenos rendimentos e a quem por norma não eram confiadas terras. Situação que é de alguma maneira reforçada quando atentamos nos indivíduos identificados no tomo de 1508, com indicações de ofício, e que possuem bens, sendo na sua maioria ocupações reveladoras do seu estatuto social; enumeram-se actividades como os cargos de escrivão, clérigo, cavaleiro, juiz, vigário, barbeiro, contador, abade, alcaide-mor, almoxarife, besteiro, coudel, comendador, conselheiro do Rei, notário, ouvidor, tabelião, visitador da Ordem de Cristo e ofícios como os de ferreiro, pomareiro, caminheiro, capelão, ferrador, lavrador, marceiro, meirinho, tecelão e tosador. Para uma melhor percepção do exposto anteriormente, apresentamos graficamente o total das profissões referidas.

Gráfico 13 – Soure. Ofícios e cargos



²⁰¹ O licenciado Aires de Almada, Diogo Pires, barbeiro de Vila Nova de Anços, João, escrivão das sisas de Lisboa, Rodrigo Anes, juiz da Anta e o Sapateiro de Paleão, possuem ao mesmo tempo adjunção tópica e ofício.

Apesar do universo reduzido apresentado, arriscamos uma caracterização das necessidades profissionais da região. Em primeiro lugar com dez resultados as actividades manufactureiras²⁰² e o dever religioso assegurado por: abades, clérigos, um vigário e um capelão num total de dez indivíduos; no cumprimento da lei referem-se no tombo seis indivíduos, o Alcaide-Mor, três juizes, um almoxarife e um meirinho, aos quais podemos juntar um besteiro; no ramo da escrita e registos enumeramos seis escrivães e um notário; para as maleitas do corpo apontamos dois barbeiros; no tratamento dos animais apresentam-se mais três ofícios, um coudel, um tosador e um ferrador; número igual surge para os trabalhos agrícolas com um lavrador e dois pomareiros; seguindo-se um marceiro no ramo de venda de mercearias; por último apontam-se dois cavaleiros, a que se associa um estatuto mais elevado, e que inserimos nas lides da guerra. Assim, analisando as referências às profissões, constatamos as manufacturas e os assuntos religiosos como mais significativos na região, seguidos das actividades dedicadas à escrita, logo seguidas de aplicação e manutenção da lei; deixando os últimos lugares para a agricultura, a venda de produtos agrícolas e a pastorícia, situação que não nos parece verosímil sendo de admitir que os ofícios relacionados com este estrato sejam omissos na documentação analisada, considerando como indicadora mas insuficiente, a análise estritamente antroponímica da dinâmica de ofícios da região.

O manuscrito deixa transparecer diversas relações familiares entre os indivíduos mencionados no tombo; apesar do seu número reduzido (10), constatamos a menor utilização do patronímico com apenas um resultado em contraste com a utilização do apelido com cinco resultados²⁰³, assim seguidamente, apresentamos as ditas ligações que nos é dado conhecer.

Quadro 8 – Soure. Relações familiares

Soure, fl. 3v	Em Soure Pêro d' Asseca sogro de Simão de Andrade, vendeu em data posterior a 1508 um assentamento de casas e seu quintal; salienta-se nesta relação familiar a venda de um bem registado em nome do genro omitindo o nome da filha e deixando transparecer a dominância do género masculino.
Soure, fl. 4v	Na rua da Olaria Velha existiam casas, um jardim e um curral que foram pertença de Manuel da Silva e passaram para seu filho João da Silva, verificando-se a passagem do apelido “Silva” entre duas gerações.
Soure, fl. 5v, 7	Diogo Homem, filho de João Rodrigues Homem, antigo contador de Coimbra e neto de Doutor Rodrigo Homem ²⁰⁴ , traz aforada uma herdade junto da vila de

²⁰² Contabilizamos: 4 sapateiros, 3 alfaiates, 2 ferreiros e 1 tecelão.

²⁰³ É provável que a maior utilização de apelidos se relacione com o “balizamento temporal” do documento estabelecido aproximadamente entre 1503 e 1558; sendo também de considerar o facto de a Comenda de Soure pertencer à Mesa Mestral, servindo como polo de atracção de famílias mais distintas.

²⁰⁴ Apesar de não ser mencionada a relação entre o Doutor Rodrigo Homem e seu filho João Rodrigues Homem, avançamos com a hipótese devido à passagem do nome próprio a patronímico “Rodrigo” para “Rodrigues” e à utilização do apelido “Homem”.

	Soure. Confirmando-se neste caso a passagem do apelido “Homem” entre três gerações.
Soure, fl. 6	Diogo Lopes, sobrinho de João Dias, traz a várzea de São Pedro nos arredores de Soure. Acentua-se assim a relação de tio e sobrinho omitindo-se a identificação dos pais de Diogo Lopes.
Soure, fl. 7	A utilização do patronímico está patente entre João Martins, filho de Martim Gil, possuindo uma herdade que foi vinha labrusca.
Soure, fl. 9	Nas cercanias da Granja da Caparota, Catarina Anes, viúva de Pêro da Ega, tem um terreno.
Soure, fl. 13v	Em 1508 João Afonso Giraldo teria já falecido, deixando uma vinha no termo de Soure à sua mulher Catarina Anes.
Soure, fl. 14v	Em 1521, no termo da vila de Soure, Roque Vieira e sua mulher Leonor Machada, filha de Isabel Fernandes, compraram um pomar e o seu foro a Álvaro Gonçalves, filho de Leonor Fernandes e Diogo Gonçalves. Salienta-se das duas anteriores relações familiares a igualdade de géneros no que respeita à nomeação de três mulheres e de três homens.
Soure, fl. 15v	Afonso Lourenço, ferrador, seria em 1508 foreiro de um terreno na Requeixada, trespassando-o a 15 de Março de 1529, ao seu segundo filho Sebastião Lourenço que por sua vez, a 17 de Maio de 1539 nomeou para terceira pessoa do prazo de aforamento, seu filho Sebastião Jorge neto de Afonso Lourenço.
Soure, fl. 19	João Gil e Beatriz Anes, sua mulher, são foreiros em prazo novo feito pelos visitantes do Casal do Mato em Alencarça.

Alcunhas em Ega e em Soure

Atendendo às alcunhas, José Leite de Vasconcelos, menciona a inexistência de uma obra completa para o seu estudo, ainda que mencione o alcunhário de 1715, da autoria de Pascoal Ribeiro Coutinho, que poderia ocupar esse “lugar”; contudo, o conhecimento de tal obra deve-se apenas à referência de Barbosa Machado, sendo o seu paradeiro desconhecido²⁰⁵; a este facto acrescentam-se até à actualidade raros trabalhos académicos e poucos artigos em publicações periódicas sobre o tema²⁰⁶. José Leite de Vasconcelos caracteriza o onomato “alcunha”, como “palavra volante”²⁰⁷, nome de natureza não definitiva, podendo ou não acompanhar toda a vida do alcunhado²⁰⁸, facto distintivo quando comparado com os restantes onomatos. A alcunha possui, tal como todos os onomatos que se apõem ao nome próprio, a finalidade de evitar as homónimias e, possuindo maior liberdade de expressão, ultrapassa as regras mais rígidas a que estão sujeitos os patronímicos e os apelidos, resultam da criativa imaginação popular e podem ser conduzidas para nomes mais “duradouros”, ganhando o estatuto de apelidos²⁰⁹.

²⁰⁵ VASCONCELOS, J. L. de - *Antroponímia Portuguesa*. p. 6, nota 6, cit. por HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho, *op. cit.* (2017), p. 235.

²⁰⁶ HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho, *op. cit.* (2017), p. 235, nota 444.

²⁰⁷ VASCONCELOS, J. L. de - *Antroponímia Portuguesa*. p. 173, cit. por HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho, *op. cit.* (2017), p. 239.

²⁰⁸ Existem alcunhas que durante a vida dos alcunhados perdem o seu significado, exemplos como: o moço, menino, velho, só fazem sentido enquanto jovem ou quando já alcançaram a dignidade de ter envelhecido, ou o exemplo de “gordo” atribuído a um indivíduo que o deixou de ser.

²⁰⁹ VASCONCELOS, J. L. de - *Antroponímia Portuguesa*. Cit. por GONÇALVES, Iria - *Imagens do mundo medieval*. (1988), p. 70.

Alcunhas de Soure

O Tombo de Soure revela um total de 27 alcunhas, cuja listagem coligimos seguidamente:

Quadro 9 – Soure. Alcunhas

Bebe Água	Cozido	Lavrador	Sousino
Bem lhe Vai	Drago	Moço	Trabalho
Caiado	Gaiteiro	Pão Alvo	Tralhão
Calado	Galego	Porrelhão	Vassalo
Casado	Grande	Rigueiro	Vatou
Cirquito	Grosso	Rosado	Vinagre
Coelho	Hortelão	Seco	

Conforme se pode verificar, o manancial de alcunhas na Comenda de Soure é variado, emitindo opiniões da sociedade, de forma mais ou menos subtil e agressiva para com os visados; assim, adiantamos algumas possíveis explicações acerca da atribuição das alcunhas referidas no tombo de Soure de 1508.

ABADE

Diniz Álvares *Abade*, foi foreiro de uma terra e de um cerrado no termo da vila de Soure²¹⁰; o termo abade, pode indicar um indivíduo eclesiástico ou superior religioso, mas como alcunha possui o sentido popular pejorativo de pessoa gorda, corada, folgada e descontraída²¹¹.

BEBE ÁGUA

É uma das mais curiosas alcunhas referidas no tombo da Comenda de Soure, fruto da perspicácia acutilante da vizinhança de Diogo Gonçalves *Bebe Água*²¹² que, de alguma forma reparara neste hábito essencial à vida humana, só podendo ser de estranhar a frequência com que o indivíduo se dessedentava com o referido recurso natural; na época tal costume foi tido como fora do comum alcançando assim o estatuto de alcunha, no entanto numa perspectiva actual, perante a evolução da medicina, tal hábito pode ser indicador de que, Diogo Gonçalves, tenha sofrido de diabetes em parte de sua vida, ressalve-se que a observação não passa de uma hipótese, já que existem outros factores causadores de sede excessiva, como uma alimentação

²¹⁰ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 70v e 13.

²¹¹ HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho, *op. cit.* (2017), p. 245.

²¹² A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 14v.

demasiado salgada, ou o possível facto de Diogo *Bebe Água* não gostar de beber vinho, usando sempre a água para “matar” a sede; as hipóteses são variadas, no entanto, sabemos actualmente que, a sede excessiva e prolongada é um dos principais indicadores desta doença. Diogo Gonçalves *Bebe Água*, é um bom exemplo da imaginação popular, do seu humor, mas também do seu apurado sentido crítico, onde se fazia notar tudo o que extrapolasse a normalidade dos hábitos quotidianos.

BEM LHE VAI

Álvaro Gonçalves *Bem lhe Vai*²¹³, foi vizinho de um terreno da Ordem de Cristo, na Granja do Ulmeiro. Ao que parece a alcunha não é pejorativa, podendo caracterizar um indivíduo a quem a vida vai correndo de feição, uma pessoa com sorte na vida.

CAIADO²¹⁴

Alcunha de Pêro, escrivão de profissão, deriva do latim *canare*²¹⁵, aludindo ao branco da cal, sugerindo um individuo de tez branca como a cal, facto que pode estar relacionado com o seu ofício e as muitas horas despendidas na elaboração da escrita a coberto da luz solar.

CALADO

Alcunha enunciada em dois indivíduos²¹⁶, já falecidos em 1508 e que deixaram bens aos seus herdeiros; este onomato não possui sentido verdadeiramente malicioso, indicando alguém reservado ou parco em palavras, sendo um dos casos que se supõe ter passado a apelido com facilidade. Notamos a proximidade geográfica entre Álvaro Eanes *Calado* e Rodrigo Anes *Calado*, identificando ainda nas proximidades uma vinha nomeada por vinha da *Calada*, fazendo supor a possível relação familiar entre os dois indivíduos e de uma terceira pessoa no feminino.

CASADO

Pedro Eanes *Casado*²¹⁷ tinha nos arredores da vila de Soure, próximo da herdade da Caramoa, um olival e um chão. O apodo suscitou dúvidas acerca da sua caracterização como alcunha, contudo a ausência do nome da mulher, reforça de alguma forma a ideia.

²¹³ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 22.

²¹⁴ *Idem, ibidem*, fl. 29v.

²¹⁵ HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho, *op. cit.* (2017), p. 254.

²¹⁶ Álvaro Eanes Calado e Rodrigo Anes Calado, A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 15 e 5v.

²¹⁷ *Idem, ibidem*, fl. 6.

CIRQUITO

Álvaro Eanes *Cirquito* de Alencarça²¹⁸, é um nome complexo, possuidor de quatro onomatos, nome próprio, patronímico, alcunha e indicação toponímica, situação pouco comum no documento e que se justifica pela presença de homonímias no lugar de Alencarça de Cima, assinalando-se nomes como: Álvaro Eanes Vassalo, Álvaro Anes, outro Álvaro Anes de Alencarça e o dito Álvaro Eanes *Cirquito* de Alencarça. A procura de significado para a alcunha “cirquito” não revelou frutuosa, contudo ficamos com a ideia de que tal alcunha possa estar relacionada com a capela de Nossa Senhora do Círculo aí situada, tradicionalmente nomeada por Senhora do Circo, tal como o foi na adjunção tópica de Afonso do Circo no tombo da visitação de Ega.

COZIDO

Curiosamente, a imaginação popular ao atribuir alcunha a Diogo Gonçalves *Cozido*²¹⁹, reconfirmou o seu ofício de alfaiate, este em 1508 teria sido foreiro no lugar da Requeixada, termo da vila de Soure; assim Diogo Afonso *Cozido* Alfaiate possuiu no seu nome, alcunha e indicação de profissão que estavam intimamente relacionados.

DRAGO

Pêro Drago²²⁰, cavaleiro da Ordem de Santiago, foi foreiro em segunda pessoa de um pardieiro²²¹ na vila de Soure, assim como de uma granja perto de Soure em primeira pessoa, num prazo de três pessoas, tendo ainda perto da dita vila uma sesmaria; Drago provêm do latim *draco*, nome alusivo a dragão animal fabuloso, facto que provavelmente está relacionado com, o estatuto de Pêro Drago, como cavaleiro da Ordem de Santiago, identificamos ainda Maria *Draga*, (variante feminina do onomato *Drago*), nas imediações da vila de Soure, sendo provável a relação familiar com Pêro Drago; J.L. Vasconcelos alude ao onomato Drago como apelido, mencionando: “também não me parece impossível que os apelidos *Serpe* e *Drago* resultassem de alcunhas provindas da procissão do Corpo de Deus, onde entravam d’antes o *Drago* e a *Serpe*”²²².

²¹⁸ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 18v.

²¹⁹ *Idem, ibidem*, fl. 15v.

²²⁰ *Idem, ibidem*, fl. 3, 3v, 9, 9v.

²²¹ Este pardieiro fica junto aos moinhos da vila próximo do castelo. DIAS, Pedro, *op. cit.* (1979), p. 64.

²²² VASCONCELOS, J. L. de - *Antroponímia Portuguesa*. (2005), p. 233.

GAITEIRO

Do *Gaiteiro* não se conhece o nome, este onomato é usado para referir o seu filho como “filho do *Gaiteiro*”²²³, sendo que este possuía terra ou bens em São Mateus no termo de Soure. *Gaiteiro* é alcunha atribuída a um indivíduo festeiro, folião, que chama a atenção por ser vistoso ou possuir muita energia (fôlego)²²⁴.

GALEGO

João *Galego* do casal²²⁵ que, na feitura do tombo da visitação já teria falecido, deixou herdeiros, cuja herança se localizava em Vale de Flores nos arredores de Soure. João possui no seu nome duas indicações toponímicas: “galego” como indicador da sua origem, a Galiza, e “do casal”, fazendo referência provável, à sua morada nas proximidades de Soure; porém o facto de coexistirem duas referências de lugar dá ênfase, a outro significado da alcunha “galego”, associada a trabalho árduo que provavelmente caracterizava João *Galego* do Casal²²⁶.

GRANDE

João *Grande*²²⁷ foi nome de um porto nos arredores de Soure, subsistindo a dúvida acerca da existência de um indivíduo de nome João *Grande*, o significado da alcunha é de teor físico, fazendo referência ao tamanho da pessoa.

GROSSO

Estevão *Grosso*²²⁸ teve aparentemente um vale nos arredores da vila de Soure, tal como o exemplo anterior, também neste caso persiste a dúvida quanto à posse deste vale, ou se o nome será o próprio nome do vale por Estevão lá ter vivido; sendo também uma alcunha de teor físico aludindo a homem forte e entroncado.

MEIRINHO

Nomeava o cargo de oficial de justiça, subsistindo a dúvida se este onomato foi considerado como indicador de profissão ou alcunha; no caso de João *Meirinho*²²⁹, o facto de ter beneficiado do aforamento feito pelo alcaide mor de uma porção de paul em Paleão no termo de Soure, possa ser indicador da sua relação com o dito alcaide-mor e consequentemente da sua profissão

²²³ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 30v.

²²⁴ HOUAISS, António; Villar, Mauro de Salles - *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, tomo II. (2003), p. 1404.

²²⁵ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 12.

²²⁶ HOUAISS, António ; Villar, Mauro de Salles - *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, tomo II. (2003), p. 1839.

²²⁷ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 14v.

²²⁸ *Idem, ibidem*, fl. 10.

²²⁹ *Idem, ibidem*, fl. 17v.

como meirinho. No entanto é na falta de patronímico que nos fundamentamos para o considerar como alcunha.

MOÇO

Na Granja do Ulmeiro, nos Rodelos, encontramos João *o Moço* de Azambuja²³⁰, foreiro de um campo de cultivo, salientamos o carácter “volátil” da alcunha, ou seja, a lógica de atribuição, perde-se à medida em que João fosse envelhecendo.

PÃO ALVO

João Afonso *Pão Alvo*²³¹ morador na rua de Giraldo Afonso, uma das ruas foreiras da vila de Soure; arriscamos relacionar a alcunha “pão alvo” com o possível facto de João Afonso ser calvo e de tez muito clara.

PORRELHÃO

Próximo de São Mateus identificamos Álvaro Dias de alcunha *Porrelhão*, onomato agreste podendo possuir diversos significados, sugerimos que o apodo em questão possa derivar de: “porra”, definindo pau nodoso, forte e grosso e mais pesado na ponta²³²; ou a porrilhão de etimologia “porra” + terminologia “milhão”, aludindo a grande quantidade²³³; assim como a “porretas” ou “porrada” que seriam termos utilizados para descrever alhos porros em guisado, em caldo ou em salada, derivando provavelmente do latim *porrecta e porrata*²³⁴. Deduzimos que a atribuição desta alcunha tenha a intenção de caracterizar uma pessoa rude e agressiva.

RIGUEIRO

Vasco *Rigueiro* teve terra no lugar de Paleão no termo de Soure. A alcunha Rigueiro sugere “regueiro” admitindo-se que, Vasco *Rigueiro* morava próximo de um curso de água ou aí tinha a sua terra.

ROSADA (O)

De etimologia semelhante, enumeram-se duas alcunhas, *Rosado* e da *Rosada*, contudo os seus significados são notoriamente diferentes, assim Gonçalo Afonso *Rosado*²³⁵, por hipótese, terá sido um indivíduo de tez rosada, pelos trabalhos do campo ou pela quantidade de bebidas

²³⁰ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 22.

²³¹ *Idem, ibidem*, fl. 4.

²³² VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras e frases...*, tomo II. (1993), p. 485.

²³³ HOUAISS, António ; Villar, Mauro de Salles - *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, tomo III. (2003), p. 2934.

²³⁴ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de *Elucidário das palavras e frases...*, tomo II. (1993), p. 486.

²³⁵ Gonçalo Afonso rosado deixou bens aos seus herdeiros, próximo da Caramoa e da Anta do Judeu no termo da vila de Soure. A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 14.

alcoólicas ingeridas; já Gonçalo Anes da Rosada²³⁶, antigo morador na vila de Soure, e cuja alcunha indica um possível parentesco com uma mulher de pele rosada, contudo existe ainda outra hipótese provável, relacionada com o facto de Gonçalo Anes, ter morado na Rua da Rosada em Soure, vizinho de João Afonso Giraldo e de Catarina Anes sua mulher.

SECO

Pêro *Seco*²³⁷ foi foreiro de um canal junto da levada que seguia para os moinhos da vila de Soure. Segundo J. L. Vasconcelos o onomato “Seco” pode ser oriundo de Milão, como apelido italiano²³⁸, sendo que a família deve ter-se estabelecido na região de Coimbra onde conhecemos vários indivíduos desde o século XVI²³⁹.

SOUSINO

Pedro Eanes *Sousino*²⁴⁰, tabelião público da “vila dos Redondos”, terra de Santa Cruz (esta designação refere a invocação da sua igreja paroquial), consta no documento como tendo feito carta de aforamento de uma porção de terra a Roque Vieira e sua mulher Leonor Machada. Redondos, povoação do Concelho da Figueira da Foz, ficava perto de Buarcos e foi couto do Mosteiro de Coimbra.

TRABALHO

Vasco *Trabalho*²⁴¹ teve em Benfeita um terreno situado junto de vinhas da Ordem de Cristo; a alcunha não oferece muitas dúvidas, estaria relacionada com o facto de Vasco ter ganho a fama de bom trabalhador.

TRALHÃO

Nos arredores da vila de Soure, foi referido um João *Tralhão*, possuidor de terras nos barros de Caparrota. Tralhão talvez possa derivar de tralha, o que pode significar: rede de pesca utilizada por um único indivíduo, ou conjunto de utensílios para a lavoura²⁴²; Viterbo identifica o termo “Tralhado”, cujo significando seria, traslado, cópia de um exemplar²⁴³.

²³⁶ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 3v.

²³⁷ *Idem, ibidem*, fl. 16.

²³⁸ VASCONCELOS, J.L. de - *Antroponímia portuguesa*. p. 318.

²³⁹ VASCONCELOS, Frazão – “O primeiro mapa impresso de Portugal.” (1929), pp. 27-33.

²⁴⁰ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 15v.

²⁴¹ *Idem, ibidem*, fl. 14.

²⁴² HOUAISS, António ; Villar, Mauro de Salles - *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, tomo III. (2003), p. 3557.

²⁴³ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras e frases...*, tomo II. (1993), p. 614.

VASSALO

Álvaro Eanes *Vassalo*²⁴⁴, morador em Alencarça de Cima, a norte da Vila de Soure, detentor de terra no dito lugar. A alcunha *Vassalo* pode caracterizar um indivíduo submisso ou na gíria popular um “pau mandado”.

VATOU

Fernando *Vatou*, detentor de bens em São Mateus, mas para esta alcunha não descortinamos um significado.

VINAGRE

Nos arredores de Soure em vale de Flores existiu um indivíduo conhecido unicamente por *Vinagre*²⁴⁵, detentor de terra nesse local. A alcunha na nossa perspectiva estará relacionada com o “azedume” da pessoa; este apodo foi também utilizado como apelido na região de Lisboa²⁴⁶.

Acerca da actividade de alguns indivíduos mencionados no tombo da visitação de Soure encontrámos outras referências em documentação diversa, que nos permitem conhecer melhor aspectos da sua acção e do meio em que se inseriam e com o qual necessariamente se relacionavam.

Caso 1

Identificámos, Diogo Homem²⁴⁷, foreiro da Herdade do Pomar junto da vila de Soure, terá exercido como contador dos almoxarifados de Coimbra e da vila de Aveiro entre os anos de 1496 e 1540²⁴⁸. Neste caso, a associação deriva do próprio cargo de contador que, já pertencera a João Rodrigues Homem, seu pai, este fora contador de Aveiro e de Coimbra, acumulando nesta cidade o cargo de almoxarife²⁴⁹; sabemos que Diogo Homem em 1496 possuía casas na cidade conimbricense, sendo nesse ano identificado como cavaleiro da Casa

²⁴⁴ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 18.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, fl. 12.

²⁴⁶ VASCONCELOS, J. L. de - *Antroponímia portuguesa*. (2005), p. 271.

²⁴⁷ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 7.

²⁴⁸ Segundo referências documentais. A.N./T.T. – *Chancelaria de D. Manuel I*. Lº 38, fl 70, Lº 24, fl. 41v; A.N./T.T. - *Corpo Cronológico*. Parte II, maço 73, nº 127; maço 82, nº 1; maço 88, nº 66 e 86; maço 94, nº 179; maço 99, nº 54; maço 99, nº 87; maço 102, nº 11; maço 106, nº 155; maço 125, nº 115; maço 127, nº 106; maço 128, nº 126; maço 129, nº 193; maço 130, nº 124; maço 154, nº 3; maço 170, nº 53; maço 188, nº 74; maço 195, nº 176; maço 231, nº 69 e 74. Coexistindo a possibilidade de Diogo Homem ter falecido em 1516, ficando devedor à Casa Real de uma verba de 103.000 reis, sendo emitido um alvará isentando a sua viúva, Isabel de Freitas, da referida dívida. A.N./T.T. – *Corpo Cronológico*. Parte II, maço 67, nº 1.

²⁴⁹ A.N./T.T., PT/TT/CHR/K/32/32-93 - *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 32, fl. 32.

d'el Rei²⁵⁰, é em 1497 mencionado como almoxarife da mesma cidade²⁵¹, mas em 1511 esteve ausente do cargo de contador²⁵² e em 1519 é apontado como fidalgo da casa real²⁵³. Como descendência identificamos no tombo, um filho homónimo que posteriormente a 1508 foi foreiro da Herdade do Pomar²⁵⁴.

Caso 2

Acerca de Álvaro da Costa, pesquisamos e reunimos diversa documentação²⁵⁵, sabemos que fora em 1508, foreiro de uma herdade próxima da vila de Soure, existindo a possibilidade de ter recebido a mercê de ofício de escrivão e selador dos panos meirinhos (Maio de 1500), sendo escudeiro, escrivão das sisas da vila de Soure (30-04-1499)²⁵⁶ e criado do comendador-mor da OC²⁵⁷; o mês de Novembro de 1501, assiste à fuga de Álvaro da Costa do cárcere, facto que é comunicado por Luís Gonçalves serralheiro, alcaide e carcereiro nesse ano na vila de Soure²⁵⁸, por último coloca-se a possibilidade de Álvaro da Costa ter falecido em data próxima a 1521²⁵⁹.

Caso 3

Vasco Botelho, Almoxarife²⁶⁰ da vila de Soure em 1508, pai de Diogo Botelho e de Cristóvão Botelho²⁶¹, teve o foro de dois pomares; foi mandado por D. Manuel, em sentença assinada por João Pires clérigo, vigário geral de Coimbra, feita por Fernando Pires notário em 24 de Fevereiro de 1503, pagar ao alcaide mor desta vila, Manuel da Silva, a Mateus Fernandes Clérigo e todos os moradores da vila de Soure, o dízimo dos pescados, da fruta, hortaliças e de

²⁵⁰ A.N./T.T., PT/TT/CHR/K/38/70-277- *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 38, fl. 70.

²⁵¹ *Idem, ibidem*, liv. 32, fl. 32.

²⁵² Sabemos que em 1511 Diogo Homem se ausentou do seu cargo de contador, contudo não conseguimos descortinar qual a duração desse lapso de tempo. A.N./T.T. - PT/TT/CHR/K/15/107-330V - *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 15, fl. 107.

²⁵³ A.N./T.T., PT/TT/CC/2/82/1 - *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 82, nº 1.

²⁵⁴ A.N./T.T. - *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 7.

²⁵⁵ A documentação faz referência a Álvaro da Costa, sendo por hipótese o indivíduo identificado no tombo de Soure em 1508, contudo coexiste a possibilidade de que esta documentação faça referência a um ou mais homónimos.

²⁵⁶ A.N./T.T., PT/TT/CHR/K/14/39-201V - *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 14, fl. 39v.

²⁵⁷ *Idem, ibidem*, liv. 12, fl. 43.

²⁵⁸ *Idem, ibidem*, liv. 46, fl. 108.

²⁵⁹ *Idem, ibidem*, liv. 39, fl. 51.

²⁶⁰ A.N./T.T. - *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 12v.

²⁶¹ SOUSA, António Caetano de – *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa...*, tomo II, (1735-1749), pp. 834 e 372.

tudo o resto que produzissem²⁶². Vasco Botelho já exercia o cargo de almoxarife de Soure em 1487, data referida em carta de quitação de 23 de Maio 1497²⁶³, onde se descrevem os gastos e os proveitos do exercício do cargo, entre os anos de 1487 e 1491; situação repetida em nova carta de quitação de 08-05-1510²⁶⁴, em que Vasco Botelho, apresenta contas do período entre 1501 e 1509. Vasco Botelho terá exercido como almoxarife da vila de Soure, pelo menos vinte e três anos consecutivos, entre 1487 e 1510. Não encontramos documentação acerca da sua continuação no cargo após o ano de 1510.

Caso 4 – Frei Gonçalo de Azevedo

Na Benfeita, termo da vila de Soure, o Doutor Fr. Gonçalo de Azevedo²⁶⁵, teve arrendadas, em 1508, cinco courelas de vinha; sabemos que desempenhou o cargo de Desembargador do Paço, existindo nesse sentido referências entre os anos de 1496 e 1506; em 16 de Maio de 1496²⁶⁶, refira-se a carta de perdão a João Alvares Escudeiro; em 08 de Junho de 1498²⁶⁷, a carta de perdão a Gonçalo Nunes escudeiro e alcaide pequeno da fortaleza de Torres Novas, por fuga de Jorge Machado; em 22 de Junho de 1501²⁶⁸, carta de confirmação de alforria a Inês, moça de sete anos de idade, filha de Catarina, escrava branca de frei Diogo, prior de Santa Maria Alandroal; em 22 de Junho de 1501²⁶⁹, pedido de Inês França, mulher solteira moradora em Lisboa, para que lhe perdoem o restante tempo de degredo; a 07 de Outubro de 1501²⁷⁰, carta de perdão a Ana Fernandes, mulher solteira, moradora em Lisboa; a 04 de Dezembro de 1501²⁷¹, carta de legitimação e testamento; em 18 de Janeiro de 1502²⁷², carta de perdão a Frei Álvaro Carvalho, morador em Castelo de Vide, por ter vendido um seu escravo para o reino de Castela; a 28 de Abril de 1502²⁷³, carta de legitimação de Joana, filha de frei Pedro, frade da Ordem de Santa Maria do Carmo, mestre da capela do bispo de Coimbra, e de Isabel Pires, a pedido do pai; em 17 de Setembro de 1506²⁷⁴, carta de legitimação de Pedro Homem, criado do conde de Portalegre, filho de frei João, vigário de Pombal e de Margarida

²⁶² A.N./T.T.- O.C./ C.T., liv. 308, fl. 29v.

²⁶³ A.N./T.T., PT/TT/CHR/K/30/105/-450V - *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 30, fl. 105v.

²⁶⁴ *Idem, ibidem*, liv. 3, fl. 14v.

²⁶⁵ A.N./T.T. - O.C./ C.T., liv. 308, fl. 14.

²⁶⁶ A.N./T.T., PT/TT/CHR/K/43/33-159v - *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 43, fl. 33v.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, liv. 29, fl. 108v.

²⁶⁸ *Idem, ibidem*, liv. 46, fl. 53.

²⁶⁹ *Idem, ibidem*, liv. 46, fl. 23.

²⁷⁰ *Idem, ibidem*, liv. 46, fl. 83.

²⁷¹ *Idem, ibidem*, liv. 17, fl. 102.

²⁷² *Idem, ibidem*, liv. 37, fl. 84.

²⁷³ *Idem, ibidem*, liv. 6, fl. 47.

²⁷⁴ *Idem, ibidem*, liv. 38, fl. 71.

Martins, mulher solteira no seu nascimento; em 02 de Outubro de 1506²⁷⁵, carta de legitimação para João Borges, filho do frei Diogo Borges e de Senhorinha Álvares, solteira aquando do nascimento de João Borges. O Doutor Gonçalo de Azevedo era casado com Leonor de Castro e faleceu em 1517, dados que constam da carta régia dada a seu filho Francisco de Azevedo, confirmando a doação das saboarias das vilas de Alcácer e do Torrão como a tinham tido o seu pai e o irmão, André de Azevedo, que morrera em Arzila²⁷⁶.

Caso 5

D. João Pereira²⁷⁷, comendador de Casével e frei Diogo do Rego; na data de 05 de Outubro de 1504, como visitantes da Ordem de Cristo, passaram carta de aforamento a Pedro Álvares, de uma azenha na Comenda de Dornes²⁷⁸ junto da ribeira de Monsalude; realizaram em Março de 1508 a visitação às comendas de Soure e de Ega. Descortinaram-se dois fragmentos documentais não datados, o primeiro fazendo referência a um mandado de D. João III, pedindo contas acerca de três rações que frei Diogo do Rego tinha no priorado, sendo no documento identificado como conselheiro do Rei e prior do Convento de Tomar; o segundo fragmento, faz prova de que Frei Diogo do Rego terá alcançado a idade de aposentadoria²⁷⁹, sendo de concluir que este último documento tenha sido emitido em data posterior a 13 de Dezembro de 1521, dia da coroação de D. João III.

Caso 6

Sabemos que em 1539, Diogo Manhoz²⁸⁰, exercia o cargo de tabelião público na vila de Soure, tendo por esta data feito escritura pública a um chão de Sebastião Jorge. A pesquisa em documentos da Torre do Tombo permitiu-nos encontrar outras referências a um Diogo Manhoz, em carta de D. Manuel, em 20 de Maio de 1496, pela qual foi confirmada a um escudeiro com este nome a nomeação de escrivão dos feitos das sisas na vila de Miranda do Douro; em 27-11-1501 alude-se novamente a Diogo Manhoz, como eleito para procurador do número em Miranda do Douro e termo, justificando que “tinha livros e regras para o poder fazer, e era homem manso”²⁸¹, referências abonatórias das suas qualidades pessoais. Quanto à associação

²⁷⁵ A.N./T.T., PT/TT/CHR/K/38/66-256v - *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 66v.

²⁷⁶ *Idem, ibidem*, liv. 10, fl. 64.

²⁷⁷ A.N./T.T., PT/TT/OCCT/E/002/0308 - *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 1.

²⁷⁸ A.N./T.T., PT/TT/GAV/10/10/10. Gavetas, Gav. 10, mc. 10, nº 10.

²⁷⁹ A.N./T.T., PT/TT/FRA/03.02/00016. Fragmentos, cx. 3, mc. 2 nº 16.

²⁸⁰ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 15v.

²⁸¹ A.N./T.T., PT/TTCHR/K/1/57-346V - *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 57v.

documental atrás apresentada, congrega um lapso temporal de quarenta e três anos, pelo que consideramos estar perante dois homónimos, talvez com laços familiares.

Caso 7

Frei Manuel da Silva²⁸² seria em 1508 alcaide e aposentador-mor da Vila de Soure, tendo, em 11 de Janeiro de 1505²⁸³, o traslado do alvará de 7 de Setembro de 1496, servido para esclarecer dúvidas entre Manuel da Silva e o aposentador-pequeno; existe ainda outra referência a Frei Manuel da Silva, como aposentador-mor, quando é feita mercê ao seu criado Pêro Cardoso, do cargo de escrivão da Câmara, em 31 de Março de 1498²⁸⁴, cargo que mantinha em 1508, aquando da visitação da Comenda de Soure²⁸⁵.

Caso 8

A documentação demonstra que Pêro Lopes Cardoso, ouvidor do Mestrado de Cristo, em 1501, seria bacharel, passando a licenciado a partir de 1502; como bacharel, em 01 de Julho de 1501²⁸⁶, assinou sentença de condenação a João Martins, morador em Tomar; outra sentença de condenação a Pêro Afonso, morador em Castelo Branco, em 27 de Novembro de 1501²⁸⁷; já como licenciado assina as seguintes cartas: carta de perdão a Mécia Vaz, moradora na vila de Castelo Branco em 15 de Janeiro de 1502, carta de 7 de Março de 1511, onde Pêro Lopes Cardoso consta como corregedor da comarca “D’entre Tejo e Odiana”, obtendo por mercê o cargo de Desembargador da Casa da Suplicação²⁸⁸; por último em carta de 12 de Junho de 1511, consta como “nomeado Desembargador da Casa da Suplicação”²⁸⁹, sendo a este concedido para mantimento, o valor de 45000 reais por ano.

Caso 9

Afonso Mexia (1477 - 1557), natural de Campo Maior, filho de Martim Gomes de Mexia, destacou-se nos reinados de D. Manuel I e D. João III, como oficial régio, prolongando

²⁸² Frei Manuel da Silva, é mencionado no documento como alcaide e aposentador mor da vila de Soure. A.N./TT., O.C./C.T., liv. 308, fl. 27v.

²⁸³ A.N./T.T., PT/TT/CHR/K/23/47-287 - *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 47.

²⁸⁴ *Idem, ibidem*, liv. 31, fl. 149.

²⁸⁵ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 30.

²⁸⁶ A.N./T.T., PT/TT/CHR/K/46/35-119 - *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 35.

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, liv. 46, fl. 112.

²⁸⁸ *Idem, ibidem*, liv. 8, fl. 64v.

²⁸⁹ *Idem, ibidem*, liv. 8, fl. 64v.

as suas funções por um período de aproximadamente meio século assumiu os cargos de escrivão da Câmara Real, escrivão da Fazenda e vedor da Fazenda da Índia, sendo também capitão da Capitania de Cochim, além dos cargo enumerados acrescentou à sua carreira a dignidade de cavaleiro da Ordem de Cristo, administrador de alguns bens da capela de Campo Maior e tabelião desta vila e feitor da fortaleza de S. Jorge da Mina²⁹⁰. No contexto de Soure Afonso Mexia redactou em 16 de Dezembro de 1504, um alvará respeitante ao alcaide-mor Fr. Manuel da Silva.

Caso 10

A carta de 4 de Maio de 1515, nomeando Álvaro Luís, criado de Luís Duarte da Silva²⁹¹, fidalgo do rei, como escrivão das sisas da vila de Soure²⁹².

Acima referenciamos no contexto da Comenda de Soure, algumas personagens pretensamente mais relevantes, cuja actividade produziu documentação passível de ser estudada.

Por último, no que respeita à antroponímia masculina da Comenda de Soure, elaboramos a seguinte tabela contendo o levantamento de todos os nomes próprios, patronímicos, apelidos, alcunhas, referências a ofícios, cargos, profissões e adjunções tópicas de nome mencionados no tombo da visitação.

²⁹⁰ LOUREIRO, Sara – “Reconstituição e análise da documentação produzida por Afonso Mexia, escrivão da Câmara e da Fazenda de D. Manuel I e de D. João III” [em linha]. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 1ª Série nº 9 (2007), pp. 12-49. [Consultado em 12-02-2018]. Disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/91.pdf>

²⁹¹ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 3v.

²⁹² A.N./T.T., PT/TT/CHR/K/24/78-247 - *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 78v.

Quadro 10 – Nomes masculinos mencionados no tombo da comenda de Soure de 1508

Assinalamos com * os nomes registados em anotações posteriores.

Nome Próprio	Patronímico	Apelido	Alcunha	Profissão, cargo, ofício	Adjunção tópica	Relação familiar/outra	Situação	Localização	Fonte
Afonso *	Bernardes				de Soure		Foreiro de Terra e chão em Arneiro	Perto de Soure	Soure, fls.7v, 8
Afonso (Fr.)					de Vivar		Tem em comenda a Granja de São Tomé, Granja de Alencarça, Casal Novo, moinhos e prados	Vila de Soure, arredores de Soure, Alencarça	Soure, fls. 4v, 11v, 19v
Afonso*		Da Silva				Foi casado com Dona Guiomar de Faria	Falecido	Termo de Soure	Soure, fl. 10
Afonso	Fernandes						Foreiro de meio casal, em primeira pessoa por um prazo feito em três pessoas	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 24
Afonso	Gonçalves			Clérigo			Falecido; antigo morador em Soure	Vila de Soure	Soure, fl. 4
Afonso	Lourenço			Ferrador			Foreiro em 1ª pessoa de pomar, prazo feito pelos visitantes em três pessoas	Termo de Soure	Soure, fl. 15v
Afonso *	Lourenço					Pai de Sebastião Lourenço	Falecido; vendeu e trespassou o foro de chão a Sebastião Lourenço seu segundo filho	Termo de Soure	Soure, fl. 15v
Afonso	Mateus						“Rua de Afonso Mateus”	Vila de Soure	Soure, fl. 4
Afonso		Mexia					Fez em Lisboa alvará respeitante ao alcaide-mor frei Manuel da Silva em 16 de Dezembro de 1504	Lisboa	Soure, fl. 28v

Afonso	Vaz			Sapateiro			Tem herança e tem pardieiro	Vila de Soure	Soure, fl. 3
Afonso				Vigário			Teve herdade, longa, olival e chão	Perto de S. Domingos, termo de Soure e Martela perto de Soure	Soure, fl. 15
Aires (lic.)				Juiz dos feitos do rei	de Almada		Passou uma carta selada com a chancelaria da corte	Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 29
Álvaro	Anes			Sapateiro			Foreiro de canal	Cômaro da Levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 16v
Álvaro		da Costa					Foreiro de herdade	Arredores de Soure	fl. 6v
Álvaro *		de Almeida					Rendeiro de Vinha	Termo de Soure	Soure, fl. 14v
Álvaro	Dias		<i>Porrelhão</i>					São Mateus	Soure, fl. 31
Álvaro (Dom)	Eanes			Abade		Herdeiro	Foreiro de herdade (vinhas)	Herdade da Caramoa, perto de Soure	Soure, fl. 5v
Álvaro	Eanes		<i>Calado</i>			Tem herdeiros		Perto de S. Domingos, termo de Soure	Soure, fl. 15
Álvaro	Eanes		<i>Cirquito</i>		de Alencarça		Tem terra	Alencarça	Soure, fl. 18v
Álvaro	Eanes				de Alencarça		Tem terra	Alencarça	Soure, fl. 18
Álvaro	Eanes		<i>Vassalo</i>				Morador em Alencarça de Cima, tem terra	Alencarça de Cima	Soure, fl. 18
Álvaro *	Gonçalves					Filho de Diogo Gonçalves e de Leonor Fernandes	Morador em Buarcos, antigo foreiro em terceira pessoa de uma parcela de chão	Requeixada, termo de Soure	Soure, fl. 15v
Álvaro	Gonçalves						Foreiro de uma courela	Benfeita, termo de Soure	Soure, fl. 14

Álvaro	Gonçalves		<i>Bem lhe vai</i>					Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 22
Álvaro	Lourenço					Tem herdeiros	Falecido	Perto de Soure	Soure, fls. 6, 13v
Álvaro *	Mendes			Criado do Barão			Foreiro de Herdade	Perto de Soure	Soure, fl. 6v
Álvaro *		Pereira		Contador			Confirmou aforamento de olival e de chão em Dezembro de 1503	Perto de Soure	Soure, fl. 5v
Álvaro	Pires				de Buarcos		Foreiro de uma marinha de sal	Tavarede, termo de Soure	Soure, fl. 16
André *		da Silva				Parente de Gonçalo da Silva	Tem em comenda os vinhos com outras propriedades da Ordem, como as teve Gonçalo da Silva seu parente	Vila de Soure, vila de Leirosa e arredores de Soure	Soure, fls. 2v, 4, 5
André	Fernandes						Foreiro de uma courela	Benfeita, termo de Soure	Soure, fl. 14
Antão	Gonçalves					Casado	Falecido	Termo de Soure	Soure, fl. 15
António *		da Silva					Foreiro de pardieiro em conjunto com Pêro Drago	Vila de Soure	Soure, fl. 3v
Belchior *		Botelho					Foreiro em 1ª pessoa, por novo aforamento, feito em 3 vidas por Rei D. João, em carta de aforamento feita por Paio Rodrigues Contador e confirmado por sua alteza em 1545; foreiro de pedaço de paul para horta, feito por alvará do rei, redigido por Diogo Lopes e subscrito por	Paleão, termo de Soure	Soure, fls. 13, 17v

							Damião Dias, Setembro de 1539		
Braz	Anes						Foreiro de um casal, em primeira pessoa por um prazo feito em três pessoas	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 23v
				Cavaleiro			Teve olival	Perto de S. Domingos, termo de Soure	Soure, fl. 15
*				Comendador			Comendador de lagares de azeites e olival, arrenda-os de sua mão	Termo de Soure	Soure, fl. 13
				Contador de Pombal			Tem herança	São Mateus	Soure, fl. 31
Damião	Dias						Subscreveu carta de alvará a Belchior Botelho	Paleão, termo de Soure	Soure, fl. 17v
Diniz *	Álvares						“Rua de Diniz Álvares”	Vila de Leirosa	Soure, fl. 3v
Diniz	Álvares						Morador na rua das Cordeiras	Vila de Soure	Soure, fl. 4v
Diniz	Alvares						Foreiro em 1ª pessoa, de vinha e terra por prazo de 3 pessoas, prazo feito pelos visitantes	Termo de Soure	Soure, fl. 13v
Diniz	Alvares			Abade			Foreiro de terra e de cerrado que é prado	Termo de Soure	Soure, fl. 13
Diniz *	Álvares			Abade			Foreiro de terra	Perto de Soure	Soure, fl. 5v
Diogo	Afonso						Tem Vinha em conjunto com João de Ansião	Perto de Soure	Soure, fl. 5v
Diogo *		Botelho		Almoxarife da Ordem na vila de Soure			Foreiro de metade de um canal, sendo a outra metade aforada a Francisco da Azambuja; passou certidão de venda de foro de uma parcela de chão a Roque Vieira e sua mulher Leonor Machada	Vila e termo de Soure	Soure, fls. 2v, 14, 15v, 16v

Diogo (Fr.) (Bacharel)		do Rego					Bacharel, visitador da ordem e Mestrado de Cristo		Soure, fl. 1
Diogo	Gomes						Tem vinha	Perto de Soure	Soure, fl. 6
Diogo *	Gonçalves					Marido de Leonor Fernandes e pai de Álvaro Gonçalves	Falecido; antigo foreiro em primeira pessoa de uma parcela de chão	Requeixada, termo de Soure	Soure, fl. 15v
Diogo	Gonçalves		<i>Bebe Água</i>					Termo de Soure	Soure, fl. 14v
Diogo	Gonçalves		<i>Cozido</i>	Alfaiate			Foreiro de parcela de chão em primeira pessoa, de pomar mais horta em prazo de 3 pessoas, confirmado pelo Rei e de um canal	Requeixada, termo de Soure e cômaro da levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 15v, 16v
Diogo	Gonçalves			Coudel			Falecido; teve casas na rua da Rosada	Vila de Soure	Soure, fl. 4v
Diogo	Gonçalves			Escrivão da Câmara de Soure			Publicou carta passada pelo licenciado Aires de Almada	Vila de Soure e seus termos, São Mateus	Soure, fls. 29, 30v
Diogo		Homem				Filho de João Rodrigues Homem, contador de Coimbra	Foreiro da herdade do Pomar, de um seíçal, tem paul e terras	Perto de Soure; Ponte Pedrinha, termo de Soure	Soure, fls. 7, 15
Diogo *	Lopes						Foreiro de terra	Perto de Soure	Soure, fl. 5v
Diogo	Lopes					Sobrinho de João Dias	Tem terra e vinha	Perto de Soure	Soure, fl. 6
Diogo *		Lopes					Escreveu carta de alvará a Belchior Botelho	Paleão, termo de Soure	Soure, fl. 17v
Diogo*	Lopes	de Sousa					Tem em comenda a parte de baixo da casa, denominada por “O Celeiro da Escada de Pedra”, que serve de loja	Vila de Soure	Soure, fl. 2 v

Diogo	Lopes			Lavrador			Foreiro de um mortório	Perto de Soure	Soure, fl. 5v
Diogo*		Manhoz		Tabelião público na vila de Soure			Fez escritura pública de uma parcela de terreno de Sebastião Jorge em 1539	Termo de Soure	Soure, fl. 15v
Diogo	Pires		<i>Barbeiro</i>		de Vila Nova de Anços	Tem herdeiros	Falecido; teve terra	Perto de Soure	Soure, fl. 11
Diogo	Pires		<i>Clérigo</i>				Foreiro de canal	Cômaro da Levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 15v, 16v
Diogo		Varela					Falecido; teve um pardieiro	Vila de Soure	Soure, fl. 2v
Estevão	Gomes					Casado	Falecido		Soure, fl. 16v
Estevão			<i>Grosso</i>				“Vale de Estevão Grosso”		Soure fl. 10v
Fernando (Dom) (Inf.)							Confirmou foro a João Afonso	Termo de Soure	Soure, fl. 13v
Fernando	Eanes			Tosador			Morador em Montemor, tem terra	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 22
Fernão	Dias			Tecelão			Foreiro de canal	Cômaro da Levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 16v
Fernão	Rodrigues						Foreiro de meio casal, em primeira pessoa por um prazo feito em três pessoas	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 23v
Fernão *	Rodrigues			Notário da vila de Soure			Escreveu escritura de venda e trespasse de Afonso Lourenço	Termo de Soure	Soure, fl. 15v
Fernão	Rodrigues	Freire						Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 21v
Fernão			<i>Vatou</i>					São Mateus	Soure, fl. 30v

Fernão	Vaz				de Soure		“Tem longas”	Perto de Soure	Soure, fl. 9v
Francisco (Fr.)				Capelão do rei; notário apostólico e escrivão público da Visitação					Soure, fl. 1
Francisco *					da Azambuja		Foreiro de metade de um canal, a outra metade é aforada por Diogo Botelho	Cômaro da Levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 16v
Francisco *			<i>do Couto</i>			Genro de Leonor Machada	Fez confissão acerca dos pagamentos, dito por Diego Botelho almoxarife e Álvaro de Almeida	Pedregal, termo de Soure	Soure, fl. 14v
Francisco		Travassos					Tem terra	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 22
			<i>Gaiteiro</i>			Tem um filho		São Mateus	Soure, fl. 30v
Gaspar (Fr.)				Vigário			Foreiro de casas, quintal, emprazado em três pessoas, em primeira pessoa	Leirosa, vila de Soure	Soure, fls. 3, 4
Gerónimo *				Cónego		Filho do primeiro foreiro	Cónego de Santa Cruz	Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 3v
Gil					de Gante		Tem casas e chão	Leirosa, vila de Soure, arredores de Soure	Soure, fls. 2v, 4, 6v, 7v, 8v
Gil	Fernandes						Fez alvará em 27 de Março de 1505	Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 28v
Giraldo	Afonso						“Rua que se chama de Giraldo Afonso”	Vila de Soure	Soure, fl. 4

Gomes	Anes						Foreiro de um casal, em primeira pessoa por um prazo feito em três pessoas, (foro concedido por D. Manuel I quando este era ainda duque)	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 23
Gomes	Eanes							São Mateus	Soure, fl. 30v
Gomes	Fernandes							Perto da Vila de Soure	Soure, fl. 5
Gomes*	Fernandes							Termo de Soure	Soure, fl. 13
Gonçalo	Afonso		<i>Rosado</i>			Tem herdeiros	Falecido	Termo de Soure	Soure, fl. 14
Gonçalo	Anes				da Rosada		Morador em Leirosa	Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 3v
Gonçalo*		da Silva				Parente de André da Silva			Soure, fl. 2v
Gonçalo (Fr.) (Dr.)		de Azevedo					Recebe as rendas de cinco courelas situadas em Benfeita, por mercê	Benfeita, termo de Soure	Soure, fl. 14
Gonçalo	Dias				de Vila Nova		Fez um valado em terra da Ordem	Perto de Soure	Soure, 10v
Gonçalo	Eanes					Tem herdeiros	Falecido	Perto de Soure	Soure, fl. 12
Gonçalo	Eanes	Lucas				Tem herdeiros	Falecido; teve sesmaria	Perto de Soure	Soure, fl. 8v
Gonçalo	Fernandes						Foreiro de casal	Casal Novo, perto de Soure	Soure, fls. 10, 11v
Gonçalo	Rodrigues	de Almeida					Falecido; teve um pardieiro	Vila de Soure	Soure, fl. 2v
João	Afonso						Foreiro de meio casal, em primeira pessoa por um prazo feito em três pessoas	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 24

João	Afonso			Besteiro			Foreiro de canal e de courela	Cômaro da Levada dos moinhos da vila; Benfeita, termo de Soure	Soure, fls. 14, 16
João	Afonso				de Vila Nova		Tem terra	Perto de Soure	Soure, fl. 10v
João	Afonso				do Pedregal		Foreiro de parcela de chão em primeira pessoa, por prazo confirmado pelos visitantes em 3 pessoas	Requeixada, termo de Soure	Soure, fl. 15v
João	Afonso		<i>Hortelão</i>			Tem herdeiros	Falecido; teve almuinha	Perto de Soure	Soure, fl. 6
João	Afonso		<i>Giraldão</i>			Foi casado com Catarina Anes	Falecido; antigo foreiro, teve quintal	Vila de Leirosa, Termo de Soure	Soure, fls. 3v, 13v
João	Afonso		<i>Pão Alvo</i>				Morador na rua de Giraldo Afonso	Vila de Soure	Soure, fl. 4
João	Alvares						Foreiro de um casal, em primeira pessoa por um prazo feito em três pessoas	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 23v
João	Álvares						Falecido; teve quintal	Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 4
João*	Alvares						Foreiro do Casal Novo	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 21
João	Braz						Foreiro de meio casal, por prazo feito pelos visitantes em três pessoas, ele é primeira pessoa	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 24
João			<i>Coelho</i>	Tabelião de Viseu			Fez alvará de condenação, a 27 de Setembro de 1503		fl. 28v
João		Correia		Caminheiro			Falecido; teve casas, jardim, curral e terra	Vila e arredores de Soure; São Mateus	Soure, fls. 4v, 6, 31v

João*		da Silva					Foreiro de três pardieiros e de paul em 2ª pessoa que estava por romper, onde fez obras de melhoramento, tem moinhos de farinha da comenda de Alencarça	Vila de Soure, Paleão, termo de Soure	Soure, fls. 2v, 4v, 17v
João		de Aguiar				Casado	Falecido; antigo foreiro de olival, vinha e prado	Termo de Soure	Soure, fls. 12v, 13
João					de Ansião		Tem vinha em conjunto com Diogo Afonso	Perto de Soure	Soure, fl. 5v
João			<i>o Moço</i>		de Azambuja		Tem duas jeiras e meia	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 22
João				Escrivão das Sisas	de Lisboa		Falecido; teve casas	Vila de Soure	Soure, fl. 4
João	Dias					Tio de Diogo Lopes			Soure, fl. 6
João	Dias			Sapateiro			Tem almuinha	São Mateus, termo de Soure	Soure, fls. 13, 31
João					do Vale		Tem casa	Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 3v
João	Eanes				da Levada			Termo de Soure	Soure, fl. 14
João	Eanes				do Casal da Galinha		Tem terra	Perto de Soure	Soure, fl. 11
João	Fernandes				de Alencarça		Teve vinha	Termo de Soure	Soure, fl. 14
João	Fernandes			Ferreiro				Termo de Soure	Soure, fl. 14
João				Ferreiro				São Mateus	Soure, fl. 31

João (Dom)			<i>Fradique</i>				Tem terra	Granja do Ulmeiro, Termo de Montemor-o-Velho	Soure, fl. 20v
João			<i>Galego</i>			Tem herdeiros	Falecido	Termo de Soure	Soure, fl. 14
João			<i>Galego</i>		do Casal	Tem herdeiros	Falecido	Perto de Vale de Flores, perto de Soure	Soure, fl. 12
João	Gil						Vive no casal das Covas da Raposa	Alencarça	Soure, fl. 18
João	Gil					Casado com Beatriz Anes	Foreiro de casal, por prazo feito pelos visitantes em três pessoas, fez obras de melhoramento no dito casal	Casal do Mato, Alencarça	Soure, fl. 19
João	Gonçalves				da Giesteira		Tem Azinhaga com o seu nome	Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 3v
João	Gonçalves				dos Idros			Forçadas, Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 22
João			<i>Grande</i>				“Porto de João Grande”	Termo de Soure	Soure, fl. 14v
João	Jorge						Morador junto do casal de Galinhas, foreiro de terra	Perto de Soure	Soure, fl. 11
João	Lourenço				do Paleão	Tem herdeiros	Falecido	Termo de Soure	Soure, fl. 15
João (Fr.) *	Luís						Trocou uma casa de forno por outra que pertence à comenda da Alcaidaria	Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 3v
João *	Luís			Capelão			Morador na rua de Giraldo Afonso	Vila de Soure	Soure, 4v
João	Martins			Alfaiate			Tem vinha	Perto de Soure	Soure, fl. 6
João	Martins					Filho de Martim Gil		Perto de Soure	Soure, fl. 7

João	Martins			Juiz				Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 28v
João				Meirinho			Foreiro de parcela de paul para horta, aforado pelo Frei Manuel da Silva alcaide mor	Paleão, termo de Soure	Soure, fl. 17v
João (Dom) (Fr.)		Pereira		Conselheiro do rei; Visitador da Ordem de Cristo; Comendador de Casével					Soure, fl. 1
João (Dom)*		Pereira		Visitador da Ordem de Cristo			Deu foro a Manuel da Silva	Paleão, termo de Soure	Soure, fl. 17v
João	Pires						Tem herdade	Perto de Soure	Soure, fl. 6
João	Pires			Clérigo e vigário geral de Coimbra			Assinou sentença	Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 29v
João *	Rodrigues	Homem				Filho de Rodrigo Homem	Foreiro de terra e de olival, em segunda pessoa	Perto de Soure	Soure, fl. 5v
João	Rodrigues	Homem		Foi contador de Coimbra		Pai de Diogo Homem			Soure, fl. 7
João		Serrão		Escrivão			Escreveu carta passada pelo licenciado Aires de Almada	Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 29
João (Dom)		Telo					Tem longa da Quintã	Perto de Soure	Soure, fl. 12
João			<i>Tralhão</i>				Tem Terra, tem os barros de Caparota e mais testadas de courelas	Caparota, perto de Soure	Soure, fl. 9
João	Vaz						Morador na rua dos Ferreiros	São Mateus	Soure, fl. 30v
Jorge	Pires					Pai de Catarina Jorge	Foreiro de prado em 1ª pessoa, prazo confirmado pelo Rei em 3 pessoas	Termo de Soure	Soure, fl. 13v

Lionel	Pires						Foreiro de canal	Cômaro da Levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 16
Lopo	Esteves			Barbeiro		Tem herdeiros	Falecido; teve quintal que é de seus herdeiros	Vila de Soure	Soure, fl. 3
Lopo	Vaz							Termo de Soure	Soure, fl. 14
Lourenço	Afonso							Alencarça	Soure, fl. 18v
Lourenço	Anes						Foreiro de um casal, em primeira pessoa por um prazo feito em três pessoas	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 23v
Lucas	Mendes						Tem terra e é foreiro de canal	Vila e termo de Soure	Soure, fls. 11, 14, 16v
Luís *	Duarte	da Silva						Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 3v
Luís		Freire					Foreiro de canal	Cômaro da Levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 16
Luís		Pessoa					Tem terra	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 22
Manuel (Fr.)		da Silva		Alcaide Mor de Soure e Aposentador Mor		Pai de João da Silva	Mandatado como Alcaide Mor pelo rei; tem casas, jardim e curral que foi de João Correia; foreiro de terra da Ordem que é da mesa mestral	Alencarça; vila de Soure e seus termos	Soure, fls. 4v, 9v, 18v, 27v
Manuel *		da Silva				Casado	Falecido; antigo foreiro de um paul que estava por romper, em prazo de quatro pessoas, sendo ele e a mulher a primeira pessoa	Paleão, termo de Soure	Soure, fl. 17v

Martim	Anes						Tem vinha	Termo de Soure	Soure, fl. 13v
Martim					da Covilhã		Foreiro de canal	Cômaro da Levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 16v
Martim	Gil					Pai de João Martins	Falecido; deixou aos filhos um soveral	Perto de Soure	Soure, fls. 7, 8v
Mateus	Fernandes			Clérigo			Morador em Soure, foreiro de terra, pomar e horta por prazo de três pessoas, sendo ele a primeira pessoa; sentenciado por infracções sobre o dízimo da hortaliça, pescados e frutas	Vila de Soure e seus termos	Soure, fls. 5, 16, 29v
Miguel				Cavaleiro			Tem relva	Alencarça	Soure, fl. 18
Paio	Daniel						Teve longa de Quintã	Perto de Soure	Soure, fl. 12
Paio *	Rodrigues			Contador					Soure, fl. 2v, 6
Pedro	Afonso						Foreiro de duas courelas	Benfeita, termo de Soure	Soure, fl. 14
Pedro	Álvares						Morador em Paleão, foreiro de parcela de juncal, que lhe foi aforado pelo alcaide mor frei Manuel da Silva	Paleão, termo de Soure	Soure, fl. 17v
Pedro	Álvares				de Paleão		Foreiro do Casal de Flores em 1ª pessoa em novo prazo feito em 3 pessoas, feito pelos visitantes	Vale de Flores, perto de Soure	Soure, fl. 12v
Pedro*	Dias						Falecido	Vila de Soure	Soure, fl. 2v

Pedro	Eanes							Perto de Soure	Soure, fl. 7v
Pedro	Eanes		<i>Casado</i>				Tem Olival e terra	Perto de Soure	Soure, fl. 6
Pedro	Eanes				de Alencarça de Cima	Tem herdeiros	Falecido; teve terra	Alencarça	Soure, fl. 18v
Pedro	Eanes			Pomareiro			Tem casas na rua do Areal	Vila de Soure	Soure, fl. 4v
Pedro	Eanes			Pomareiro			Foreiro de panasqueira	Termo de Soure	Soure, fl. 13v
Pedro	Eanes	Ribeiro					Tem casas na rua do Areal, tem soveral	Vila de Soure	Soure, fls. 4v, 8v
Pedro*	Eanes		<i>Sousino</i>	Tabelião público da vila de Redondos terra de Santa Cruz			Fez carta de venda a foro de uma parcela de chão a Roque Vieira e Leonor Machado sua mulher	Requeixada, termo de Soure	Soure, fl. 15v
Pêro (Dr.) *	Alvares			Contador do Mestrado de Cristo			Vistoriou casa de torre sobradada	Perto de Soure	Soure, fl. 9
Pêro			<i>Caiado</i>	Escrivão			Fez publicação ao almoxarife	Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 29v
Pêro		Cardoso		Escrivão da Câmara de Soure			Parece ter feito publicação nas costas do mandato de João Coelho Tabelião de Viseu aos juizes Rodrigo Anes da Anta e João Martins	Vila de Soure e seus termos	Soure, fls. 28v, 30
Pêro					da Ega	Casado com Catarina Anes	Falecido	Perto de Soure	Soure, fl. 9
Pêro *					de Asseca	Sogro de Simão de Andrade		Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 3v
Pêro (Lic.)					de Gouveia		Assinou sentença ao alcaide-mor Manuel da Silva	Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 30

Pêro *	Dias			Cavaleiro			Morador na vila de Soure, futuro foreiro da parte de cima da casa de nome “o Celeiro da Escada de Pedra”	Vila de Soure	Soure, fl. 2v
Pêro		Drago		Cavaleiro da Ordem de Santiago			Foreiro de pardieiro, emprazado em três pessoas, ele é segunda pessoa; foreiro de granja, em prazo feito de três pessoas, sendo ele a primeira pessoa; tem sesmaria	Leirosa, vila de Soure; vila e termo de Soure	Soure, fls. 3, 3v, 9, 9v, 14
Pêro	Fernandes			Marceiro				Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 3v
Pêro	Lopes	Cardoso		Ouvidor do Mestrado de Cristo				Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 27v
Pêro	Luís				de Vila Nova		Tem terras	Perto de Soure	Soure, fl. 9v
Pêro	Lucas						Tem terra	Forçadas, Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 22
Pêro			<i>Seco</i>				Foreiro de canal	Cômaro da Levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 16
Pêro	Vaz						Foreiro de um pequeno pardieiro convertido em casa	Vila de Soure	Soure, fl. 3
Pêro	Vaz						Teve vinha	Perto de S. Domingos, Termo de Soure	Soure, fl. 15
Pêro		Vieira					Tem herdade, próxima a herdade dos Bacelos	Perto de Soure	Soure, fl. 6v

Rodrigo	Anes		<i>Calado</i>			Herdeiro	Foreiro da herdade da Caramoa, (vinhas)	Perto de Soure	Soure, fl. 5v
Rodrigo	Anes						Foreiro de meio casal em primeira pessoa por um prazo feito em três pessoas	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 24
Rodrigo	Anes			Juiz	da Anta			Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 28v
Rodrigo		Homem					Deslocou-se a Soure a mando da Ordem e manteve em posse o alcaide-mor frei. Manuel da Silva	Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 28
Rodrigo (Doutor)		Homem				Pai de João Rodrigues Homem	Foreiro de olival e de terra, emprazado em 3 pessoas, ele é a primeira pessoa	Perto de Soure	Soure, fl. 5v
Rodrigo *		Ribeiro		Escrivão da visitação em Santarém			Escreveu carta de foro a Manuel da Silva e sua mulher	Paleão, termo de Soure	Soure, fl. 17v
Roque *		Vieira				Casado com Leonor Machada	Falecido; comprou o foro de parcela de chão a Álvaro Gonçalves	Requeixada, termo de Soure	Soure, fl. 15v
Rui *		Botelho					Foreiro de casal (igual a Gonçalo Fernandes)	Casal Novo, perto de Soure	Soure, fl. 11v
Rui *		de Andrade		Escrivão do Almoxarifado			Assinou, confirmou (nas costas) certidão de venda de pedaço de chão a Roque Vieira e sua mulher Leonor Machada	Requeixada, termo de Soure	Soure, fl. 15v
Rui		de Matos					Tem pomares e hortas	Termo de Soure	Soure, fl. 12v
Rui	Lopes						Foreiro de um canal	Cômaro da Levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 16v
Rui*	Vaz			Almoxarife		Tem herdeiros	Falecido; teve vinha	Perto de Soure	Soure, fl. 6
				Sapateiro	de Paleão		Foreiro	Paleão, termo de Soure	Soure, fl. 17v

Sebastião *	Jorge					Filho de Sebastião Lourenço	Foreiro em terceira pessoa de chão	Cabo da Requeixada, termo de Soure	Soure, fl. 15v
Sebastião *		Lourenço				Filho de Afonso Lourenço	Foreiro de chão em segunda pessoa	Cabo da Requeixada, termo de Soure	Soure, fl. 15v
Simão *		de Andrade				Genro de Pêro de Asseca	Foreiro de casas que foram compradas com foro do seu sogro (segunda pessoa)	Leirosa, vila de Soure	Soure, fl. 3v
Tomé	Álvares						Tem terra	Perto de Soure	Soure, fl. 9
Vasco		Botelho		Almoxarife			Foreiro de pomares um velho e um novo; aplicou sentença a Mateus Fernandes clérigo e a todos os moradores de Soure, que passem a pagar o dízimo ao alcaide-mor	Termo de Soure	Soure, fl.12v, 29v
Vasco	Eanes				de Vila Nova			Próximo da herdade dos Bachelos, perto de Soure	Soure, fl. 6v
Vasco	Fernandes			Alfaiate			Foreiro de chão em 1ª pessoa, por prazo feito em 3 pessoas	Termo de Soure	Soure, fl. 14
Vasco	Gil			Escrivão			Fez carta passada pelo licenciado Aires de Almada	Vila de Soure e seus termos	Soure, fl. 29
Vasco			<i>Regueira</i>				Tem terra	Paleão, termo de Soure	Soure, fls. 17, 17v
Vasco			<i>Trabalho</i>					Termo de Soure	Soure, fl. 14
Vasco		Travassos						Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 22
Vasco	Vicente					Tem herdeiros		Termo de Soure	Soure, fls.14v, 15

			<i>Vinagre</i>				Tem terra	Vale de Flores	Soure, fl. 12v
--	--	--	----------------	--	--	--	-----------	----------------	-------------------

3.2. Soure: Antroponímia feminina.

O universo onomástico feminino recenseado no tombo de Soure é substancialmente inferior ao masculino. Contudo, tal facto não comprova a presença de um menor número de mulheres; atendendo à época tardo medieval assinalamos como factor essencial desta discrepância, a preponderância “esmagadora” do género masculino na sociedade medievla.

A visibilidade do mundo masculino é como que “palpável”, os seus nomes, feitos e estatuto social, surgem naturalmente na descrição do homem medieval; por outro lado, o género feminino prima pelo anonimato, pelo recato do lar e pela submissão ao pai, irmão ou marido. A sociedade medieval e a religião cristã, concebiam o homem como género dominante, apto para a tomada de todas as decisões; contrastando com a submissão, à época, tida como socialmente correcta do género feminino; frases como “o poder é masculino a submissão é feminina”²⁹³, com Santo Agostinho, “o homem partilha com Deus o difícil mas necessário encargo de «guardar» as mulheres”²⁹⁴ ou na quinta carta aos Efésios “Ora, como a Igreja se submete a Cristo, assim as mulheres, aos maridos, em tudo”²⁹⁵, conferem e servem de justificação para o domínio do masculino sobre o feminino.

A submissão feminina medieval foi uma realidade quase absoluta; contudo existiram algumas excepções, mulheres que devido ao seu estatuto e poder económico conseguiram sobressair no universo masculino, mulheres cujos nomes poderiam ser precedidos por “Dona”, ou “de”, “da” na precedência dos apelidos e patronímicos; falamos das mulheres foreiras, das que, por viuvez passaram a administrar os bens de família, tornando-se notáveis na sociedade medieval; todavia não tenhamos ilusões, os casos de mulheres “notáveis”²⁹⁶ foram escassos na Idade Média, sendo na sua maioria votadas ao anonimato e pela representação masculina, “a mulher de”, “a mulher que foi de”, são frases redigidas no tombo de Soure que o atestam. Percebe-se assim que o domínio masculino é cabal, não só a nível social como também a nível onomástico, sendo capaz de “silenciar” a identidade feminina, sonhando à mulher até o seu nome.

²⁹³ HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho, *op. cit.* (2017), p. 173.

²⁹⁴ DUBY, Georges; PERROT, Michelle - *História das Mulheres. A Idade Média*, vol. II (1993), p. 122 (Agostinho, Sermo IX: *De decem cordis in Sermones ad populum*, pl. 38, 84.)

²⁹⁵ Carta aos Efésios 5, 24-25. *In Nova Bíblia dos Capuchinhos.*

²⁹⁶ Com esta afirmação não pretendemos retirar valor ao género feminino, mas sim aludir à opressão a que estas estavam sujeitas.

A documentação medieval no que respeita ao estudo da mulher é pelo que já foi descrito, pouco esclarecedora e incompleta. Facto que se coaduna com o tombo de Soure onde o universo onomástico refere dezassete mulheres representando apenas 12% do total dos dois géneros.

Das mulheres adultas em 1508, distinguem-se com três ocorrências, “Catarina”, “Maria” e as “anónimas”, cuja identificação depende directamente do marido; com dois resultados identificamos “Isabel” e Margarida”, por último e com apenas uma ocorrência cada identificamos “Beatriz”, Clara” e “Joana”. Do anteriormente exposto concluimos que o domínio onomástico feminino é dividido entre “Catarina”, onomato cuja preferência na Idade Média, chegou a equiparar-se a “Maria”, facto que é corroborado no tombo de Soure, dividindo o pódio ainda com as mulheres anónimas, constatando a submissão feminina de tradição medieval.

Destaca-se no feminino a utilização do patronímico com dez onomatos (76,92%), um único apelido “Coutinha” pertencente a Maria Coutinha que ostentava ainda o prenome “Dona”, e três alcunhas “Botelha”, “Draga”, “Pequena”²⁹⁷. No que respeita à composição dos nomes evidenciam-se com dois onomatos doze ocorrências e com três onomatos um caso “Maria Afonso Pequena”, supostamente já falecida em 1508 assim como “Clara Martins” e a “mulher de Antão Gonçalves”. Seguidamente coligimos esquematicamente a onomástica feminina identificada no tombo de Soure.

As mulheres que foram referidas no tombo de Soure, foram logo à partida, por esse motivo, mulheres notáveis, foreiras de propriedades agrícolas e urbanas, como o caso de Dona Maria Coutinha, cujo prenome faz supor um estatuto mais elevado, sendo mulher de D. Fernando de Menezes detentora de várias casas em Soure, usufruindo das rendas dos moinhos desta vila e de uma tença de 25.000 reais, sabendo-se que em 11 de Julho de 1513, Dona Maria Coutinha doou todos os seus bens móveis e de raiz ao seu sobrinho Simão Freire²⁹⁸.

²⁹⁷ Maria Afonso Pequena possui no seu nome, patronímico e alcunha.

²⁹⁸ A.N./ T.T., PT/TT/CHR/K/42/115-486v - *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. 42, fl. 115v.

Quadro 11 – Nomes femininos mencionados no tombo da comenda de Soure de 1508

Assinalamos com * os nomes registados em anotações posteriores.

Nome Próprio	Patronímico	Apelido	Alcunha	Profissão, cargo, Ofício	Adjunção tópica	Relação familiar	Situação	Localização	Fonte
Beatriz	Anes					Casada com João Gil	Foreira de casal por prazo feito pelos visitantes em três pessoas	Casal do Mato, Alencarça	Soure, fl. 19
Catarina			<i>Botelha</i>				Foreira de um canal e anos mais tarde terá sido foreira da Herdade da Caramoa	Dentro do ribeiro do Sopegal, cômaro da levada dos moinhos da vila, perto de Soure	Soure, fls. 6, 16v
Catarina	Anes					Foi mulher de Pêro da Ega	Viúva, tem testadas de courelas	Perto de Soure	Soure, fl. 9
Catarina	Anes					Foi mulher de João Afonso Giraldo	Viúva, foreira de vinha em 2ª pessoa, prazo confirmado por Infante D. Fernando em 3 pessoas	Termo de Soure	Soure, fl. 13v
Catarina*	Jorge					Filha de Jorge Pires	Recebeu de seu pai como dote de casamento um prado	Termo de Soure	Soure, fl. 13v
Clara	Martim						Falecida, foi foreira de vinha em 2ª pessoa em prazo confirmado pelo Infante D. Henrique, teve ainda chão e vinha em mortório ficando o almoxarife encarregado de cuidar desta última	Cômaro da levada dos moinhos da vila, perto de Soure e termo de Soure	Soure, fls. 5, 13, 16

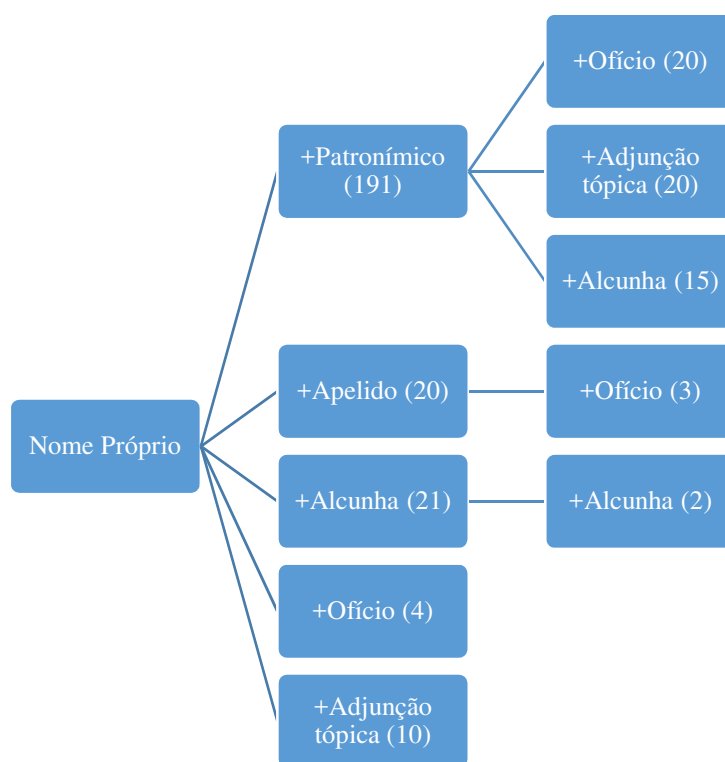
Guiomar* (Dona)		de Faria				Foi casada com Afonso da Silva	Foreira de uma granja	Termo de Soure	Soure, fl. 10
Isabel	Dias						Foreira de meio casal, em terceira pessoa por um prazo feito em três pessoas	Granja do Ulmeiro, termo de Montemor o Velho	Soure, fl. 24
Isabel	Fernandes						Viúva, foreira de uma vinha em 1ª pessoa, prazo feito pelos visitadores	Pedregal, termo de Soure	Soure, fl. 14v
Leonor*	Fernandes					Mulher de Diogo Gonçalves	Foreira de uma parcela de terra	Requeixada, termo de Soure	Soure, fl. 15v
Leonor*			<i>Machada</i>			Filha de Isabel Fernandes e mulher de Roque Vieira	Foreira de vinha em segunda pessoa	Pedregal, termo de Soure	Soure, fl. 14v
Joana	Martins						Tem chouso	Próximo da Herdade dos Bacelos, perto de Soure	Soure, fl. 6v
Madalena							“terra da Madalena”	Perto de Soure	Soure, fl. 6
Margarida	Anes							Perto de Soure	Soure, fl. 6v
Margarida	Simões						Foreira de duas panasqueiras, uma delas tem o nome de “Prado”, foreira de canal	Cômaro da levada dos moinhos da vila e perto de Soure	Soure, fls. 5, 16
Maria (Dona)		Coutinha					Tem casas	Vila de Soure	Soure, fl. 2v
Maria	Afonso		a <i>Pequena</i>				Teve terra	Perto de Soure	Soure, fl. 6
Maria			<i>Draga</i>				Tem terra	Perto de Soure	Soure, fl. 9

						Foi mulher de Antão Gonçalves	Teve vinha	Termo de Soure	Soure, fl. 15
						Mulher de Estevão Gomes	Foreira de um canal	Cômaro da levada dos moinhos da vila	Soure, fl. 16v
						Foi mulher de João de Aguiar	Foreira de vinha e de prado	Termo de Soure	Soure, fl. 12v
*						Foi mulher de Pedro Dias	Foreira sem título de um pardieiro	Vila de Soure	Soure, fl. 12v

3.3. Ega: Antroponímia masculina.

Atendendo à complexidade onomástica analisada, verificamos a predominância de dois onomatos (80%), sendo maioritariamente constituídos por nome próprio e patronímico; os restantes vinte por cento inserem-se nos nomes constituídos por três onomatos, não existindo no tombo nomes com um grau de complexidade acima deste número. Concluimos que em relação à Comendas de Soure que Ega apresenta maior número adultos recenseados, contudo a complexidade onomástica de Soure é superior possuindo dezoito variações enquanto Ega apresenta dez, sendo na Comenda de Soure que se identificam nomes com quatro onomatos. A seguir apresentamos esquematicamente os resultados descritos em Ega.

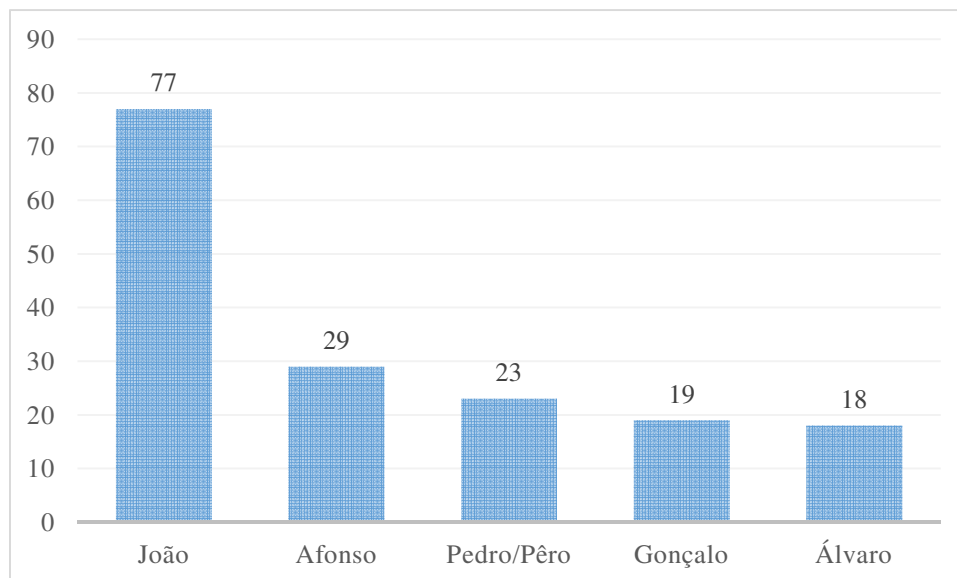
Quadro 12 – Elementos constitutivos do nome



Como particularidades, salientamos a existência de 9 indivíduos não identificados pelo nome próprio, “O Guerreiro de Campingem”, o “vigário”, “o Azanguinhado”, “o Barba Rara”, “o Cansado”, “o Carrasco”, “o Corregedor”, “o genro de Diogo Delgado”, e “o Rechilião”; destacamos ainda dois indivíduos detentores de alcunha dupla, “João Menino o Moço” e “João Menino o Velho” sendo estas de carácter “volátel”, fazendo alusão à sua juventude.

O Tombo da Comenda de Ega refere o total onomástico masculino de duzentas e sessenta ocorrências, agrupadas em trinta e um nomes próprios que apresentamos graficamente.

Gráfico 14 – Ega. Os cinco nomes próprios mais comuns



João (77) surge sem surpresa no topo da lista, seguido a boa distância por Afonso (29) e Pedro/Pêro (23), com dezanove resultados ocupando a quarta posição consta o nome de Gonçalo e, por último, Fernando com dezoito ocorrências. Apresentamos no quadro seguinte os vinte e seis nomes considerados menos frequentes, no qual se pode verificar acima das dez ocorrências o onomato Fernando/Fernão (16), resultado pouco distante de Álvaro, o quinto nome mais frequente.

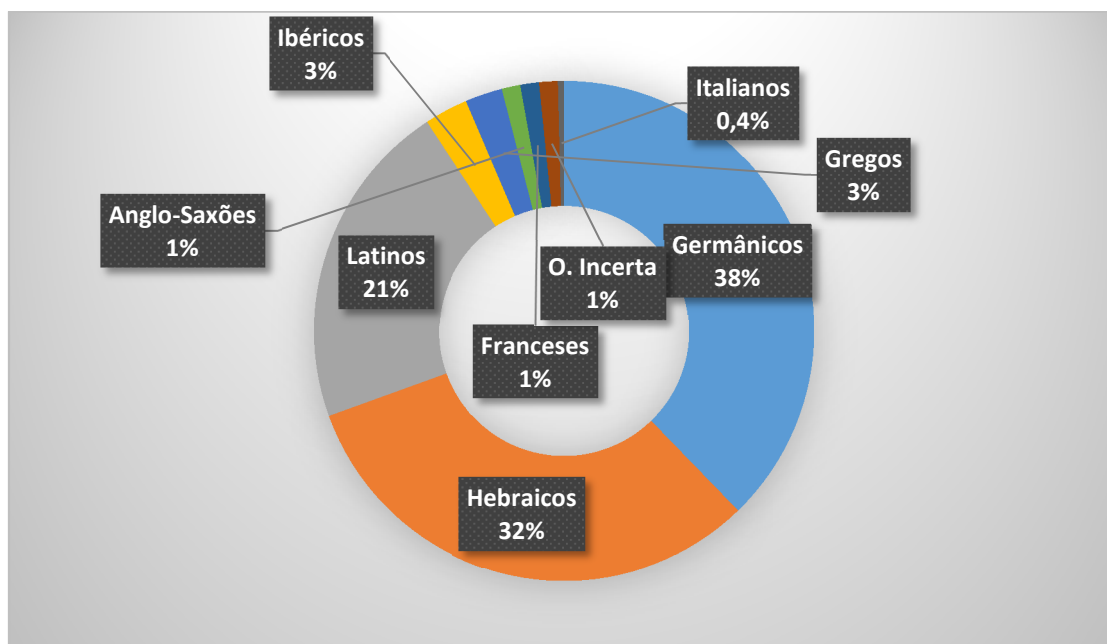
Quadro 13 – Ega. Nomes próprios menos utilizados

Fernando/Fernão	16	Jorge	3	Tomé	2	Lourenço	1
Diogo	9	Lopo	3	Bartolomeu	1	Nicolau	1
Martim	7	Luís	3	Francisco	1	Nuno	1
Rodrigo	7	Simão	3	Franco	1	Salomão	1
Vasco	7	André	2	Gil	1	Soeiro	1
Domingos	3	Cristóvão	2	Heitor	1		
Duarte	3	Mem	2	Henrique	1		

Quanto à etimologia dos nomes próprios masculinos, constata-se a predominância dos nomes de origem germânica (38%), seguidos pelos hebraicos (32%) e os latinos (21%), sendo

as restantes etimologias pouco significativas no contexto da Comenda de Ega; encontramos também os nomes “Mem” proveniente de Mendo²⁹⁹ e de “Soeiro”, cuja origem se afigura incerta; resultados que a seguir expomos graficamente.

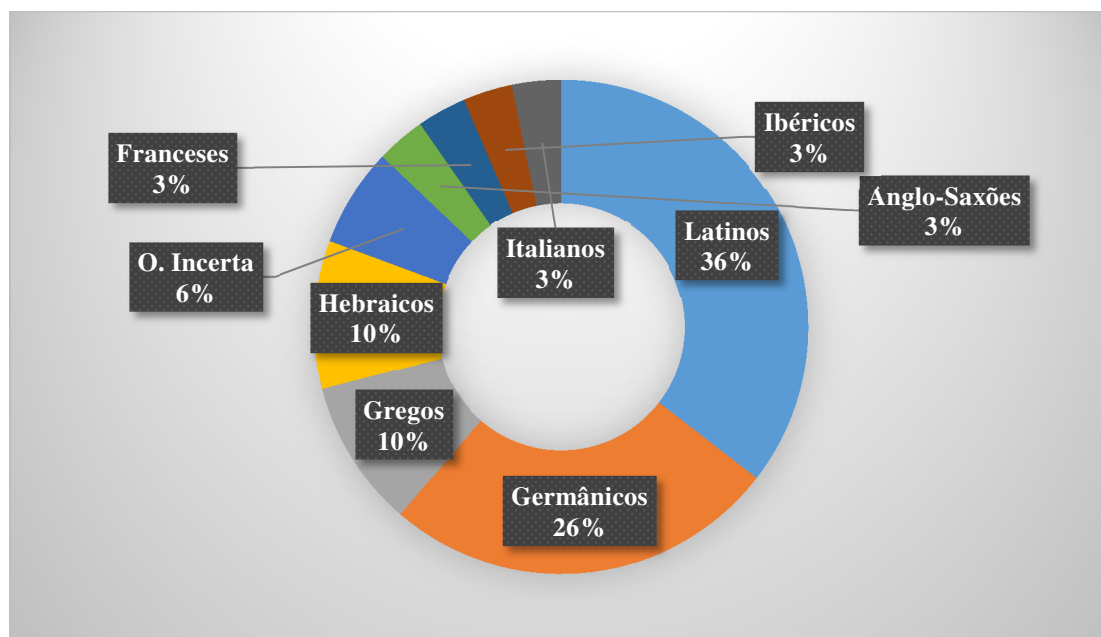
Gráfico 15 – Ega. Etimologia dos nomes por número total de indivíduos



No que respeita à diversidade dos nomes próprios, em comparação com o gráfico anterior, percebe-se a troca de posição dos primeiros lugares, sendo o predomínio atribuído aos nomes latinos (36%) seguidos dos onomatos germânicos (26%), assim como o acentuado decréscimo dos nomes hebraicos de (32%) para (10%) e a razoável ascensão dos nomes de origem grega de (3%) para (10%), sendo os restantes pouco significativos.

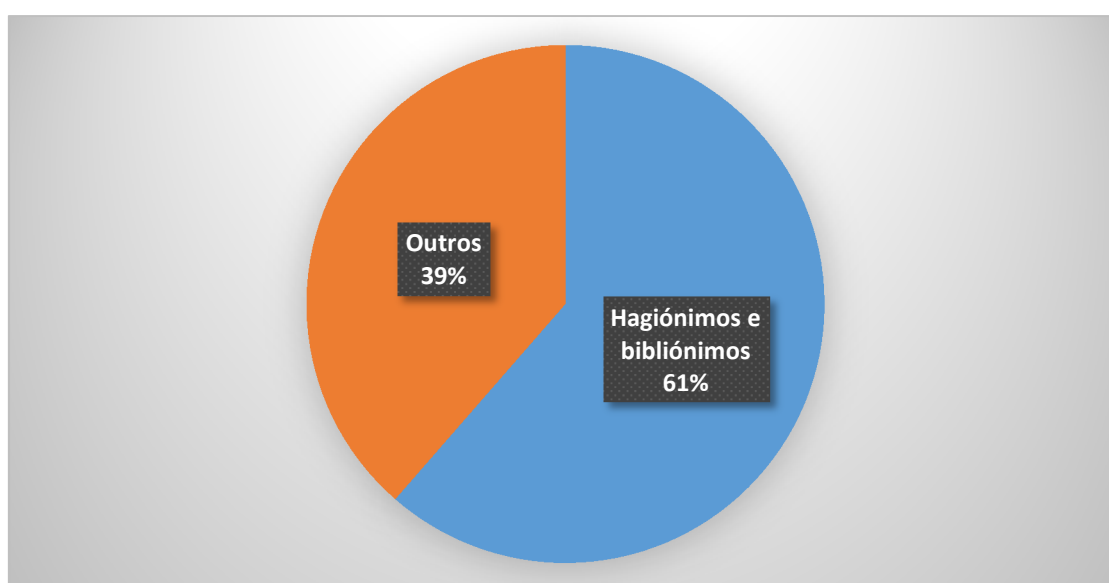
²⁹⁹ Mem é próclise de Mendo. *HOMEM*, Maria Isabel Miguéns de Carvalho, *op. cit.* (2017), p. 64.

Gráfico 16 – Ega, etimologia dos nomes por número total de nomes



À semelhança da Comenda de Soure contabilizamos os onomatos de raiz cristã, registrando neste caso um total de 61 % e de 39% para nomes de origem não cristã. Na comparação das duas comendas verifica-se a semelhança na utilização dos nomes de origem cristã e não cristã observando-se apenas uma diferença de um ponto percentual. Seguidamente apresentamos o gráfico do anteriormente exposto.

Gráfico 17 – Ega. Nomes de origem cristã e outros



O recenseamento masculino contabilizou 249 indivíduos detentores de nome próprio agrupados como já foi referido em 31 onomatos, percebendo-se assim que a condensação onomástica é mais acentuada em comparação com a Comenda de Soure.

Os 24 patronímicos masculinos recenseados na Comenda de Ega abrangem 191 indivíduos, a sua etimologia é preeminentemente germânica (47%), valor significativamente superior aos étimos hebraicos (23%) e latinos (21%), ficando as restantes etimologias de origem ibérica, francesa e grega, com valores percentuais abaixo dos cinco por cento, resultados que expomos seguidamente.

Gráfico 18 – Ega. Utilização de patronímico

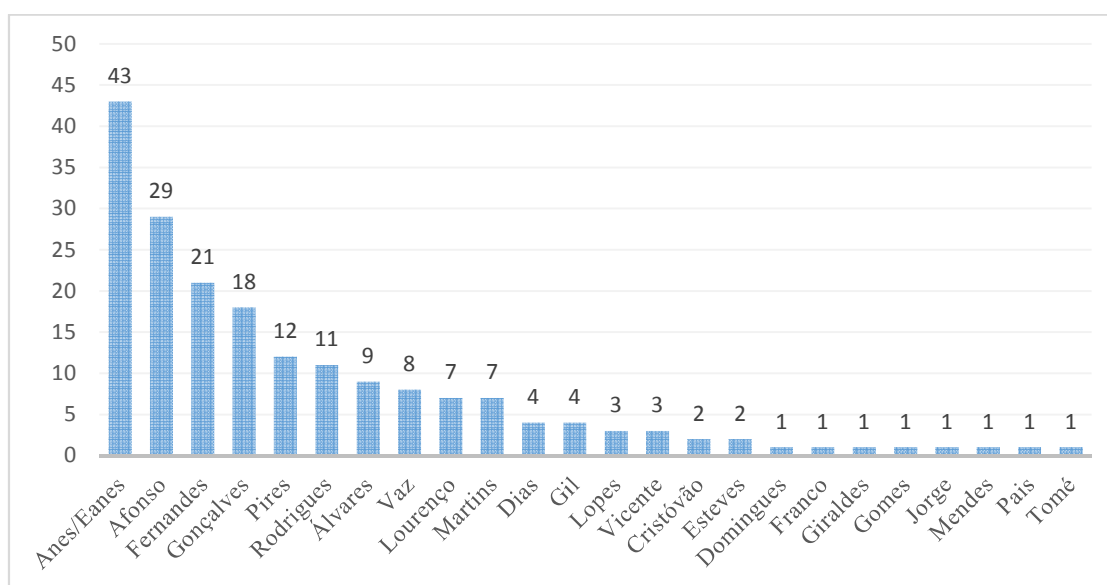
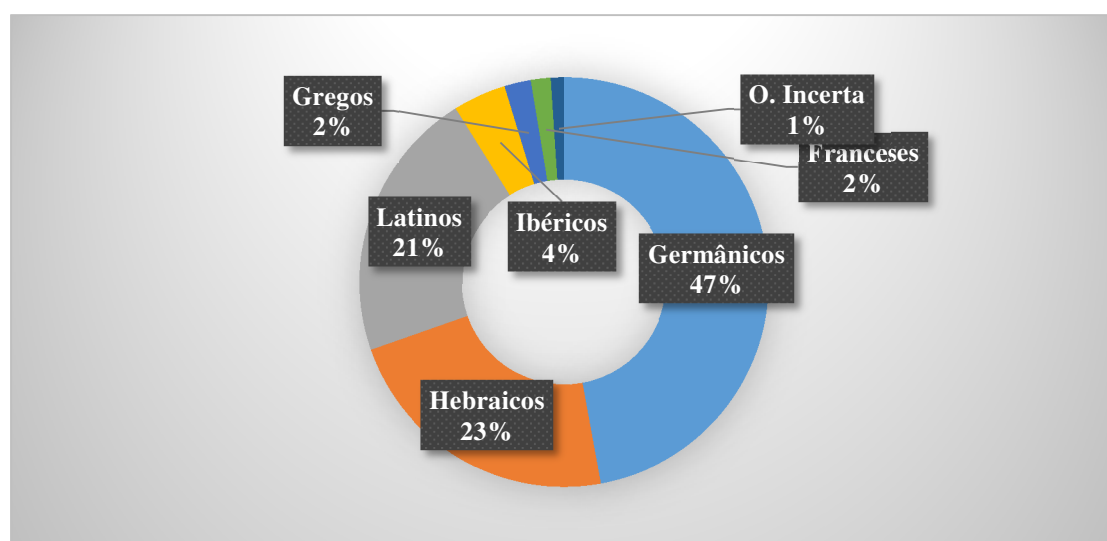


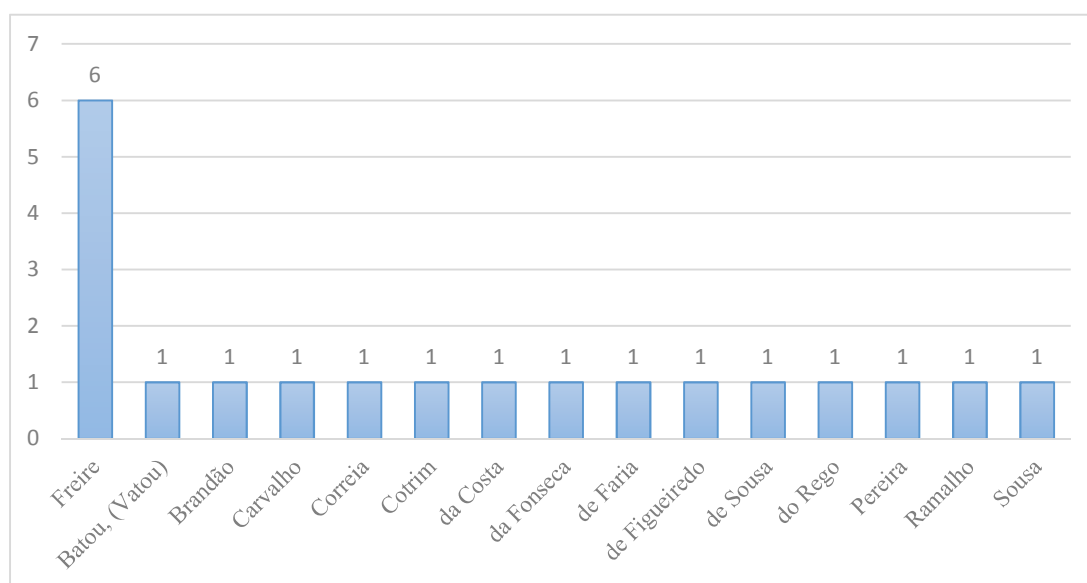
Gráfico 19 – Ega. Etimologia dos patronímicos utilizados



Tal como na Comenda de Soure, verifica-se em Ega a predominância da etimologia germânica, alcançando nesta comenda valores mais expressivos, assim como é perceptível a sua maior utilização, quando comparada com os nomes próprios desta etimologia.

Contabilizamos no tombo de Ega, vinte indivíduos detentores de apelido e um total de quinze apelidos diferentes, valores sobejamente inferiores à utilização do patronímico³⁰⁰ e que apresentamos graficamente.

Gráfico 20 – Ega. Utilização de apelido

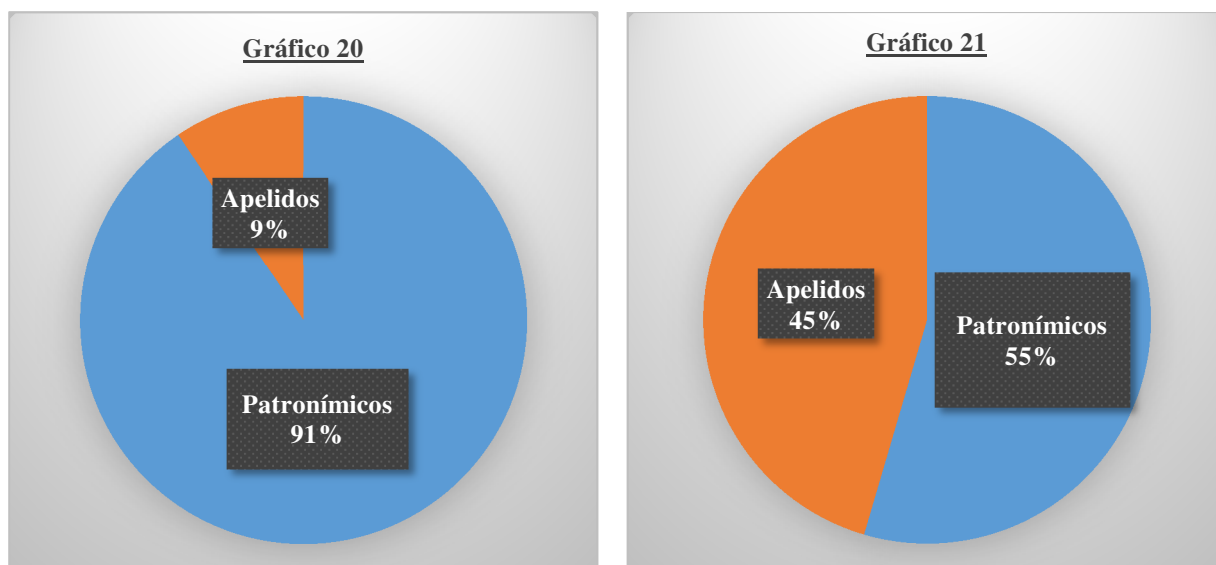


No sentido de compreender a evolução dos apelidos na Comenda de Ega, apresentaremos um primeiro gráfico comparando os apelidos e os patronímicos e um segundo comparado os mesmos onomatos por diversidade.

³⁰⁰ Como já foi referido, contabilizamos 191 indivíduos identificados por patronímico e 24 patronímicos.

Gráfico 21 – Ega. Comparação entre a utilização de patronímico e apelido por número total de indivíduos

Gráfico 22 – Ega. Comparação entre a utilização de patronímico e apelido por número total de nomes



Os resultados acima apresentados no que respeita ao número de indivíduos revelam de forma explícita o domínio do patronímico (91%) em relação ao apelido (9%); atendendo à sua diversidade percebe-se igualmente o seu predomínio de (55%) de patronímicos e (45%) de apelidos; valores que demonstram a fraca introdução do apelido na Comenda de Ega.

Comparando os mesmos resultados na Comenda de Soure, podemos concluir que a evolução do apelido tem maior aceitação em Soure do que em Ega, podendo tal facto estar relacionado com a existência de características urbanas na Comenda de Soure em contraste com a ruralidade de Ega.

Também em Ega a onomástica deixa “transparecer” as migrações ocorridas para a Comenda, casos como: Afonso Eanes do Rodão, João de Arouca, João de Beja, João de Magos, João de Condeixa, Pedro de Ceras, ocorrências que expomos no mapa seguinte.

Ega						
	Condeixa (5 km)					
		Ceras (58 km)				
			Rodão ³⁰¹ (116 km)			
				Arouca (119 km)		
					Salvaterra de Magos (145 km)	
						Beja 287 (km)

Quadro 14 - Distâncias medidas entre Ega e algumas adjunções tópicas

Verificamos que as migrações demonstradas pela onomástica do tombo de Ega de 1508, são preferencialmente de sul e sueste com uma ocorrência a norte, não havendo nenhuma migração para Ega do litoral oeste.

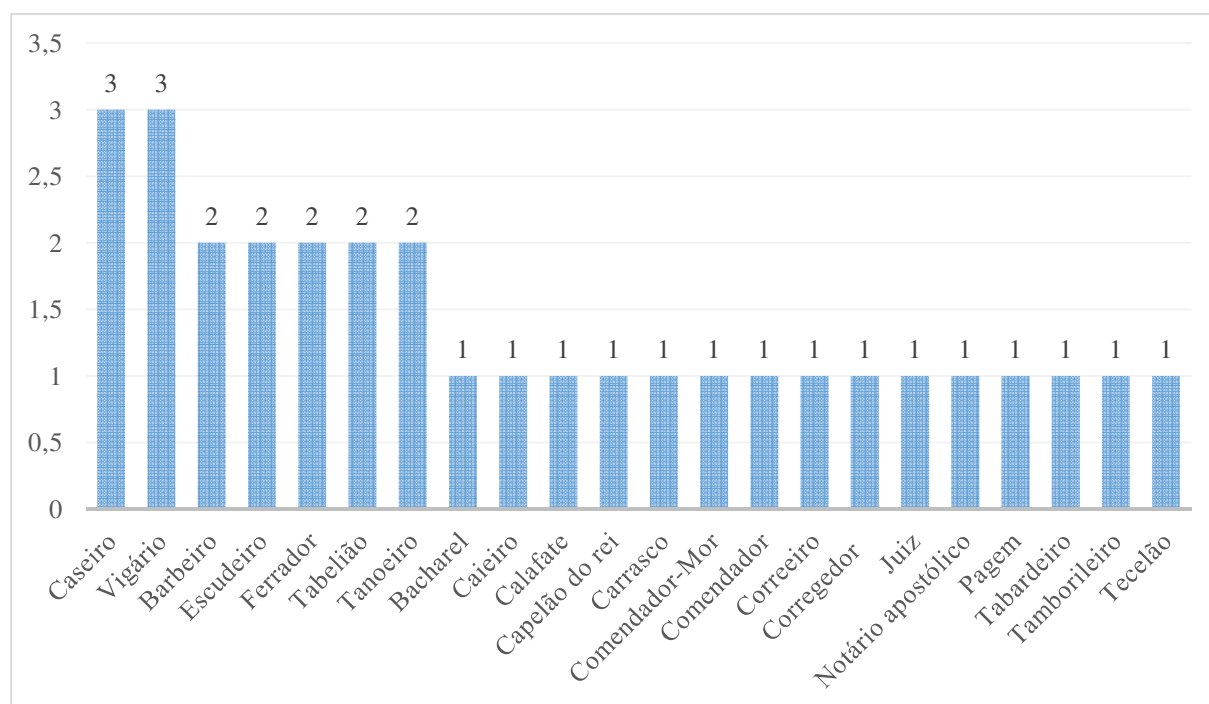
A vocação religiosa está patente na onomástica do tombo de Ega, verificando-se cinco ocorrências: Frei Afonso vigário de Tomar e procurador geral da Ordem, D. Frei Fernando vigário e Procurador Geral da Ordem, Fernando Gil arcediogo, frei Francisco capelão do Rei notário apostólico e escrivão público da Ordem e o vigário identificado em Vagos no termo de Aveiro; saliente-se que a presença de D. Frei Fernando e de Frei Francisco capelão do rei, terão sido esporádicas e motivadas pela elaboração do tombo em estudo.

O estudo dos nomes demonstra também a presença de quatro manufacturas das quais enumeramos Gonçalo Anes tecelão, Afonso Eanes e Gonçalo Eanes, tanoeiros, Rodrigo Afonso tabardeiro; destacamos Pedro Afonso, cujo ofício de “calafate” bem difere dos restantes, e temos em atenção o facto de situarmos este mestearal em Aveiro. Em termos de saúde identificamos Afonso Eanes e Rodrigo Eanes, barbeiros; nas leis e registos enumeramos os casos de Gonçalo Afonso, juiz e Jorge Fernandes, tabelião. Recenseamos ainda dois escudeiros, Diogo Fernandes e João Fernandes; nas lides agrícolas surgem três caseiros, Fernando Martins, João Gonçalves e Rodrigo Alvares, sugerindo a componente rural de Ega. Por último a sensibilidade musical é representada por Afonso Álvares, tamborileiro.

³⁰¹ Indicamos à distância de 116 km Vila Velha de Rodão, contudo existe uma povoação nomeada por Rodão na freguesia de Sebal concelho de Condeixa-a-Nova.

Conclua-se que os ofícios referidos no tombo da Comenda de Ega, apresentam diversidade sendo representativos das necessidades da Comenda, abrangem aspectos de acompanhamento religioso, de trabalhos agrícolas e de manufacturas, não esquecendo a saúde, a relação com a navegação, e a decisão e manutenção da ordem, conseguindo ainda “espaço” para a música. A seguir apresentamos graficamente o conjunto dos ofícios presentes na onomástica da Comenda de Ega.

Gráfico 23 – Ofícios e cargos mencionados no tombo de Ega



O número de nomes contabilizados no tombo de Ega é significativamente mais extenso do que em Soure, assim é com naturalidade que observamos também um maior número de relações familiares, contudo estas apresentam um grau de menor complexidade³⁰², que se deve ao seu “balizamento”³⁰³ temporal concentrado no ano de 1508, menos extenso do que a já referida delimitação entre 1508 e meados deste século verificada no tombo de Soure; destacamos ainda nas relações familiares mencionadas na Comenda de Ega, a predominância

³⁰² Identificamos no tombo de Soure 10 relações familiares e em Ega 29, contudo o seu número em Soure é superior quando se nomeiam relações familiares mais complexas que englobam três gerações avós, pais e netos.

³⁰³ Relativo à elaboração do documento.

da utilização do patronímico numa proporção de 75% / 25%³⁰⁴. Ligações familiares que seguidamente apresentamos.

Quadro 15 – Ega. Relações familiares

Ega, fl. 73	Em Ega João Afonso o Moço e sua cunhada Maria Anes são foreiros de um pardieiro.
Ega, fl. 73v	João Rodrigues Lourinho filho de Salomão, é foreiro de um casal nas cercanias de Ega.
Ega, fls. 73v, 74	Arriscamos relacionar pelo patronímico, Álvaro Fernandes, antigo foreiro de metade do Casal dos Mortos e Gonçalo Fernandes, foreiro do Casal da Costa, como irmãos e filhos de Fernão Lourenço.
Ega, fl. 74	O Casal do Cansado é aforado por Pêro Gonçalves filho de Gonçalo Eanes da Sarrazina.
Ega, fl. 74	Nas imediações da vila de Ega Afonso Domingues neto de João Lourenço, é foreiro de metade do casal do “Estorceo”.
Ega, fl. 74	Nos arredores de Ega, João Jorge filho de Jorge Pires é foreiro do Casal do Perinho.
Ega, fl. 74	Lourenço Gonçalves filho de Tomé Gonçalves é co-foreiro de metade do casal dos mortos.
Ega, fl. 74	O Casal do Angarnal pertence ao foro de Álvaro Eanes filho de João Afonso da Casa Nova.
Ega, fl. 74v	Nos arredores de Ega Gonçalo Eanes filho de João Afonso é foreiro do Casal de Vila Real.
Ega, fl. 74v	João Freire filho de Tomé Gonçalves é foreiro da Vinha do Caniçal.
Ega, fl. 74v	Nos Casais, João Gonçalves filho de Gonçalo Lopes é foreiro de um casal.
Ega, fl. 75	Omitindo-se o nome da mulher de Rodrigo Eanes Barbeiro, nomeia-se a vinculação de genro para identificar o foreiro, constando “Rodrigo Eanes Barbeiro genro de Afonso Gil”, tem uma casa e um pomar nas proximidades de Ega.
Ega, fl. 75v	Situação idêntica ao caso anterior em que se menciona Álvaro Esteves genro de Martim Anes como foreiro de dois casais em Casével.
Ega, fl. 76	Vasco Lourenço e sua mulher Maria Martins foram foreiros de meio casal em Casével.
Ega, fl. 77	Gonçalo Rodrigues filho de Rodrigo Afonso é foreiro de três quartos de casal e meio de casais em Campizes.
Ega, fl. 77v	Em Campizes, os filhos de Álvaro Gonçalves, Vasco Álvares e João Álvares são foreiros de casal e meio.
Ega, fl. 77v	Martim Afonso é nomeado como, “filho da mulher de Afonso do Circo”, sendo foreiro de um casal em Campizes.
Ega, fl. 78v	João Álvares filho de Álvaro Afonso foi foreiro de um casal em Vila Nova de Campizes
Ega, fl. 79	Em Vila Nova de Campizes, João Afonso filho de Afonso Eanes Preto, é foreiro de meio casal.
Ega, fl. 79	Pêro Fernandes filho de Fernão Mourão, é foreiro de meio casal em Vila Nova de Campizes.

³⁰⁴ Agrupamos nos 25%, os casos em que não foi seguida a norma do patronímico e as ligações em que foi usado o apelido, verificando-se que o percentil de utilização dos patronímicos alcança 86%, quando comparado com a utilização de apelidos.

Ega, fl. 80	Caso único no tombo de Ega é a nomeação de Álvaro Vaz, filho de Vasco Pires e neto de Pêro Vicente, como foreiro de um casal no Cadaval, salientando-se a utilização da regra do patronímico nas três gerações.
Ega, fl. 80v	Em Casmilo temos como foreiros de três casais, João Cristóvão, Afonso Eanes e Pêro Tomé, irmãos, filhos de João Cristóvão, nome reproduzido em um dos seus filhos, deduzindo-se assim que este terá sido o filho primogénito, por sua vez Afonso Eanes, utiliza o patronímico (Eanes) de seu pai, quanto a Pêro Tomé, não é estabelecida qualquer relação documental de paternidade não se podendo especular sobre nomes de familiares mais remotos.
Ega, fl. 80v	Em Casmilo, João Menino neto de João Frade é foreiro de um casal.
Ega, fl. 80v	Em Casmilo, Pedro Eanes filho de João Menino o Velho, é foreiro de um casal e mais um oitavo de outro casal.
Ega, fl. 81	Nos casais de Casmilo nomeia-se Álvaro Eanes filho de João Freire como foreiro de meio casal.
Ega, fl. 81	Rodrigo Eanes filho de João Lourenço é foreiro de um casal no Furadouro.
Ega, fl. 81	Nos casais do Furadouro temos como foreiro de um casal e três quartos, Duarte Vaz filho de João Vaz o Moço.
Ega, fl. 91	Um dos poucos casos de utilização de apelido verifica-se com os Comendadores-Mores, o actual Dom Fr. Fernando de Sousa e seu pai Dom Fr. Gonçalo de Sousa.
Ega, fl. 96	Na Ameixieira, termo de Penela, assinala-se como foreiro do Casal da Quintã o genro de Diogo Delgado, omitindo-se o nome do foreiro e de sua mulher.

As alcunhas

Contamos, na Comenda de Ega, um total de trinta e nove indivíduos portadores de alcunha, na sua maioria suficientemente explicitas à “luz” da actualidade, ainda assim existindo algumas excepções, resultantes do hiato temporal entre o ocaso da Idade Média e o século XXI, que lhes encobriu o significado impregnando-as de dúvida, contudo sempre que possível, de forma plausível, assinalamos estes apodos atribuindo-lhes significado, obtendo os resultados que expomos seguidamente.

Quadro 16 – Alcunhas em Ega.

Angerez	Coelho	Guerreiro
Azanguinhado	Condo	Guilhote
Barba rara	Çoudo / Soudo	Lourinho
Burguês	Delgado	Moço
Burricalho	Ermitão	Menino, o moço
Cadimo	Fealho	Menino, o velho
Cansado	Frade	Peixeiro
Carneiro/cordeiro	Franco	Preto
do Carvalho	Freire	Trigo
Chamorro	Galego	

ANGEREZ

João *Angerez*³⁰⁵ foi foreiro de meio casal em Casével; A consideração deste onomato como alcunha não foi isenta de dúvidas, muito pelo contrário: a terminação *-ez* parecia poder levar a tomá-lo como um derivado de outra palavra, mas não encontrámos resposta satisfatória. Uma hipótese seria a de entendê-la como indicação de origem, de proveniência, faltando a preposição “de”, mas sabemos que tantas vezes essa omissão ocorre, por lapso ou desconhecimento. Ocorreu-nos que pudesse ser uma derivação de *Angers*, cidade de Anjou. Descartada foi essa conjectura, ao encontrarmos uma referência ao topónimo português “Angerez” num trabalho de Teófilo Braga³⁰⁶ (nota 291), ainda que o seu texto não seja esclarecedor. Nova dúvida se apresentou, entretanto: a sua localização. Cremos ter resolvido a questão, de forma simples, como geralmente acontece: na actual freguesia de Samodães, do concelho de Lamego, encontra-se a povoação de Angores. (nota: veja planta síntese de ordenamento-ambiente.pt (Régua-Carrapatelo). Cremos ser lícito concluir que a este topónimo se refere o nome de João “de” Angerez (forma que o topónimo assumia e se mantinha no século XIX), hoje alterada para Angorês. Perdida a noção da origem do onomato, tempo passado, com facilidade se converteria num “apodo/apelido”, que ficara na memória dos que se lhe referiam e assim o identificavam.

³⁰⁵ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 76.

³⁰⁶ BRAGA, Teófilo – *O povo português nos seus costumes crenças e tradições*. (1885), p. 65.

AZANGUINHADO

Nas imediações de Coimbra, é identificado o *Azanguinhado*³⁰⁷, já falecido, tendo em vida uma parcela de terreno. A alcunha sugere pela sua entoação um indivíduo zangado, quezilento, melindrado, dando a entender que o *Azanguinhado* seria uma pessoa resmungona e com “cara de poucos amigos”.

BARBA RARA

*Barba Rara*³⁰⁸, deixou por herança meio casal em Casével; o apodo possui o significado explícito de indivíduo imberbe e que na época seria factor de diferenciação.

BURGUÊS

Martim *Burguês*³⁰⁹, falecido em 1508, terá sido foreiro de meio casal em Vila Nova de Campizes; Viterbo, atribui o onomato “burguês” aos moradores do burgo, povoação ou vila; contudo parece-nos que neste caso o sentido do apodo é relacionado com riqueza e com a ambição de acumular bens, ou de forma pejorativa alcunha atribuída a quem usou de todos os meios para alcançar maior estatuto e riqueza.

BURRICALHO

A alcunha de Pedro Anes³¹⁰ é de teor nitidamente pejorativo: “*Burricelho*” formado por “burro” com o sufixo “elho”, com conotação depreciativa; assim, Pedro Anes *Burricelho* foi comparado de forma pouco simpática a um burro de pouca qualidade.

CADIMO

Fernando *Cadimo*³¹¹, foreiro de um canavial e de uma casa em Quimbres, é alcunhado pela destreza no seu ofício, o apodo *cadimo* é também sinónimo de ladrão experiente e subtil³¹² no entanto pensamos que neste caso a alcunha é apenas sinónimo da sua destreza.

³⁰⁷ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 94v.

³⁰⁸ *Idem, ibidem*, fl. 76.

³⁰⁹ *Idem, ibidem*, fl. 79.

³¹⁰ *Idem, ibidem*, fl. 93v.

³¹¹ *Idem, ibidem*, fls. 90v e 91.

³¹² VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases...*, II vol. (1993), p. 59.

CANSADO

Neste caso a alcunha identifica um casal, “casal do cansado”³¹³ e um dos seus moradores; o apodo é fácil compreensão identificando um indivíduo queixoso e avesso a esforços.

CARNEIRO/CORDEIRO

André Anes³¹⁴, alcunhado de *Cordeiro*, tendo este apodo significado explícito de referência animal, facto que se coaduna com João Vaz *Carneiro*³¹⁵.

DO CARVALHO

Afonso Anes do Carvalho³¹⁶, falecido em 1508, deixou uma vinha à sua mulher em vila de Milho. Consideramos Carvalho como alcunha devido à utilização do prenome “do” em vez de “de” o que caracterizaria este apodo como apelido. Pensamos também que a conjunção “do Carvalho” seja uma forma primitiva deste apelido.

CHAMORRO

Possuidor de vinhedos, do casal do *Chamorro* em Vila de Milho no termo de Aveiro e de uma chousa em Ramalhoa; Afonso *Chamorro*³¹⁷, terá sido um indivíduo cuja alcunha entrou no domínio da toponímia, dando lugar ao já referido casal do Chamorro. O apodo possui sentido pejorativo, sendo termo utilizado pelos castelhanos para nomear negativamente os portugueses; *Chamorro* possui o significado de “tosquiado”, de cabelo curto³¹⁸ dando a entender que Afonso *Chamorro* mantinha um estilo de corte de cabelo e provavelmente de barba, mais curto do que o habitualmente observado na região.

COELHO

Em Brenha, próximo da cidade de Coimbra, onde a Ordem detinha alguns bens, recenseamos Soeiro *Coelho*³¹⁹ que aí possuía terra. A alcunha “coelho” é muito frequente e pertence ao grupo de apodos que facilmente alcançaram o estatuto de apelidos.

³¹³ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 74.

³¹⁴ *Idem, ibidem*, fl. 93v.

³¹⁵ *Idem, ibidem*, fl. 79v.

³¹⁶ *Idem, ibidem*, fl. 86.

³¹⁷ *Idem, ibidem*, fls. 86, 86v, 87.

³¹⁸ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras termos e frases...*, vol. I. (1993), p. 93.

³¹⁹ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 94v.

CONDO

Em Vagos termo de Aveiro, recenseamos Afonso Eanes *Condo*³²⁰, foreiro de um talhão de vinha, consideramos o onomato *Condo* como alcunha, contudo não conseguimos descortinar o seu significado³²¹.

ÇOUDO / SOUDO

João *Soudo*³²², já falecido em 1508, foi foreiro de um casal em Casével. Identificamos no estudo “Tombo do Hospital e Gafaria do Espírito Santo de Sintra”, o referido onomato em João Pires Soudo e Pêro *Soudo*³²³ na povoação de Alvarinhos Concelho de Sintra. Consideramos plausível classificar o onomato *Soudo* como alcunha, contudo não percebemos o seu contexto ou significado.

DELGADO

Diogo *Delgado*³²⁴, possui alcunha de teor físico sendo de considerar que Diogo seria pessoa magra e estreita.

ERMITÃO

A alcunha *ermitão* é indicadora de isolamento e solidão, pensamos, pois, que João Afonso *Ermitão*³²⁵, terá sido uma pessoa recatada e afastada dos seus vizinhos no lugar do Tojal em Vila de Milho no termo de Aveiro.

FEALHO

João *Fealho*³²⁶ é apodado pela sua escassez de beleza, sendo *fealho* uma derivação de feio.

FRADE

Semelhante ao onomato “*freire*”, surge o nome “*frade*”; afastamos a ideia de João Frade³²⁷ tenha seguido os ofícios da fé, pois consta no tombo da comenda como avô de João

³²⁰ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 88.

³²¹ Não encontramos registo do onomato nos dicionários de José Pedro Machado.

³²² A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 75.

³²³ HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho – *O Tombo do Hospital e Gafaria do Santo Espírito de Sintra*. (1997), pp. 197, 198.

³²⁴ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 96.

³²⁵ *Idem, ibidem*, fl. 86v.

³²⁶ *Idem, ibidem*, fl.72.

³²⁷ *Idem, ibidem*, fl. 80v.

Menino. Pensamos assim que o apodo “frade” tenha origem em características ou hábitos deste indivíduo.

FRANCO

Álvaro *Franco*³²⁸, já falecido em 1508, foi em nossa opinião detentor da alcunha “embrião” posteriormente adoptada como apelido.

FREIRE

Caracterizamos como alcunha o apodo *Freire*, justificando que o onomato surge a seguir ao nome próprio, sendo que para referir a pertença a uma ordem religiosa seria mais comum a utilização do título de Frade. Assim os casos de: Álvaro *Freire*³²⁹, foreiro do casal da Maia no lugar de Cadaval, Comenda de Ega, Gonçalo *Freire*³³⁰, casado e irmão de João *Freire*³³¹, João *Freire*³³², filho de Tomé Gonçalves, João *Freire*³³³ identificado no Freixial e João *Freire*³³⁴ pai de Álvaro Eanes, terão possuído a alcunha *freire* por motivos extra-religiosos, como por exemplo, o facto dos seus progenitores masculinos terem exercido nos ofícios da fé Cristã.

GALEGO

João Afonso *Galego*³³⁵ e João *Galego*³³⁶, detentores da mesma alcunha, cujo significado faz referência a trabalhos pesados, prenunciando que ambos teriam a cargo de forma frequente este género de trabalhos; o apodo pode também reportar a origem do indivíduo (Galiza).

GUERREIRO

É através do tombo da visitação de Pedro de Sousa que concluímos que Rodrigo Afonso *Guerreiro*³³⁷ e o *Guerreiro* de Campigem³³⁸, são o mesmo indivíduo, a alcunha está relacionada com aspectos militares, podendo-se considerar que Rodrigo Afonso *Guerreiro* tenha participado em alguma batalha ou campanha militar.

³²⁸ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 79.

³²⁹ *Idem, ibidem*, fl. 80.

³³⁰ *Idem, ibidem*, fl. 80.

³³¹ *Idem, ibidem*, fl. 74v.

³³² *Idem, ibidem*, fl. 81.

³³³ *Idem, ibidem*, fl. 87.

³³⁴ *Idem, ibidem*, fl. 74v.

³³⁵ *Idem, ibidem*, fl. 87.

³³⁶ *Idem, ibidem*, fl. 77v.

³³⁷ *Idem, ibidem*, fl. 77.

³³⁸ *Idem, ibidem*, fl. 71v.

GUILHOTE

Guilhote, também com grafia *Gilhote* conforme consta na visitação da Comenda feita por Pedro de Sousa³³⁹, é a alcunha de João³⁴⁰, foreiro de meio casal em Campizes e já falecido em 1508. Segundo José Pedro Machado a alcunha terá o significado de pessoa folgada, “folgazão”³⁴¹, com a mesma conotação encontramos o termo “pessoa que colhe o que não semeou”³⁴².

LOURINHO

João Rodrigues *Lourinho*³⁴³, filho de Salomão, foreiro de um casal próximo da vila de Ega, possui uma alcunha de duplo sentido, *Louro* indicaria que João Rodrigues teria cabelos claros (alourados), e o diminutivo *-inho* aponta a sua pequena estatura ou a sua tenra idade.

MOÇO

De natureza não definitiva identificamos João Afonso o *Moço*³⁴⁴, morador em Ega, cunhado de Maria Anes e foreiro do casal do Bartolomeu no termo de Ega e de um pardieiro nesta povoação. “Moço” é alcunha que deve ter sido atribuída na juventude de João Afonso, provavelmente por necessidade de desfazer homonímias ao nome de seu pai.

MENINO O MOÇO E MENINO O VELHO

Voltando ao contexto das alcunhas “volantes”, surgem dois casos curiosos de dupla alcunha, João *Menino o Moço*³⁴⁵ e João *Menino o Velho*³⁴⁶, a atribuição de duplos apodos surge também pela necessidade de desfazer homonímias, pois os dois indivíduos partilham em Casmilo o seu nome com uma terceira ocorrência dando pelo nome de João *Menino*³⁴⁷, neto de João Frade. O apodo “*Menino*” é ainda comum a João *Menino*³⁴⁸, cujos filhos lavram uma herdade localizada no caminho entre a Redinha e Santa Maria do Círculo³⁴⁹ e a João *Menino*³⁵⁰

³³⁹ Livro da visitação feita por Pedro de Sousa, visitador da Ordem de Cristo e de todos os bens, rendas e direitos que pertenciam à Comenda de Ega, que era dos Comendadores-Mores – A.N./T.T., PT/TT/GAV/7/18/4.

³⁴⁰ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 76v.

³⁴¹ MACHADO, José Pedro - *Dicionário etimológico da língua portuguesa...*, vol. III, (1977), p. 197.

³⁴² FIGUEIREDO, Cândido de – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. (2010), p. 1011.

³⁴³ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 73v.

³⁴⁴ *Idem, ibidem*, fls. 71v, 73, 74.

³⁴⁵ *Idem, ibidem*, fl. 14v.

³⁴⁶ *Idem, ibidem*, fl. 80v.

³⁴⁷ *Idem, ibidem*, fl. 80v.

³⁴⁸ *Idem, ibidem*, fl. 98v.

³⁴⁹ A capela de Santa Maria do Círculo ou do Circo situa-se na serra do Sicó, freguesia do Furadouro, sendo na actualidade destino de duas romarias anuais. <http://cm-condeixa.pt/turismo/festasromarias/> - Consultado em 11-03-2018.

³⁵⁰ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 73.

oriundo de Rechilião e foreiro de um pardieiro em Ega. Acrescentamos também no mesmo contexto João Vaz o Moço³⁵¹, pai de Duarte Vaz e Simão Velho.

PEIXEIRO

Pêro *Peixeiro*³⁵², dono de algumas casas em Ega possui uma alcunha alusiva ao seu tom de voz e ao facto de ser individuo propenso a regateios e discussões³⁵³ facto que se coaduna com a profissão de peixeiro, actividade em que continua nos dias de hoje a exigir um elevado timbre de voz para arengar a frescura da mercadoria.

PRETO

Afonso Eanes *Preto*³⁵⁴, pai de João Afonso foreiro de meio casal em Vila Nova de Campizes, foi um indivíduo cuja alcunha não se transmitiu ao seu filho, facto que está provavelmente relacionado com a acepção pejorativa da alcunha. Encontra-se ainda com a mesma alcunha também em Campizes João *Preto*³⁵⁵ sendo de considerar a existência de laços familiares com Afonso Preto e João Afonso.

TRIGO

Afonso *Trigo*³⁵⁶, já falecido em 1508, teve casal que passou para Domingos Rodrigues. A alcunha “*Trigo*” é uma referência a este cereal, e talvez à experiência e às boas colheitas de trigo que Afonso extraia da terra; ou em alternativa, pode aludir à cor dourada das searas de trigo, indicando a cor do cabelo e barba de Afonso *Trigo*.

Por último, à semelhança da Comenda de Soure apresentamos a tabela onde são mencionados os nomes identificados na Comenda de Ega

³⁵¹ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 81.

³⁵² *Idem, ibidem*, fl. 72v.

³⁵³ Como exemplo refiro: No bairro da minha juventude em Lisboa, tinha um amigo nomeado e alcunhado por Paulo Peixeiro que usava da sua voz possante para afirmar os seus pontos de vista.

³⁵⁴ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 79.

³⁵⁵ *Idem, ibidem*, fl. 77.

³⁵⁶ *Idem, ibidem*, fl. 78v.

Quadro 17 – Nomes masculinos mencionados no tombo da comenda de Ega de 1508

As indicações assinaladas com ** reportam-se ao tombo da visitação de Pedro de Sousa³⁵⁷.

Nome Próprio	Patronímico	Apelido	Alcunha	Profissão, cargo, ofício	Adjunção tópica	Relação familiar/outra	Situação	Localização	Fonte
Afonso (Fr.)				Vigário de Tomar, procurador geral da Ordem			Fez um prazo de aforamento enfatiota de uma casa a Fernando Eanes	Quimbres	Ega, fl. 90v
Afonso	Álvares			Tamborileiro			Tem um talhão de vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88v
Afonso	Anes							Quimbres	Ega, fl. 90v
Afonso	Anes				do Carvalho		Falecido; antigo foreiro de vinha	Vila de Milho e Vinhas Grandes termo de Aveiro	Ega, fl. 86
Afonso			<i>Chamorro</i>				Tem vinha, casal e uma leira na Ramalhoa denominada chousa de Afonso <i>Chamorro</i>	Vila de Milho e Ramalhoa, termo de Aveiro	Ega, fls. 86, 86v, 87
Afonso		Correia					Falecido; antigo foreiro de casal	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 79
Afonso					do Circo			Campizes	Ega, fls. 77v, 78

³⁵⁷ Livro da visitação feita por Pedro de Sousa, visitador da Ordem de Cristo e de todos os bens, rendas e direitos que pertenciam à Comenda de Ega, que era dos Comendadores-Mores – A.N./T.T., PT/TT/GAV/7/18/4.

Afonso	Domingues					Neto de João Lourenço de São Fipo	Foreiro de meio casal do “Estorceo”	Termo de Ega	Ega, fl. 74
Afonso	Eanes						Foreiro de casa	Quimbres	Ega, fl. 91
Afonso	Eanes					Irmão de João Cristóvão e de Pêro Tomé, filho de João Cristóvão	Foreiro de 3 casais em conjunto com seus irmãos por herança	Casmilo	Ega, fl. 80v
Afonso	Eanes			Barbeiro			Foreiro de olival	Vale de Figueira, Coimbra	Ega, fl. 93v
Afonso	Eanes		<i>Condo</i>				Tem um talhão de vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88
Afonso	Eanes				do Ródão		Foreiro de um casal e de 1/4 de casal que foi de Simão Vicente <i>Velho</i> , mais 3/4 de casal da Picota e 3/4 da Rabeja	Termo de Ega	Ega, fls. 79, 79v
Afonso	Eanes		<i>Preto</i>			Pai de João Afonso		Campizes	Ega, fl. 79
Afonso	Eanes			Tanoeiro			Tem um talhão de vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88v
Afonso	Gil					Sogro de Rodrigo Eanes		Termo de Ega	Ega, fl. 75
Afonso	Giraldes						Falecido; teve casal	Casével	Ega, fl. 75
Afonso	Gonçalves						Testemunha, morador na vila	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88v
Afonso	Gonçalves						Foreiro de mortório e vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 87v

Afonso	Lourenço						Tem casal	Casal do Castanhal, termo de Ega	Ega, fl. 79
Afonso	Martins						Falecido; antigo foreiro de 1/2 casal que foi de Martim Anes e é de Martim Afonso	Casével	Ega, fl. 76
Afonso	Martins						Falecido; antigo foreiro de meio casal	Casével	Ega, fl. 76
Afonso	Martins						Falecido; antigo foreiro de casal	Casével	Ega, fl. 75v
Afonso	Martins						Falecido; teve 1/2 casal que foi de Gonçalo Eanes	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78v
Afonso	Pais						Tem terra	Brenha, Coimbra	Ega, fl. 94v
Afonso	Pires						Tem pedaço de terra	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88
Afonso	Rodrigues						Tem casas	Junto ao ribeiro, termo de Ega	Ega, fl. 75
Afonso	Rodrigues						Tem vinha	Vila de Milho e Vagos, termo de Aveiro	Ega, fls. 86, 86v, 88
Afonso			<i>Trigo</i>				Falecido; teve casal que é de Domingos Rodrigues e foi de João Álvares	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78v
Álvaro	Afonso							Ao Freixial, Ega	Ega, fl. 71v
Álvaro	Afonso						Falecido; teve casal	Casal do Orvalho	Ega, fl. 74
Álvaro	Afonso					Pai de João Álvares			Ega, fl. 78v
Álvaro	Dias				das Celas		Tem olival	Caniceira, Coimbra	Ega, fl. 93v

Álvaro	Eanes					Filho de João Afonso da Casa Nova	Foreiro de casal	Casal do Angarnal, termo de Ega	Ega, fl. 74
Álvaro	Eanes					Filho de João Freire	Foreiro de 1/2 casal	Casal de Casmilo	Ega, fl. 81
Álvaro	Esteves						Falecido; teve casal	Casal do Bárrio, termo de Ega	Ega, fl. 73v
Álvaro	Esteves					Genro de Martim Anes	Foreiro de dois casais e 1/4 do casal de João Soudo que foi de João Giraldes, tendo herdado 1/4 de seu pai	Casével	Ega, fl. 75v
Álvaro	Fernandes					Filho de Fernão Lourenço	Foreiro de metade de casal em partilha com Lourenço Gonçalves	Casal dos Mortos, termo de Ega	Ega, fl. 74
Álvaro	Franco						Falecido; teve casal	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 79
Álvaro		Freire					Foreiro de casal	Casal da Maia, Cadaval	Ega, fl. 80
Álvaro	Gil				do Sebal		Falecido; teve 1/4 de casal que é de Diego Rodrigues de Campizes e casal que é de João Jorge em V.N.de Campizes	Campizes, Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 77, 78
Álvaro	Gonçalves						Falecido; teve almuinha que é de Simão Dias	Arredores de Ega	Ega, fl. 74v
Álvaro	Gonçalves						Tem casa	Ega	Ega, fl. 72v
Álvaro	Gonçalves					Pai de Vasco Álvares e de João Álvares	Falecido, teve casal	Campizes	Ega, fl. 77v
Álvaro	Mendes						Foreiro de um casal que foi de João Eanes	Cadaval	Ega, fl. 80

Álvaro	Vaz					Filho de Vasco Pires e neto de Pêro Vicente	Foreiro de um casal que foi de Pêro Vicente	Cadaval	Ega, fl. 80
Álvaro	Vaz							Maiuca, Coimbra	Ega, fl. 94
André	Anes			Correeiro				Vale de Figueira	Ega, fl. 93v
André	Gonçalves						Tem terra	Vila de Milho, termo de Aveiro	Ega, fl. 86v
			(o) <i>Azanguinhado</i>				Falecido; antigo dono de terra	Região de Coimbra	Ega, fl. 94v
			<i>Barba Rara</i>				Falecido; teve meio casal	Casével	Ega, fl. 76
Bartolomeu							“Casal do Bartolomeu”	Perto de Ega	Ega, fl. 74v
			<i>Cansado</i>				“Casal do <i>Cansado</i> ”	Termo de Ega	Fl. 74
				Carrasco			Falecido; teve casas	Casas Junto da Ribeira, termo de Ega	Ega, fl. 75
				Corregedor			Falecido; teve casal em Casével	Casével	Ega, fl. 75v
Cristóvão	Eanes						Falecido; teve dois casais	Campizes, Vila Nova de Campizes	Ega, fls. 77v, 78
Cristóvão	Lourenço						Tem vinha	Vale de Figueira	Ega, fl. 93v
Diogo	Anes				Morador em Vila Nova de Alvorge de Arvelo		Foreiro do “casal de Sancha Gil”	Termo do Rabaçal	Ega, fl. 81v
Diogo							Foreiro de terra	Quimbres, Pousadas	Ega, fl. 89
Diogo			<i>Delgado</i>						Ega, fl. 96

Diogo (Fr.)		do Rego		Bacharel, do Desembargo do Rei			Visitador da Ordem e Mestrado de Cristo		Ega, fl. 70
Diogo	Fernandes						Foreiro de mata	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 87v
Diogo	Fernandes			Escudeiro			Tem mata	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88v
Diogo	Gil						Falecido; teve casal	Casével	Ega, fl. 75v
Diogo	Gonçalves						Foreiro de “casal de Torres do Bairro”	São Romão, termo de Coimbra	Ega, fl. 95v
Diogo	Rodrigues				de Campizes		Foreiro de 1/4 do casal que foi de Álvaro Gil do Sebal, mais 1/8 de outro casal, mais 1/2 casal que foi de João Pires do Sebal, mais 1/2 casal que foi aforado por Afonso Martins e foi de Gonçalo Eanes de Casével	Campizes, Vila Nova de Campizes	Ega, fls. 77, 78, 78v
Domingos	Pires						Foreiro de uma terra de cereal	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88
Domingos	Rodrigues							“a so o porto”, Ega	Ega, fl. 73
Domingos	Rodrigues						Foreiro de 1/2 casal que foi aforado por João Álvaro e foi de Afonso <i>Trigo</i>	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78v
Duarte	Fernandes						Foreiro de metade do casal dos Mortos, do casal da Monja e do casal do Orvalho que foi de Álvaro Afonso	Freixial, Carrapatosa, termo de Ega	Ega, fls. 72, 73v, 74
Duarte			<i>Mourão</i>					Freixial	Ega, fl. 72
Duarte	Vaz					Filho de João Vaz o <i>Moço</i>	Foreiro de 1 casal mais 3/4 de outro casal	Casal do Furadouro	Ega, fl. 81

Fernando (Dom Fr.)				Vigário, procurador- geral da Ordem				Casal da Fala, Ferretosa, Cortinhal, Coimbra	Ega, fls. 93, 95v
Fernando	Afonso						Foreiro do “casal de Sancha Gil”, morador em Vila Nova de Alvor	Termo do Rabaçal	Ega, fl. 81
Fernando	Afonso						Foreiro de olival em segunda pessoa	Freiria	Ega, fl. 91
Fernando	Eanes		<i>Bispo</i>				Foreiro de almuinha em conjunto com Gonçalo Pires	Freiria	Ega, fl. 91v
Fernando	Eanes						Foreiro de casa (enfatiota)	Quimbres	Ega, fl. 90v
Fernando	Eanes		<i>Cadimo</i>				Foreiro de casa e de canavial	Quimbres	Ega, fls. 90v, 91
Fernando	Eanes						Foreiro de almuinha	Freiria	Ega, fl. 91v
Fernando (Dom Fr.)		Sousa		Comendador de Ega e de Dornes		Filho de Gonçalo de Sousa	Foreiro de 4 casais e quintal junto à ribeira	Ega, Dornes, termo de Torres Novas, Aroeira, termo de Santarém, campo de Tões (Toxe), Termo de Penela e o “casal da Mostra”, no termo de Penela	Ega, fls. 70, 75, 96
Fernão		da Fonseca					Falecido; antigo foreiro de dois casais	Campizes	Ega, fl. 77v
Fernão	Gil			Arcediago em Coimbra**			Tem casa	Figueira Velha, Coimbra	Ega, fl. 93v

Fernão	Gonçalves						“ribeiro de Fernão Gonçalves”	Vila de Milho, termo de Aveiro	Ega, fl. 86v, 87
Fernão	Lopes						Foreiro de um casal	Casais, termo de Ega	Ega, fl. 74v
Fernão	Lopes				dos Casais			Freixial	Ega, fl. 72
Fernão	Lourenço					Pai de Álvaro Fernandes e de Gonçalo Fernandes			Ega, fls. 73v, 74
Fernão	Martins			Caseiro			Caseiro de casal	Campo de Tões (Toxe), termo de Santarém	Ega, fl. 96
Fernão			<i>Mourão</i>			Pai de Pêro Fernandes	Falecido; antigo foreiro de casal	Campizes	Ega, fl. 77, 79
Francisco (Fr.)				Capelão do rei; notário apostólico			escrivão público da visitação		Ega, fl. 70
Franco							Falecido, teve o casal de Salomão	Termo de Ega	Ega, fl. 73v
						Genro de Diogo Delgado	Foreiro do casal da Quintã	Ameixieira, termo de Penela	Ega, fl. 96
Gil	Vaz				do Sebal		Falecido, teve casal e meio	Campizes	Ega, fl. 77v
Gonçalo	Afonso			Juiz				Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88v
Gonçalo	Álvares						Tem casas e quintal com árvores de fruto junto do adro da igreja	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fls. 87, 87v
Gonçalo	Anes			Tecelão			Foreiro de terreno de cereal e de vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88

Gonçalo (Dom Fr.)		de Sousa				Pai de Fernando de Sousa, comendador de Ega	Comendador-Mor	Freiria	Ega, fl. 91
Gonçalo	Eanes						Foreiro do casal da mata da Sarrazina, mais meio casal do casal da Correia	Casal da mata da Sarrazina; casal da Correia	Ega, fls. 73, 73v
Gonçalo	Eanes					Filho de João Afonso	Foreiro de casal	Casal Vila Real, termo de Ega	Ega, fl. 74v
Gonçalo	Eanes				de Casével		Falecido; teve casal	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78v
Gonçalo	Eanes				da Sarrazina	Pai de Pêro Gonçalves		Termo de Ega	Ega, fl. 74
Gonçalo	Eanes			Tanoeiro			Foreiro de terra de cereal	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88
Gonçalo	Fernandes					Filho de Fernão Lourenço	Falecido; antigo foreiro	Casal da Costa, termo de Ega	Ega, fl. 73
Gonçalo	Fernandes						Tem dois talhões de vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88
Gonçalo		Freire					Falecido; antigo foreiro	Cadaval	Ega, fl. 80
Gonçalo	Gomes						Testemunha; foreiro de um talhão de vinha e pequeno terreno de cereal	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fls. 87v, 88v
Gonçalo	Lopes					Pai de João Gonçalves			Ega, Fl. 74v
Gonçalo	Lourenço						Falecido; teve meio ou um casal que é de Pêro Fernandes Mourão	Casével	Ega, fl. 75v
Gonçalo	Martins						Falecido; teve 1/4 de casal que é de Pêro Fernandes	Campizes	Ega, fl. 77

Gonçalo	Pires						Falecido; antigo foreiro de casal	Casal da Robalia	Ega, fl. 74
Gonçalo	Pires						Foreiro de almuinha em conjunto com Fernando Eanes <i>Bispo</i>	Freiria	Ega, fl. 91v
Gonçalo	Rodrigues					Filho de Rodrigo Afonso Guerreiro	Foreiro de Casal e meio que foi de seu pai, mais 3/4 do casal que foi de Álvaro Gil, de meio casal que foi de Vasco Eanes	Campizes, Vila Nova de Campizes	Ega, fls. 77, 78, 78v
[Rodrigo]**	[Afonso]**		(o) <i>Guerreiro</i>		de Campigem			Freixial	Ega, fl. 71v
Heitor	Rodrigues						Tem olival	Caniceira, Coimbra	Ega, fl. 93v
Henrique					de Parada		Tem vinha	Rego de Benfins, Coimbra	Ega, fl. 93v
João	Afonso					Pai de Gonçalo Eanes			Ega, fl. 74v
João	Afonso					Filho de Afonso Eanes <i>Preto</i>	Foreiro de 1/2 casal que foi de Álvaro Franco e de Afonso Correia e da mulher que foi de Martim Burguês	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 79
João	Afonso						Foreiro de terra de cereal	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88
João	Afonso						Testemunha	Vila de Milho, termo de Aveiro	Ega, fl. 87
João	Afonso						Tem vinha	Vila de Milho, Termo de Aveiro	Ega, fl. 86
João	Afonso						Tem um talhão de vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88
João	Afonso						Foreiro de casal	Casal do Peixeiro, termo da Ega	Ega, fl. 79

João	Afonso						Tem terra	Vila de Milho, termo de Aveiro	Ega, fl. 86v
João	Afonso				da Casa Nova	Pai de Álvaro Eanes		Casa nova	Ega, fl. 74
João	Afonso				do Casal do Castanhal		Foreiro do casal de Afonso Lourenço.	Casal do Castanhal, termo de Ega	Ega, fl. 79
João	Afonso		<i>Ermitão</i>				“ribeiro de João Afonso Ermitão”	Vila de Milho termo de Aveiro, Tojal	Ega, fl. 86v
João	Afonso		<i>Galego</i>				Testemunha	Vila de Milho, termo de Aveiro	Ega, fl. 87
João	Afonso		<i>o Moço</i>			Cunhado de Maria Anes	Tem adega e é co-foreiro de pardieiro, foreiro do casal de Bartolomeu, morador em Ega	Ega	Ega, fls. 71v, 73, 74v
João	Álvares					Filho de Álvaro Gonçalves	Foreiro em Conjunto com Vasco Álvares de um casal e meio que foi de Gil Vaz do Sebal	Campizes	Ega, fl. 77v
João	Álvares					Filho de Álvaro Afonso	Falecido; antigo foreiro de 1/4 de casal que é aforado por Gonçalo Rodrigues	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78v
João	Álvares						Falecido; antigo foreiro de 1/2 casal que foi de Afonso Trigo e está aforado a Domingos Rodrigues	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78v
João	Álvares			Caieiro			Tem um talhão de vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88
João			<i>Angerez</i>				Falecido; teve casal	Casével	Ega, fl. 76

João		Carvalho					Testemunha	Vila de Milho, termo de Aveiro	Ega, fl. 87v
João	Cristóvão					Filho de João Cristóvão	Foreiro de 3 casais em conjunto com seus irmãos Afonso Eanes e Pêro Tomé	Casmilo	Ega, fl. 80v
João	Cristóvão					Pai de João Cristóvão, Afonso Eanes, Pêro Tomé	Falecido; antigo foreiro	Casmilo	Ega, fls. 80v, 81
João					da Pena		Teve meio casal	Casal de Casmilo	Ega, fl. 81
João					de Arouca		Foreiro de terra	Próximo de terras de Lorvão e de Arouca	Ega, fl. 94v
João					de Beja		Tem cortinhal	Figueira Velha, Coimbra	Ega, fl. 93v
João					de Coimbra		Tem olival	Rego de Benfins, Coimbra	Ega, fl. 93v
João					de Condeixa			Ega	fl. 73
João					de Magos			Maiuca, Coimbra	Ega, fl. 94
João					de Soure		Tem casal	Termo de Ega	Ega, fl. 98v
João	Dias						Foreiro de casal que foi de Gonçalves Pires	Casal da Robalia, termo de Ega	Ega, fl. 74
João	Eanes						Falecido; teve casal que foi de Álvaro Mendes	Cadaval	Ega, fl. 80
João	Eanes						Foreiro de pardieiro e de eira	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 87
João	Eanes						“Serra de João Eanes”	Termo de Coimbra	Ega, fl. 98v

João	Eanes						Tem meio casal mais terra de cereal e 2 vinhas	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 87v
João	Eanes				de Condeixa		Falecido; teve casal que foi de Martim Afonso mais casal e meio que foi de Gonçalo Rodrigues e de casal que foi de Luís Dias	Casével	Ega, fls. 76, 77, 78
João	Fernandes						Foreiro em conjunto com os herdeiros, do casal da Priora (foi de João Ramalho), mais 1/2 casal que foi de João Guilhote	Campizes	Ega, fl. 76v
João	Fernandes						Tem terra	Vila de Milho e Ameal termo de Aveiro	Ega, fls. 86v, 87
João	Fernandes						Foreiro em conjunto com os herdeiros, do casal da Priora (foi de João Ramalho), mais 1/2 casal que foi de João Guilhote	Campizes	Ega, fl. 76v
João	Fernandes						Foreiro de 1/2 casal que foi de João Ramalho que foi de João Angerez, mais 1/2 casal que foi de João Ramalho, herança de Barba Rara	Casével	Ega, fl. 76
João	Fernandes						Foreiro de duas terras de cereal no casal	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 87v
João	Fernandes				de Casével		Foreiro do casal que foi de João Ramalho	Casével	Ega, fl. 75v
João	Fernandes			Escudeiro			Foreiro do Casal da Mostra	Termo de Penela	Ega, fl. 96
João	Fernandes			Ferrador				Maiuca, Coimbra	Ega, fl. 94
João			<i>Fealho</i>					Ega	fl. 72
João			<i>Frade</i>			Avô de João Menino		Casmilo	Ega, fl. 80v

João		Freire				Filho de Tomé Gonçalves	Foreiro de vinha	Vinha do Caniçal	Ega, fl. 74v
João		Freire				Pai de Álvaro Eanes		Casal de Casmilo	Ega, fl. 81
João		Freire						Freixial	Ega, fl. 72
João		Freire					Foreiro de 1/2 casal	Cadaval	Ega, fl. 80
João			<i>Galego</i>				Falecido; teve dois casais	Campizes	Ega, fl. 77v
João	Gonçalves					Filho de Gonçalo Lopes	Foreiro de casal	Casais, termo de Ega	Ega, fl. 74v
João	Gonçalves					[Genro de Vasco Eanes]**	Falecido; antigo foreiro de casal que foi de Vasco Eanes e de 1/4 de Casal que é aforado por Gonçalo Rodrigues	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78v
João	Gonçalves			Caseiro			Testemunha; morador no casal, tem quintal com árvores de fruto junto da igreja e é foreiro de 1/2 casal, 6 alqueires de terra de cereal mais um talhão de vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 87
João	Gonçalves				de Alvorge	Tem filhos		Fora do termo de Ega	Ega, fl. 81
João			<i>Guilhote</i> *** ³⁵⁸				Falecido; teve meio casal	Campizes	Ega, fl. 76v
João	Jorge					Filho de Jorge Pires	Foreiro de Casal do Barreo, de Casal do Perinho e de um casal que foi de Álvaro Gil	Vila Nova de Campizes, termo de Ega	Ega, fls. 74, 78

³⁵⁸ No tombo da visitação da comenda de Ega feito por Pedro de Sousa encontramos a grafia “gilhote”.

João	Lourenço					Pai de Rodrigo Eanes	Falecido; teve casal	Casal do Furadouro	Ega. fl. 81
João	Lourenço				de São Fipo	Avô de Afonso Domingues		São Fipo	Ega. fl. 74
João			<i>Menino</i>			Tem herdeiros	Falecido	Santa Maria do Circo	Ega, fl. 98v
João			<i>Menino</i>			Neto de João Frade	Foreiro de um casal	Casmilo	Ega, fl. 80v
João			<i>Menino</i>				Foreiro de pardieiro que foi de <i>Rechilião</i>	Ega	Ega, fl. 73
João			<i>Menino, o Moço</i>			Herdeiro	Foreiro de casal mais outra parcela de casal	Casmilo	Ega. fl. 80v
João			<i>Menino, o Velho</i>			Pai de Pedro Eanes	Falecido; antigo foreiro	Casmilo	Ega, fl. 80v
João				Pajem			Foreiro de uma vinha	Miranda	Ega, fl. 85v
João (Dom Fr.)		Pereira		do Conselho do rei; comendador de Casével			Visitador da Ordem e Mestrado de Cristo		Ega, fl. 70
João	Pires						Foreiro da casa dos capões	Ega	Ega, fl. 72v
João	Pires						Falecido; teve casal	Campizes	Ega, fl. 77v
João	Pires						Testemunha	Vila de Milho, termo de Aveiro	Ega, fl. 87
João	Pires				do Sebal		Falecido; teve casal	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78
João	Pires			Ferrador			Foreiro de pedaço de terra	Atrás da antiga judiaria, Coimbra	Ega, fl. 93v
João			<i>Preto</i>				Foreiro de um casal que foi aforado por Pedro Anes e foi da mulher de Bruges	Campizes	Ega, fl. 77

João		Ramalho					Falecido antes de 1497**; teve casal que é de João Fernandes mais outro casal	Casével, Campizes	Ega, fl. 75v, 76, 76v
João	Rodrigues							Quimbres	Ega, fl. 90v
João	Rodrigues		<i>Lourinho</i>			Filho de Salomão	Foreiro de casal que foi de Salomão, seu pai	Termo de Ega	Ega, fl. 73v
João			<i>Soudo</i>				Falecido; teve casal	Casével	Ega, fl. 75v
João	Vaz / Lopes**					Filho de Lopo Afonso Rolão **	Foreiro de casal; morador em Tapéus termo de Redinha	Casal do Claro, Cadaval, termo de Redinha	Ega, fl. 80
João	Vaz		<i>Carneiro</i>				Foreiro de meio casal	Termo de Ega	Ega, fl. 79v
João	Vaz		<i>o Moço</i>			Pai de Duarte Vaz	Falecido; teve casal	Casal do Furadouro	Ega, fl. 81
Jorge	Anes						Foreiro de uma leira de terra de cereal	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 87v
Jorge	Fernandes			Tabelião			Foreiro dos casais do Cortinhal e da Ferretosa em terceira pessoa e do Casal da Fala em segunda pessoa; morador em Coimbra	Casal da Fala, Ferretosa, Cortinhal	Ega, fl. 93, 95v
Jorge	Pires					Pai de João Jorge	Foreiro de casal	Casal do Perinho, arredores de Ega	Ega, fl. 74, 78
Lopo	Afonso						Falecido; antigo foreiro de 1/4 de casal do pai de Vasco da Costa	Campizes	Ega, fl. 77v
Lopo	Afonso			Tabelião		Casado	Falecido; teve olival	Caniceira, Coimbra	Ega, fl. 93v
Lopo	Rodrigues				do Sebal		Foreiro do casal que foi do corregedor	Casével	Ega, fl. 75v

Lourenço	Gonçalves					Filho de Tomé Gonçalves	Foreiro de metade de casal	Casal dos Mortos, termo de Ega	Ega, fl. 74
Luís	Anes						Tem casas e pomar	Quintal Junto à ribeira, Ega	Ega, fl. 75
Luís		Brandão						Maiuca, Coimbra	Ega, fl. 94
Luís	Dias						Foreiro de 1/2 casal que antes estava aforado a João Eanes de Condeixa	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78
Martim	Afonso					Filho da mulher de Afonso do Circo	Foreiro de dois casais e parcelas de casal	Campizes	Ega, fl. 77v, 78, 78v
Martim	Afonso						Foreiro de 1/2 Casal mais 1/2 casal que foi aforado por Afonso Martins	Casével	Ega, fl. 76
Martim	Afonso						Foreiro de 3/4 de casal que foi de Martim Anes	Casével	Ega, fl. 75v
Martim	Anes						Falecido; teve casal e meio	Casével	Ega, fls. 75v, 76
Martim			<i>Burguês</i>			Casado	Falecido		Ega, fl. 79
Martim		de Faria						Próximo do cabo da Freiria, Quimbres	Ega, fl. 91
Martim	Vaz					Casado	Falecido; foi morador em Aveiro	Vila de Milho	Ega, fl. 86
Mem	Pires					[Casado com Inês Rodrigues]		Paul, Freixial	Ega, fl. 72
Mem	Rodrigues		<i>Leitão</i>				Foreiro de terreno	Casal da Fala, Coimbra	Ega, fl. 94

Nicolau	Álvares						Foreiro de horta em frente das casas de Afonso Rodrigues	Termo de Ega	Ega, fl. 75
Nuno		Cotrim					Tem olival	Coimbra	Ega, fl. 93v
						Pai de Álvaro Esteves	Falecido; teve um quarto de casal	Casével	Ega, fl. 75v
						Pai de Martim Afonso	Falecido; teve 1/4 casal	Casével	Ega, fl. 75v
						Pai de Vasco da Costa	Falecido; teve 1/4 de casal	Campizes	Ega, fl. 77v
Pedro	Afonso						Foreiro de 1/2 casal no Ameal freguesia de S. Justo	Ameal	Ega, fl. 84
Pedro	Afonso			Calafate			“ribeiro de Pedro Afonso Calafate”	Vila de Milho e Ameal, termo de Aveiro	Ega, fl. 86v
Pedro	Anes							Às “vinhas queimadas” Ega	Ega, fl. 73
Pedro	Anes						Falecido; antigo foreiro de casal	Campizes	Ega, fl. 77
Pedro	Anes		Burricvalho				Foreiro de casa	Figueira Velha, Coimbra	Ega, fl. 93v
Pedro	Anes				de Ceras			Caniceira, Coimbra	Ega, fl. 93v
Pedro	Eanes					Filho de João Menino o Velho	Foreiro de um casal mais 1/8 de outro casal	Casmilo	Ega, fl. 80v
Pedro	Eanes						Tem dois talhões de vinha	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88

Pêro		de Figueiredo					Foreiro de dois engenhos em casa de moinhos; morador em Coimbra	Fonte da Ega	Ega, fl. 79v
Pêro	Fernandes						Foreiro de casal que foi de Álvaro Esteves	Casal do Bárrio, termo de Ega	Ega, fl. 73v
Pêro	Fernandes						Foreiro de meio casal que foi de Diego Gil	Casével	Ega, fl. 75v
Pêro	Fernandes						Foreiro de 3/4 de casal de que foi foreiro Fernão Mourão (1/2 casal que foi do pai de Fernão Mourão e 1/4 que foi de Gonçalo Martins mais meio quarto de casal que foi do pai de Fernão Mourão	Campizes	Ega, fl. 77
Pêro	Fernandes					Filho de Fernão Mourão	Foreiro de 1/2 casal que foi de Álvaro Franco e de Afonso Correia e da mulher que foi de Martin Burguês	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 79
Pêro	Fernandes				dos Casais		Foreiro de casal	Casal da Pequira, termo de Ega	Ega, fl. 74
Pêro	Fernandes		<i>Mourão</i>				Foreiro de 1/2 casal de Gonçalo Lourenço mais meio casal e meio casal que foi de Vasco Lourenço e Maria Martins	Casével	Ega, fl. 75v
Pêro	Gonçalves					Filho de Gonçalo Eanes da Sarrazina	Foreiro de casal	Casal do <i>Cansado</i> , termo de Ega	Ega, fl. 74
Pêro	Gonçalves						Foreiro de casal em prazo feito visitadores em 3 pessoas, sendo Pêro Gonçalves a primeira pessoa	Ameal, freguesia de S. Justo	Ega, fl. 84

Pêro	Gonçalves						Teve casa e vinha	Vila de Milho, termo de Aveiro	Ega, fl. 86, 86v
Pêro	Martins						Foreiro de casa	Ega	Ega, fl. 72v
Pêro			<i>Peixeiro</i>				Tem casas	Ega	Ega, fl. 72v
Pêro	Tomé					Irmão de João Cristóvão e Afonso Eanes, filho de João Cristóvão	Foreiro de 3 casais em conjunto com seus irmãos Afonso Eanes e João Cristóvão	Casmilo	Ega, fl. 80v
Pêro	Vicente						Falecido; teve casal	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78
Pêro	Vicente					Avô de Álvaro Vaz e pai de Vasco Pires	Falecido; teve casal	Cadaval	Ega, fl. 80
			<i>Rechilião</i>				Teve pardieiro	Ega	Ega, fl. 73
Rodrigo	Afonso		<i>Guerreiro</i>			Pai de Gonçalo Rodrigues	Falecido; antigo foreiro de casal e meio	Campizes	Ega, fl. 77
Rodrigo	Afonso			Tabardeiro			Foreiro de casal e meio em conjunto com sua mulher em 1ª vida em prazo de 3 pessoas	Lamas freguesia de Miranda	Ega, fl. 85v
Rodrigo	Afonso						Testemunha, morador na vila	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 88v
Rodrigo	Alvares			Caseiro			Foreiro de casa	Ferretosa	Ega, fl. 92v
Rodrigo	Eanes			Barbeiro		Genro de Afonso Gil	Tem pomar e casa	Ega	Ega, fl. 75
Rodrigo	Eanes					Filho de João Lourenço	Foreiro de 1 casal mais 1/4 herdado do pai	Casal do Furadouro	Ega, fl. 81

Rodrigo		Batou, (Vatou)					Falecido; teve 3 casais	Casmilo	Ega, fl. 80v
Salomão						Pai de João Rodrigues <i>Lourinho</i>	Falecido; teve casal	Termo de Ega	Ega, fl. 73v
Simão	Dias			Almoxarife do Comendador Mor**			Foreiro da Almuinha que foi de Álvaro Gonçalves, foreiro do casal da Costa e de meio casal aforado por Inês Rodrigues	Vila Nova de Campizes; termo de Ega	Ega, fls. 73v, 74v, 78
Simão			<i>Velho</i>				Falecido; teve 1/4 de casal	Casal da Picota, termo de Ega	Ega, fl. 79v
Simão	Vicente						Falecido; teve 1/4 de casal	Casais da Picota e da Rabeja, termo de Ega	Ega, fl. 79
Soeiro			<i>Coelho</i>				Tem terra	Brenha, Coimbra	Ega, fl. 94v
Tomé	Gonçalves					Pai de Lourenço Gonçalves			Ega, fl. 74
Tomé	Gonçalves					Pai de João Freire			Ega, fl. 74v
Vasco		da Costa					Morador em Coimbra; foreiro de dois casais que foram de Fernando Fonseca e 1/4 que era aforado por Lopo Afonso e foram de João Galego	Campizes	Ega, fl. 77v
Vasco	Alvares					Filho de Álvaro Gonçalves	Foreiro de casal que foi de Álvaro Gonçalves e foreiro em conjunto com João Álvaro de um casal e meio que foi de Gil Vaz do Sebal	Campizes	Ega, fl. 77v
Vasco	Eanes						Falecido; teve casal	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78v

Vasco	Eanes						Falecido; antigo foreiro de 2 casais em segunda pessoa	Ferretosa, Cortinhal	Ega, fl. 93
Vasco	Eanes			[Escudeiro]**			Antigo foreiro de casal, trespassou-o a Jorge Fernandes Tabelião de Coimbra	Casal da Fala, Coimbra	Ega, fl. 95v
Vasco	Lourenço					Foi casado com Maria Martins	Falecido; teve casal em Casével	Casével	Ega, fl. 76
Vasco	Pires					Pai de Álvaro Vaz		Cadaval	Ega, fl. 80
				Vigário			Foreiro de terreno junto da igreja	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 87v

3.4. Ega: Antroponímia feminina.

Identificamos no tombo da Comenda de Ega um total de quinze ocorrências do género feminino, três das quais, Inês Rodrigues³⁵⁹, Maria Correia³⁶⁰ e a mulher de Bruges³⁶¹, já teriam falecido em 1508. Corroborando o “anonimato” da mulher, referimos que das quatorze ocorrências femininas, apenas oito (53%) foram identificadas pelo seu nome, percebendo-se a existência de seis mulheres por referência ao marido e uma ocorrência com indicação algo ambígua, que se reportará ao nome do seu familiar mais próximo, pai ou marido, cujo nome não se considerou necessário registar... a mulher de Bruges, entretanto falecida. Detentora de posição social como o título revela temos Dona Branca³⁶², sem outros onomatos, que possuía várias vinhas e terras em Vagos, no termo de Aveiro. Sabemos tratar-se de Dona Branca Coutinho (Corpo Cronológico, Parte II, mç. 2, nº 116), que em Vagos tinha os seus paços; era filha de Vasco Fernandes Coutinho e mulher de Jorge de Melo, mãe de Dona Guiomar Coutinho, que casara com Rui Dias de Sousa, filho de Lopo de Sousa. A sua assinatura autógrafa³⁶³ consta numa procuração onde estipulava o pagamento de 20.000 Réis de tença a Francisco Mendes quantia de que Dona Branca era devedora.

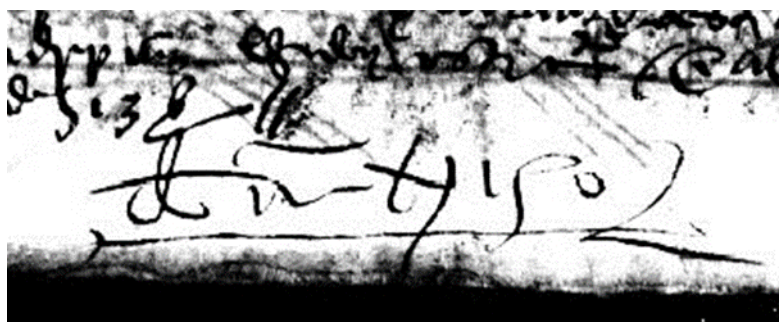


Figura 6 - Fragmento de documento A.N./T.T. - PT/TT/CC/2/28/12.

Em destaque a assinatura autógrafa de Dona Branca Coutinho

Reforçando ainda o “recato” feminino, diga-se que as mulheres recenseadas neste tombo correspondem a 7% do total onomástico referenciado. Seguidamente apresentamos esquematicamente as mulheres identificadas no tombo da Comenda de Ega.

³⁵⁹ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 78.

³⁶⁰ *Idem, ibidem*, fl. 74.

³⁶¹ *Idem, ibidem*, fl. 77.

³⁶² *Idem, ibidem*, fl. 87.

³⁶³ A.N./T.T., PT/TT/CC/2/28/12 – *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 28, nº 12.

Quadro 18 – Nomes femininos mencionados no tombo da comenda de Ega de 1508

**

Nome Próprio	Patronímico	Apelido	Alcunha	Profissão, cargo, ofício	Adjunção tópica	Relação familiar / outra	Situação	Localização	Fonte
Branca (Dona)							Tem vinhas e terras	Vagos, termo de Aveiro	Ega, fl. 87
Constança	Anes						Foreira de terreno	Cerrado das Eiras, Vila de Milho	Ega, fl.86
Inês	Rodrigues						Falecida, antiga foreira de casal	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 78
Margarida	Pires						Foreira de uma almuinha	Lugar de Freiria	Ega, fl. 91 v
Maria	Anes					Cunhada de João Afonso	Foreira de Pardieiro (herança)	Ega	Ega, fl. 73
Maria		Correia					Falecida, antiga foreira de casal	Termo de Ega	Ega, fl. 74
Maria	Martins					Foi casada com Vasco Lourenço	Falecida, antiga foreira de Casal em Casével	Casével	Ega, fl. 76
						Mulher de Afonso do Circo mãe de Martim Afonso			Ega, fl. 77v
						Viúva, foi mulher de Afonso Anes do Carvalho	Foreira de uma vinha	Vinhas Grandes, Vila de Milho termo de Aveiro	Ega, fl. 86 v

						Mulher de Bruges	Falecida, teve casal	Campizes	Ega, fl. 77
						Viúva, foi mulher de Lopo Afonso, tabelião	Foreira de Olival	Caniceira, Coimbra	Ega, fl. 93 v
						Viúva, foi mulher de Gonçalo Freire	Foreira de 1/2 casal	Cadaval	Ega, fl. 80
						Viúva, foi mulher de Martim Bruges	Teve casal	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 79
						Falecida, foi mulher de Martim Vaz	Foreira de uma vinha	Vila de Milho, termo de Aveiro	Ega, fl. 86
Violante		Martins					Foreira de um Pelame e Tendal	Ega	Ega, fl. 73

4. Os dados da toponímia

4.1. Caracterização geográfica do espaço das comendas de Ega e de Soure em 1508.

A toponímia tal como a antroponímia, é um ramo da onomástica, essencial para a interpretação documental do conhecimento das sociedades, assim como das características de povoamento do território, dos conhecimentos agrícolas desenvolvidos, dos acidentes geográficos, fornecendo também informação sobre as características hidrográficas regionais, sendo que a análise de conjunto permite formular hipóteses consistentes acerca das sociedades da época e também de inúmeros aspectos da geografia, da fauna e flora de determinada região.

Desta forma, a nomeação de cidades, vilas, aldeias, casais, herdades e lugares fornecem dados sobre a implantação populacional e da sua concentração no território; percebendo-se também a dinâmica agrícola, da diversidade de culturas, das suas dimensões e do aproveitamento do território; recorrendo à toponímia, consegue-se perceber a diversidade e dimensões dos cursos de água e a sua abundância, se estes são de origem natural ou se foram transformados pelo labor do homem, como os casos dos inúmeros regos, valas, canais, levadas, portos, pontes e fontes.

Comenda de Ega

Pelo que já foi descrito entendemos que, a análise toponímica de textos constitui uma fonte imprescindível, para a melhor compreensão das realidades regionais, facto que é perceptível na análise do tombo da Comenda de Ega de 1508.

Efectuamos na Comenda de Ega, o arrolamento de 468 referências geográficas, agrícolas e hidrográficas, sobre as quais formulamos algumas hipóteses que seguidamente expomos; mencionamos ainda neste inventário, o facto de algumas referências alcançarem o estatuto de topónimos que, num número considerável de casos não desapareceram, continuando a sua função de identificação/localização no século XXI.

De cariz geográfico identificamos setenta e sete referências, sendo 34 indicadoras de elevações do solo³⁶⁴, descrevendo-se montes, outeiros, ribas, vales, cabeços, lombos e uma serra; constatando-se que da anterior nomenclatura de acidentes geográficos, apenas uma, a

³⁶⁴ Não caracterizamos como elevações a referência a 3 adémias, pois segundo Maria Helena Coelho estes fluvissois seriam pequenas elevações não inundáveis em zonas baixas. COELHO, Maria Helena - *O Baixo Mondego...* (1983), p. 4, nt. 2.

serra de João Eanes no termo de Coimbra, parece afigurar-se como detentora de maior altitude; concluímos assim que, o território delimitado pela respectiva Comenda, possuiria características de elevações geográficas, de pouco a moderadamente acentuadas.

Identificamos em menor número (12), covões, valas e um vau que representariam desníveis do solo e onze referências a território plano, enumerando-se como fluviSSolos, cinco várzeas que seriam propícias ao cultivo, duas lezírias, terrenos férteis mas sujeitos a inundações sazonais, dois pauis, terrenos normalmente encharcados, mais o “rio das abertas”³⁶⁵ e duas menções a “terras de campo”³⁶⁶; verificando-se assim um menor número de referências a territórios planície, comparativamente aos que identificam elevações no terreno. Contudo pensamos que a escassez de alusões a territórios planíticos, não é indicadora da carência de territórios com esta tipologia na região, é antes a consequência de uma maior facilidade de identificação de lugares, ao nomear elevações no terreno ou outros acidentes geográficos, cujas particularidades os tornava mais visíveis; assumimos assim que os territórios planos presentes na Comenda de Ega seriam muito superiores às descrições enumeradas no tombo, sendo de considerar que, a acompanhar as fracas elevações, existiriam territórios de planície de dimensões razoáveis.

No que concerne às particularidades materiais do território da Comenda, encontramos dezassete referências alusivas a características de composição material como: ferretosa, lamaeira, lapas, marmoriais, lamas, ribeiro de lamas e cabeça de lamas, sendo que estes se distinguem dos terrenos férteis e cultivados; assim, da constituição material dos terrenos da Comenda, identificamos zonas de abundância de pedra como as “lapas” e os “pedregais”, com pedra mármore os “marmoriais”, zonas inundadas sazonalmente como o topónimo “Lamas”, ou “lamaeira”, “cabeça de lamas” e “ribeiro de lamas”, uma zona de terreno de cor ferrosa³⁶⁷ e um areal em “Águas Maias”, contudo da descrição textual apenas conseguimos perceber a existência de materiais, sendo impossível a sua quantificação. Na página 169, quadro 20 “Ega. Referências geográficas e topónimos”, apresentamos esquematicamente o arrolamento das ocorrências alusivas a características geográficas da Comenda de Ega.

³⁶⁵ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 71.

³⁶⁶ *Idem, ibidem*, fls. 75 e 84.

³⁶⁷ Quanto ao termo “Ferretosa” existem referências que o associam ao topónimo “Fartosa”, povoação do concelho de Penela, cujo significado estaria relacionado com uma fonte de água de sabor ferroso. Disponível em http://freguesiadezambujal.com/conteudos.php?id_ct=11 - Consultado em 20-09-2017.

Comenda de Soure

Identificaram-se na Comenda de Soure 494 referências, das quais 94 possuem características de índole geográfico, servindo as mesmas como instrumento útil, para a caracterização da região.

Assim, em primeiro lugar contabilizamos 33 referências indicadoras de elevações no terreno divididas entre: cabeços, cumeadas, outeiros, lombas, vales, retorta³⁶⁸ e uma serra; número próximo da quantidade de referências identificadas em Ega (37), indiciando características semelhantes, ou seja, com base nos tombos da visitação, a topografia da Comenda de Soure, tal como a de Ega, apresentavam características topográficas de pouco a moderadamente acentuadas.

Diferenciando-se da Comenda de Ega assinalamos um maior número de territórios planos em Soure, 27, (doze em Ega), destacando-se: as abertas, campos, prados, no contexto dos fluvissois, as lezírias e as várzeas. Constatase que o número de referências a territórios planos se aproxima do número de elevações, sugerindo um maior pred m nio dos territórios plan ticos em relação aos territórios mais elevados³⁶⁹.

O território de Soure possui 22 referências ao nível material, possuindo uma forte componente alusiva a terrenos pedregosos (12), dividindo-se por: lapa, l jea, panasqueiras e pedregais; e também de forma significativa quatro referências a territórios constituídos maioritariamente por areias, identificando-se três arneiros e um areal; e a terras de barros cinco referências constituído-se por: Barros (3), Barrosa e o topónimo “Almagreira”, podendo estes últimos factos, o número de areais e de terras de barros, serem indicadores de abundância de  gua. Apresentamos na página 171 a listagem das noventa e quatro referências alusivas aos aspectos geográficos da região no quadro 21 “Soure. Referências geográficas e topónimos”.

4.2. Dinâmica agrícola das comendas de Ega e de Soure.

Comenda de Ega

A análise do tombo da Comenda de Ega sob a perspectiva agrícola, demonstra devido ao seu elevado número de ocorrências que, o “casal” seria a unidade principal no que respeita

³⁶⁸ Por hipótese consideramos o termo “retorta” uma elevação de difícil acesso.

³⁶⁹ Atendendo ao que já foi referido para a Comenda de Ega, acerca da maior facilidade de identificar elevações do que zonas de território plano.

à organização/difusão agrícola da Comenda, assim enumeramos setenta e nove referências de “casais”, cujo aforamento podia ser atribuído em parcelas ou no seu todo, sendo comum a divisão em meios e quartos de casal.

Constata-se que o “casal” é também uma importante fonte toponímica, destacando-se alguns exemplos que permaneceram até aos nossos dias, tal como “Casal do Peixeiro”³⁷⁰, ou que, apesar de se conseguirem ainda relacionar, tenham ao longo do meio século seguinte, adquirido alterações na sua nomenclatura; assim concedemos que, o “Casal da Mata da Serrazina”³⁷¹ e os “Casais de São Fipo”³⁷² tenham evoluído para as povoações de Sarrazina e de São Fipo, o “Casal do Barreo”³⁷³ e os “Casais da Picota”³⁷⁴ correspondam actualmente a dois agrupamentos de casas nomeados por Barreos e Picota, ou a antiga referência de “Casal do Cansado”³⁷⁵, seja a identificação de um monte cuja toponímia actual dá pelo nome de Alto do Cansado.

Verifica-se no que respeita aos “Casais”, referências toponímicas sem correspondência à toponímia actual, no entanto podemos afirmar com alguma segurança que, durante a sua existência almejaram a definição de topónimos, localizando e identificando locais, tais como os que identificamos no quadro 22 “Ega. Casais, toponímia de 1508 e actual”, página 173.

Identificamos ainda um razoável número de casais em que este é associado ao nome de um indivíduo, sendo de considerar que algumas destas ocorrências, apesar de não possuírem correspondência actual, tenham tido o propósito de identificação local e a categoria de topónimos, ocorrências que expomos no quadro 23 “Ega. Casais associados a nomes de indivíduos” (pág. 173).

Acerca das configurações agrícolas identificamos ainda algumas unidades organizativas aparentando possuir dimensões superiores ao casal, referimo-nos às herdades cuja toponímia não resistiu até à actualidade, mas que presumivelmente terão servido como topónimos em 1508, a “Herdade centeira”³⁷⁶, a “Herdade das Franquidas”³⁷⁷, “Herdade de Santa Cruz”³⁷⁸ e quatro ocorrências identificadas apenas por herdade. O tombo de Ega faz ainda alusão a dez

³⁷⁰ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 79.

³⁷¹ *Idem, ibidem*, fl. 73v.

³⁷² *Idem, ibidem*, fl. 98v.

³⁷³ *Idem, ibidem*, fl. 73v.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, fl. 79.

³⁷⁵ *Idem, ibidem*, fl. 74.

³⁷⁶ *Idem, ibidem*, fl. 84v.

³⁷⁷ *Idem, ibidem*, fl. 91v.

³⁷⁸ *Idem, ibidem*, fl. 92.

explorações agrícolas pertencentes à coroa, sendo o “Reguengo de Santa Clara”³⁷⁹ o único cujo nome pode ter aspirado à dimensão de topónimo, não existindo correspondência na actualidade, as restantes ocorrências davam então apenas pelo nome de reguengo.

Coexistiam com os casais, herdades e reguengos, uma diversidade de subdivisões do território cultivado, dos quais já anteriormente referimos a várzeas, lezírias, pauis e as adémias como fluviolosos mais ou menos alagadiços, constituindo-se como terrenos de cultivo estreitamente relacionados com os cursos de água; enumeramos também: almuinhas, cerrados, chãos, cortinhais, courelas, eiras, folha, jeiras, leiras, lôngaras, quintais, souto, talhos e terras. Constatamos que as referências anteriormente descritas são pobres no domínio da toponímia, resultado provável das suas dimensões reduzidas e da sua utilidade organizativa na divisão dos terrenos de cultura, identificando-se alguns topónimos anexos a estas divisões agrícolas, como exemplos refira-se: “courela à do Barril”³⁸⁰ na qual é identificado o topónimo Barril, mas que, não identifica particularmente esta courela, no mesmo contexto referenciamos a “courelas de São Cristóvão”³⁸¹, “chão de Santa Justa”³⁸², “leira de Santa Cruz”³⁸³, entre outras que apresentamos na página 175, quadro 24 “Ega. Configurações agrícolas”, cuja nomenclatura das subdivisões de terrenos cultivados, sobressaem como termos mais utilizados as designações de: terra (35), leiras (26), courelas (23), talhões (18), chãos (9), jeiras (8), cortinhais (6), almuinhas (3), eiras (3), chousa (2), cerrado (2), lezíria (2), quintal (2), adémia (1), campo (1), folha (1), lôngara (1), marinha (1), quintã (1); identificando-se quatro topónimos actuais.

A leitura do tombo de Ega promove a referenciação dos “frutos” da terra e do labor do homem, nesse sentido identificamos culturas de árvores frutícolas como: ameixeiras, chousos, seiçais, figueiras, marmeleiros, olivais e pereiras; como culturas destaca-se a vinha, identificando-se também o linho e em Vagos, no termo de Aveiro, o milho. Com presença razoável assinalamos os canaviais de freixo e de junco, por último referimos a presença do cereal. Também nestes casos algumas referências terão pertencido ao domínio da toponímia, identificando-se topónimos que se mantem actuais, tais como: “Vinhas Grandes”³⁸⁴, actualmente denominada por “Vinha Grande”, “Vale de Figueira”³⁸⁵ agora o lugar de “Vale da

³⁷⁹ A.N./T.T., O.C./C.T., liv. 308, fl. 91v.

³⁸⁰ *Idem, ibidem*, fl. 83v.

³⁸¹ *Idem, ibidem*, fl. 92.

³⁸² *Idem, ibidem*, fl. 93v.

³⁸³ *Idem, ibidem*, fl. 87.

³⁸⁴ *Idem, ibidem*, fl. 86v.

³⁸⁵ *Idem, ibidem*, fl. 93v.

Figueira”, “Aldeia da Ameixeira”³⁸⁶, referente à povoação de “Ameixeira”. Referências que enumeramos na página 178, quadro 25 “Ega. Produção agrícola”.

O levantamento efectuado através da leitura do documento de referências e topónimos respeitantes à componente agrícola da comenda de Ega, revela na nossa perspectiva uma razoável variedade de culturas, sendo muito significativa a presença do cereal³⁸⁷, destacando-se ainda a cultura da vinha, do olival, coexistindo com a razoável produção dos caniçais de freixo e junco. As reduzidas referências a terrenos incultos ou abandonados³⁸⁸, a matos e matas, indicia um território fértil e bem aproveitado, o que serve como indicador do esforço e da organização da comenda, do seu comendador e mesmo acerca da organização/administração da Ordem de Cristo.

Dinâmica agrícola da Comenda de Soure

O casal é também em Soure a unidade agrícola dominante, possuindo 46 ocorrências de onde se destaca o conjunto de dezasseis casais pertencentes à Granja de Alencarça³⁸⁹ e de doze casais em Paleão³⁹⁰ no termo da vila de Soure, seguem-se com 23 resultados as herdades³⁹¹, 8 granjas, dois reguengos, uma coutada e uma quinta³⁹².

Do número total de referências a Casais, identificamos dois topónimos que permanecem actuais ou cujas semelhanças permitam a associação dos termos antigos com a toponímia actual, assim relacionamos os “Casais da Telhada” ao topónimo “Quinta da Telhada” que no presente define um aglomerado de casas no Concelho de Soure; e mantendo quase na totalidade a estrutura da sua nomenclatura, o antigo “Casal Redinho” que no presente designa a povoação de “Casal do Redinho” localizada no mesmo Concelho. Apresentamos os resultados obtidos no quadro 26 “Soure. Casais, toponímia de 1508 e actual” (pág. 180) e no quadro 27 “Soure. Tipologias agrícolas” (pág. 180).

³⁸⁶ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 98v.

³⁸⁷ Atendendo a que as várzeas, lezírias, courelas, leiras, jeiras e terras, seriam terras de forte implantação cerealífera.

³⁸⁸ Aludimos a: maninhos, matos, tojos, mortórios e cardais.

³⁸⁹ A.N./T.T., *O.C./C.T.*, liv. 308, fl. 19.

³⁹⁰ *Idem, ibidem*, fl. 17.

³⁹¹ O termo “herdade” poderia possuir em 1508 a conotação de herdamento ou seja, propriedades herdadas, significado algo diferente da conotação actual que confere a estas propriedades uma maior dimensão e património de elevado valor.

³⁹² Quinta é semelhante ao que na actualidade se denomina por quinta.

A toponímia da Comenda deixa transparecer parcialmente a produção agrícola da região, assim identificamos uma forte componente da cultura da vinha (trinta referências), seguindo-se a produção de azeitona (doze referências a olivais), consideramos também importante a produção de fruta (oito referências a pomares), mais escassas são as referências a terras de cereal ou “terras de pão”, sendo que, as cinco referências existentes não representam a real dinâmica da produção cerealífera da Comenda³⁹³, apontamos ainda com três ocorrências a produção de junco, com duas referências a produção de castanha identificada em dois chousos e de cortiça identificada por dois soberais; por último refira-se a importância do pasto, identificado no tombo pela alusão a oito prados. Apresentamos esquematicamente os resultados coligidos no quadro 28 “Soure. Produção agrícola” página 181. A configuração dos terrenos utilizados para a agricultura assentava na nomenclatura de “terras” com 61 ocorrências, seguindo-se com 59, as “jeiras”; de forma menos significativa identificamos dezasseis “chãos”, treze “courelas” e onze cerrados, com menos de dez ocorrências assinalamos: 8 “folhas”, 7 “valados”, 5 “quintais”, 5 “várzeas”, 4 “hortas”, 4 “longas”, 3 “talhões”, 2 “almuinhas”³⁹⁴, 2 “lezírias”, 2 “relvas”, 1 “colada”, 1 “eira” e um “jardim”.

Por comparação com a Comenda de Ega, verificamos que no contexto das configurações agrícolas, Soure possui um número mais significativo de “cerrados” e “valadas”, sugerindo um maior esforço no acondicionamento/protecção de culturas, indiciando que, a dinâmica agrícola de Soure seria mais produtiva e rentável, resultados que apresentamos no quadro nº 29 “Soure. Configurações agrícolas” página 183.

Identificamos seis topónimos relacionados com as configurações agrícolas, a primeira pertencente em 1508 aos bens de São Mateus, no termo de Soure, denominando-se por “courela ao Casconho”, termo que actualmente se relaciona com a povoação de Casconho no Concelho de Soure; a segunda dava tal como hoje pelo nome de “Relvas”, lugar inserido na Granja do Ulmeiro correspondendo nos nossos dias à povoação de Relvas do Concelho de Montemor-o-Velho; segue-se a “Terra da Magdalena” e as “terras e vinhas que se chama a Magdalena” correspondendo no Concelho de Soure à actual Quinta da Madalena; encontramos referências às actuais povoações de Alencarça de Cima e Alencarça de Baixo no Concelho de Soure, correspondendo em 1508 a “terra do concelho da vila de Alencarça” e “terra dos moradores de Alencarça”; Montemor-o-Velho foi também assinalado no tombo da visitação em “terras de

³⁹³ Identificámos um grande número de tipologias de terreno cuja produção não é referida.

³⁹⁴ Almuinha seria na época considerada como horta, assim podemos considerar na Comenda de Soure a referência a seis hortas.

Montemor”; por último relacionamos o topónimo actual São Pedro, sendo um agrupamento de casas que em 1508 fora identificada por “várzea de S. Pedro” constituída por herdades de cultura de cereal.

4.3. A hidrografia da região e a sua importância na economia local.

Os recursos hídricos são fonte de vida, a água constituiu na Idade Média, factor imprescindível para a fixação e organização das sociedades humanas. De forma mais concreta diga-se que, a abundância/escassez deste recurso natural, determinou nesta época, a fertilidade das terras, a qualidade das culturas, a sua diversidade e a fixação das populações. Os rios foram na Idade Média fontes importantes de pescado, enriquecendo a dieta alimentar das populações vizinhas, acrescente-se também que a presença de cursos de água navegáveis dinamizou as economias locais, na medida em que os rios constituíam a rede viária mais eficiente, sendo mais céleres, económicas e seguras.

A nível regional, destacamos a fulcral importância da hidrografia da Bacia do Mondego, em que se inserem as comendas de Ega e de Soure, no papel de unificação de uma identidade social, criando-se uma estreita relação/dependência entre a extensa rede fluvial e as populações residentes; facto comprovado pela toponímia identificada nos tombos de ambas as comendas, em que se assinalam diversos portos fluviais, pontes e o acondicionamento/encaminhamento artificial das águas através da construção de açudes, canais, levadas, promovendo um eficiente regadio ou mesmo servindo como força motriz de moinhos de água; o “temperamento” do Mondego e dos seus afluentes, provocou frequentemente dissabores às populações locais; referimo-nos em particular ao aumento dos caudais dos rios e o regular alagamento de vastos territórios, contudo as populações provando uma excelente adaptação ao meio, aproveitavam após cada enchente a fertilidade renovada destes territórios; as referências e a toponímia existentes nos tombos das visitas de 1508 corroboram estas práticas, identificando-se como já referido anteriormente, lameiras, barros, pauis, várzeas, lezírias e adémias.

Comenda de Ega

Em Ega identificaram-se sessenta e três referências hidrográficas, sendo de origem natural: os rios, em que se nomeia apenas o Mondego, ribeiros, ribeiras, regueiras, pauis e uma cascata identificada por “monte de Águas Vertentes”; no que respeita a referências de recursos hídricos moldados pelo Homem, identificamos: Açudes, fontes, marinhas, pontes, portos, regos

e valas. Destacamos do total de referências hidrográficas alguns topónimos como o já referido Mondego, “Ferretosa” actual Fartosa, leira e rego do Paul localizados no actual lugar de Paul, “fonte da Ega” em Ega “Ribeiro da Belida” em Belide e “Ribeiro de Lamas” referindo a actual povoação de Lamas no concelho de Miranda do Corvo. No quadro 30 “Ega, Referências hidrográficas”, página 186 apresentamos todas as referências e topónimos com características hidrográficas, identificando nesta categoria quarenta e oito (75%) referências hidrográficas de origem natural e dezasseis (25%) que apresentam alterações introduzidas pelo engenho humano, resultado indicador da abundância de água e da facilidade da populações acederem a este recurso natural durante todo o ano, não se verificando esforço significativo na construção de sistemas de recondução e armazenamento das águas.

Hidrografia da Comenda de Soure

As cento e treze referências de contexto hidrográfico coligidas no Tombo da Comenda de Soure, no ano de 1508, espelham a abundância de água que aí se verificava. A diversidade referencial alude a cursos de água naturais identificando rios, ribeiras, regueiras, cascatas e pauis; o documento deixa também transparecer o esforço do Homem, demonstrando o seu engenho no encaminhamento artificial das águas, nesse sentido assinalamos construções como: açudes, canais, fontes, levadas e uma marinha de sal. Contudo os cursos de água representavam também obstáculos por vezes intransponíveis, obrigando as populações a encontrar soluções, assim destacamos as referências “Barca de Montemor” e “Barcas no Campo” pela utilização de embarcações na transposição dos obstáculos fluviais e de referências a pontes tais como: “Ponte da Azenha”, “Ponte Nova”, “Ponte Pedrinha”, “Ponte da Milhariça”, “Ponte da Cal” entre outras apenas referidas por “ponte”. Com objectivos similares identificamos alguns portos fluviais cuja importância se estendia para além da simples transposição dos cursos de água, servindo como importantes pontos de escoamento de mercadorias, incrementando a economia local; deles destacamos o “Porto da Levada” próximo de Paleão, revelando por hipótese que algumas destas levadas presentes na região, possuiriam dimensões compatíveis com a navegação.

Salientamos que, do total de referências hidrográficas (113), contabilizamos setenta e uma, contendo transformações introduzidas pelo Homem e quarenta e quatro de origem natural³⁹⁵, facto inverso à Comenda de Ega que apresenta mais ocorrências de índole natural; indiciando na Comenda de Soure, maior esforço no tratamento/encaminhamento deste recurso

³⁹⁵ Identificamos duas referências hidrográficas com sentido duplo, natural e artificial.

natural essencial, exigindo assim mais meios humanos e económicos, fazendo supor acerca da maior riqueza de recursos e da superioridade económica da Comenda de Soure em comparação com a Comenda de Ega, referências que esquematizamos no quadro nº 31 “Soure. Referências hidrográficas” página 187.

Por último nas comendas de Ega e de Soure, reunimos os topónimos que permanecem actuais ou cujas semelhanças permitam estabelecer uma relação fiável entre as referências descritas no Tombo de Ega e a actualidade; sendo que, destes topónimos, alguns foram já referidos em tabelas e contextos anteriores, acrescentando-se os que ainda não foram enunciados.

Quadro 19 – Ega e Soure. Reunião de topónimos actuais identificados em 1508

Topónimos actuais	Topónimos 1508	
Alencarça de Cima e de Baixo /POVI.POV/250.250/Soure ³⁹⁶	Granja de Alencarça	Soure, fl.19
Alencarça de Cima e de Baixo /POVI.POV/250.250/Soure	Granja no termo de Alencarça	Soure, fl. 18
Alencarça de Cima e de Baixo /POVI.POV/250.250/Soure	Terra do concelho da vila de Alencarça	Soure, fl. 19
Alencarça de Cima e de Baixo /POVI.POV/250.250/Soure	Terra dos Moradores de Alencarça	Soure, fl. 20
Almagreira/SF/262/Pombal	Caminho que vai para Almagreira	Soure, fl. 13
Alto do Cansado/MTE/250/Condeixa	Casal do Cansado	Ega, fl.74
Ameal/240/SF/Coimbra	Ameal na Freguesia de São Justo	Ega, fl. 81v
Ameixeira/POV/251/Condeixa	Ameixeira Termo de Penela	Ega, fl. 96
Barreos/CAS/250	Casal do barro	Ega, fl.73v
Belide/240/SF/CONDEIXA	Ribeiro da Belida	Ega, fl. 98v
Cadaval grande e pequeno/250/POV/CAS/Condeixa	Cadaval	Ega, fl. 79v
Campizes/250/POVI/Condeixa	Campizes	Ega, fl. 76v
Campizes/250/POVI/Condeixa	Vila Nova de Campizes	Ega, fl. 77v
Casal do Redinho /POVI/240/Soure	Casal Redinho	Soure, fl. 10
Casconho /POVI/250/Soure	Courela ao Casconho	Soure, fl. 31
Casével/240/POVI/Condeixa	Casével	Ega, fl. 75
Casmilo/251/POVI/Condeixa	Casmilo	Ega, fl. 80v
Chamorro/240/REG/Montemor-o-Velho	Chousa de Afonso Chamorro	Ega, fl. 87
Chamorro/240/REG/Montemor-o-Velho	Leira do Casal de Afonso Chamorro	Ega, fl. 86v

³⁹⁶ Como exemplo de interpretação dos quadros relacionados com toponímia diga-se: “Alencarça de Cima e de Baixo /POVI.POV/250.250/Soure” – Topónimo/ descrição/carta militar/Concelho.

Chamorro/240/REG/Montemor-o-Velho	Vinha de Afonso Chamorro	Ega, fl. 86
Coimbra/230/SD/Coimbra	Coimbra	Ega, fl. 81v
Condeixa-a-Nova/251/SF/Condeixa	Casal que foi de João Eanes de Condeixa	Ega, fl. 76
Coselhas/230/POVI/Coimbra	Coselhes	Ega, fl. 93v
Coselhas/230/POVI/Coimbra	Caminho quer vai de Coselhes para Eiras	Ega, fl. 93v
Eiras/230/SF/Coimbra	Caminho quer vai de Coselhes para Eiras	Ega, fl. 93v
Ega/250/SF/Condeixa	Fonte da Ega	Ega, fl. 79v
Ega/250/SF/Condeixa	Vila de Ega	Ega, fl. 70v
Fala/241/POVI/Coimbra	Aldeia da Fala	Ega, fl. 94
Fala/241/POVI/Coimbra	Casal da Fala	Ega, fl. 95v
Fartosa/263/POV/Penela	Casais da Ferretosa	Ega, fl. 91v
Fartosa/263/POV/Penela	Ferretosa Termo do Rabaçal	Ega, fl. 91v
Franquida/263/REG/Ansião	Herdades das Franquidas	Ega, fl. 91v
Furadouro/251/SF/Condeixa	Furadouro	Ega, fl. 81
Granja do Ulmeiro /SF/240/Soure	Granja do Ulmeiro	Soure, fl. 20
Junqueiros/240/REG/Condeixa	Junqueira	Ega, fl. 89v
Lamas/251/SF/Miranda do Corvo	Lamas freguesia de Miranda	Ega, fl. 84
Miranda do Corvo/251/SC/Miranda do Corvo	Miranda	Ega, fl. 85v
Montemor-o-Velho /SC/240/Montemor o Velho	Terras de Montemor	Soure, fl. 21v
Mosqueiro /REG/250/Soure	Ribeiro do Mosqueiro	Soure, fl. 19
Mosqueiro /REG/250/Soure	Ribeiro que vem do Mosqueiro	Soure, fl. 11v
Nossa Senhora do Circo/250/IGR	Santa Maria do Circo	Ega, fl. 98v
Paul /REG/240/Soure	Paul Lugar	Soure, fl. 10
Paul/240/REG/Condeixa	Leira do Paul	Ega, fl. 72
Paul/240/REG/Condeixa	Rego do Paul	Ega, fl. 70v
Peixeiro/251/POV/Condeixa	Casal do Peixeiro	Ega, fl. 79
Picota/250/CAS/Condeixa	Casais da Picota	Ega, fl. 79
Pontes da Cal/PTE/240/Montemor-o-Velho	Ponte da Cal	Soure, fl. 22
Porto Coelho /POV/250/Soure	Ribeiro que vem de Porto Coelho	Soure, fl. 12v
Quimbres/229/POV/Coimbra	Quimbres	Ega, fl. 88v
Quimbres/229/POVI/Coimbra	Adémias de Quimbres	Ega, fl. 90
Quinta da Capa Rota/CAS/250/Soure	Barros de Caparota	Soure, fl. 9
Quinta da Capa Rota/CAS/250/Soure	Caparota	Soure, fl. 8v
Quinta da Capa Rota/CAS/250/Soure	Granja de Caparota	Soure, fl. 9
Quinta da Madalena /CAS/250/Soure	Terra da Madalena	Soure, fl. 5v
Quinta da Madalena /CAS/250/Soure	Terra e vinhas que se chama a Madalena	Soure, fl. 13v
Quinta da Telhada /CAS/250/Soure	Ribeiro que vem da Telhada	Soure, fl. 11v
Quinta da Telhada/CAS/250/Soure	Casais da Telhada	Soure, fl. 11v

Quinta de São Tomé /CAS/250/Soure	Granja de São Tomé	Soure, fl. 10
Quinta do Mogo /CAS/250/Soure	Herdade na mata do Mogo	Soure, fl. 11v
Quinta dos Baceiros /CAS/250/Soure	Herdade dos Baceiros	Soure, fl. 6v
Rabaçal/251/SF/Soure	Rabaçal	Ega, fl. 81v
Redonda/230/POV/Coimbra	Redonda	Ega, fl. 89
Relvas /CAS/240/Montemor-o-Velho (não está no mapa)	Relvas	Soure, fl. 20v
Ribeira de São Tomé /RIB/250/Soure	Ribeiro de São Tomé	Soure, fl. 10
Ribeiro da Milhariça/RIB/250/Soure	Ponte da Milhariça	Soure, fl. 11v
Rio Anços /R/250/Soure	Rio Anços	Soure, fl. 5v
Rio Arunca /R/250/Soure	Rio Cabrunças	Soure, fl. 6v
São Fipo/250/POVI/Condeixa	Casais de São Filipo	Ega, fl. 98v
São Fipo/250/POVI/Condeixa	São Fipo	Ega, fl. 74
São Fipo/250/POVI/Condeixa	Vinhas de São Filipo	Ega, fl. 71
São Pedro/CAS/250 Soure	Várzea de São Pedro é toda em herdade de pão	Soure, fl. 6
São Romão/230/POVI/Coimbra	Casal de São Romão	Ega, fl. 95v
São Silvestre/229/SF/Coimbra	São Silvestre	Ega, fl. 89
Sebal Grande e Pequeno/240/SF/POVI/Condeixa	Casal que foi de Álvaro Gil do Sebal	Ega, fl. 77
Seixal/239/POV/Figueira da Foz	Courela do Seixal	Ega, fl. 83
Serrazina/250/POV/Condeixa	Casal da Mata da Serrazina	Ega, fl. 73v
Tavarede/SF/239/Figueira da Foz	Tavarede próximo da foz do Mondego	Soure, fl. 15v
Vale de Figueiras/230/POV/Coimbra	Olival em Vale de Figueira	Ega, fl. 93v
Vale de Figueiras/230/POV/Coimbra	Vale de Figueira	Ega, fl. 93v
Vale de Paio/263/REG/Ansião	Vale de paio	Ega, fl. 98v
Vila Nova de Anços /SF/250/Soure	Reguengo de Vila Nova	Soure, fl. 9v
Vila Nova de Anços/250/SF/Soure	Vila Nova de Anços	Ega, fl. 98v
Serra de Janeanes/POVI/Condeixa	Serra de João Eanes	Ega, fl. 98v

De um total de oitocentas e quarenta e quatro referências, identificamos nos tombos das comendas de Ega e de Soure, sessenta e um topónimos que permanecem actuais, correspondendo a 7% do seu total.

Conclusão.

Elaboramos o presente estudo antroponímico recorrendo ao auxílio da toponímia, cujo alicerce documental é fundamentado no tombo da visitação manuelino de 1508, sendo o documento um inventário dos bens da Ordem de Cristo na região do Mondego, permitindo a identificação dos seus foreiros e as características dos seus contratos. O objecto de estudo cinge-se no nosso caso às comendas de Ega e de Soure, contudo a riqueza da fonte permite abranger geograficamente áreas mais vastas, facto comum ao espaço temporal que abarca os finais do século XV até meados do século XVI. Salientamos que o nosso trabalho não alcança mais do que uma visão parcelar da sociedade e da economia regional da época, deixando transparecer escassa informação fora do contexto referido.

A Ordem do Templo teve um papel fundamental na formação, defesa e consolidação da nacionalidade, no contexto da cidade de Coimbra e do Vale do Mondego. Soure e Ega fizeram parte da estratégia de D. Afonso Henriques que, concedendo vastos domínios à Ordem, propiciava uma forte e efectiva defesa da cidade de Coimbra. A progressiva evolução fronteiriça do Reino propiciou à região maior estabilidade, assistindo-se progressivamente à despreocupação dos aspectos militares e à valorização da economia regional. Em 1508 os tombos de Soure e de Ega prestam pouca atenção às já abandonadas estruturas militares, em contraponto com as detalhadas descrições das culturas e estruturas passíveis de produzir riqueza.

A formação da Ordem de Cristo está também intimamente relacionada com a monarquia portuguesa. Criada por D. Dinis, a Ordem e seus Mestres desde sempre demonstraram lealdade à coroa constituindo-se como um precioso instrumento nos destinos do Reino, sendo determinante em momentos-chave da nossa História; a proximidade das duas instituições foi para a monarquia objecto da maior atenção e de central interesse na estratégia nacional, culminando no ano de 1496 na união governativa de ambas as instituições sob a égide de D. Manuel.

Inicialmente subordinada à rigidez dos seus votos, a Ordem, por pressão social foi gradualmente afrouxando regras impeditivas da manutenção de bens e da sua transmissão por descendência, tais como os votos de pobreza e de castidade, transformando o ingresso na Ordem e o acesso ao cargo de comendador factor de enriquecimento e maior proximidade à monarquia, cenário que tornou o seu acesso alvo de grande interesse para as linhagens mais distintas do Reino.

Apoiando-se na sua centralidade geográfica, na abundância de cursos de água e na fertilidade das suas terras, as comendas do Vale do Mondego converteram a sua importância militar numa frutuosa dinâmica económica. Particularmente no que respeita às duas comendas estudadas, concluímos que Soure almejava maior dimensão económica e Ega seria de cariz essencialmente rural com escassos traços urbanos, comprovando-se documentalmente que o principal indicador de riqueza assentava na produção de cereal.

Soure foi durante o período da Reconquista destruída diversas vezes, compreendendo-se que perante a ameaça muçulmana proveniente de sul, o crescimento da vila fosse de orientação sul/norte começando no castelo, aproveitando a defesa das suas muralhas, assim como a barreira natural facultada pelo rio Anços. O tombo da Comenda de Soure revela alguns traços urbanos cuja origem remonta ao século XII, época em que foi sede da Ordem do Templo detendo fundamental importância na defesa do território nacional, estruturas como o castelo, igrejas, celeiros, estrebarias e algumas manufacturas nomeadas no tombo da visitação indicam a urbanidade da vila.

O espaço rural da região teria a aparência monocromática das vastas searas cerealíferas, salientando-se algumas manchas verdejantes de olival e de outras árvores de fruto; a região estaria ainda pontilhada por diversos aglomerados populacionais concentrando nas suas proximidades os vinhedos, hortas, quintais cujos produtos tenros necessitavam de maiores cuidados; a paisagem rural seria pois território moldado pelo homem contudo sempre dependente das necessidades específicas de cada produto agrícola; escapando parcialmente à “domesticação” humana do território persistiam ainda algumas matas e terrenos pouco férteis utilizados como pasto para o gado ovino e caprino.

A utilização da antroponímia é um eficiente instrumento para a compreensão da época em estudo, o nome individual de cada indivíduo permitiu retirar ilações acerca de diversos aspectos de índole social como profissões exercidas, estatuto social ou deslocações migracionais ocorridas; recorrendo à imaginação popular as alcunhas forneceram um manancial de informação acerca de características pessoais físicas assim como traços psicológicos menos comuns sendo estas possíveis indicadoras de algumas doenças.

A utilização do patronímico na comenda de Soure é na época superior a 80%, situando-se em Ega acima dos 90%, assim, ressaltando que o universo onomástico estudado é reduzido, concluímos que no ano de 1508 o desuso do patronímico por substituição do apelido não seria ainda “palpável”.

O nome pela primordial necessidade de identificação individual sofreu alterações na sua composição, e com a intenção de desfazer homonímias aglomerou-se ao nome próprio o nome do pai, o patronímico, o apelido, adjunções tópicas, de profissão e a alcunha, mas em Soure constatou-se a utilização máxima de quatro onomatos no nome individual e em Ega apenas três.

João é sem surpresa o nome próprio mais comum seguindo-se os de Pedro e Afonso, contrapondo-se a Manuel, Tomé, André, Antão entre outros, como nomes menos utilizados. No que concerne à sua etimologia verificamos a prevalência dos nomes germânicos, hebraicos e latinos sendo as restantes etimologias pouco significativas. Comprovando a divulgação da fé cristã verifica-se que por vontade dos pais em proteger os filhos, estes eram baptizados com nomes dos santos mais estimados e nomes bíblicos frequentemente referidos nas homilias, sendo os nomes de origem cristã os mais utilizados.

Descortinam-se neste universo onomástico algumas relações familiares chegando a abranger três gerações, avós, pais e netos, conjugação mais evidente em Soure, motivada pelas diversas glosas acrescentadas ao texto de 1508 chegando a ser datadas de meados do século XVI. Dos apodos destacamos *o Azanguinhado, Calado, Ermitão, Gaiteiro* ou *o Vinagre* revelando traços marcantes de personalidade; os de características físicas diferenciadoras como *Abade, Barba Rara, Caiado, Fealho, Grosso, Trigo*; coexistindo com outras alcunhas indicadoras de ofício como *o Cozido, Meirinho* ou atestando a idade do indivíduo apodando-o de *Lourinho, Moço, Menino, Velho* salientando-se neste último caso a utilização de alcunhas duplas, verificando-se a conjugação de *Menino o Moço e Menino o Velho*.

A abordagem à antroponímia feminina foi neste estudo pouco aprofundada sendo o principal motivo a escassez de onomástica feminina, representando aproximadamente 10% do total, facto que se coaduna com a ideia do domínio masculino tão presente na Idade Média, constatamos assim na documentação que mesmo as mulheres nomeadas permaneciam anónimas sendo identificadas pelo nome do marido, sobressaindo as que por estatuto social mais elevado conseguiam fazer prevalecer o seu nome, os casos de Dona Branca, Dona Guiomar de Faria ou Dona Maria Coutinha, fazem prova de que o estatuto social era passível de retirar o género feminino do anonimato.

A interpretação toponímica da documentação estudada, forneceu-nos a ideia de concentração dos bens da comenda de Soure em dois núcleos, o primeiro localizado nesta vila e nos seus arredores, apontando-se na região do Vale do Mondego o segundo núcleo em Vila Nova de Anços prolongando-se até próximo de Montemor-o-Velho; Ega possuía características

de maior dispersão dividindo-se por cinco núcleos, em Ega, em Coimbra, próximo do Rabaçal e de Penela, em Miranda, em Quimbres e Ameal nas duas margens do Mondego.

O território abrangido por ambas as comendas seria constituído por territórios planos conjugando-se de forma equilibrada com elevações fracas ou moderadamente acentuadas, sendo de salientar que o equilíbrio na comenda de Soure devia compor-se de maior extensão de planície. Em Ega coexistiam com terrenos férteis, territórios alagáveis sazonalmente, toponimicamente identificados por lamas e areais, enumerando-se pedregais, lapas e marmoriais sugerindo a abundância de territórios pedregosos, facto mais evidente em Soure onde se enumeram lapas, lágea, panasqueiras e pedregais, notando-se também a presença de alguns territórios alagáveis nomeados por barros.

A unidade agrícola mais comum é denominada por “casal”, o seu elevado número registado em Ega e Soure sugere que esta configuração agrícola seria a base produtiva da região partilhando o espaço com algumas granjas, herdades e reguengos. Utilizava-se, na época, diversa nomenclatura na subdivisão de terras esta era atribuída mediante a configuração do espaço como as “folhas”, “lôngaras”, “leiras”, “jeiras”, e as “courelas”, indicando terras mais ou menos rectangulares que se estendiam em comprimento, distinguiram-se os terrenos vedados com sebes ou pedras denominando-os por “cortinhais” e “cerrados”, sendo os terrenos à partida mais pequenos nomeados por “almuinhas”, “chãos” e “talhos”.

Recorrendo à toponímia conseguimos caracterizar a produção agrícola das comendas, assim percebemos que esta seria diversificada verificando-se a prevalência do cereal logo seguida das culturas da vinha e do olival, identificando-se também culturas de freixo e junco, linho, de castanha, de árvores de fruto, cortiça e dos produtos tenros provenientes das pequenas hortas ou almuinhas.

Os cursos de água foram na Idade Média fonte de riqueza, serviam como importantes vias comerciais, como regadio e fonte de pescado, incrementavam a fertilidade das terras quando sazonalmente galgavam as suas margens. Atestando a importância económica dos cursos de água aludimos à existência de vários portos fluviais na região abrangida pelas duas comendas; distinguimos as referências hidrográficas de origem natural, das que resultaram da intervenção da mão humana, com o objectivo de quantificar o esforço encetado pelas populações no aproveitamento deste recurso natural, concluindo que o labor no encaminhamento, acondicionamento é mais notório em Soure renunciando aí uma maior dinâmica económica. O estudo permite-nos também afirmar que as comendas de Ega e de Soure

possuíam abundância de água, identificando-se diversos rios, ribeiras, valas e particularmente à comenda de Soure a presença de canais e levadas.

Por último diga-se que das oitocentos e quarenta e quatro referências toponímicas mencionadas nos tombos das comendas, relacionamos sessenta topónimos que permanecem actuais, correspondendo a 7% do seu total.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional / Torre do Tombo

Chancelaria de D. Manuel I, Lº 1, fl. 57v; Lº 3, fl. 14v; Lº 6, fl. 47; Lº 8, fl. 64v; Lº 8, fl. 64v; Lº 10, fl. 64v; Lº 12, fl. 43; Lº 14, fl. 39v; Lº 15, fl. 107v; Lº 17, fl. 53 e 102; Lº 23, fl. 47; Lº 24, fl. 41v e 78; Lº 29, fl. 108v; Lº 30, fl. 105v; Lº 31, fl. 149; Lº 32, fl. 32; Lº 37, fl. 84; Lº 38, fl. 66v, 70 e 71; Lº 39, fl. 51; Lº 42, fl. 115v; Lº 43, fl. 33v; Lº 46, fl. 23, 35, 53, 83, 108 e 112.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 11, nº 41; Parte II, maço 28, nº 12; maço 67, nº 1; maço 73, nº 127; maço 82, nº 1; maço 88, nº 66 e 86; maço 94, nº 179; maço 99, nº 54 e 87; maço 102, nº 11; maço 106, nº 155; maço 125, nº 115; maço 127, nº 106; maço 128, nº 126; maço 129, nº 193; maço 130, nº 124; maço 154, nº 3; maço 170, nº 53; maço 188, nº 74; maço 195, nº 176; maço 231, nº 69 e 74.

Fragmentos, caixa 3, maço 2, nº 16 e 25.

Gavetas, Gv. 7, maço 18, nº 4; Gv. 10, maço 10, nº 10; Gv. 16, maço 2, nº 2.

Ordem de Cristo e Convento de Tomar, documentos reais, maço 1, nº 1.

Ordem de Cristo e Convento de Tomar, Lº 303, fls. 16 e 50v.

Ordem de Cristo e Convento de Tomar, Lº 308, fls. 1 a 31v e 70 a 99.

Ordem de Cristo e Convento de Tomar, Lº 312.

Fontes Impressas

GONÇALVES, Iria - *Tombos da Ordem de Cristo: Comendas do Vale do Mondego*, vol. III. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006. 317 p.

Dicionários

AZEVEDO, Carlos A. Moreira - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, J-P. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. 473 p. ISBN 972-42-2416-3.

BLUTEAU, Rafael - *Vocabulário Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botânico, Brasilico, Cómico, Crítico, Chimico, Dogmático, Dialéctico, Dendrológico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero... Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Lisboa: Patriarcal Oficina da Música, vol. 2 e oficina de J. A. da Silva, Suplemento. 1712 - 1728, 10 vols.

FIGUEIREDO, Cândido de – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* [em linha]. (2010), 2164 p. [Consultado desde 20-01-2016]. Disponível em dicionario-aberto.net/estaticos/about.htm

HOUAISS, António; VILLAR, Mauro de Salles - *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2003. 3 vols. ISBN 972-759-664-9

MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. 3º ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. 5 vols. (478, 521, 454, 465, 439 p.).

MACHADO, José Pedro - *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência. 1984. 3 vols. 1502 p.

SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*, vols. II, IV, V e VI. Porto: Livraria Figueirinhas. 1990, 1990, 1992, 1990. (577, 545, 599, 723 p.).

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, 1774-1882; Fiúza, Mário - *Elucidário das palavras, termos e frases* [...]. Porto: Civilização, 1993. 2 vols. (738, 779 p.), ISBN 972-26-0295-0.

Fontes online

Câmara Municipal de Condeixa [em linha]. [Consultado em 11-03-2018]. Disponível em <http://cm-condeixa.pt/turismo/festaseromarias/>

Direcção Geral do Património Cultural [em linha]. [Consultado em 20-12-2016]. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73796>

Direcção Geral do Território [em linha]. [Consultado em 21-01-2018]. Disponível em http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/mapas_on_line/

Freguesia do Zambujal [em linha]. [Consultado em 20-09-2017]. Disponível em http://freguesiadezambujal.com/conteudos.php?id_ct=11

LOUREIRO, Sara – “Reconstituição e análise da documentação produzida por Afonso Mexia, escrivão da Câmara e da Fazenda de D. Manuel I e de D. João III” [em linha]. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 1ª Série nº 9 (2007), pp. 12-49. [Consultado em 12-02-2018]. Disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/91.pdf>

Rede de Informação de Situações de Emergência [Consultado em 18-08-2017]. Disponível em <http://scrif.igeo.pt/asp/toponim.asp>

Estudos

ALARCÃO, Jorge de – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973. 273 p.

ALMEIDA, Fortunato de, 1869-1933; Peres, Damião, 1889-1976 - *História da Igreja em Portugal*. Nova ed. Porto: Portucalense, imp. 1967-imp. 1971. 4 vol.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira; AZEVEDO, Ana Gonçalves de – *Metodologia Científica Contributos Práticos Para a Elaboração de Trabalhos Académicos*. 9ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008. 178 p. ISBN 978-972-54-0212-2.

BARROCA, Mário Jorge - A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do séc. XII. *Portugália revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série, volumes XVII – XVIII (1996/1997), p. 171 – 209.

BARROCA, Mário Jorge - *Do castelo da reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII)*. Lisboa: Comissão portuguesa de História militar. 1994. 72 p.

BARROCA, Mário Jorge - Os castelos dos templários em Portugal e a organização da defesa do Reino no séc. XII. *Acta historica et archaeologica mediaevalia*. Barcelona: Universidade de Barcelona. ISSN 0212-2960, nº22 (2001), 213-228.

BRAGA, Teófilo – O povo português nos seus costumes, crenças e tradições. Lisboa: Livraria Ferreira, 1885. 546 p.

COELHO, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989. 1043 p. ISBN 9789722703369.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Horizontes do Portugal Medieval: Estudos Históricos*. Cascais: Patrimonia Historica, 1999. 404 p. ISBN 972-744-037-1.

CONDE, Manuel Sílvio Alves - *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia Historica, 2000. 694 p. ISBN 972-744-043-6.

CONDE, Manuel Sílvio Alves - *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia Historica, 1996. 329 p. ISBN 972-744-013-4.

CORTESÃO, Jaime – *Portugal a Terra e o Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Tomo III. Lisboa: officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, 1706-1712. 671 p.

COSTA, João Paulo Oliveira e - *D. Manuel I 1469-1521. Um príncipe do Renascimento*. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. 333 p. ISBN 972-42-3440-1.

DIAS, João José Alves - *Chancelarias portuguesas. D. João I*, vol. II, tomo II. Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2005, 312 p.

DIAS, Pedro - *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença (1490-1540)*. Coimbra: Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1982. 483 p.

DIAS, Pedro - *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510 Aspectos Artísticos*. Coimbra: Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979. 212 p.

DUBY, Georges; MICHELLE, Perrot - *História das mulheres no Ocidente*, vol. II. Porto: Afrontamento, 1990-1991. vol. II ISBN 972-36-0319-5.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; PACHECO, Paulo – *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. Lisboa: Edições Colibri, 1997. 555 p. ISBN 972-8288-83-2.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa - *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. Porto: Universidade do Porto, 2009. 354 f. Tese de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento (policopiada).

FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Universidade de Letras do Porto, 2007. 324 f. Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento (policopiada).

FERRO, Maria José Pimenta - *As doações de D. Manuel, duque de Beja, a algumas igrejas da Ordem de Cristo*. Lisboa. 1971.

FONSECA, Luís Adão da – *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Porto: CEPES Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2009. 231 p. ISBN 978-989-95922-6-1.

FONTES, João Luís Inglês – Cruzada e Expansão, A bula Sane Charissimus, *in Lusitânia Sacra*, 2ª série, 7, (1995), p. 403-420.

FRANCO, Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa – *O Couto de Santo Tirso (1432-1516): Antroponímia e socialidade*. 2 vols. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, vol. I 122 f, vol. II 222 f. Mestrado em História Medieval (policopiada).

FREITAS, Bruno Ricardo Bairrão de – *Paisagens do Baixo Mondego: Por um debate acerca de Ega, Arrifana e Picota*. Coimbra: Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015. 186 f. Mestrado em Arqueologia (policopiada).

GOMES, Saúl António – A extinção da Ordem do Templo em Portugal. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra: ISSN 16452259. Nº11 (2011), p. 75-116.

GOMES, Saúl António - A presença das ordens militares na região de Leiria (séculos XII-XV). *In* FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, coord. – *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 1997. 555 p. ISBN 972-8288-83-2.

GOMES, Saúl António – As Ordens Militares e Coimbra Medieval: tópicos e documentos para um estudo. *In* FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, coord. - *Ordens Militares Guerra Religião Poder e Cultura*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 1999. 740 p. ISBN 972-772-080-3, p. 43-72.

GONÇALVES, Iria – Amostra de Antroponímia Alentejana do século XV. *In* GONÇALVES, Iria – *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte. 1998. 239 p. Cap. 3, p. 69-98.

GONÇALVES, Iria – Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média. *In* GONÇALVES, Iria – *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte. 1998. 239 p. Cap. 4, p. 105-129.

GONÇALVES, Iria – Do uso do patronímico na Baixa Idade Média Portuguesa. *In* BARROCA, Mário Jorge (coord.) – *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam, vol. I*. Porto, Faculdade de Letras, 1999, p. 347-363.

GONÇALVES, Iria - O Corpo e o Nome - o Nome e o Gesto, (notas de antroponímia medieval). *in* BUESCU, Ana Isabel, coord.; SOUSA, João Silva de; MIRANDA, Maria Adelaide - *O Corpo e o gesto na civilização medieval*. (2006). Actas do encontro (11-13 de Novembro de

2003). Lisboa: Edições Colibri/ Instituto de Estudos Medievais da FCSH-UNL, 2006. 357 p. ISBN 972-772-608-9.

GONÇALVES, Iria - *Maria, Catarina e Tantas Outras. Ensaio de Antroponímia Medieval*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. 2013. 231 p. ISBN 978-989-97689-0-1.

HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho – *O Tombo do Hospital e Gafaria do Santo Espírito de Sintra*. Cascais: Patrimonia Historica, 1997. 219 p. ISBN 972-744-022-3.

HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho – *Antroponímia e Sociedade na Região do Médio-Tejo Português: Torres Novas nos Inícios de Quinhentos*, Tomo I: Estudo; Tomo II: Edição da fonte documental - *O Tombo das Capelas de Torres Novas*. Salamanca: Universidade de Salamanca, Faculdade de Geografia e História, 2014, 965 f. Tese de Doutoramento, (policop.)

HOMEM, Maria Isabel Miguéns de Carvalho – *Antroponímia e Sociedade na Região do Médio-Tejo Português*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2017. 335 p. ISBN 978-989-658-469-6.

HORMIGO, José Joaquim. M. - *As visitas da Ordem de Cristo em 1505 e 1537*. Amadora: Edição do Autor. 1981. 35 p.

JANA, Ernesto José Nazaré Alves - A actuação dos D. priores da Ordem de Cristo durante o século XVI. Actas do IV encontro sobre ordens militares, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*. Lisboa: Edições Colibri. 2005. 1092 p. ISBN 972-772-528-7.

LE GOFF, Jaques - *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. I, 2ª ed. Lisboa: Ed. Estampa, 1983. 308 p.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal antigo e moderno: dictionário geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 12 volumes, 1880.

Marques, A. H. de Oliveira - *Chancelarias portuguesas: D. João I*. Vol. II, tomo II. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005. 312 p.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa: Edições Cosmos, 1978. 352 p.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes - O litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das igrejas de Ega, Redinha e Pombal. *In Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria: 1983 [Actas]. Leiria, Câmara Municipal, 1987, pp. 347-366.

MATOSO, António Maria Vieira de Mancelos - *Subsídios para o estudo das comendas da Ordem de Cristo de Soure e Ega*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1970. Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada).

MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, vol. I – Oposição*. 4.^a ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. 459 p. ISBN 972-33-0036-2.

MATTOSO, José - *História de Portugal: A Monarquia Feudal* vol. II, Lisboa: Estampa, 1994. 556 p. ISBN 972-33-0919-X.

MENDONÇA, Manuela, M. - As Ordens de Cristo e de Santiago nos primórdios da Expansão Portuguesa (séculos XIV-XV), *in Amar, Sentir e Viver a História - Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa: Edições Colibri, 1995, vol. II, p. 859 - 884. ISBN 972-8288-01-8

MONTEIRO, Eduardo Filipe - *O Património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder*. Porto: Universidade do Porto, 2014. 117 f. Mestrado em Estudos Medievais (policopiada).

OLIVEIRA, Luís Filipe, coord. – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, 2016, 246 p. ISBN 978-989-689-588-4.

PEREIRA, Emanuel Cardoso – *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média. Relações de Dependência e de confronto dos séculos XII a XIV*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. 177 f. Mestrado em Estudos em História Medieval e do Renascimento (policopiada).

PONTE, Salete da - Achegas para a carta arqueológica de Tomar. *Portugália revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Nova Série, volume XVI, 1995, p. 291-309.

REVEZ, Ana Lima - Trabalhos arqueológicos no projeto de recuperação do Paço da Ega (2007-2009). *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250, nº 12 (2012), p. 41 – 58.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Herman – *Geografia de Portugal III. O Povo Português*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1989. 946 p. ISBN 9789729230189.

RIBEIRO, Orlando – *Introduções Geográficas à História de Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Edições Sá da Costa, 2001. 222 p. ISBN 9729230625.

RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 6ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991. 189 p. ISBN 972-569-320-7.

ROMÃO, João Maia - *No encalço do passo do Homem medieval: as vias de comunicação do antigo termo e atual concelho de Tomar*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012. 240 f. Dissertação de Mestrado em Arqueologia (policopiada).

ROSA, Amorim - *História de Tomar*, 2 volumes, 1.º vol. (1.ª edição), Gabinete de Estudos Tomarenses, 1965. (2.ª edição), Fabricas Mendes Godinho, SA - Tomar, 1988. 2.º vol. Edição da Assembleia Distrital de Santarém, 1980.

SANTOS, José Maria Simões dos – D. Frei Gonçalo de Sousa, comendador-mor da Ordem de Cristo, Cadernos Barão de Arêde. *Revista do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho*, nº 3 Janeiro-Março, 2015 (ed. digital), pp. 98-130.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Nova História de Portugal. Das invasões germânicas à “Reconquista”*, vol. II. Lisboa: Editorial Presença. 1993. 449 p. ISBN 972-23-1719-9.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Nova História de Portugal. Portugal em definição de Fronteiras (1096 – 1325) Do Condado Portucalense à crise do Século XIV*, vol. III. Lisboa: Editorial Presença. 1996. 858 p. ISBN 972-23-2039-4.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal. Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV. Lisboa: Editorial Presença. 1987, 662 p.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V. Lisboa: Editorial Presença. 1996, 910 p. ISBN 9789722322959.

SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e - Uma dinâmica política concertada: D. Manuel administrador da Ordem de Cristo e Rei de Portugal. Actas do IV Encontro sobre Ordens

Militares. In FERNANDES, Isabel Cristina, coord. - *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do Mundo Ocidental*. Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005. 1092 p. ISBN 972-772-528-7

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e - A Ordem de Cristo (1417-1521). *Militarium Ordinum Analecta*. Porto: Instituto de Documentação Histórica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. ISSN 0874-003, nº 6 (2002), 503 p.

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e - A Ordem de Jesus Cristo. *Revista Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Nº 17 (Março 1994), p. 20 - 24.

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e - As comendas novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina. in *Militarium Ordinum Analecta* nº 11. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. 2009. ISBN 978-989-95922-6-1. p. 105-118.

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e – *Soure: uma mui antiga terra da Estremadura*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Câmara Municipal de Soure, 1996, 38 p.

SOUSA, António Caetano de – *Provas da Historia genealogica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé: e offerecida a El Rey D. João V...* / por Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular...; tomo II (1739) - Lisboa Occidental : na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1735-1749. - 12 tomos em 13 vol.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Ordens Religiosas em Portugal das Origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. 592 p. ISBN 9789722414333.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de - Ser freire, ser comendador: As consequências sociais da ascensão institucional in Isabel Cristina F. Fernandes (coord.). *As ordens militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, vol. 2. Palmela, 2012, p. 599-615.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de - Modelos e sociabilidades. Nobreza e Ordens Militares (séculos XIV e XVI). São Paulo, In *Actas do Colóquio Luso-Brasileiro: Monarquia e Ordens Militares*, 2012. p. 1-22.

VASCONCELOS, Frazão - O primeiro mapa impresso em Portugal. *Arqueologia e História*, vol. VIII. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. (1929), p. 27-33.

VASCONCELOS, José Leite de - *Antroponímia Portuguesa*. 2^a ed. fac-similada. Lisboa: Arquimedes Livros, 2005. 659 p. ISBN 97-2891704-X.

VICENTE, Maria da Graça Antunes Silvestre – *Entre Zêzere e Tejo Propriedade e Povoamento (séculos XII-XIV)*. Lisboa: Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013. 616 f. Tese de Doutoramento em História Medieval (policopiada).

Anexos

Quadro 20 – Ega. Referências geográficas e topónimos

REFERÊNCIA	TOPÓNIMOS E TIPOLOGIA ACTUAL	PERFIL GEOGRÁFICO	FONTE
Adémias			90
Adémias das Ribas		Elevação	90v
Adémias de Quimbres	Quimbres/229/POV/Coimbra		90
Cabeça do Pedrogão		Elevação	98v
Casais da Ferretosa	Fartosa/263/POV/Penela	Material	91v
Casal do Barreo	Barreos/CAS/250/Condeixa	Material	73v
Seçal em um areal em Águas das Maias		Material	94v
Chão em vale de Tinho		Elevação	95
Courela do Lombo		Elevação	82
Courela do Lombo da Eira		Elevação	82v
Courela do Lombo da Junceira		Elevação	82
Courela do Seixal	Seixal/239/POV/F. da Foz	Material	83
Cova do Homem		Desnível	92
Covão das Fontainhas		Desnível	85
Covões Feitosos		Material	98v
Ferretosa, termo do Rabaçal	Fartosa/263/POV/Penela	Material	91v
Ferretosa	Fartosa/263/POV/Penela	Material	92v
Lamaeira		Material	95
Lamas freguesia de Miranda	Lamas/251/SF/Miranda do Corvo	Material	84
Lapa (3)		Material	84v, 71, 98v
Leira do Paul	Paul/240/REG/Condeixa	Plano	72
Leira dos Covões do Macho		Desnível	85
Leira na Lamaeira		Material	95
Lezírias		Plano	82v
Lombo da Sé		Elevação	94v
Marmoriais		Material	70v
Monte (6)		Elevação	71v, 73, 83v, 89v, 90v, 94v
Monte Águas Vertentes		Elevação	71v
Monte maninho		Elevação	94
Monte Ruivo		Elevação	85
Monterroio onde era a Judiaria		Elevação	92v

Montes maninhos		Elevação	95
Outeiro da vinha		Elevação	83v
Pedregais		Material	85v
Porto da Lezíria Grande		Plano	71v
Rego da Alagoa		Desnível	87
Rego do Paul	Paul/240/REG/Condeixa	Desnível/plano	70v
Riba de São Justo		Elevação	83v
Ribeiro de Lamas	Lamas/251/SF/Miranda do Corvo	Material	84v
Rigueira do Monte		Elevação	71
Rigueira do Monte		Elevação	71v
Rio das Abertas		Plano	71
Serra de João Eanes, termo de Coimbra	Serra de Janeanes/251/POVI/Condeixa	Elevação	98v
Serrada da vala		Desnível	89v
Talho nos Pedregais		Material	85v
Terra do Monte		Elevação	90v
Terras do Campo		Plano	75
Terras do Campo		Plano	84
Terras do Monte (2)		Elevação	75, 84
Vale de Colmeias		Elevação	82v, 84
Vala (4)		Desnível	83, 83v, 90, 90v
Vala onde corre água no Inverno		Desnível	94v
Vale		Elevação	83
Vale da Amorosa		Elevação	98v
Vale da Cobra		Elevação	81v
Vale de Figueira	Vale de Figueiras/REG/230/POV/Coimbra	Elevação	93v
Vale de Paio	Vale de Paio/263/REG/Ansião	Elevação	98v
Vale de Tinho		Elevação	95
Vale do Freire		Elevação	95
Várzea da Mata		Plano	71v
Várzea de Cabeça de Lamas		Plano	85
Várzea de Cima		Plano	71
Várzea de Fundo		Plano	71
Várzea do Freixial		Plano	71
Vau		Desnível	83

QUADRO 21 – Soure. Referências geográficas e topónimos

Referência	Topónimos e tipologia actual	Perfil Geográfico	Fonte
Aberta (3)		Plano	7v, 8, 9v
Aberta de Couvieiros		Plano	8
Aberta que vem de São Mateus		Plano	6
Arneiro		Material	7v
Arneiros do Casal de Flores		Material	12v
Barro		Material	7v
Barros de Caparota	Quinta da Capa Rota/CAS/250/Soure	Material	9
Barros isentos		Material	8
Cabeços		Elevação	7v
Caminho que vai para Almagreira	Almagreira/SF/262/Pombal	Material	13
Campo (2)		Plano	9, 9v
Campo de Mondego		Plano	20
Campo de Soure		Plano	21
Campo do Craveiro		Plano	10
Carreira do Vau		Desnível	21
Cerrado em prado		Plano	13
Courela na Barrosa		Material	31
Courelas de Panasqueiras que foram vinhas		Material	14v
Cumiada (4)		Elevação	8v, 18v, 18v
Cumiada do Baçaco		Elevação	9
Cumiada do Monte		Elevação	8
Cumieira		Elevação	9v
Lagea		Material	19
Lapa		Material	30v
Lezíria no Porto do Açude		Plano	30v
Lezíria pequena		Plano	31v
Lomba		Elevação	10
Monte (5)		Elevação	8, 9v, 10, 11, 18
Monte Água Vertente		Elevação	8
Monte maninho		Elevação	19
Montes maninhos		Elevação	12v
Outeiro		Elevação	8v
Outeiro Pequeno		Elevação	18
Panasqueira		Material	5

Panasqueira		Material	
Panasqueira da Ordem (2)		Material	13, 13v
Panasqueira do Prado		Material	5
Panasqueira que chamam Anta do Judeu		Material	14v
Panasqueira que foi vinha		Material	15
Pedregal (2)		Material	14v, 15v
Prado (3)		Plano	5v, 13v, 5
Prado da Ordem		Plano	12v
Prado do Cangado		Plano	6v
Prados		Plano	4v
Retorta		Elevação	14
Rigueira que vem do monte		Elevação	7
Rostelhão que é várzea		Plano	9v
Rua do Areal		Material	4v
Serra		Elevação	19
Terra de arneiros		Material	9v
Terra no paul que se chama Campo Craveiro		Plano	9v
Terras do Campo		Plano	20v
Terras do Monte		Elevação	20v
Torroal		Material	22
Vala		Desnível	9
Vala das longas		Desnível	10v
Vala de Couvieiros		Desnível	9v
Valada da água		Desnível	21
Valado (2)		Desnível	10v, 11
Valado da Ordem		Desnível	19
Valado Velho		Desnível	18
Valado Velho		Desnível	20v
Vale (3)		Elevação/Desnível	7v, 8v, 18v
Vale de Estevão Grosso		Elevação/Desnível	10v
Vale de Flores		Elevação/Desnível	12
Vale de Sacarrabos		Elevação/Desnível	18
Vale do Barçal		Elevação/Desnível	17
Vale do Lameiro		Elevação/Desnível	20v
Vale dos Asnos		Elevação/Desnível	18v
Vale que foi vinha		Elevação/Desnível	7v
Valo antigo		Desnível	9
Várzea da Orjariça		Plano	17
Várzea de São Pedro		Plano	6
Várzea de São Pedro é todas em herdade de pão		Plano	6
Várzea no Sopegal		Plano	6

Quadro 22 – Ega. Casais, toponímia de 1508 e actual

Referência	Topónimo/ localização e tipologia actual	Fonte
Casal (4)		86, 87, 84, 85v
Casal Coelheiro		98v
Casal da Correia		73v
Casal da Costa		73v
Casal da Fala	Fala/241/POVI/Coimbra	95v
Casal da Maia		80
Casal da Monja		73v
Casal da Mostra termo de Penela		96
Casal da Pequeira		74
Casal da Priorosa		76v
Casal da Quintã		96
Casal da Rabeja		79
Casal da Ribeira		79
Casal da Robalia		74
Casal das Torres do Bairro		95v
Casal de São Romão	São Romão/230/POVI/Coimbra	95v
Casal do Angarnal		74
Casal do Casal		76
Casal do Claro		80
Casal do “Estorceo”		74
Casal do Orvalho		74
Casal dos Mortos		74
Casal no campo de Pitança		94
Casal nos Casais		74v
Casal que se chamava Vila Real		74v

Quadro 23 – Ega. Casais associados a nomes de indivíduos

Referência	Topónimo/ tipologia actual	Fonte
Casal que foi de Salomão		73v
Casal da Correia		73v
Casal da Costa		73v
Casal que foi de Maria Correia		74
Casal de Bartolomeu		74v
Casal que foi do corregedor		75v

Casal que foi de João Ramalho		75v
Casal que foi de Martim Anes		75v
Casal que foi de João Soudo		75v
Casal que foi de Afonso Giraldo		75v
Casal que foi de Diogo Gil		75v
Casal que foi de Gonçalo Lourenço		75v
Casal da Prioressa		76v
Casal que foi de Vasco Lourenço		76
Casal que foi de João Eanes de Condeixa	Condeixa-a-Velha/251/SF/Condeixa	76
Casal que foi de João Ramalho		76
Casal que trazia Afonso Martins		76
Casal que foi de João Ramalho		76
Casal que foi de João Guilhote		76v
Casal que foi de Álvaro Gil do Sebal		77
Casal que traz João Preto		77
Casal de Pêro Fernandes		77
Casal de Vasco Alvares		77v
Casal de Martim Afonso		77v
Casal e meio de Vasco Alvares e João		77v
Casal de Vasco da Costa		77v
Casal de Martim Afonso		78
Casal de João Jorge		78
Casal de Martim Afonso		78
Casal de Simão Dias		78
Casal de Diogo Rodrigues		78
Casal de Diogo Rodrigues		78
Casal de Luís Dias		78
Casal de Gonçalo Rodrigues		78v
Casal de Martim Afonso		78v
Casal de Diogo Rodrigues		78v
Casal de Domingos Rodrigues		78v
Casal de Gonçalo Rodrigues		78v
Casal de Pêro Fernandes e João		78v
Casal de Afonso Eanes		79
Casal de Álvaro Vaz		80
Casal de Álvaro Mendes		80
Casal da mulher que foi de Álvaro		80
Casal de João Freire		80
Casal de João Menino o Moço		80v
Casal de Pedro Eanes		80v
Casal de João Cristóvão		80v
Casal de Afonso Eanes		80v
Casal de Pêro Tomé		80v
Casal de João Menino		80v
Casal de Álvaro Eanes		81
Casal de Rodrigo Eanes		81

Casal de Duarte Vaz		81
Casal de Sancha Gil		81v
Casal de Fernando Martins Caseiro		96
Leira do Casal de Afonso Chamorro		86v
Casal de João Gonçalves		87v
Casal de João Eanes		87v
Casal de João de Soure		98v

Quadro 24 – Ega. Configurações agrícolas

Referência	Topónimo/ localização e configuração actual	Divisão	Fonte
Adémias das Ribas		Adémia	90v
Almuinha da Abadessa		Almuinha	82
Almuinha em canavial		Almuinha	74v
Almuinhas		Almuinha	91v
Campo da Alagoa do Freire		Campo	89
Cerrado das Eiras		Cerrado	86
Cerrado Velho		Cerrado	70v
Chão (2)		Chão	72v, 83v
Chão de Afonso Pires		Chão	88
Chão de João Fernandes		Chão	87
Chão de João Rodrigues ferrador		Chão	93v
Chão de santa Justa		Chão	93v
Chão de Santo Tirso		Chão	94v
Chão em Horta		Chão	75
Chão em vale de Tinho		Chão	95
Chousa de Afonso Chamorro		Chousa	87
Chouso cerrado		Chousa	84v
Cortinhal (5)		Cortinhal	73, 82, 92v 93v, 95v
Cortinhal de João de Beja		Cortinhal	93v
Courela (9)		Courela	73, 82v, 83, 83v, 84v
Courela à do Barril		Courela	83v
Courela abaixo das Cruzes		Courela	82v
Courela da Meã		Courela	82v
Courela do Linhal		Courela	82
Courela do Lombo		Courela	82
Courela do Lombo da Eira		Courela	82v
Courela do Lombo da Junceira		Courela	82
Courela do Remendinho		Courela	82

Courela do Remolhão		Courela	82v
Courela do Salão		Courela	82v
Courela do Seixal		Courela	83
Courela do Torviscal		Courela	83
Courela nas vinhas		Courela	83
Courelas de São Cristóvão		Courela	92
Eira (2)		Eira	86, 87, 93v
Folhas		Folha	92
Jeira (8)		Jeira	94v, 89v, 91, 94v, 94
Jeiras no Alvim		Jeira	89v
Leira (2)		Leira	87v, 90v
Leira ao Rodelinho		Leira	86v
Leira da Casa		Leira	83v
Leira da Figueira do Outeiro		Leira	84v
Leira da Fonte do Cafario		Leira	85
Leira da Fonte do Freixo	Freixo/240/REG/Condeixa	Leira	85
Leira da Ponte		Leira	84v
Leira da Vinha		Leira	83
Leira das Figueiras		Leira	84v
Leira de Gonçalo Eanes Tecelão		Leira	88
Leira de João Fernandes		Leira	87v
Leira de Santa Cruz		Leira	87
Leira de terra		Leira	94v
Leira de Terra de Jorge Anes		Leira	87v
Leira do Açude		Leira	71v
Leira do Caniçal		Leira	72
Leira do Cardal		Leira	85
Leira do Casal de Afonso Chamorro		Leira	86v
Leira do Espinheiro		Leira	84v
Leira do Paul	Paul/240/REG/Condeixa	Leira	72
Leira do Pomar		Leira	71v
Leira dos Covões do Macho		Leira	85
Leira na Lamaeira		Leira	95
Leira na Ramalhoa		Leira	87
Leira na Silveira		Leira	86v
Lezírias		Lezíria	82v
Lôngaras na Brenha		Lôngara	94v
Marinha da Ordem Entupida		Marinha	87
Porto da Lezíria Grande		Lezíria	71v
Quintã		Quintã	95
Quintal		Quintal	75
Quintal de João Gonçalves		Quintal	87v
Talho (5)		Talho	85, 85v, 87v, 94
Talho da Eira		Talho	85v
Talho de Vinha de Afonso Alvares Tamborileiro		Talho	88v

Talho de Vinha de Afonso Eanes		Talho	88v
Talho de Vinha de Afonso Eanes Condo		Talho	88
Talho de Vinha de Gonçalo Gomes		Talho	87v
Talho de Vinha de João Afonso		Talho	88
Talho de Vinha João Alvares Caeiro		Talho	88
Talho no Cardal		Talho	85
Talho nos Pedregais		Talho	85v
Talhos de São Cristóvão		Talho	92
Talhos de olival		Talho	94
Talhos de Vinha de Gonçalo Fernandes		Talho	88
Talhos de Vinha de Pedro Eanes		Talho	88
Terra (4)		Terra	84, 86v, 89v, 95
Terra com sua eira		Terra	86v
Terra das Encurtas		Terra	71v
Terra das Marinhas		Terra	91v
Terra de Afonso Pais		Terra	94v
Terra de André Gonçalves		Terra	86v
Terra de Diogo Arvelo		Terra	89
Terra de Domingos Pires		Terra	88
Terra de Dona Branca		Terra	87
Terra de El Rei		Terra	89
Terra de Gonçalo Eanes Tanoeiro		Terra	88
Terra de Gonçalo Gomes		Terra	87v
Terra de João Afonso		Terra	88
Terra de João de Arouca		Terra	95
Terra de João Fernandes (2)		Terra	86v
Terra de Lorvão		Terra	94v
Terra de Pão no Tojal		Terra	86v
Terra de Santa Cruz		Terra	86v
Terra de Santa Cruz		Terra	94
Terra de São Salvador		Terra	94v
Terra de São Silvestre	São Silvestre/229/SF/Coimbra	Terra	89
Terra de Soeiro Coelho		Terra	94v
Terra do Monte		Terra	90v
Terra do Vigário		Terra	87v
Terra na Freiria		Terra	90
Terra que foi do Azanguinhado		Terra	94v
Terras da Alampada		Terra	78v
Terras de Arouca		Terra	94v
Terras de São Miguel		Terra	92
Terras do Campo (3)		Terra	75, 84, 95
Terras do Monte (2)		Terra	75, 84
Várzea da Mata		Várzea	71v
Várzea de Cabeça de Lamas	Lamas/251/SF/Miranda do Corvo	Várzea	85

Várzea de Cima		Várzea	71
Várzea de Fundo		Várzea	71
Várzea do Freixial		Várzea	71

Quadro 25 – Ega. Produção agrícola

Referência	Topónimo/ localização e configuração actual	Divisão	Fonte
Aldeia da Ameixieira	Ameixieira/251/POV/Condeixa	Ameixieira	98v
Almuinha em canavial		Canavial	74v
Ameal	Ameal/240/SF/Coimbra	Amieiro	86v
Ameal na Freguesia de São Justo	Ameal/240/SF/Coimbra	Amieiro	81v
Ameixieira Termo de Penela	Ameixieira/251/POV/Condeixa	Ameixieira	96
Bacelo		Vinha	86
Cabo do Marmelal		Marmeleiro	71v
Canaveal		Canavial	91
Canaveal na Caram da Aberta		Canavial	90v
Caniceira		Canavial	93v
Casal da Mata da Sarrazina	Serrazina/250/POV/Condeixa	Mata	73v
Casal de Vila de Milho		Milho	88v
Casal do Castanhal		Castanheiro	79
Casal do Perinho		Perinho	74
Seiçal de Santo Tirso		Seiçal	94v
Seiçal em um areal em Águas das Maías		Seiçal	94v
Courela do Linhal		Linho	82
Courela do lombo da junceira		Junco	82
Courela nas vinhas		Vinha	83
Figueira Velha em Coimbra		Figueira	93v
Freixial		Freixo	71v
Herdade centeira		Cereal	84v
Junqueira	Junqueiros/240/REG	Junco	89v
Lata de Vinha		Vinha	86
Leira da Fonte do Freixo		Freixo	85
Leira da Vinha		Vinha	83
Leira das Figueiras		Figueira	84v
Leira do Caniçal		Canavial	72
Leira do Pomar		Pomar	71v
Mato Maninho		Maninho	93v
Monte maninho		Maninho	94
Montes maninhos		Maninho	95
Olival com 300 oliveiras		Oliveira	91
Olival da Mulher que foi de Afonso Tabelaio		Oliveira	93v
Olival de Afonso Eanes Barbeiro		Oliveira	93v

Olival de Henrique da Parada		Oliveira	93v
Olival de João de Coimbra		Oliveira	93v
Olival em Vale de Figueira	Vale de Figueiras/REG/230/POV/Coimbra	Oliveira	93v
Olival Pedação		Oliveira	93v
Outeiro da vinha		Vinha	83v
Pereira		Pereira	94
Pomar		Pomar	75
Rigueira da Freixieira		Freixo	77v
Rigueira do Prado		Prado	72
Silveira		Silveira	86v
Souto que já foi vinha		Castanheiro	85v
Talho de Vinha de Afonso Alvares Tamborileiro		Vinha	88v
Talho de Vinha de Afonso Eanes		Vinha	88v
Talho de Vinha de Afonso Eanes Condo		Vinha	88
Talho de Vinha de Gonçalo Gomes		Vinha	87v
Talho de Vinha de João Afonso		Vinha	88
Talho de Vinha João Alvares Caeiro		Vinha	88
Talho no Cardal		Cardo	85
Talhos de olival (4)		Oliveira	94
Talhos de Vinha de Gonçalo Fernandes		Vinha	88
Talhos de Vinha de Pedro Eanes		Vinha	88
Tojal		Tojo	86v
Vale de Figueira	Vale de Figueiras/230/POV/Coimbra	Figueira	93v
Várzea da Mata		Mata	71v
Várzea do Freixial		Freixo	71
Vila de Milho Termo de Aveiro		Milho	86
Vinha (7)		Vinha	72, 86, 87v, 95, 87v
Vinha com oliveiras		Vinha	93v
Vinha da mulher que foi de Afonso Anes		Vinha	86v
Vinha de Afonso Chamorro		Vinha	86
Vinha de Afonso Gonçalves		Vinha	87v
Vinha de Afonso Rodrigues		Vinha	88
Vinha de Cristóvão Lourenço		Vinha	93v
Vinha de Dona Branca		Vinha	87
Vinha de Gonçalo Eanes tecelão		Vinha	88
Vinha de Henrique da parada		Vinha	93v
Vinha de João Afonso		Vinha	86
Vinha de santa Cruz		Vinha	86v
Vinha do caniçal		Vinha	74v
Vinha que foi de Afonso Rodrigues		Vinha	86v
Vinha que foi de Pêro Gonçalves		Vinha	86v
Vinha que foi de Pêro Gonçalves		Vinha	86v

Vinhas de São Filipo	São Fipo/250/POVI/Condeixa	Vinha	71
Vinhas Grandes lugar		Vinha	86v
Vinhas Queimadas		Vinha	73
Vinhas Velhas		Vinha	71v

Quadro 26 – Soure. Casais, toponímia de 1508 e actual

REFERÊNCIAS	Topónimo / Tipologia Actual	Fólio
Casais em Paleão (12)		17
Casais na Granja de Alencarça (16)		19
Casais da Telhada	Quinta da Telhada/CAS/250/Soure	11v
Casal (2)		12, 23
Casal das Covas da Raposa		18
Casal de Benavella		8v
Casal de Galinhas		11
Casal do Mato		19
Casal do Penedo		12
Casal Inteiro traz Braz Anes		23v
Casal Novo		10
Casal que se chama o Arrepiado		17
Casal Redinho	Casal do Redinho /POVI/240/Soure	10
Casal Traz Gomes Anes		23
Casal traz João Alvares		23v
Casal traz Lourenço Anes		23v
Meio casal que traz Afonso Fernandes		24
Meio casal que traz Fernando Rodrigues		23v
Meio casal que traz Isabel Dias		24
Meio casal que traz João Afonso		24
Meio casal que traz João Braz		24
Meio casal que Traz Rodrigo Eanes		24

Quadro 27 – Soure. Tipologias agrícolas

Referências	Topónimos actuais e localização	Fonte
Casais na Granja de Alencarça (16)		19
Granja com 7 vinhas		22v
Granja de Alencarça	Alencarça de Cima e de Baixo /POVI.POV/250.250/Soure	19
Granja de Caparrota	Quinta da Capa Rota/CAS/250/Soure	9
Granja de São Tomé	Quinta de São Tomé /CAS/250/Soure	10
Granja do Ulmeiro	Granja do Ulmeiro /SF/240/Soure	20

Granja no termo de Alencarça	Alencarça de Cima e de Baixo /POVI.POV/250.250/Soure	18
Herdade (4)		6v, 10, 10v, 11v
Herdade de Argemundo o Grande		7
Herdade da Caramoa		5v
Herdade da Freixieira		8
Herdade da Lôngara		8
Herdade de Argemundo o Pequeno		8
Herdade de João Pires		6
Herdade de Pêro Vieira		6v
Herdade do concelho		6v
Herdade do Pomar		6v
Herdade dos Bachelos	Quinta dos Bachelos /CAS/250/Soure	6v
Herdade grande da Requeixada		5v
Herdade na mata do Mogo	Quinta do Mogo /CAS/250/Soure	11v
Herdade pequena		12
Herdade que foi de Fr. Afonso		12
Herdade que foi de João Ferreiro		31
Herdade que foi vinha labrusca		7
Herdade serrada		7
Herdades da Quintã		11v
Reguengo de El Rei		22
Reguengo de Vila Nova	Vila Nova de Anços /SF/250/Soure	9v
Terra da granja		21v
Terras da granja		20v
Terra de pão que se chama a Coutada		5v
Várzea de São Pedro é toda em herdades de pão	São Pedro/CAS/250 Soure	6

Quadro 28 – Soure. Produção agrícola

REFERÊNCIAS	Topónimo / Tipologia Actual	Produto	Fólio
Árvores de fruta serôdia e temporã		Árvores de fruta	12v
Azambujeiro		Azambujeiro	8v
Caparrota	Quinta da Capa Rota/CAS/250/Soure	Figos	8v
Cerrado de Olival		Azeitona	
Cerrado de Vinha		Uva	22v
Cerrado e olival		Azeitona	
Cerrado em prado		Pasto	13
Cerrado que foram vinhas e são prado		Pasto	13
Chouso de Albergaria		Castanha	6

Chouso de Joana Martins		Castanha	6v
Courelas de vinhas		Uva	14
Eira de pão		Pão	8v
Granja com 7 vinhas		Uva	22v
Juncal do Açude		Junco	17
Juncal pedaço		Junco	17v
Laranjeira		Laranja	3v
Levada Nova que está em juncal		Junco	31v
Olival (3)		Azeitona	12v, 13, 31
Olival da Ordem (4)		Azeitona	5, 5v, 12v
Olival e chão de Pedro Eanes		Azeitona	6
Olival pequeno		Azeitona	12
Olival que foi do cavaleiro		Azeitona	15
Pomar (3)		Árvores de fruta	5, 6
Pomar da Ordem		Árvores de fruta	13
Pomar Novo		Árvores de fruta	12v
Pomar cerrado e valado		Árvores de fruta	22v
Pomar Velho		Árvores de fruta	12v
Pomares		Árvores de fruta	12v
Prado (3)		Pasto	5v, 13v, 5
Prado da Ordem		Pasto	12v
Prado do Cangado		Pasto	6v
Prados		Pasto	4v
Rua do Pessegueiro		Pêssego	3
Seiçais		Seiçal	6v
Seiçal		Seiçal	15
Soveral de Pedro E. Ribeiro		Cortiça	8v
Soveral dos filhos de M. Gil		Cortiça	8v
Terra de pão (2)		Pão	12v
Terra de pão que se chama a Coutada		Pão	5v
Terra e vinhas que se chama a Madalena	Quinta da Madalena /CAS/250/Soure	Uva	13v
Várzea de São Pedro é todas em herdade de pão	São Pedro/CAS/250 Soure	Pão	6
Vinha (2)		Uva	14v, 31
Vinha da Calada		Uva	5v
Vinha da Ordem (2)		Uva	12v, 13v
Vinha de Diogo Afonso		Uva	5v
Vinha de Diogo Gomes		Uva	6
Vinha de Diogo Lopes		Uva	6
Vinha de João Martins		Uva	6
Vinha de Martim Anes		Uva	13v

Vinha dos herdeiros de Rui Vaz Almoxarife		Uva	6
Vinha em mortório		Uva	13
Vinha que foi da mulher de Antão Gonçalves		Uva	15
Vinha que foi de João Fernandes		Uva	14
Vinha que foi de Pêro Vaz		Uva	15
Vinha tornada em terra de pão		Uva	
Vinhas (4)		Uva	5v, 6, 12v
Vinhas de Mariscas		Uva	13v
Vinhas de Mariscas		Uva	14v
Vinhas do Caneiro		Uva	7v

Quadro 29 – Soure. Configurações agrícolas

Referências	Topónimo / Tipologia Actual	Fólio
Almuinha		6
Almuinha de João Dias		13
Assente que é no campo tem 7 jeiras		21v
Cerrado		5
Cerrado com olival e chão		15
Cerrado de Olival		
Cerrado de Vinha		22v
Cerrado e olival		
Cerrado em prado		13
Cerrado Grande		12v
Cerrado Pequeno		31v
Cerrado que foi vinha		8
Cerrado que foram vinhas		
Cerrado que foram vinhas e são prado		13
Chão (5)		5, 6, 13v,
Chão de arneiro que foi vinha valada		8
Chão de Gil de Gante		8v
Chão de herdade místico		5
Chão de mato		31v
Chão em mato		15
Chão em pomar		15v
Chão que trazia Clara Martins		16
Chãos		6
Coladas de Argemundo o Grande		7v

Courela (2)		30v
Courela ao Casconho	Casconho /POVI/250/Soure	31
Courela às Penas de Mousem		30v
Courela da Espinheira		30v
Courela na Barrosa		31
Courela na Corredoira		31
Courelas (2)		6, 6v
Courelas de Panasqueiras que foram vinhas		14v
Courelas de vinhas		14
Eira de pão		8v
Folha (8)		6v, 7, 7v, 9, 9v, 12v, 20v
Horta		5
Horta		31
Hortas		12v
Jardim		4v
Jeira de terra (2)		22
Jeira no campo		21v
Jeira no campo de Montemor		21v
12 Jeiras que se chamam do campo		21
5 Jeiras		21v
7 Jeiras		21
Lezíria no Porto do Açude		30v
Lezíria pequena		31v
Longa		12
Longa da Quintã		12
Longas		12
Longas da Aguda		9v
Longas de Fernão Vaz		9v
Paul Pedaco para horta		17v
Pedaco de Chão		15
Pedaco de Chão		15v
Quintal (5)		3v, 4
Relva de Miguel Cavaleiro		18
Relvas	Relvas /CAS/240/Montemor-o-Velho	20v
Rostilhão que é várzea		9v
Seara Grande tem a Ordem 24 jeiras de terras do campo		21
Seara Pequena		21
Sesmaria de Pêro Drago		9
Talhos de terra 3		31
Terra (5)		6, 7v, 8v, 19, 9
Terra Coimbrã		30v
Terra da Confraria dos Clérigos		22

Terra da Granja		21v
Terra da Magdalena	Quinta da Madalena /CAS/250/Soure	5v
Terra da Ordem (4)		8v, 13, 15v, 17v
Terra da Ordem que é da Mesa Mestral		9v
Terra da Quintã		10
Terra de Albergaria de Soure		18
Terra de Álvaro Eanes Circuito		18v
Terra de arneiros		9v
Terra de Fernando Eanes Tosador		22
Terra de Francisco Travassos		22
Terra de Grijó		22
Terra de João Afonso		10v
Terra de João Jorge		11
Terra de João Tralhão		9
Terra de Lucas Mendes		11
Terra de Luís Pessoa		22
Terra de Manuel da Silva		18v
Terra de Maria Afonso Pequena		6
Terra de Maria Draga		9
Terra de pão (3)		5, 12v
Terra de pão que se chama a Coutada		5v
Terra de Pêro Lucas		22
Terra de Santa Ana		20v
Terra de Santa Cruz		15v
Terra de Santa Maria de Campos		22
Terra de São Paulo		21
Terra de Tomé Alvares		9
Terra de Vasco Rigueira		17
Terra deste casal		11
Terra do concelho da vila de Alencarça	Alencarça de Cima e de Baixo /POVI.POV/250.250/Soure	18
Terra do concelho de Soure		9v
Terra do concelho de Soure		10v
Terra do Contador		17
Terra do João Tralhão		9v
Terra do Mosteiro de Seiça		9
Terra dos herdeiros de Diogo Pires		11
Terra dos herdeiros de Pedro Eanes		18v
Terra dos Milheiros		20v
Terra dos Moradores de Alencarça	Alencarça de Cima e de Baixo /POVI.POV/250.250/Soure	18
Terra dos Redinhos		11
Terra e vinhas que se chama a Madalena	Quinta da Madalena /CAS/250/Soure	13v
Terras (2)		5, 9v
Terras da granja		20v

Terras de Diogo Homem		15
Terras de Gravielos		20v
Terras de Montemor	Montemor-o-Velho /SC/240/Montemor o Velho	21v
Terras do Campo		20v
Terras do Monte		20v
Testadas de Courelas		9
Testadas de Courelas		9v
Vala das Longas		10v
Valado (2)		10v, 11
Valado da Ordem		19
Valado Velho (2)		18, 20v
Várzea da Orjariça		17
Várzea de São Pedro		6
Várzea de São Pedro é toda em herdade de pão	São Pedro/CAS/250 Soure	6
Várzea no Sopegal		6

Quadro 30 – Ega. Referências hidrográficas

Referência	Topónimo/ localização e configuração actual	Origem	Fonte
Açude		Hum.	71
Açude de soo o prado		Hum.	71
Águas das Maías		Nat.	94v
Campo da Alagoa do Freire		Nat.	89
Casais da Ferretosa	Fartosa/263/POV/Penela	Hum.	91v
Casal da Ribeira		Nat.	79
Ferretosa	Fartosa/263/POV/Penela	Hum.	92v
Fonte da Ega	Ega/250/SF/Condeixa	Hum.	79v
Leira da Fonte do Cafario		Hum.	85
Leira da ponte		Hum.	84v
Leira do açude		Hum.	71v
Leira do Paul	Paul/240/REG/Condeixa	Nat.	72
Marinha da Ordem entupida		Hum.	87
Mondego		Nat.	82
Monte águas vertentes		Nat.	71v
Ponte Coimbrã		Hum.	85
Porto		Hum.	73
Porto da Lezíria Grande		Hum.	71v
Rego da Alagoa		Nat.	87
Rego de Benfins		Hum.	93v
Rego do Paul	Paul/240/REG/Condeixa	Nat.	70v

Ribeira (2)		Nat.	75
Ribeiro		Nat.	73
Ribeiro (2)		Nat.	82, 87
Ribeiro da Belida	Belide/240/SF/Condeixa	Nat.	98v
Ribeiro de Fernão Gonçalves		Nat.	87
Ribeiro de João Afonso Ermitão		Nat.	86v
Ribeiro de Lamas	Lamas/251/SF/Miranda do Corvo	Nat.	84v
Ribeiro de Pedro Afonso Calafate		Nat.	86v
Ribeiro que vem da fonte		Nat./Hum.	75
Rigueira (5)		Nat.	71, 71v, 73, 83v
Rigueira da Freixieira (2)		Nat.	77v, 79
Rigueira do monte (2)		Nat.	71, 71v
Rigueira do prado		Nat.	72
Rigueira que vai da arrebenta cães		Nat.	76
Rio (17)		Nat.	71, 71v, 72, 73, 76, 77v, 79, 82, 82v, 87, 89v, 90
Rio das abertas		Nat.	71
Terra das marinhas		Hum.	91v
Vala onde corre água no inverno		Hum.	94v

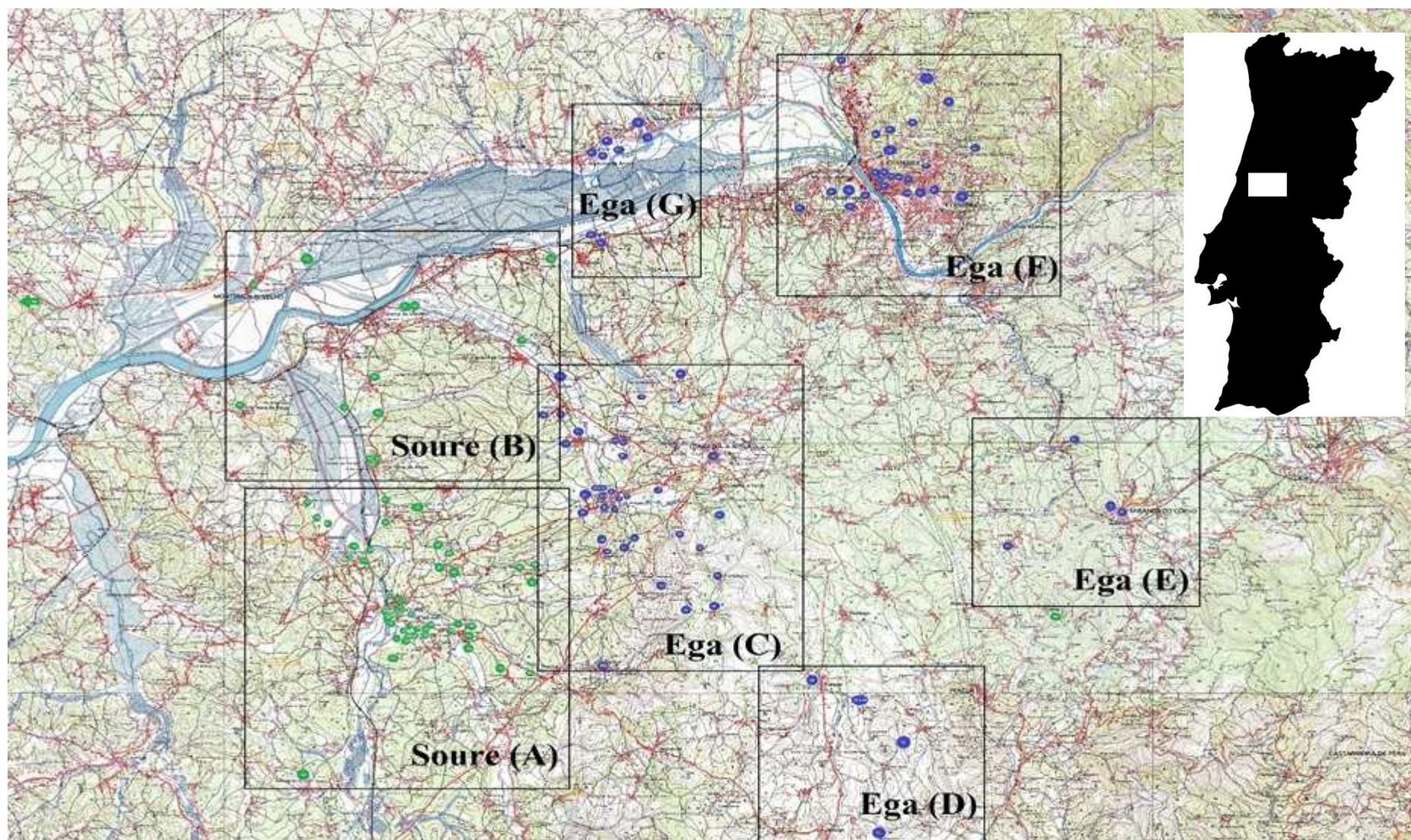
Quadro 31 – Soure. Referências hidrográficas

REFERÊNCIAS	Topónimo/ localização e configuração actual	Origem	Fonte
Açude		Artificial	4v
Água Vertente		Natural	8v
Barca de Montemor		Artificial	21
Barcas no Campo		Artificial	22
caminho que vai para Porto de João Grande		Artificial	14v
Campo de Mondego		Natural	20
Canal		Artificial	16
Canal de Diogo Pires o clérigo		Artificial	15v
Canal dentro do ribeiro do sopegal que traz Catarina Botelha		Artificial	16v
Canal que traz a mulher de Estevão Gomes		Artificial	16v
Canal que traz Álvaro Eanes		Artificial	16v
Canal que traz Digo Pires clérigo		Artificial	16v
Canal que traz Diogo Gonçalves		Artificial	16v
Canal que traz Fernão Dias		Artificial	16v
Canal que traz João Afonso		Artificial	16

Canal que traz Lionel Pires		Artificial	16
Canal que traz Lucas Mendes		Artificial	16v
Canal que traz Luís Freire		Artificial	16
Canal que Traz Martim da Covilhã		Artificial	16v
Canal que traz Pêro Seco		Artificial	16
Canal que traz Rui Lopes		Artificial	16v
Carreira do Vau		Natural	21
Fonte		Artificial	31
Fonte da Rainha		Artificial	11
Fonte Nova		Artificial	8
Ínsuas dos moinhos novos		Natural	5v
João Eanes da levada		Artificial	14
Juncal do Açude		Artificial	17
Juncal pedaço		Artificial	17v
Levada (19)		Artificial	2v, 4, 4v, 5, 5v, 12v 13, 14 14v, 15 15v, 17v 31v
Levada dos moinhos		Artificial	15v
Levada Nova que está em juncal		Artificial	31v
Levada Velha		Artificial	31v
Lezíria no Porto do Açude		Artificial	30v
Marinha de Sal		Artificial	16
Mata que estava em Paul		Natural	
Monte Água Vertente		Natural	8
Paul Lugar	Paul /REG/240/Soure	Natural	10
Paul Pedaço para horta		Natural	17v
Paul que estava por romper		Natural	
Ponte		Artificial	3v
Ponte da Azenha		Artificial	12v
Ponte da Cal	Pontes da Cal/PTE/240/ Montemor-o-Velho	Artificial	22
Ponte da Milharia	Ribeiro da Milharia/RIB/250/Soure	Artificial	11v
Ponte do Cortinhal		Artificial	5v
Ponte Nova		Artificial	7v
Ponte Pedrinha		Artificial	15
Porto da Espinheira		Artificial	18
Porto da Levada		Artificial	
Porto de Cima da Mata		Artificial	
Porto de João Grande		Artificial	16
Porto de Painhas		Artificial	17
Porto do Migalho		Artificial	7
Porto do Muado		Artificial	17

Porto do rio que vai para Pombal		Nat/Art	31
Quebradas do açude		Artificial	4v
Ribeira emendado para Rigueira		Natural	
Ribeiro (5)		Natural	4v, 10v, 17
Ribeiro de São Tomé	Ribeira de São Tomé /RIB/250/Soure	Natural	10
Ribeiro do Mosqueiro	Mosqueiro /REG/250/Soure	Natural	19
Ribeiro que vem da Telhada	Quinta da Telhada /CAS/250/Soure	Natural	11v
Ribeiro que vem de Porto Coelho	Porto Coelho /POV/250/Soure	Nat/Art	12v
Ribeiro que vem do Mosqueiro	Mosqueiro /REG/250/Soure	Natural	11v
Rigueira (3)		Natural	10, 30v, 31
Rigueira antiga e principal		Natural	6v
Rigueira de Abelides		Natural	18
Rigueira que vem do monte		Natural	7
Rigueira Velha		Natural	17
Rio (10)		Natural	7, 7v, 8, 12, 17, 21
Rio Anços	Rio Anços /R/250/Soure	Natural	5v
Rio Arunca e Anços que vem já em um	Rio Arunca /R/250/Soure	Natural	6v
Rua que vai do relógio à levada		Artificial	
Santo Tisso Águas Vertentes		Natural	18v
Tavarede próximo da foz do Mondego	Tavarede/SF/239/Figueira da Foz	Natural	15v
Terra de Vasco Rigueira		Natural	17
Terra no Paul que se chama Campo Craveiro		Natural	9v
Vala		Artificial	9
Vala das Longas		Artificial	10v
Vala de Couvieiros		Artificial	9v
Valada da água		Artificial	21

Mapa 1 Mapa de localizações das comendas de Ega e de Soure dividido por secções.
http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/mapas_on_line/

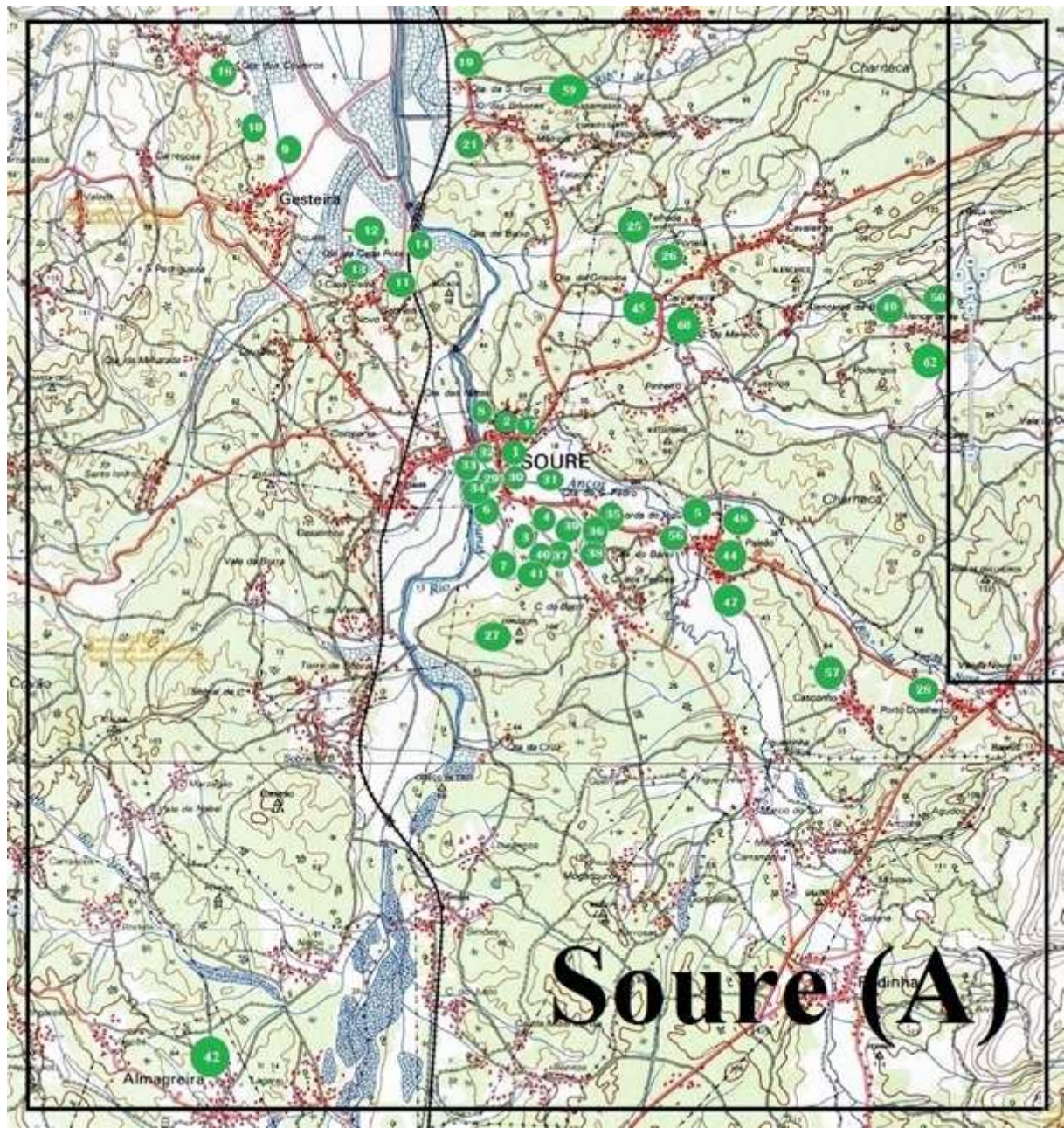


Relação de locais mencionados no Tombo da Visitação de Soure
e sua localização.

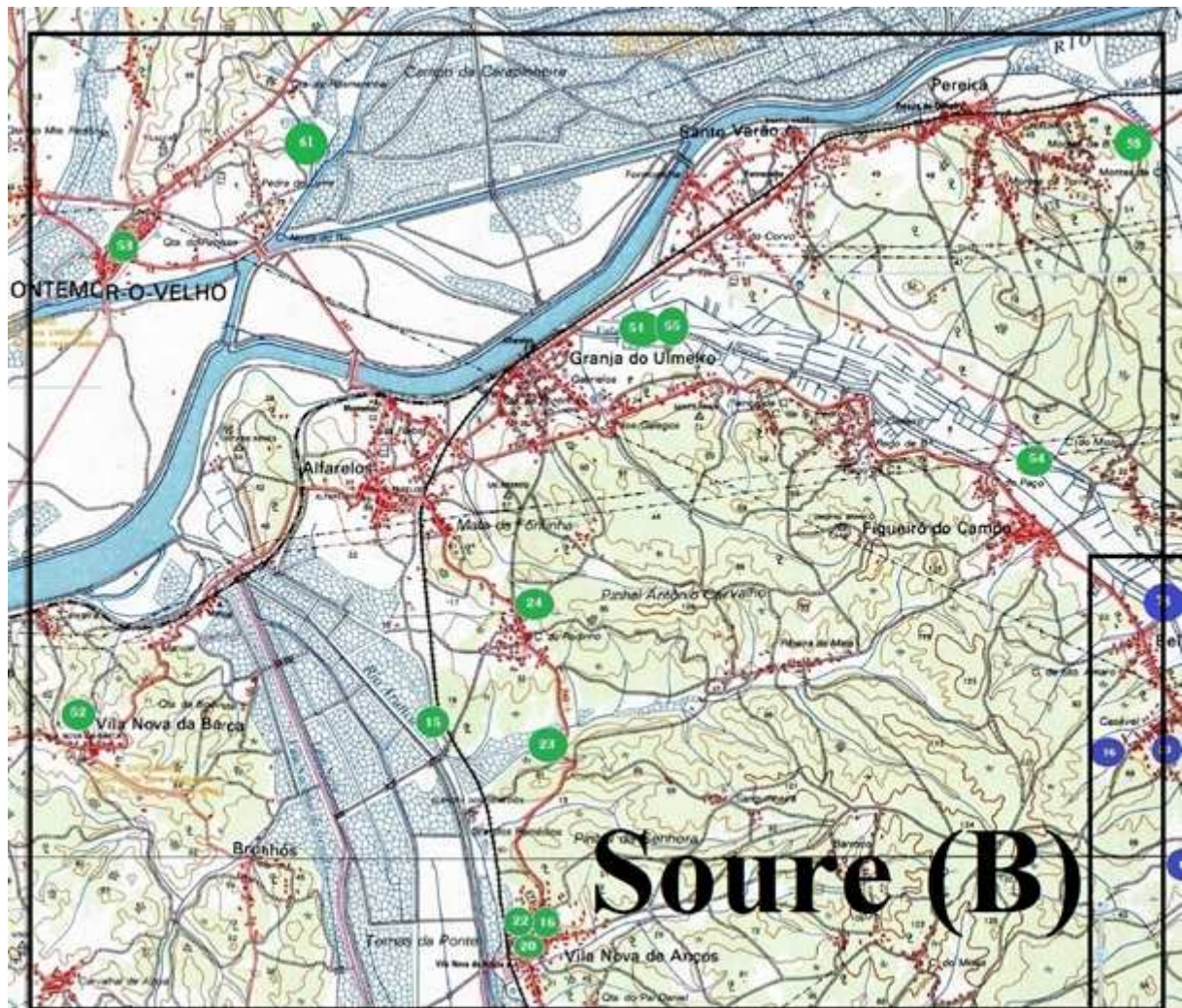
- 1 Zona urbana de Soure
- 2 Clérigo Mateus Fernandes morador em Soure
- 3 Grande Herdade da Caramoa + Anta do Judeu
- 4 Terra da Ordem na Madalena + vinha de Diego Afonso e de João de Ansião + vinha da Calada + vinha de João Martins Alfaiate + chão de Pedro Eanes Casado
- 5 Herdade no lugar do Sopegal
- 6 Herdade dos Bacelos
- 7 Herdade de Pêro Vieira
- 8 Herdade do Pomar
- 9 Herdade da Freixieira
- 10 Herdade da lôngara
- 11 Herdade da lôngara B
- 12 Granja da Caparrota
- 13 Terra de Tomé Alvares e de João Tralhão
- 14 Barros da Caparrota + testadas de courelas de João Tralhão e de Catarina Anes + terra de Maria Draga + sesmaria de Pedro Drago
- 15 No Paul a Ordem tem a terra de Campo Craveiro (Paul localização toponímica actual)
- 16 Pedro Luís de Vila Nova
- 17 Fernando Vaz de Soure
- 18 Herdade no lugar de Paul
- 19 Granja de São Tomé
- 20 João Afonso de Vila Nova
- 21 Herdade + terra de Lucas Mendes + terra de João Jorge + terra de João Eanes do Casal Galinha + Casal Galinha
- 22 Diogo Pires Barbeiro de Vila Nova de Anços
- 23 Casal Novo
- 24 Casal dos Redinhos
- 25 Casais da Telhada
- 26 Pequena herdade próxima das herdades da Telhada
- 27 Herdade na Martela que foi de Afonso Pires vigário
- 28 Porto Coelho
- 29 Pomar novo e pomar velho
- 30 Ponte da Azenha
- 31 Vinha e prado aforados à viúva de João de Aguiar
- 32 Pomares e Hortas de Rui de Matos
- 33 Olival
- 34 Uma vinha em mortório
- 35 Cerrado que já foi vinha e é prado
- 36 Cerrado em prado aforado a Diniz Alvares
- 37 Terra da Madalena junto à Caramoa (pontos 3 e 4)

- 38 Várzea de São Pedro
- 39 Vinha da Ordem e vinha de Martim Anes
- 40 Vinha junto a São Pedro e a Madalena
- 41 Prado junto a São Pedro
- 42 Almagreira
- 43 Na Retorta tem a Ordem 3 courelas (ponto muito distante a sul de Miranda do Corvo)
- 44 João Lourenço de Paleão
- 45 Herdade na Mata do Mogo
- 46 Tavarede
- 47 Casais em Paleão
- 48 Pedro Álvares morador em Paleão
- 49 Granja de Alencarça
- 50 Álvaro Eanes *Vassalo* morador em Alencarça de Cima
- 51 Terras da Granja do Ulmeiro
- 52 Uma jeira de terra nas Barcas no Campo + 2,5 jeiras nos Rodelos
- 53 Fernando Eanes tosador morador em Montemor
- 54 Casa torre tipo paço
- 55 Ermida da Anunciação de São Gabriel
- 56 São Mateus
- 57 Courela em Casconho
- 58 Relvas
- 59 Ribeira de São Tomé
- 60 Ponte da Milhariça
- 61 Ponte da Cal
- 62 Ribeiro do Mosqueiro

Mapa 2 - Soure (A)



Mapa - 3 Soure (B)

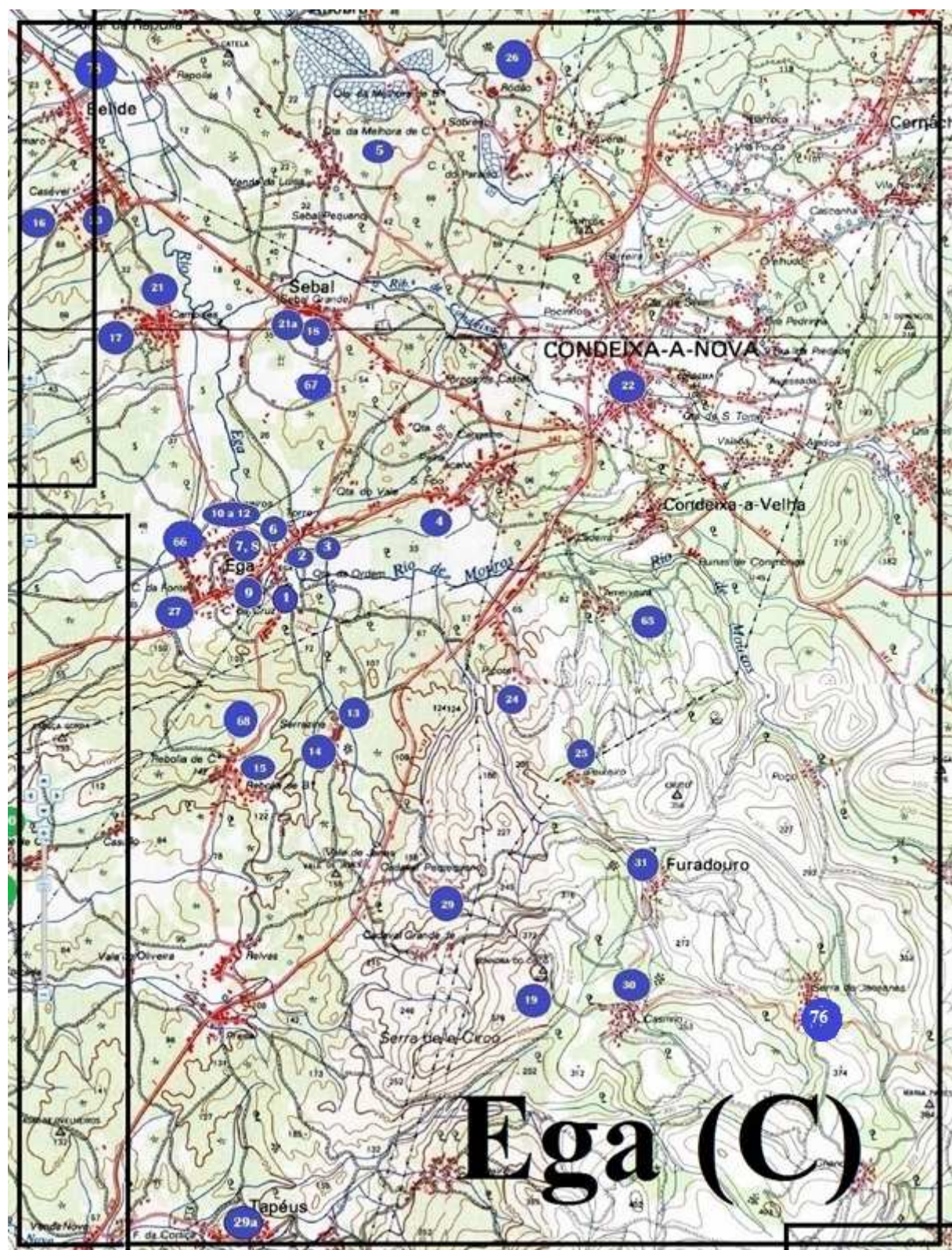


Relação de locais mencionados no Tombo da Visitação de Ega
e sua localização.

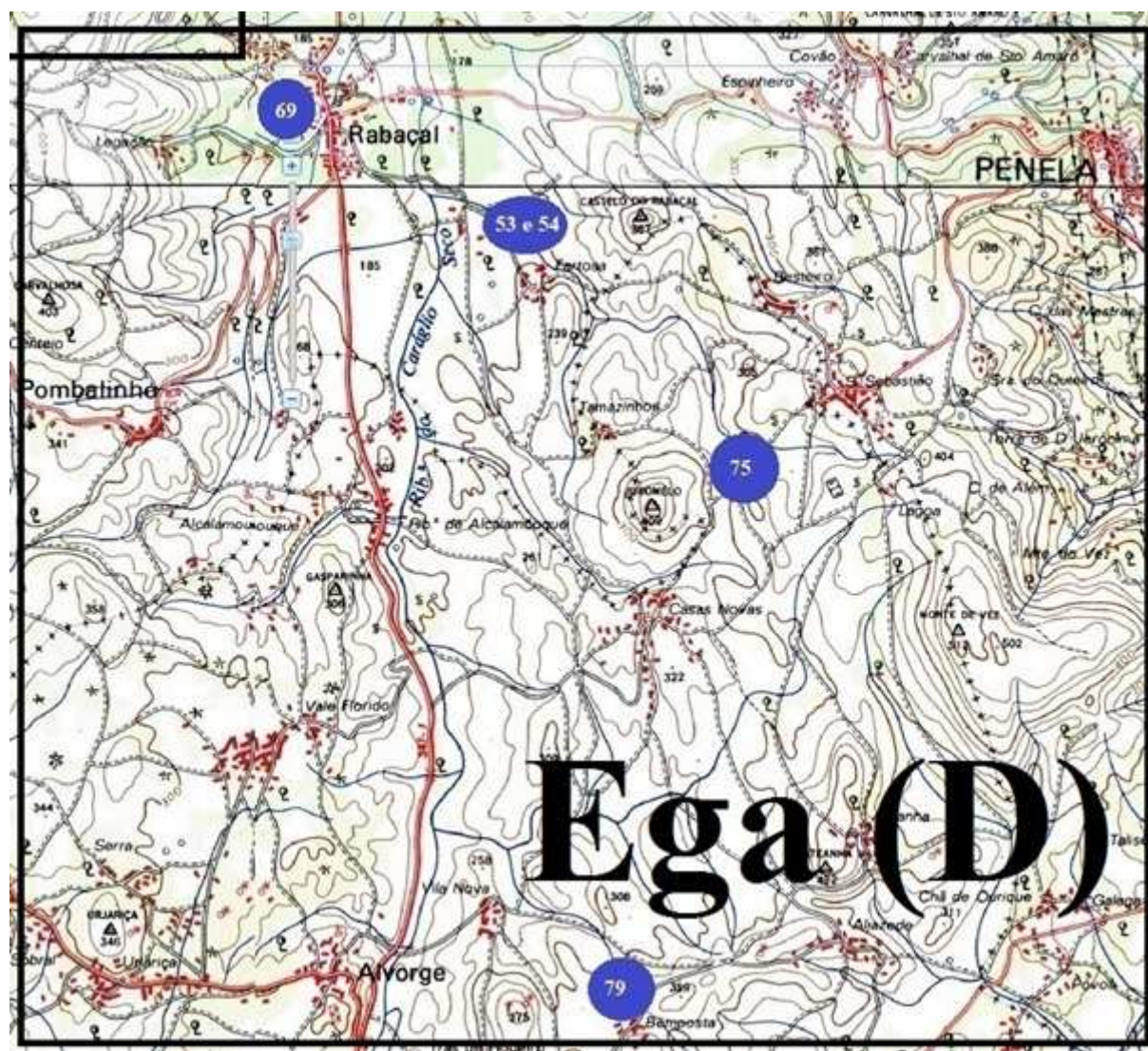
- 1 Igreja de Santa Maria da Graça
- 2 Paço de Ega
- 3 Cerrado Velho com 100 pés de oliveiras
- 4 Vinhas de São Filipo
- 5 Leira no lugar do Paul/ Rego do Paul
- 6 Adega no lugar de Ega
- 7 O mesmo que 8
- 8 Dois lagares de fazer vinho + 1 lagar de fazer vinho
- 9 Palheiro e casa
- 10 Casa dos Capões+ casa de Álvaro Gonçalves
- 11 Casa de Pedro Martins + Lagar da Ordem
- 12 Duas casas e dois pardieiros
- 13 Casal na Mata da Sarrazina
- 14 Gonçalo Eanes da Sarrazina
- 15 Casal da Robalia aforado a João Dias
- 16 Oito casais em Casével
- 17 Dez casais em Campizes
- 18 Álvaro Gil do Sebal
- 19 Mulher de Afonso do Círculo
- 20 Vasco da Costa morador em Coimbra
- 21 Oito casais em Vila Nova de Campizes
- 21a João Pires do Sebal
- 22 João Eanes de Condeixa
- 23 Gonçalo Eanes de Casével
- 24 Casais da Picota
- 25 Casal do Peixeiro aforado a João Afonso
- 26 Afonso Eanes de Rodão
- 27 Casa de moinhos à Fonte da Ega
- 28 Pedro de Figueiredo morador em Coimbra
- 29 Cadaval
- 29a João Vaz morador em Tapéus
- 30 Casais de Casmilo
- 31 Casais do Furadoro
- 32 Casais no Ameal
- 33 Um casal em Lamas
- 34 Uma courela na Lapa
- 35 Miranda
- 36 Martim Vaz morador em Aveiro
- 37 Terra no Ameal

- 38 Um casal em Vagos onde mora João Gonçalves caseiro
- 39 Doze jeiras em Quimbres
- 40 Dezasseis jeiras na Redonda
- 41 Freiria pequena e Freiria Grande (cidade de Coimbra)
- 42 Dez jeiras no Marco
- 43 Gafaria e uma jeira na Junqueira
- 44 Terras nas adémias
- 45 Três leiras nas adémias de Quimbres
- 46 Terra de oito alqueires de sementeira
- 47 Dois currais no monte e terra de dez alqueires de sementeira
- 48 Três casas no lugar de Quimbres
- 49 Canavial no cabo da Freiria
- 50 Tem um olival na Freiria com 300 oliveiras
- 51 Terra que se chama as marinhas
- 52 Três almuinhas
- 53 Três casais no lugar da Ferretosa, termo do Rabaçal
- 54 Uma casa no lugar da Ferretosa aforada a Rodrigo Alvares caseiro
- 55 Jorge Fernandes Tabelião morador em Coimbra
- 56 No rego de Benfins tem uma vinha com oliveiras e vinha de Henrique Parada
- 56a João de Coimbra
- 57 Álvaro Dias das Celas
- 58 Pequeno Olival em Vale de Figueira
- 59 Uma casa na figueira Velha
Terra atrás da antiga judiaria, aforada a João Pires Ferrador mais chão de Santa Justa.
- 60 (judiaria velha fica na rua do Corpo de Deus)
- 61 Aldeia da Fala
- 62 Casal das Torres do Bairro em São Romão
- 63 No Termo de Torres Novas no Carvalhal da Aroeira tem um casal (não assinalado)
- 64 No termo de Santarém no Campo de tões (Toxe) tem um casal (não assinalado)
- 65 Casal da Quintã na Ameixieira termo de Penela
- 66 Vila de Ega
- 67 Casal do Barreo
- 68 Casal do Cansado
- 69 Rabaçal
- 70 Coimbra
- 71 Covão das Fontainhas
- 72 São Silvestre
- 73 Rodelo
- 74 Santa Clara
- 75 Herdade das Franquidas
- 76 Serra de João Eanes

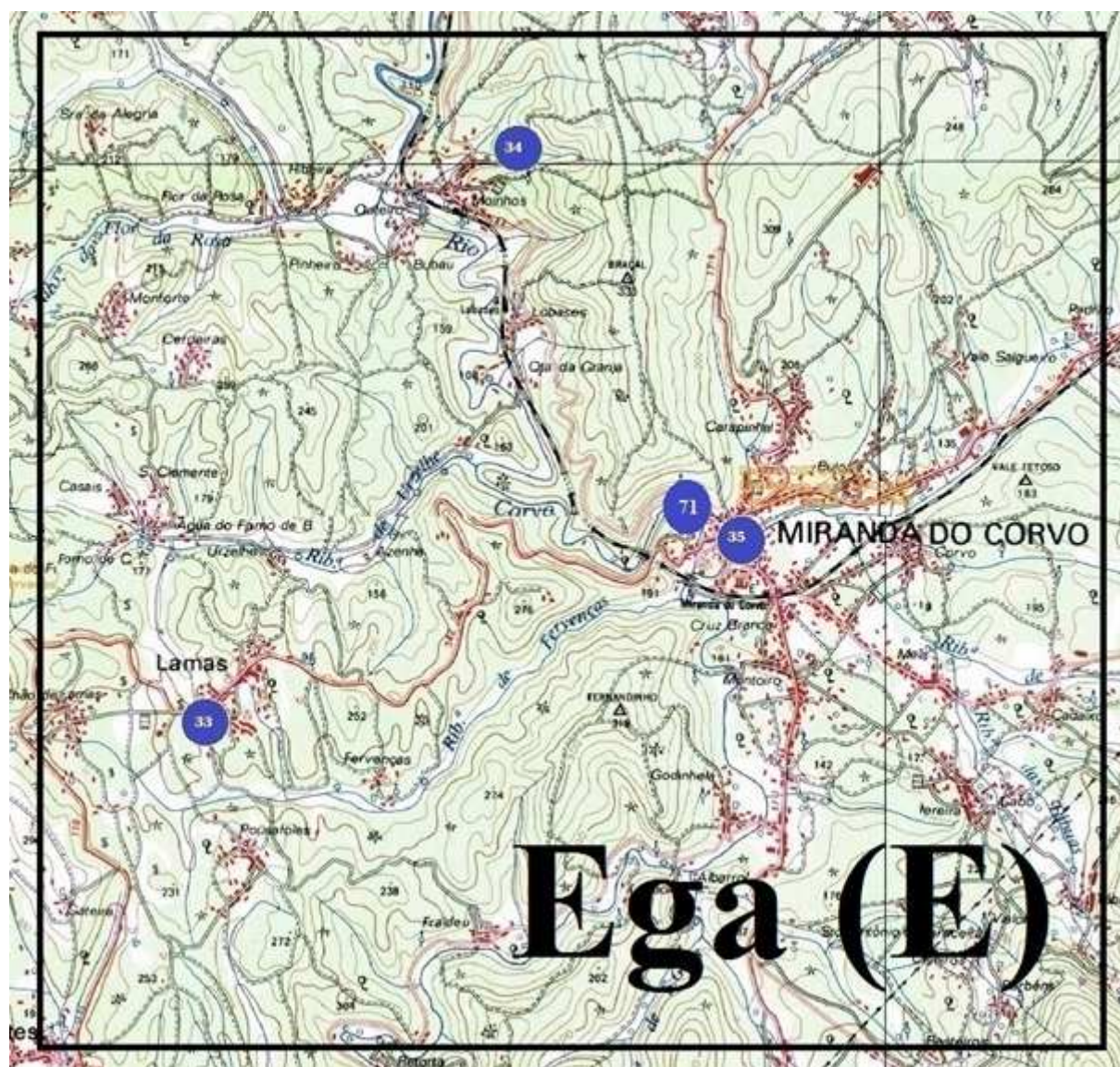
Mapa 4 - Ega (C)



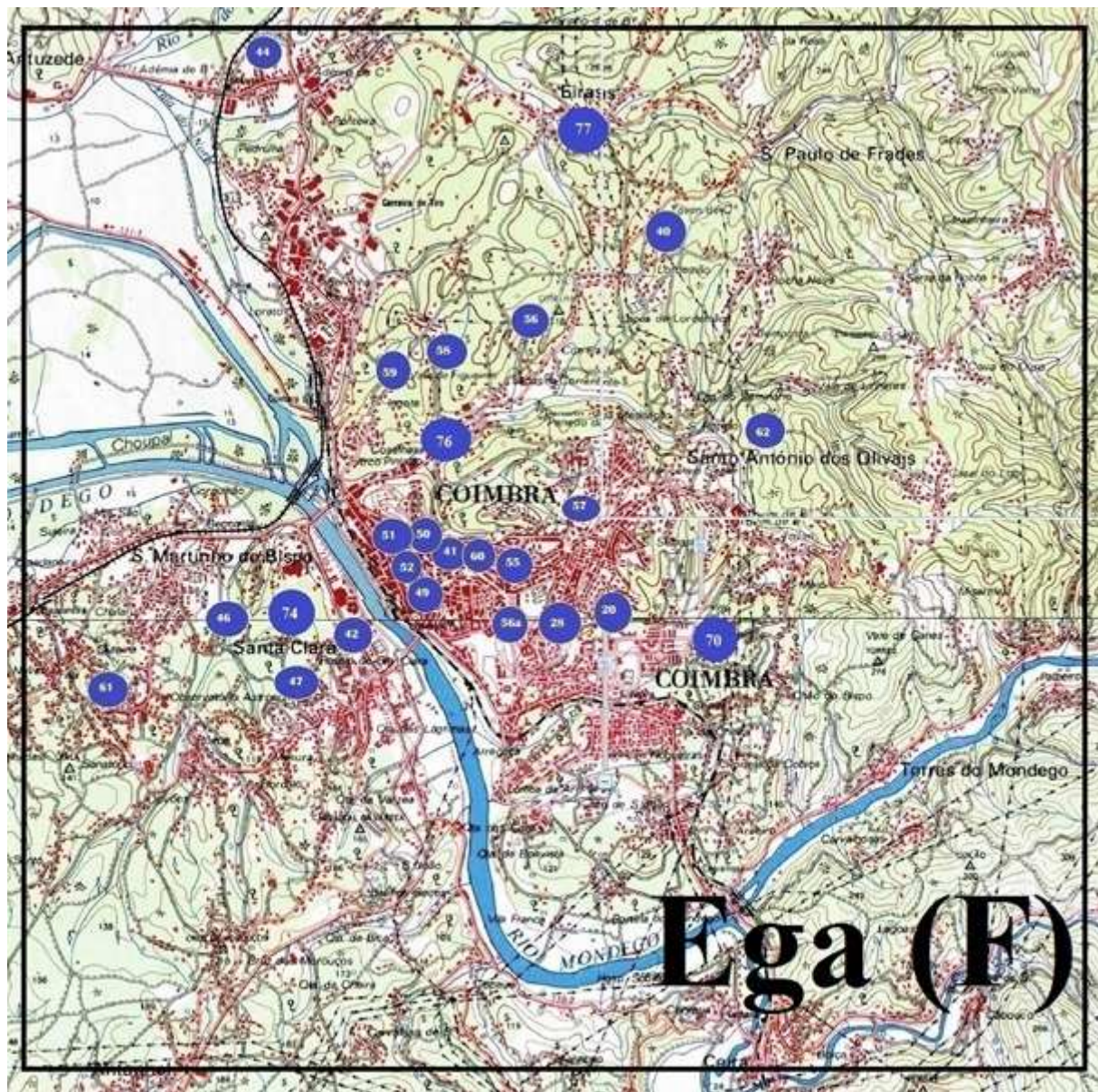
Mapa 5 - Ega (D)



Mapa 6 - Ega (E)



Mapa 7 - Ega (F)



Mapa 8 - Ega (G)

